
Revista

do Instituto

Histórico

e Geográfico

do Rio Grande

do Norte



R. IHGRGN

Vols. LXXVII – LXXVIII

Anos: 1985-1986

NATAL-RN

**A MAIS ANTIGA INSTITUIÇÃO CULTURAL
DO RIO GRANDE DO NORTE**

**RUA DA CONCEIÇÃO, 622 — (DDD 084) - FONE: 221-1228
CEP 59025 - NATAL - Rio Grande do Norte - BRASIL**

**DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES
Biênio: 1985 - 1987**

Presidente: Dr. Enélio Lima Petrovich
1º Vice-Presidente: Escritor Manoel Rodrigues de Melo
2º Vice-Presidente: Prof. Itamar de Souza
1º Secretário: Dr. Mariano Coelho
2º Secretário: Escritor Minervino Wanderley de Siqueira

Secretário-Adjunto: Dr. Hélio Dantas
Orador: Historiador Luis da Câmara Cascudo
Vice-Orador: Prof. Alvarado Furtado de Mendonça
Tesoureiro: Prof. Manoel Varela de Albuquerque
Tesoureiro-Adjunto: Dr. Boanerges Januário Soares de Araujo
Diretor de Biblioteca, Museu e Arquivo:
Escritor Olavo de Medeiros Filho
Diretor-Adjunto: Escritor Gumercindo Saraiva

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Dr. José Tavares da Silva
Prof. Vicente de Almeida
Prof. Cláudio Augusto Pinto Galvão

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Drs. Luis da Câmara Cascudo
Tarcisio da Natividade Medeiros
Otto de Brito Guerra

O REGISTRO E A GRATIDÃO

Eis a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, referente aos anos de 1985-1986 — Volumes LXXVII — LXXVIII.

E somente graças à ajuda financeira, mais uma vez, da PETROBRÁS, colaborando, assim, para o desenvolvimento intelectual do Estado e do país, é que se edita este número do valioso periódico, veículo indispensável no campo da pesquisa e da história, em toda a sua plenitude.

Daí, sempre oportuno ressaltarmos a compreensão e a solidariedade que predominam entre os ilustres responsáveis da citada empresa, em reconhecendo a importância desta publicação.

Na verdade, em 1989, mantivemos contato com a Diretoria da PETROBRÁS, no Rio de Janeiro e aqui em Natal, expondo os motivos que justificam a edição da Revista, anualmente, em cumprimento das nobres tarefas da tradicional entidade, e obtivemos, de novo, o auxílio necessário.

Dessa forma, nas páginas seguintes, o leitor encontrará matéria relevante sobre os aspectos históricos, geográficos, genealógicos e biográficos, além de outros temas de interesse geral.

Inserimos, também, o nosso tributo à memória dos sócios que faleceram em 1985-1986, entre os quais, o mestre e Sócio Benemérito Luís da Câmara Cascudo. E sobre essa figura extraordinária de criatura humana e dignitário maior das letras potiguares — o *primus inter pares* da cultura norte-rio-grandense, algumas páginas lhe são dedicadas, justamente no ano de seu encantamento — 1986.

Enfim, tenhamos fé nas realizações da Cultura, em todos os seus ângulos e em dimensões universais.

Com a edição desta Revista, pois, não só emerge o nosso agradecimento à PETROBRÁS, como, ainda, estamos convictos de que, jamais, queira Deus, nos faltarão o incentivo, o aplauso, a pertinácia, a crítica mesmo, para a execução de nossas metas, à frente da quase centenária instituição, contando sempre com o apoio dos que a integram, pela maior valorização das iniciativas culturais.

Natal (RN), 29 de março de 1990.

— 88° aniv. de fundação do IHG/RN —

ENÉLIO LIMA PETROVICH

— Presidente —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO NORTE

BERNARD ALLEGUEDE
(Sócio Correspondente)

Este século tinha dois anos; o passado revivia.
A Casa da Memória refulgia
A Semana da Cultura rejubilava
Todo o povo potiguar que ressurgia.

Albuquerque saudando a República
Frei Miguelinho apontando a Liberdade,
Severo alçando o vôo rumo à Fraternidade
Depuseram preciosas relíquias.

Pesquisadores tão tenazes quanto apaixonados,
Tavares, Câmara Cascudo, Adauto,
Brandão, Manoel Rodrigues e Augusto
Encontraram um patrimônio renovado.

Amei suas salas alcatifadas e estudiosas,
Onde, alerta e viva, circulava a Honoria;
Belas reuniões entusiastas e felizes
De Caxias, 31 de março, Independência.

Do Ateneu, à rua da Conceição
Nosso Instituto sucessivamente se abrigou
Princesa Isabel à Intendência
Corajosamente voltando para a Consagração.

De Olimpio, o fundador, a Enélio,
De Vicente a Nestor, a Hemeterio
E tantos outros, teceram todos o fio fecundo
De Ariana, através um passado profundo.

Eu te revejo, caro Instituto, glória de nossos avós;
Teu Pelourinho assegura ao porvir,
Assinalado pelo marco poderoso da recordação
A certeza de uma esperança radiosa.

OBS.: Tradução de Marieta e Santa Guerra

AS CASAS DA CÂMARA E CADEIA DA CIDADE DO NATAL

OLAVO DE MEDEIROS FILHO
(Sócio Efetivo)

Ao estudarmos a documentação arquivada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, relativa à nossa antiga Capitania no seu período colonial, identificamos a existência de quatro edificações destinadas a abrigar o Senado da Câmara do Natal e a Cadeia Pública. Vejamos a síntese das informações compulsadas, as quais nos permitiram chegar às seguintes conclusões:

A PRIMEIRA CASA DA CÂMARA E CADEIA

No dia 1º de novembro de 1674, os Oficiais do Senado da Câmara do Natal, reunidos no Paço do Conselho desta Cidade,

“acordaram fazer-se Casa do Conselho, para o que mandaram chamar ao mestre carapina Antônio da Cunha, a quem deram o juramento dos Santos Evangelhos. em que declarasse se estava a Casa do Conselho servinte (sic) para se poder nela fazerem vereações e mais acordos convincentes, e pelo dito Antônio da Cunha foi dito, debaixo de juramento, estava a Casa caída de uma banda, e a outra para cair, de que mandaram os ditos Oficiais da Câmara DESMANCHAR A DITA CASA, e aproveitar a telha e tabuado, e logo MANDARAM FAZER A CASA DO CONSELHO(. . .) (1).

A Casa do Conselho, já desabando em 1674, deveria ser contemporânea da fundação da Cidade do Natal, ou Cidade do Rio Grande, e ficava localizada na rua fronteira à Igreja Matriz.

A SEGUNDA CASA DA CÂMARA E CADEIA

Os trabalhos de edificação dessa segunda Casa devem ter ocorrido no período de fevereiro de 1675 a fevereiro de 1676, segundo se depreende da leitura das atas de reuniões do Conselho. A nova casa também era localizada na rua fronteira à Igreja Matriz de Natal.

Aos 17 de agosto de 1709, os Senhores Oficiais da Câmara enviaram ao Corregedor Ouvidor Geral, o Desembargador Gon-

çalo de Farias Baracho, uma carta, em que davam conta do estado de decadência do prédio do Paço da Câmara:

“Com o rigor da invernada, tem caído a metade da Casa da Câmara, e ficou a cadeia desabrida (sic) ao tempo; a metade está também arruinada, e cedo virá também abaixo; e fica a cadeia incapaz de nela se poder dar conta de (ilegível) nem eles assistirem, e ficarem ao tempo(. . .)” (2).

Em data de 5 de setembro de 1716, o Ouvidor Geral da Capitania da Paraíba enviava uma carta a D. João, Rei de Portugal, dando-lhe conta de que “a cadeia desta cidade (Natal) se achava totalmente arruinada em forma que nela se não podiam já recolher os criminosos” (3). A velha construção era feita de taipa.

A TERCEIRA CASA DA CÂMARA E CADEIA

As obras de construção dessa terceira Casa da Câmara tiveram o seu início no começo de julho de 1719, tendo sido concluídas antes de 5 de julho de 1721. Por conseguinte, a edificação foi construída em dois anos, apenas.

Um dos números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte apresentou um excelente trabalho, de autoria de A. de SOUZA, intitulado A Cadeia de Natal - Notícia histórica fundada em documentos inéditos. Tal documentação, colhida pelo Dr. Vicente de Lemos junto ao acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, revela todas as gestões desenvolvidas no período de 1718 a 1723, relacionadas com a construção daquela Casa da Câmara e Cadeia (4).

Carta Régia de 3 de novembro de 1736 comunicava ao Governador e Capitão-General da Capitania de Pernambuco, ter sido ordenado ao Provedor da Capitania do Rio Grande, “demolir a obra da Casa da Câmara e Cadeia que ali se havia feito de novo, por não estar conforme o termo da arrematação que fez o empreiteiro (. . .), e que seria conveniente QUE AQUELAS CASAS FICASSEM PARA RESIDÊNCIA DOS CAPITÃES-MORES PELAS NÃO TEREM, FAZENDO-SE JUNTO DE LAS OUTRA NOVA CADEIA E CASA DA CÂMARA (5).

O prédio da Câmara ficava localizado na atual Praça André de Albuquerque, ocupando espaços das atuais casas de números 604 e 608. Nos dois oitões daquela Casa da Câmara existiam becos, evitando-se que a mesma entestasse com outras casas.

No dia 5 de maio de 1755, encontrava-se em Natal o Capitão de Infantaria Antônio José de Lemos, a mandado do Governador e Capitão-General de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, a fim de adotar providências diversas, com vistas à ereção de uma nova Casa da Câmara e Cadeia. Aquele Capitão trazia também a incumbência de proceder a uma avaliação do prédio concluído em 1721, a fim de serem tomadas algumas providências legais contra o construtor da Casa da Câmara, pelo não cumprimento, por parte do mesmo, das cláusulas estipuladas no contrato anteriormente firmado com o Senado da Câmara, do que resultara um prejuízo para o Erário Real.

Procedendo ao exame do imóvel, constatou o Capitão Lemos:

“ Achei ter toda a casa, vinte e duas braças superficiais, e trinta e sete palmos”, ou seja, uma área de pouco mais de 108 metros quadrados.

“ e fazendo medir a dita enxovia (. . .) achou ter trinta e uma”. A enxovia media aproximadamente 150 metros quadrados de superfície.

“ A Casa da Câmara ainda existe, com algum acrescentamentos, reedificações, e presos na mesma enxovia, debaixo de sentinelas, E A DITA CASA SERVINDO DE RESIDÊNCIA DOS CAPITÃES-MORES” (6).

No acervo documental do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte encontram-se fragmentos de umas prestações de contas, relativas à mão-de-obra empregada em serviços realizados na Casa de Residência do Governador da Capitania no ano de 1806. As despesas foram realizadas pelo Almoxarifado da Real Fazenda. A título de esclarecimento, informamos terem sido realizados naquela Residência serviços de grande vulto.

Em uma determinada semana do mês de outubro de 1806, encontravam-se trabalhando naquelas obras, 6 carapinas, 11 pedreiros e 4 calcetas, presos condenados a trabalhos forçados.

As diárias dos carapinas variavam entre \$480 (a do mestre Januário das Neves) e \$160; as dos pedreiros, de \$480 (referente ao mestre José Lopes) a \$080; os calcetas ganhavam apenas \$050 (7).

O inglês HENRY KOSTER visitou Natal, em 1810, deixando-nos notícia da existência do Palácio, onde residia o Capi-

tão-mor (8). José de Souza Azevedo PIZARRO E ARAÚJO, em 1822, cita também a residência dos governadores, existente na capital da Província do Rio Grande do Norte (9).

Foi no referido edifício, cuja construção fora iniciada em 1719, que ficou instalado o Governo Revolucionário de 1817, cujo término coincidiu com o ferimento e prisão do Coronel André de Albuquerque Maranhão, o principal líder do citado Governo.

A vetusta edificação foi demolida em 1830, quando da inauguração de um novo palácio do governo, construído na então chamada Rua da Cruz, hoje a Avenida Junqueira Aires.

A QUARTA CASA DA CÂMARA E CADEIA

Como já foi visto, aos 3 de novembro de 1736, Dom João ordenara a ereção de uma nova Cadeia e Casa da Câmara, "que é preciso fazer-se na Cidade do Rio Grande". A inexistência de recursos, por parte do Senado da Câmara do Natal, não permitiu a edificação do prédio.

Aos 7 de dezembro de 1754, dezoito anos depois das ordens de Sua Majestade, chegou ao Senado da Câmara uma carta do Governador e Capitão-General de Pernambuco, a qual referia-se a uma nova ordem emanada da Corte, no sentido de que fosse levantada aquela Casa da Câmara e Cadeia.

Segundo o Governador de Pernambuco, a construção do prédio deveria ocorrer imediatamente, "ouvindo o Engenheiro Luís Xavier Bernardo, e por este ou por outro, mandarei riscar e eretar esta obra" (10).

No dia 5 de maio de 1755, chegava a Natal o Capitão de Infantaria Antônio José de Lemos, "que entende de Engenharia", enviado do Capitão-General de Pernambuco, Luís José Correia de Sá.

Perante os Officia's do Senado da Câmara, no dia 7 de maio, o Capitão Lemos tratou do assunto relacionado com a ereção do novo prédio destinado a servir de Casa da Câmara e Cadeia.

"para o que apresentou no dito Senado três plantas, para ver qual convinha e se podia fazer, e explicando no dito Senado, aos officiais da Câmara dele, o preço de cada uma, pareceu aos ditos officiais da Câmara aceitar a mediana, por ser conforme as acomodações que eram necessárias, e juntamente ser o preço de oito mil e quinhentos cruzados, pouco mais ou menos, a que poderá alcançar as posses dos bens deste Conselho"(11).

Em seguida, tratou das especificações técnicas que norteavam a construção:

“Que a obra, ao seu todo, tem de comprido noventa palmos, e de largo setenta, mas sempre há de ser fundada de noventa e hum, e de largo também 71, para ficar meio palmo de sapata, para cada banda exterior; os alicerces serão de seis palmos de grossura, e de fundo nove, se houver bom terreno e solidez (. . .)” (11).

No tocante à altura das paredes do prédio, estabeleciam as especificações:

“(. . .) até ao nível do sobrado, que há de ficar do nível da sapata para cima, dezoito palmos (. . .) para cima outros dezoito palmos (. . .)” (II).

Seguiam-se instruções técnicas, no tocante ao tipo de tijolos a serem utilizados, à qualidade da areia e da cal, à dosagem da argamassa (nesta teria de ser utilizada água de beber), etc. Também eram especificadas as qualidades das jane'as, das grades de ferro da enxovia, e do assoalho:

“As janelas, que mostra a planta, se farão todas de pedra lavrada, a cabeça das ditas terão um palmo de grosso reforçado, e as que levam grades de ferro serão de palmo e meio, e a grossura destas grades será as da enxovia, de duas polegadas de grossura em quadra, isto é, as duas grades da enxovia e as outras duas de cima que vêm a ser a do seguro dos homens e das mulheres, serão de polegada e meia em quadra (. . .) e o assoalhado será de tábuas de sucupira-mirim, e as janelas e portas de amarelo, ou outras quaisquer madeiras que não gaste o tempo” (11).

No mesmo dia 7 de maio de 1755, os Oficiais da Câmara dirigiram uma carta ao Doutor Corregedor Domingos Monteiro da Rocha, dando-lhe parte da vinda do Capitão Lemos, “o qual tem dado a planta”. Na mesma data, também fizeram o registro de “um Edital para esta Cidade e Ribeiras de'a, da notícia da Casa da Câmara e Cadeia, em que se põem em praça” (10).

Dez longos anos se passaram, sem que tivessem o seu início as obras de edificação da Casa de Câmara e Cadeia. . . Afinal, no dia 8 de junho de 1765, foi registrada “uma carta que escreveu

este Senado ao Sr. Governador e Capitão-General sobre mandar uma planta para Casa da Câmara e Cadeia, que não passe de seis mil cruzados". (. . .) mandar-nos outra planta, que não passe de seis mil cruzados" (12).

Não temos elementos informativos para saber qual a planta adotada para a edificação do prédio: se aquela de 1755, fornecida pelo Capitão Lemos, ou se teria sido recebida uma nova planta, em atenção àquela solicitação de 8 de junho de 1765.

Finalmente, no dia 9 de julho de 1766 houve diversas providências de natureza burocrática, com vistas à construção:

"(. . .) mandar passar escrito ao porteiro, para trazer dobrada a fatura da Casa da Câmara, com pregão para se arrematar a quem por menos a fizesse, e despachando-se várias partes (. . .)" (13)

Seguem-se as notícias existentes, relativas ao andamento da obra:

06.08.1766 — "(. . .) em casas deputadas para nela se fazer vereações (. . .) mandaram recolher o escrito que o porteiro trazia, para quem quizesse arrematar a fatura da Casa da Câmara" (13).

09.08.1766 — "terem mandado vir oito homens da Vila Flor, para principiarem a tirar pedras, para dar princípio à Casa da Câmara, e haverem estes chegado, esta noite entrarão em dito serviço" (13).

22.10.1766 — "(. . .) e acordaram em se pagar aos índios que andaram tirando pedra" (13).

29.10.1766 — "(. . .) foram ao lugar em que estava determinado fazer-se a obra da Casa da Câmara, e fizeram cordear com a casa que se achava na mesma rua, de pedra e cal, e a residência dos capitães-mores desta Capitania, conforme a vistoria que haviam feito os mesmos Officiais da Câmara com o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor atual, José Januário de Carvalho, para com o efeito de se conduzir os materiais já tirados, para o que mandaram vir índios (. . .) (13).

21.02.1767 — "(. . .) em meterem os trabalhadores abrirem as covas, hoje, para se fazer a nova Casa da Câmara; e o Procurador comprar algumas cousas

precisas, como o seja uma pipa, para se fazer tinas para água, e outras tinas para condução de cal, e outras miudezas” (13).

28.02.1767 — “. . .) mandaram vir às suas presenças os pedreiros para se ajustarem e disse se fazer termo; e vieram ajustar-se o Mestre em quinhentos réis por dia; o qual foi nomeado para isso pelo Doutor Corregedor, quando em correição aqui esteve no princípio do presente ano, em ser o mestre Luís de Souza, por entender da obra mais que os outros, e ele dito mestre como inteligente o achar mais capaz, pelas perguntas que lhe fez pela planta, a qual lhe entregou, e ficou justo em cinco tostões, e a José Jaques (ilegível) e José Caetano em duzentos e quarenta, e Félix Pereira em cento e sessenta; e mandaram vir o Cabo-de-Esquadra José Silvestre, rendeiro da Olaria da Ribeira, e se ajustaram com ele em dar o tijolo todo, que na obra se carecer, posto na obra por cinco mil e oitocentos, sendo o tijolo de alvenaria” (13). “. . .) pela planta que o Doutor Corregedor entregou ao dito mestre Luís de Souza (. . .)”. “Cada milheiro posto na obra por preço de cinco mil e oitocentos réis” (13).

09.05.1767 — “. . .) mandaram vir uma esquadra de índios, para continuarem na fatura da Casa da Câmara, e haverem estes chegado, mandaram continuar no dito serviço” (13).

18.07.1767 — “. . .) mandaram chamar ao ferreiro Francisco da Gama Luna, e com ele ajustado o conserto de uma das grades, para se pôr na nova enxovia da Casa da Câmara, e se ajustaram em dois mil réis, dando o dito ferreiro o ferro” (13).

05.08.1767 — “. . .) um dos oficiais de pedreiro, chamado José Caetano, em tirar seis pedras de cantaria, com sete palmos de comprimento e dois e meio de largo, postas no porto, para se assentarem as grades da enxovia, em quatro mil, cento e sessenta réis” (13).

16.10.1767 — “. . .) o ferreiro Francisco da Gama Luna, e com ele se ajustaram em o dito fazer a grade

para a nova enxovia da Casa da Câmara, em fazer com o seu ferro, a cento e vinte a libra" (13).

31.10.1767 — "(. . .) o carapina José de Mendonça, e o que já com ele ajustaram aqui neste termo(. . .) que é cortar o dito toda a madeira que carecer a Casa da Câmara e enxovia, e só não fica obrigado às portas, nem tabuado, tudo posto no porto da Cidade, que fica por detrás da mesma obra; sendo as traves de pau-de-amigo (sic), pau-d'arco, grambu, pau-de-óleo, sapucáia, sucupira, e para dar (ilegível), pau-d'arco, e o mesmo espaçado de cima, entrando nesta madeira os caixilhos de todas as portas, com a declaração que as traves da enxovia hão de ser de palmo a palmo, por preço e quantia de cento e vinte cinco mil réis, pagos estes em quartéis, sendo o último no fim da última madeira, e a de ter as traves um palmo de alto, e um e oito, reforçado de grosso; e os caibros hão de ser de quatro faces, e a ripa serrada" (13).

02.05.1770 — Nesta data realizou-se a última sessão do Senado da Câmara em "casas deputadas para nelas se fazerem vereações" (13).

07.05.1770 — "Aos sete dias do mês de maio de mil setecentos e setenta anos nesta Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte, NOS PAÇOS DO CONSELHO DELA, aonde se ajuntaram os Officiais do Senado da Câmara, o Juiz Ordinário, o Ajudante Alexandre de Melo Pinto, e os vereadores, o Capitão Luís Pedro dos Santos e o Tenente Manuel do Rego Freire de Mendonça (. . .)" (13).

Como se constata, fora finalmente concluído o prédio iniciado em 1767, e nele já havia se instalado o Senado da Câmara do Natal.

23.06 1770 — "(. . .) o Juiz Ordinário, o Ajudante Alexandre de Melo Pinto, e os vereadores, o Capitão Luís Pedro dos Santos e o Tenente Manuel do Rego Freire de Mendonça, e o Procurador atual, Antônio Martins Praça Júnior, "acordaram em arrematar a canoa deste Senado, e os fragmentos que sobraram da obra da cadeia e Casa da Câmara desta Cidade" (13).

Terminando este estudo histórico, temos a informar que o último edifício da Câmara e Cadeia de Natal foi demolido no ano de 1911, quando ocorreu a inauguração de uma nova cadeia construída no bairro de Petrópolis. O vetusto edifício foi derrubado com a finalidade de alargar-se a via de acesso, entre a Praça André de Albuquerque e o Rio Potengi, hoje representada pela Rua João da Mata.

O prédio demolido ocupava parte do terreno correspondente ao início da João da Mata, avançando sobre o atual imóvel existente à praça André de Albuquerque, que recebe o número 604. Entre a velha construção e a casa de nº 594 (atual), havia um estreito beco.

O acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte possui retratos da última Casa da Câmara e Cadeia de Natal, tirados por volta de 1904, pelo fotógrafo Bruno Bourgard.

FONTES CONSULTADAS

- 1 — Livro de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1674-1698). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa nº 117.
- 2 — Livro 5º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1708-1713). Idem, Caixa nº 75.
- 3 — Livro 6º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1713-1720). Idem, Caixa nº 99.
- 4 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte vol. IV, nºs. 1 e 2 1906, págs. 250-307.
- 5 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. XIV, nºs. 1 e 2, 1916, pag. 86.
- 6 — Livro de Vereações do Senado da Câmara (1753-1776). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa nº 112.
- 7 — **RELAÇÃO DAS PESSOAS QUE SE EMPREGARAM NA OBRA DA CASA DA RESIDÊNCIA DO ILMO. SR. GOVERNADOR (1806).** Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 98.
- 8 — **KOSTER, Henry** — Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942, pag. 110.

- 9 — PIZARRO E ARAÚJO, José de S. A. — Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, 8º vol. p. 141.
- 10 — Livro 10º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1755-1760). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 67.
- 11 — Livro de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1753-1776). Idem, Caixa nº 112.
- 12 — Livro 12º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1762-1775). Idem, Caixa nº 100.
- 13 — Livro de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1766-1681). Idem, Caixa nº 118.

UM ESTUDO INÉDITO DE CÂMARA CASCU DO (I I)

EDUARDO BEZERRA NETO
(do Instituto do Ceará)

JOAQUIM TORQUATO RAPOSO DA CÂMARA

O Ramo Pinheiro da Câmara

Joaquim Torquato nasceu em 27 de Fevereiro de 1788, filho de Gonçalo Soares Raposo da Camara e de d. Ana Maria Soares de Melo. Casou a 24 de Outubro de 1808, com d. Ana Joaquina de Melo, filha do capitão Luis José Rodrigues Pinheiro e de d. Brazia Teresa de Melo.

JOAQUIM TORQUATO, morreu solteiro.

FRANCISCO EMIDIO SOARES DA CAMARA, Comendador da Imperial Ordem da Rosa. Faleceu a 29 de novembro de 1884.

BONIFÁCIO FRANCISCO PINHEIRO DA CÂMARA, Comendador da Imperial Ordem da Rosa. Chefe do Partido Conservador da Provincia. Nasceu a 14 de maio de 1813 e faleceu a 2 de novembro de 1884. Foi vice-presidente da Provincia, ficando em exercício algum tempo no Governo. Exerceu 21 anos como Intendente de Natal. Nunca quis ser Deputado Provincial, tinha seu representante, seu sobrinho Dr. Gomes da Silva.

MARIA GERMANA, batizada a 15 de julho de 1814.

ANA PINHEIRO DA CAMARA

GUILHERMINA PINHEIRO DA CÂMARA

Joaquim Torquato era capitão de cavalaria miliciana e teve ativíssimo papel na política agitada que antecedeu e sucedeu ao movimento da Independência. Era homem enérgico, impulsivo, de cóleras bruscas e muito respeitado pela sua comprovada coragem pessoal. Em novembro de 1816 era viúvo.

Contraíu segundas núpcias mas não houve prole. Faleceu depois de 1834.

FRANCISCO EMIDIO SOARES DA CAMARA, o primogênito de Joaquim Torquato, casou a 3 de Abril de 1826 com d. Maria Inácia de Oliveira Barros, filha do sargento-mor Antonio de Barros Passos e de sua segunda mulher d. Inácia Juliana de Oliveira. O sargento-mor era

sogro de Luis Soares Raposo da Camara, irmão de Joaquim Torquato. Em segundas núpcias recebeu d. Arsenia Mendes. O Com. Francisco Emidio faleceu no Rio de Janeiro a 29 de novembro de 1884. Três filhos do primeiro e onze do segundo casamento.

LUIS, morreu solteiro

MARIA, morreu solteira

FRANCISCA, casou com José Batista de Castro e Silva (sem filhos).

JOAQUIM TORQUATO, casado e sem filhos

AMALIA, casada com Vital do Espírito Santo. Vários filhos.

HENRIQUE LEOPOLDO SOARES DA CAMARA, nasceu em Fortaleza no Ceará. Doutor em Medicina a 27 de novembro de 1868. Fez clínica e política no Rio Grande do Norte. Cinco vezes deputado provincial. Casou com sua prima Balbina. Filhos: Adelaide.

ANA casou com Dr. Francisco Gomes da Silva. Dois filhos, já mencionados. Enviuvando do Dr. Gomes da Silva, d. Ana matrimoniou-se com o dr. Abreu e Lima, deixando 2 filhos.

ADELAIDE ERNESTINA. casou com o médico Dr. Antonio Caetano falecido aos 48 anos, a 8 de março de 1889. Era catedrático de histologia teórica e prática na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Filhos: ISABEL, casada e com 2 filhos.

ARSENIA, casou com Francisco do Espírito Santo. Sem filhos.

CARLOS, morreu solteiro, no 4º ano de medicina.

JOSEFINA, casou duas vezes, uma das quais com Dr. Euclides Barroso, deputado pelo Ceará.

LUIS EMIDIO, casado e sem filhos.

ALFREDO, casou e morreu administrador dos Correios no Rio Grande do Sul. Deixou uma filha.

MARIA, casou com um engenheiro e teve apenas uma filha, Zaira, grande pianista, casou-se com o Dr. Euclides Barroso, viúvo de sua tia Josefina.

BONIFÁCIO FRANCISCO PINHEIRO DA CAMARA, casou a 23 de outubro de 1851, com d. Joana Candida de Borja Pinheiro, filha do Capitão Francisco de Borja Pinheiro e de d. Antonia Josefa de Sousa, neta paterna do capitão Luis José Rodrigues Pinheiro e de d. Brazia Tereza de Melo e neta materna do capitão Antonio José de Souza e de d. Ana Joaquina.

JOAQUIM TORQUATO. Morreu de cólera-morbus, aos 20 anos na campanha do Paraguai, no dia 17 de abril de 1867. Era alferes-ajudante. Combateu bravamente em inúmeros encontros, salientando-se em Curuzú onde foi promovido e condecorado por atos de bravura.

LUÍS EMIDIO. Nasceu a 7 de setembro de 1849 e faleceu a 22 de janeiro de 1916. Fez brilhante carreira na Fazenda Nacional tendo exercido altas comissões.

JOSÉ BONIFÁCIO PINHEIRO DA CAMARA. Morreu em Belém do Pará a 01-05-1889.

BONIFÁCIO FRANCISCO, funcionário federal, morreu como escriturário da Alfandega de Natal.

FRANCISCO CARLOS, Bacharel. Nasceu a 21 de outubro de 1859 e morreu a 9 de abril de 1916. Diplomou-se na Faculdade de Recife a 7 de novembro de 1883. Juiz de Direito em disponibilidade. Por várias vezes assumiu a chefia de Polícia. Casou com D. Joaquina Vieira de Melo de quem não houve prole.

ANA CARLOTA — solteira.

LUIS EMIDIO, casou duas vezes. A primeira com d. Josefa Leonila, filha do farmacêutico José Fel'pe Santiago e de d. Antonia de Souza Caldas, e a segunda com d. Ana Elisa de Sousa Caldas, filha de José Antonio de Sousa Caldas e de d. Irmina Santiago. Dezesse'e filhos. Cinco da primeira núpcia e doze do segundo casamento.

LUIS EMIDIO, escriturário da Fazenda, falecido em Belém (Pará) a 12/02/1910. Era casado com d. Ana Augusta, filha de seu tio José Bonifácio Pinheiro da Camara.

ALUISIO — morreu aos 16 anos.

AGUINALDO, solteiro.

JOANA ELISIA — casada com João André Bakker

JOÃO BAKKER FILHO, c/c d. Mar'ia do Carmo da Cruz.

JANSI CUPPER

DENISE

ANGELA

LUIS EMIDIO

AUGUSTO

ARMANDO e VERA

ODONTINA — casada com o bacharel Orlando Caldas
PAULO MARCELO — solteiro
ADELAIDE CARLINDA
ENEDINA LEONILA
EUCLIDES
OLINDINA — morreu
ANA — morreu
ALVINA MARIA — casada.
BONIFÁCIO FRANCISCO — morreu criança.
JOSÉ BONIFÁCIO — Bacharel. Casou-se com d. Alina da Silva.
LEAL, filha do médico Agostinho da Silva Leal.
MARIA DE JESUS — religiosa das Damas Cristãs
MOACIR
HELENO — Morreu.
JOSÉ BONIFÁCIO — Morreu.
MIRIAM.
MARIA DAS GRAÇAS
LUIS EMIDIO
ALVARO AUGUSTO — Morreu.
JOÃO PINHEIRO DA CAMARA
JOSÉ ANTONIO
MARIA DO CARMO
AGOSTINHO DA SILVA LEAL
MARIA MARTA
MARIA DO CARMO — Morreu.
MARIA DE BELÉM.
MARIA DE NAZARÉ.
JOÃO EMIDIO — c/c d. Abigail Baars, filha do holandês
EDUARDO JULIO CARLUS BAARS, comerciante no interior do Pará.

ZAIDA
SILVIA
LUIS EMIDIO
EDUARDO JULIO

MARIA DE BAJÉ — Morreu.
MARIA DO CÉU.
MARIA DA CONCEIÇÃO “Concita”

JOSÉ BONIFÁCIO, conferente da Alfandega do Pará, casou com d. Francisca da Rocha Bezerra e em segundas núpcias com d. Elisa Gilet de quem não houve filhos. Do primeiro matrimônio

JOÃO, morreu rapaz aos 14 anos, estudante do Liceu em Belém do Pará.

ANA AUGUSTA, casada com Luis Emidio Filho.

CARLINDA

BONIFÁCIO FRANCISCO, c/ duas vezes. Com d. Ana de Paula Soares Raposo da Camara, filha legitimada do Padre Francisco de Paula Soares Raposo da Camara, irmão do IIº Joaquim Soares Raposo da Camara, e segundo com d. Clara de Castro, filha de Inácio Pinto de Almeida e Castro e de d. Maria de Almeida e Castro. Uma filha do segundo matrimônio:

ESTELA, casada com Antonio Florencio de Almeida.
Filhos: Almir, Lenira, Giselia e Estelita.

O coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Camara teve um casal de bastardos havidos na mulher Luzia Francisca Coelho e que foram legitimados em 1856.

ANTONIO PINHEIRO DA CAMARA, que se casou com d. Antonia, filha do farmacêutico José Felipe Santiago de quem houve 21 filhos. Enviuvando contraiu novo casamento com d. Joana Ferreira Mulatino, tendo mais 10 filhos.

(O major Antonio Pinheiro cursou a Escola Militar deixando para ser funcionário estadual em Natal, foi Inspetor do Tesouro e Deputado Estadual — terminou seus dias como Rábula na Penha onde residia).

JOSÉ PINHEIRO DA CAMARA — Bel. em 1887. Casou com Domitila Barata. Filhos:

HEROTIDES — solteira.

ZULEIDA c/c o médico Floran Barata.

ANTONIA c/ com 4 filhos.

RENÉ — casada.

ANTONIO PINHEIRO DA CAMARA, ten. do exército. Foi Alferes do 34º batalhão em Canudos. Faleceu em Penha, no dia 19/05/1967.

EUNICE

ANTONIO, casado.

ARISTEU, morto

ANTÃO, Funcionário da Fazenda. Casado, Inúmeros filhos.

CICERO — Enviuvou de sua mulher que pertencia à família "Feio" de Cachoeira no Pará.

ALBERTO, morreu solteiro.

DEOLINDA, Idem, casada.

MARIA, Idem solteira.

ARISTEA e FLACILA, morreram casadas.

Alguns filhos do segundo matrimônio de Antonio Pinheiro da Camara:

ESTEFANIA E RODRIGO, solteiros e gêmeos.

BONIFÁCIO FRANCISCO, nasceu no mesmo dia que seu avô paterno, casado e com filhos.

ANTONIA

EUDOXIA

ARMINDA — casada.

FILEMON — casado e com filhos.

DALIZIA, c/c Edison Mulatinho s/ primo, c/ filhos.

LAURO: guarda livros em Recife, c/ filhos.

FRANCISCA DA CAMARA (bastarda legitimada p/ Cel. Bonifácio, casou com o Capitão Antonio Pinto de Castro, pertencente à família do Padre Miguelinho, que serviu na guerra do Paraguai, faleceu como Tesoureiro da Alfandega do Pará, morreu em Salinas, de viagem de Belém p/ Natal, vinha a procura de restabelecer-se de beri-beri. Filhos deste casal:

BONIFÁCIO PINTO DE CASTRO — Bel. c/c Ana Mendes de distinta família. Filhos:

BONIFÁCIA, casada e falecida. Deixou filhos.

FRANCISCA — solteira, auxiliar do comércio em Belém.

AMALIA, casou com o comerciante João Duante Pimentel, cearense residiram sempre em Gurupá. Falecidos. Filhos:

ADOLFO — morreu solteiro

ADELIA, casou 2 vezes, o 2º matrimônio com Genesio Machado. 6 filhos.

ALICE, professora diplomada reside no Pará, c/c Plácido

FABIOLA, morreu solteira.

HABER. (?) solteiro.

Haber (?) solteiro

MARIA GERMANA PINHEIRO SOARES DA CAMARA, nascida a 15 de julho de 1814, casou com Francisco de Paula Rego. (José do Rego Bezerra e d. Antonia Ursula de Melo) no dia 17 de fevereiro de 1832.

MARIA, c/c Francisco Coêlho

ZULIMA c/c Luis Lila

JOANA, solteira

MARIA, solteira

MIGUEL, c/c d. Edelvina Alves. Deixou 8 filhos.

ANTONIO, morreu solteiro.

FRANCISCA, morreu solteira.

ENÉAS c/c d. Joaquina de Vasconcelos, deixou 3 filhos:

MARIA, morreu solteira.

LEOCADIA, c/c João de Pontes e deixaram 4 filhos.

JOAQUIM, casou-se em Mato Grosso onde faleceu como capitão do exército. Vários filhos.

ANA PINHEIRO DA CAMARA, c/c Francisco Gomes da Silva.

FRANCISCO GOMES DA SILVA. Nasceu a 23 de março de 1837 e faleceu em Recife a 28 de outubro de 1880. Formouse em Paris, num curso brilhante de três anos. Advogado notável, político militante no partido conservador. Sete vezes deputado provincial. Deputado geral em 1869/72 e 1877/78. Casou-se com sua prima D. Ana, filha do Comendador Francisco Emidio Soares da Camara.

FRANCISCO GOMES DA SILVA, jornalista
c/c filhos.

MARIA, morreu criança

ANA, casou e teve 2 filhos.

O Dr. Gomes da Silva teve um filho bastardo que legitimou:

JOSÉ GABRIEL GOMES DA SILVA, morreu a 8 de agosto de 1890 com 36 anos. Era primeiro escriturário da Fazenda. Deixou filhos.

MARIA, casou-se com Joaquim Alves.

Maria — morreu solteira.

JOSEFA — morreu criança.

ANA — solteira.

GUILHERMINA PINHEIRO DA CAMARA, teve existência romântica.

Apaixonou-se por um homem de sangue inferior ao seu

e a família recusou-se aquiescer ao permitimento. Guilhermina, não obstante os cuidados ciumentos da família, teve ligação com o Romeu, provinciano, e deste conúbio nasceu: **BALBINA**, casada com seu primo médico Henrique Camara, filho do Comendador Francisco Emidio Soares da Camara.

ADELAIDE CAMARA, casada com o Dr. Amaro S.R. da Camara.

Não é preciso se descobrir falta dos mortos, convém ocultar a da infeliz Guilhermina, que muito amou e sofreu ainda mais, foi uma santa, e mesmo é avó de uma das maiores inteligências femininas do Rio Grande do Norte, Adelaide Camara (Mme. Amaro Camara).

CASA DE LARANJEIRAS

Miguel Soares Raposo da Camara, filho do segundo Manuel Raposo da Camara e de D. Maria d'Anunciação de Ramos, casou e fixou morada na vila de S. José de Mipibú. A vila era insignificante mas tivera a honra, em Real Carta de 2 de fevereiro de 1762, de usar o nome de Santo que lembrava o do Rei Fidelissimo.

Em 1784 já figura uma d. Maria Raposo como mestra de meninas na vila. A 30 de agosto de 1787 o Governador Geral de Pernambuco, Paraíba e mais Capitanias anexas, capitão-general José Cesar de Meneses, nomeia Miguel Soares da Camara e sua mulher d. Francisca Maria de Jesus, mestres de ensino. Uma para os meninos e outro para as meninas, teve o cuidado de acrescentar o governamental papelucho.

Miguel Raposo da Camara dispensava o "Raposo" e usava o "Soares" como se vê em sua assinatura no registro da nomeação. Devia encontrar-se em S. José antes de 1783 ou em princípios deste. Sua filha Francisca é de janeiro de 1784.

Sua mulher, d. Francisca Maria de Jesus, era filha do capitão Manuel Martins da Costa e de d. Luzia do Ó da Cunha. Neta paterna do português Domingos Martins da Costa Baião e de sua mulher d. Catarina da Silveira, moradores no Cobé, terras da vila, e neta materna de Cipriano Pereira da Cunha, natural de Penedo, nas Alagôas, e de d. Maria das Neves, da freguesia de São Lourenço da Mata, Olinda de Pernambuco.

A residência de Miguel Soares foi o sitio "Laranjeiras" terreno famoso pela uberdade prodigiosa. Miguel Soares tornou-o lindo. Inda hoje se diz "Laranjeiras" de Miguel Soares. . .

A família ficou chamada "Casa de Laranjeiras". — Miguel Soares Raposo da Camara teve seis filhos.

- A — : Francisca Antonia
- B — : Miguel Soares Raposo da Camara, IIº do nome
- C — : José Barbosa Caminha Raposo da Camara
- D — : Ana Joaquina
- E — : Maria Manoel
- F — : Manuel

A — Francisca Antonia, nasceu a 23 de janeiro de 1784. Casou com Francisco Xavier Machado, filho de Antonio Pires da Silveira e de d. Josefa Maria da Silva chamada familiarmente "Dondom" e proprietários de "Maninbú". Francisco Xavier era neto paterno do português Domingos Martins da Costa Baião e

de d. Catarina da Silveira, bisavós da noiva, e neto materno de Caetano Machado da Cunha e de d. Rosa Maria da Silva. Houve quatro filhos.

José Soares da Camara
João Soares da Camara
Tereza

Francisca Antonia da Camara, 2ª do nome.

B — Miguel Soares Raposo da Camara, chamado “Miguelinho”. Morreu sem prole e não sei se casou. Morreu em Natal a 27 de outubro de 1830 com 43 anos diz o registro de óbito que descobri. Nasceria em 1787.

C — José Barbosa Caminha Raposo da Camara, casou com d. Ana (ou Joana) Quitéria das Virgens. Nada mais respondeu nem lhe foi perguntado. Filhos:

José Lucas Raposo da Camara
Gabriel Arcanjo Raposo da Camara
Maria Florencia Soares Raposo da Camara
Joana Bernardina Raposo da Camara.

D — Maria Manoela Soares da Camara, chamada “Cota”, nasceu a 26 de dezembro de 1795, batizou-se a 4 de janeiro de 1796, na matriz da vila. Foram seus padrinhos o capitão-mor João José da Cunha e d. Antonia Xavier de Barros, viuva do capitão Miguel Ribeiro Dantas. “Cota das Laranjeiras”, como era conhecida, não deixou história ao meu alcance.

E — Manoel Raposo Soares da Camara, nasceu em 1808 e morreu na vila de Araruna, Paraíba, em 1891. Casou em Goiânia com d. Maria Manoela, filha do capitão Inácio Freire do Revorêdo e de d. Francisca Maria Freire do Revorêdo. Dez filhos:

Emilia
Genuino
Bernardina
Francisca Franklina
Libia
Maria Ursulina
Guilhermina
Ana Maria
Manuel
Pedro.

A — Dona Francisca Antonia da Camara, primeira do nome

De seu casamento com Francisco Xavier Machado dona Francisca Antonia da Camara, deixou quatro filhos:

José Soares da Camara

João Soares da Camara

Tereza

Francisca Antonia da Camara, 2ª do nome.

José Soares da Camara, não deixou maiores indícios de sua existência. Nada encontrei a seu respeito e julgo que, se viveu muitos anos, viajou moço para fora de S. José de Mipibú onde não impressionou os anaes da então vila.

João Soares da Camara, nasceu a 30 de março de 1808, casou com d. Maria Teixeira Brandão e deixou cinco filhos:

Maria Teixeira da Camara, c/ o primo Francisco Severiano da Camara.

Isabel Teixeira da Camara, morreu solteira

José Teixeira da Camara, faleceu solteiro. (Deixou dois bastardos, Francisco Camara c/c Georgita Batista Vieira e Maria).

João Gualberto Teixeira da Camara, c/c d. Josefa Ferreira da Silva. Morreram sem filhos.

Joaquina Celestino Teixeira da Camara, c/c João Anselmo.

Tereza, não casou. Faleceu velhinha e muito querida em S. José pela sua inesgotável caridade.

Francisca Antonia da Camara, casou com seu primo Sebastião José de Vasconcelos e segue no título — D. Francisca Antonia da Camara, segunda do nome.

Francisca Antonia da Camara.

Dos filhos de Francisca Antonia da Camara com Francisco Xavier Machado, possuo informes sobre Francisca Antonia segunda do nome.

Francisca Antonia da Camara casou-se com seu primo Sebastião José de Vasconcelos, nascido em S. José de Mipibú a 20 de janeiro de 1793, filho de Antonio da Rocha Pita e de d. Maria do Ó da Soledade, neto paterno de José Lauriano Cardoso e de d. Claudia Maria de Jesús, naturais da vila de Urubú na margem do rio S. Francisco, na então provincia da Baía, e neto materno do capitão Manuel Martins da Costa Baião e de Luzia do Ó da Cunha. Do casamento houve seis filhos:

Francisco Severiano da Camara
João Soares Raposo da Camara Pita
Josefina Paulina da Camara
Maria Altina da Camara
Inacia Celestina da Camara
Miguel Soares Raposo da Camara

Francisco Severiano Soares da Camara, casou com d. Maria Brandão e deixou três filhos:

Cirilo Brandão da Camara, casou na Paraíba e lá morreu deixando descendência.

Miguel Florentino Soares da Camara, vulgo "Miguel Pipoca" casou em Macaíba e foi para o Pará, onde faleceu, com prole.

Esmeraldina da Camara. Casou em Macaíba e viajou para o Rio. Com filhos.

João Soares Raposo da Camara Pita, nasceu a 11 de abril de 1834 e morreu a 2 de dezembro de 1914 em S. José do Mipibú, casou duas vezes. A primeira núpcias com Joaquina de Souza Lustosa, filha de João Soares de Souza e de d. Isabel Maria Lustosa. Em segunda com d. Maria Emilia, filha de João Tiburcio da Cunha Pinheiro e de d. Maria Emiliana da Cunha Pinheiro. Oito filhos do 1º e quatro do 2º.

1 — José Ricardo Lustosa da Camara — Estudante de Direito, morreu solteiro, na vila de Coité, Paraíba a 10 de dezembro de 1895. Alma ardente e generosa, valente e talentoso, foi um dos maiores e mais eficientes propagandistas da Republica que jamais premiou sua dedicação no breve espaço de sua vida modesta.

2 — Isabel, casada com Inacio Pamplona de Meneses.

Iaiá, c/c João Duarte Neto. 3 filhos.

Sinhasinha c/c Leônidas Ferreira da Silva. 13 filhos.

3 — Peçronila, morreu solteira.

4 — Cecília, morreu solteira

5 — Joaquim Lustosa da Camara Pita, nasceu em S. José a 06/01/1864 e faleceu em Natal a 03/05/1950.

Evangelina

Maria Gerusa (Nena) c/c Raul Martins de Oliveira, oficial da armada.

Iza

Iêda

Iris.

Joaquim Lustosa Pita, c/c Glicerildes Borges. Faleceu deixando:

MILZA

Manuel Lustosa da Camara c/ Maria Amelia Xavier.

Judit
Marilda
Anaide
Marli

Umberto Lustosa da Camara c/c d. Maria Pureza Andrade
Nilo Lustosa da Camara c/c d. Druzila Pelino de Oliveira.

Tereza
Elza
Danilo

Nair
Raimundo.

- 6 — Ana Rita. Solteira
- 7 — Maria. Solteira
- 8 — Auta c/ Francisco Ferreira Ribeiro Dantas sem filhos.
- 9 — Maria Jiquilia que se casou com João Saraiva

Leonor. Casada
Francisco
Salomão

- 10 — Precila Pinheiro da Camara
- 11 — Joel, morreu criança
- 12 — Gerusa, morreu criança

Josefina Paulina Soares da Camara, casou com João Teixeira Brandão.

Marcionila da Camara Teixeira Brandão. Solteira
Ana da Camara Teixeira Brandão. Solteira

Inácia Celestina Soares da Camara, casou com Francisco Luis Belém, natural de Pernambuco, mestre de música, famoso pela memória e o verdadeiro divulgador da música sacra e profana em S. José de Mipibu, naquela época sede de elegâncias que o oiro dos engenhos de açúcar garantia. O professor Belém casou duas vezes com filhas de Francisca Antonia da Camara com Sebastião José de Vasconcelos. De D. Inácia teve quatro filhos:

Orículo — morreu solteiro

Agrício — Residia no Rio onde morreu deixando descendência.

Agrícola. Residia no Rio onde faleceu deixando descendência. Nasceu a 08/11/1858 (S. José) Capitão do Exercito.

Francisca — casada com Umbelino Alvares, dono de uma farmácia homeopática em Recife. Filhos:

Oswaldo — farmacêutico — casado

Olivio — médico — solteiro

José — bacharel — solteiro

Maria Altina Soares da Camara, casou com o professor Francisco Luis Belém, viúvo de sua irmã Inácia Celestina e faleceu em S. José a 22/06/1904, já viúva. Houve um filho:

José Altino da Camara Bethlen, morreu solteiro.

Miguel Soares Raposo da Camara, III^o do nome (nascido a 24/03/1838 e falecido a 23/06/1923) casou em 8 de maio de 1864 com d. Urbana Leopoldina Sales (nascida a 05/01/1844 e falecida a 23/11/1924), filha do Major Alexandre Francisco de Sales e Silva e de d. Candida Lucia da Incarnação, neta paterna de Francisco de Sales e Silva e de d. Maria José de Barros e neta materna de Gabriel Arcanjo Barbosa de Gois Lira e de d. Joana Francisca Barbosa. Dezesete filhos dos quais apenas sete sobreviveram.

Isabel Leopoldina da Camara

Teodulo Adolfo Raposo da Camara

Urbana Leopoldina da Camara

Eulalia Leopoldina da Camara

Candida Leopoldina da Camara

Emilia Leopoldina da Camara

Amalia Leopoldina da Camara

Teodulo Adolfo usa o nome inteiro de Teodulo Soares Raposo da Camara Catedrático de Álgebra no Ateneu Norte Rio Grandense. Casou com d. Aura Augusta de Miranda, filha do major Augencio Virgilio de Miranda e de d. Josefa Nazaré Xavier de Miranda.

Mario Miranda Raposo da Camara. Morreu solteiro, acadêmico de Medicina. 08/11/1896 — 14/09/1921.

Adauto Miranda Raposo da Camara, nasceu a 14/03/1888. Bacharel em 1923. Casado com d. Wanda Zaremba. Filhos: Mario, nasceu a 03/10/29

José — Falecido.

Gilberto — Falecido.

Ana Iaraci

Gilberto IIº

Iana Jaci

Alberto — Acadêmico de Medicina

Clélio

Henrique

URBANA LEOPOLDINA, casou com Manoel Tavares Guerreiro da Silva, filho de Felipe Tavares Guerreiro e de d. Joana Tavares da Silva, neto paterno de Joaquim Tavares Guerreiro e de Ana Maria da Conceição e neto materno de Manuel Duarte da Silva e de Ana Joaquina da Silva. Manuel Tavares Guerreiro faleceu sete horas e meia depois de haver nascido seu único filho:

MANUEL TAVARES GUERREIRO DA SILVA, funcionário da Fazenda Nacional, casou com d. Edite Seabra de Melo, filha de José Alexandre Seabra de Melo e de d. Emilia Trindade de Melo. Filhos:

GENARO

MANUEL "Guerrinha"

JOSÉ

ALEXANDRE

DANILO

EVALDO

NEWTON

NORMA

CANDIDA LEOPOLDINA DA CAMARA, casou com Godofredo Leonardo Bakker, natural do Acari, filho de João André do Bakker, belga de nascimento, e de d. Ana Maria de Bakker, neto paterno de Joris Cornelius de Bakker, engenheiro militar e de d. Ana van Dick de Bakker, ambos holandeses e neto materno de Joaquim de Araújo Costa e de d. Ana Umbelina de Araújo Costa, de Acari, nos sertões do Seridó.

Godofredo Leonardo de Bakker faleceu em S. José de Mipibu a 22 de junho de 1905.

GODOFREDO JACAÚNA DE BAKKER, Bacharel, casado com d. Cecy Carletti de Bakker. Filhos: Marina e Carlos Augusto.

JOÃO PIRAGIBE DE BAKKER, casado com d. Maria Ribeiro de Bakker. Filhos: Myrian, Alberto, Múcio, Muri-lo e Armando.

GODESCARDO IBIRAPITANGA DE BAKKER, cirur-gião dentista, casado com d. Cleonice Ribeiro de Bakker. Filhos: Arivaldo, Amaury e Evandro.

IRACI CANDID ADE BAKKER, solteira

AMALIA LEOPOLDINA DA CAMARA, casou com Valfredo Bakker, irmão de Godofredo de Bakker, ele faleceu em S. José de Mipibú a 3 de maio de 1925.

AROLDO

IRACEMA

DEUSDETID.

JOSÉ BARBOSA CAMINHA RAPOSO DA CAMARA

JOSÉ BARBOSA CAMINHA RAPOSO DA CAMARA, filho de Miguel Soares Raposo da Camara e de d. Francisca de Jesus, casou com d. Joana Quitéria das Virgens. Filhos:

A — JOSÉ LUCAS RAPOSO DA CAMARA

B — GABRIEL SOARES DA CAMARA

(Gabriel Atcanjo)

C — MARIA FLORENCIA SOARES RAPOSO DA CAMARA

D — JOANA BERNARDINA RAPOSO DA CAMARA

As letras A e B serão adiante tratadas nos títulos "José Lucas Raposo da Camara e Gabriel Soares Raposo da Camara". Este último é o fundador do ramo **CABRAL RAPOSO DA CAMARA** por se haver casado no Assú com d. Maria Francisca de Oliveira Cabral, filha do coronel Jeronimo Cabral de Oliveira, fundador do ramo "**CASA GRANDE**" e de sua mulher d. Francisca Rodrigues Noia.

C — MARIA FLORENCIA SOARES RAPOSO da Camara, casou com o tenente coronel Joaquim José da Costa, falecido em Natal aos 58 anos de idade a 7 de janeiro de 1827. Parece não ter havido filhos porque d. Maria Florencia requerendo o meio-soldo que lhe cabia, não alude a prole. A 16 de dezembro de 1828 d. Maria Florencia convolou segundas núpcias com o tesoureiro João Alves de Quental, também viuvo, João Alvares de Quental morreu a 13 de setembro de 1850. Não houve filhos deste matrimônio.

D — JOANA BERNARDINA SOARES RAPOSO DA CAMARA, casou com João Inacio Fernandes Barros, pernambucano, a 8 de maio de 1820 in articulo mortis. Enviuvando de João Inacio d. Joana Bernardina matrimoniou-se a 29 de junho de 1837 com José Ambrosio Alvares da Silva. A cerimônia realizou-se na residência de João Alvares de Quental, cunhado da noiva. Não há notícia de descendência.

A — JOSÉ LUCAS SOARES RAPOSO DA CAMARA

JOSÉ LUCAS SOARES RAPOSO DA CAMARA, era militar. Casou a 29 de setembro de 1831, com d. Maria Leonor, filha de seu irmão Gabriel Soares Raposo da Camara, o mesmo Gabriel Arcanjo e teve dezessete filhos. Entre eles, os de vida conhecida e de repercussão social, foram:

JOSÉ — batizado a 7 de abril de 1833

JERONIMO AMERICO RAPOSO DA CAMARA, nascido em Natal a 4 de novembro de 1843, bacharel em 1868 e falecido como desembargador aposentado em 26 de novembro de 1920. Foi chefe de polícia e como presidente do Congresso Estadual assumiu a direção do Rio Grande do Norte por quatro vezes. Casou com d. Mariana Elisa. Filhos:

JOSÉ LUCAS — desembargador aposentado no Estado do Amazonas. Casado. Filhos:

RAIMUNDO AGUINALDO
MARIA LEONOR
NAIR
RUT
MIRTES
CAIO

JERONIMO CAMARA — casado e sem filhos.

ALCIDES CAMARA — casado. Com prole.

MACRINO — Bacharel Juiz Municipal em Minas(?)

HERACLIDES — Advogado em Manaus. Bacharel. Casado e com descendência.

ACRISIO — Bacharel. Casado. Fa'eceu deixando filhos. Casara com d. Consuelo Pereira de Brito. Quatro filhos.

FREDERICO — Bacharel. Advogado em Manaus.

ADOLFO ARTUR — farmacêutico casado com d. Maria

Candida, filha de Maria Candida Raposo da Camara e de Alvaro de Oliveira Gondim.

JOSÉ LUCAS RAPOSO DA CAMARA — Médico. Casa-
ra com d. Maria de Lourdes Varela filha de dr. Manuel de
Gouveia Varela e de d. Etelvina Paula Lopes. Morreu dei-
xando uma filha: Berenice.

MARIA ERMELINDA
ALMERINDA

ALCEBIADES. Morreu solteiro.

FREDERICO AUGUSTO RAPOSO DA CAMARA, padre vi-
gário em Ceará-Mirim. Morreu a 6 de novembro de 1900.

GABRIEL ALCIDES RAPOSO DA CAMARA, casou a 16 de
junho de 1859 com d. Joaquina de Albuquerque Barbosa, filha
de Francisco José Barbosa e de d. Carlota Joaquina de A'bu-
querque Camara. Diplomado em Medicina pela Faculdade da Ba-
hia a 28 de dezembro de 1860. Nasceu a 27 de outubro de 1835.

(ANOTAÇÃO NO VERSO DA PÁG. 32)

REGISTRO MILITAR: JOSÉ LUCAS SOARES
RAPOSO DA CAMARA

Praça 25-04-1817

2º Sgto. 1º-06-1820

1º Sgto. 13-12-1822

Alferes 23-05-1823

Tte. Adido ao Estado Maior: 22-01-1825

B — GABRIEL SOARES RAPOSO DA CAMARA

GABRIEL ARCANJO RAPOSO DA CAMARA, faleceu
aos 20 de outubro de 1848. Residia então na vila de Extremoz.
Durante muitíssimos anos morou na vila do Assu e na fazenda
"Arraial." Casou com d. Maria Francisca de Oliveira Cabral, filha
do cel. Jeronimo Cabral de Oliveira (13/12/1757 - 24/07/1801)
dono da fazenda "Arraial" e de d. Francisca Rodrigues Noia.

Gabriel Soares Raposo da Camara, como se assinava, dei-
xou 8 filhos:

OTAVIANO CABRAL RAPOSO DA CAMARA, bacha-
rel em 1843. Nasceu na fazenda "Arraial" a 15 de janeiro
de 1819 e faleceu em 1872. Foi um dos chefes da facção
conservadora que tomou o nome do seu ramo. Chamavam-na
"Os Cabraes".

Seis vezes deputado-provincial, governou a província como vice-presidente em 1858 e 1870, deputado geral nas nona e décima-quarta legislaturas. Morreu solteiro e sem descendência. "Não deixo o amor de todas pela posse de uma" dizia ele.

LEOCÁDIO CABRAL RAPOSO DA CAMARA, bacharel em 1844. Nasceu no Assu a 7 de julho de 1820 e faleceu em Piracuruca, no Piauí, como magistrado, a 23 de agosto de 1895. Deputado provincial duas vezes. O dr. Leocádio casou com d. Rosa Lina de Rezende, filha do coronel Simplicio Coêlho de Rezende e de d. Clementina de Brito Passos, ambos falecidos por ocasião do casamento. O coronel era tio do deputado e grande advogado do mesmo nome, pai do engenheiro Julio de Melo Rezende. D. Rosa Lina de Rezende faleceu em estado vidual a 28 de outubro de 1903 na cidade de União (Piauí). Filhos:

DR. ADOLFO CABRAL RAPOSO DA CAMARA, nascido a 19 de abril de 1869 e falecido a 27 de setembro de 1895. Bacharel em Direito. Solteiro.

ANQUISES CABRAL RAPOSO DA CAMARA, nascido a 7 de julho de 1870. Cirurgião-dentista pela Faculdade de Medicina da Bahia. Professor de Geografia da Escola Normal de Amazonas aposentado. Várias vezes deputado e tendo desempenhado diversas comissões na administração pública amazonense. Casou com d. Marieta Pedrosa, filha do dr. Jonatas de Freitas Pedrosa (médico), que foi senador e presidente do Amazonas, e de Ermelinda Teixeira, ambos falecidos. Sem descendência.

MARIA EMILIA DA CAMARA, casado com Francisco Gentil de Castro Samico, conferente da A'fandega de Manaus. Uma filha: Maria do Carmo da Camara Samico.

JERONIMO CABRAL RAPOSO DA CAMARA, nasceu a 11 de janeiro de 1821, bacharelou-se em 1847 e faleceu a 24 de maio de 1900. Chamavam-no "doutor Loló". Grande advogado popular, cavalheiresco, alegre, adorado por todos. Dez vezes deputado provincial. Como vice-presidente governou a província em janeiro de 1871 e junho de 1872. Casou com d. Maria Angelica, filha do coronel Estevam

José Barbosa de Moura e de d. Maria Rosa, neta paterna do sargento-mor Manuel Teixeira Barbosa e de d. Ana da Costa de Vasconcelos e neta materna do coronel de milicias Joaquim José do Rego Barros e de d. Maria Angelica da Conceição. Filhos:

MARIA FRANCISCA, morreu criança.

MARIA FRANCISCA, casou com Angelo Rodrigues da Rocha de quem não houve prole.

MARIA ROSA, solteira.

JERONIMO, morreu aos dez anos.

MARIA ANGELICA, solteira.

MARIA ISABEL, casou com Estevam Cesar Teixeira de Moura, filho de Joaquim Manuel Teixeira de Moura e neto de Estevam José Barbosa de Moura. Filhos:

PEDRO, casado c/ d. Ligia de Vasconcelos Chaves.

JERONIMO (Jeromito), casado com d. Dina de Vasconcelos Chaves.

AMARO

JOAQUIM MANUEL (Quinzito), casado com d. Aida Castelo Branco.

MARIA BENEDITA c/c Edgar Smith

MARIA BELEZITA

ADALGIZA

MARIA MARINETE

JOÃO.

MARIA LEONOR, casada com Eneas Rodrigues da Rocha. Filhos:

MARIA LEONOR, casada com Tarquino Seabra de Melo:

DEA AUGUSTA

MARIA CECI

MARIA ANGELICA.

GABRIEL CABRAL RAPOSO DA CAMARA (Gabi), casado com d. Alice, filha de Manuel Joaquim Teixeira de Moura chamado "coronel Manuel Joaquim do Arvoredo" nascido em 1840 e morto em 1912, filho de Estevam José Barbosa de Moura. Filhos:

VALTOR IRIS DE MOURA CAMARA

MANUEL OSÓRIO, casado com d. Maria de

Lourdes de Mendes Lima.

MARIA PÊPA.

MARIA ALICE, casada com João de Moraes
Barbosa.

EDIT

GABRIEL c/c d. Lenira Moura.

ARI

ENID DITE.

JERONIMO (Geró), casado com d. Maria Rosa, filha do
coronel Manuel Joaquim do Arvoredo. Filhos:

ORLANDO

ELITA, casada com José do Nascimento.

VALDEMAR, morreu solteiro.

NIVAL, TERESA, DULCE, MANUEL CAIO,

TAMAR SADI.

ALCIDES, morreu estudante de Medicina.

ADOLFO, morreu estudante de Medicina

MARIA LEONOR, casou com José Lucas Raposo da Ca-
mara, irmão de seu pai.

MARIA CANDIDA, casou com Alvaro de Oliveira Gon-
dim. Filhos:

ARTUR CERCALIS DA CAMARA GONDIM,
morreu estudante de Direito.

MARIA CANDIDA, casou com Adolfo Artur Ra-
poso da Camara.

JOSÉ DE BORJA CAMINHA RAPOSO DA CAMARA

Não houve possibilidade de entroncar esse famoso José de Borja nas linhas genealógicas dos Raposo da Camara a quem pertence por direito e lógica. José de Borja é o único que usa o "Caminha" unicamente usado por José Barbosa Caminha Raposo da Camara, filho de Miguel Soares Raposo da Camara, o dinasta da "Casa de Laranjeiras". Seria filho? Possivelmente.

José de Borja tinha 57 anos em janeiro de 1884 o que lhe denuncia o nascimento em 1827.

Existe a tradição de que ele era "primo ou tio" do doutor Loló. Esse doutor Loló, Jeronimo Cabral Raposo da Camara, era neto paterno de José Barbosa Caminha Raposo da Camara. Pelo exposto bem poderia José de Borja pertencer a "Casa de Laranjeiras".

O apelido "de Borja" não parece ser meramente de batismo. Há no vizinho Estado da Paraíba um ramo dos Raposo da Camara chamado "de Borja" cujo fundador é Francisco de Borja

Raposo da Camara, casado com d. Ana dos Milagres. Aqui deixo alguns dados neste particular:

Francisco de Borja Raposo da Camara, c/c d. Ana Maria dos Milagres Caminha. Pais de:

José de Borja Caminha Raposo da Camara, Pais de:

Manuel Jeronimo Raposo da Camara, que se casou com d. Francisca Xavier. Pais de:

Domingos de Borja Raposo da Camara, casado com d. Maria Conegundes Monteiro da Camara, e de Maria dos Milagres que se matrimoniou com José Irineu da Costa Pinheiro. Mortos sem filhos.

Domingos de Borja e d. Maria Conegundes tiveram:

Maria Leonor Raposo da Camara (Silva)

Leonilda Raposo da Camara (Mariz)

Eloi Raposo da Camara

Herondina Raposo da Camara (Caldas)

Todos casados.

Herondina casou a 31 de agosto de 1924 com Perceval de Farias Caldas tendo os seguintes filhos:

Maria Belilde. Morta. Maria Genoveva, Jeronimo Emiliano Francisco Norberto.

Os descendentes do casal Herondina da Camara e Perceval Caldas são todos norte-rio-grandenses.

José de Borja foi rábula temível, advogado respeitado e discutidor insaciável mais receiado no fôro que uma tempestade no mar. Era malcreação, atrevido, agasalhador e generoso. Sabia de cór e salteado todas as leis, alvarás, despachos e avisos. Com este aranhol atarantava os bacharéis recém-saidos da casca acadêmica. Pertencia ao Partido Conservador por quem se bateu fanáticamente. De Macau, Assú e Ceará-Mirim, o verdadeiro desempata-questão era José de Borja, decidindo aos berros e pulos de metro e meio, as brigas de terras e os amuos domésticos.

Foi deputado provincial quatro vezes, 1866-67, 1870-71, 1872-73 e 1886-87. Vim saber de sua idade por um trecho furioso dum discurso em que defendia a legalidade da eleição provincial em 1883. Discurso de 18 de Janeiro de 1884.

“Eu tenho toda atenção com V. Excia: respeito-o para ser respeitado; mas respeito não é servilismo. Meu gênio impele-me à franqueza; tenho 57 anos de idade, e, creio não haverão mais forças que possam torcer-me.”

José de Borja foi republicano histórico. Assinou a ata de instalação do partido republicano do Rio Grande do Norte a 27 de janeiro de 1889.

MANOEL RAPOSO SOARES DA CAMARA

Manuel Raposo Soares da Camara, 4º do nome, era filho de Miguel Soares Raposo da Camara e de d. Francisca Maria de Jesus. Foi o mais moço dos filhos da "Casa de Laranjeiras". Nasceu em S. José de Mipibú em 1808 e morreu em Araruna, Paraíba em 1891. Casou em Goianinha com d. Maria Manoela, filha do capitão Inacio Freire de Revorêdo e de d. Francisca Maria Freire do Revorêdo, velha família histórica de capitães-mores da ribeira. O casal teve dez filhos.

EMILIA, casada com Antonio Pinheiro Ferreira de Lima
GENUINO

SAMUEL, casado com Isabel Gomes.

ANTONIO PINHEIRO RAPOSO DA CAMARA, casado com d. Maria do Rosário Fernandes Bezerra, filha de João Horácio Fernandes Bezerra e d. Maria Deolinda Bezerra Cesar de Andrada Galvão.

MARIA SENSATA DA PINHEIRO. solteira.

GENUINO, casado com d. Isabel Ferreira de Mélo.

ISOLINA: casada com Benvenuto Bezerra
Natanael, Salatiel, Sebastião

ISABEL, casada com Antonio Bezerra
Diomedes, Antonio

BERNARDINA, Casou duas vezes. A primeira com Bertino. A segunda com José Canabrava.

FRANCISCA FRANKLINA, casou-se com Rafael Arcanjo da Fonseca.

Alfredo Arcanjo da Fonseca. Camara.

Rafael Arcanjo da Fonseca. Coronel do Exército
Morreu deixando pro'e.

Benjamim Arcanjo da Fonseca. Cel. do Exército.
Evangalina. Solteira.

LIBIA, Solteira.

MARIA URSULINA DA CAMARA, casou com Manuel Fernandes Pimenta, filho de Francisco José Fernandes Pimenta e de d. Maria Gondim, neto paterno de Manuel Nunes Fernandes, chamado "Cabelo Perdido" e de d. Maria José Gondim e neto materno do capitão Simão Justino Gondim e de d. Joaquina Maria Gondim.

MARIA URSULINA, nasceu em Goianinha em 1835 e faleceu em Natal em 1929.

LUIZ MANUEL. Morreu solteiro deixando uma filha bastarda, Maria Altiva, que se casou com o capitão Manuel Gilbert. Sem filhos.

FELISBELA, casada com Verissimo Vieira de Melo. Prole Vasta.

Prole Vasta.

BRASILINA, c/c Manuel Eugenio da Silva. O casal teve 22 filhos. Sobreviveram apenas seis: Elisio Eugenio da Camara, casado com d. Olivia Meira. Enviuvando, casou com d. Maria da Gloria Camara. Três filhas do primeiro e cinco do segundo. Euclides, casado com d. Leticia Cerqueira. Deixou duas filhas.

Angela, casada com Leocadio de Oliveira. Sem filhos.

Edelvina c/c Gil da Silveira Martins. Sem filhos. Maria Eugenia, casada c/ Manuel Florencio de Almeida. Dois filhos: Marino, Marisio.

Francisca, casada com Maurilo Freire. Filhos: Maria de Lourdes, Inês, José, Manuel Eugenio Neto.

ANTONIO, nasceu a 17/12/1865 e faleceu em 21/09/1924.

Deixou duas filhas:

Alice c/c Alexandre Manuel Ferreira:

Antonio

Teresa

José

Alina.

FRANCISCO JOSÉ, casado com Emiliania da Silva. Sem filhos.

MANUEL. Morreu solteiro

ANA MARIA, nascida a 17 de fevereiro de 1871, na fazenda Logradouro, municipio de Campo Grande (Augusto Severo), casou a 9 de outubro de 1888 com seu parente Francisco Justino de Oliveira Cascudo, nascido a 27 de novembro de 1863, na vila de Triunfo, municipio de Campo Grande e filho de Antonio Justino de Oliveira (1829-1894) e de d. Bernardina Francisca de Meio (1830-1914). Neto paterno de Antonio Marques Leal, nascido em 1801 e morto em 1894, natural da cidade de Olinda de Pernambuco e de Ana de Oliveira Gondim, e neto de Antonio Ferreira de

Melo e de d. Maria Vieira de Melo, da tradicional família dos "Melos do Aquinhom", bisneto paterno de Antonio Marques Leal, português nascido na cidade de Leiria (Estremadura) e de Maria Ernesta Leal, da cidade de Olinda e bisneto materno de Inacio Ferreira de Melo e de Maria Angélica de Melo. Faleceu em Natal a 09/03/1962. Filhos:

Maria Otavia, morreu criança.

Antonio Haroldo, morreu criança.

Luís da Câmara Cascudo, bacharel em 1928 casado com d. Dália Freire, filha do doutor José Teotônio Freire e de d. Maria Leopoldina Freire, neta paterna do major Manuel Joaquim Freire e de d. Inês Emiliana Freire e neta materna de Antonio Rodrigues Viana e de d. Ana da Cunha Viana. Casamento realizado no dia 21 de abril de 1926.

Fernando Luis, nascido a 09/05/1931.

Maria Severina, morreu criança.

Misael, morreu solteiro.

Maria Ursulina, idem.

Josias, morreu criança.

José Cornello — casado com d. Maria de Assis. Filhos:

Mirabeau, Polibio e João.

GUILHERMINA, casada com o professor de Latim Manuel Pinheiro de Lima Brasil, devotadíssimo sementeiro do ensino na região do Seridó. Inenarravelmente devoto mudou o nome para Manuel Pinheiro do Coração de Maria. Dele Manuel Ferreira Nobre em sua "Breve notícia sobre a provincia do Rio Grande do Norte" publicada em 1877, fala com alto carinho e respeito.

Sebastião Maria Pinheiro da Camara, nasceu em 1859 e morreu em Caicó a 16 de janeiro de 1890 sem filhos.

ANA MARIA, religiosa da Casa de Caridade de Santa Fé, fundada pelo Pe. Dr. Ibiapina. Falecida em Natal a 6 de janeiro de 1933.

MANUEL SOARES RAPOSO DA CAMARA, V do nome.

Manuel Soares Raposo da Camara, VI do nome. Morreu solteiro.

Carmoniza, casada. Filhos: Maria.

PEDRO, casou com d. Maria Guiomar de quem não teve filhos.

NOTAS GENEALÓGICAS DE D. JAIME DE BARROS CÂMARA

(Copiado do Prof. Câmara Cascudo)

Manuel Raposo da Camara

d. Antonia da Silva

Antonio da Camara e Silva (2º filho)

d. Anna Maria de Torres

Joaquim José da Camara e Silva

d. Maria Antonia de Oliveira (filha de Francisco Xavier de Oliveira e d. Anna Maria de Oliveira)

Francisco Xavier de Oliveira Camara

d. Maria Benedita (Sta. Catarina)

Joaquim Xavier de Oliveira Camara (Sta. Catarina)

d. Anna de Barros da Camara (Bahia) filha de Balduino José de Barros e Maria Alvina de Carvalho, naturais da Bahia.

D. Jayme de Barros Camara, 1º bispo de Mossoró, nascido em Sta. Catarina (S. José).

Continua no próximo número

A CAPELA DE CUNHAÚ E SEU VALOR HISTÓRICO

PAULO FERNANDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
(Sócio Correspondente)

«A Capela de Cunhaú é o santuário do Rio Grande do Norte». (Luis da Câmara Cascudo) (1).

«Esse é o Cunhaú que recordo, altar da história rio-grandense (. . .)». (Helio Galvão) (2)

IMPORTÂNCIA DA CAPELA DE CUNHAÚ

A Capela de Nossa Senhora das Candeias de Cunhaú é um dos mais valiosos monumentos históricos do Rio Grande do Norte e do Brasil e, refere D. Nivaldo Monte, Arcebispo de Natal, o "mais importante monumento histórico da vida religiosa do povo brasileiro" (3).

Seu grande valor histórico decorre dos relevantes acontecimentos que nela ou em suas proximidades tiveram lugar, bem como do fato de ser a Capela Senhorial da Casa de Cunhaú, Casa cuja origem remonta aos primórdios da colonização da Terra Potiguar e cuja história está estreitamente ligada à história do próprio Rio Grande do Norte, além de sua expressiva participação na conquista e na colonização do Nordeste Brasileiro, na luta contra os invasores franceses e holandeses, e na expansão da indústria açucareira.

Ela é assim testemunha material de importantes feitos, relíquia de um passado glorioso, monumento rico de conteúdo histórico, verdadeiro documento arquitetônico do feudalismo brasileiro.

A Cunhaú e sua Capela se referem com reverência eminentes historiadores. Aludindo a sua importância para o Rio Grande do Norte, escreve Luís da Câmara Cascudo:

"Não há trecho de terra mais sagrado para nós. Foi o primeiro núcleo industrial da Capitania e a região mais revirada pela guerra e molhada de sangue. Ali viveram os filhos e descendentes do fundador da cidade do Natal. Ali lutaram Felipe Camarão e Henrique Dias. Ali viveu a tranquilidade de André d'Albuquerque. Ali o fausto do brigadeiro Dendé (. . .). A Capela era o

cemitério aristocrático dos Albuquerque Maranhão. É um altar inteiro, devocionário de religião instintiva, com os heróis que se dedicam ao Deus do Céu e ao Rei da Terra(. . .). Com o Forte dos REIS MAGOS, também abandonado até a destruição, a Capela de Cunhaú constitui as melhores “peças” de nosso patrimônio histórico. Salvá-la é engrandecer-nos. . .” (4)

“A Capela de Cunhaú é o santuário do Rio Grande do Norte. Lugar de morte pelo ódio e em louvor da fidelidade à tríade antiga consagradora, a Deus, ao Rei e à Família. A Pátria, terra dos pais, era a soma desses elementos” (1).

Helio Galvão assim se exprime:

“(. . .) Cunhaú empregado aqui é o Cunhaú feudal, maior que o principado de Mônaco, que Jerônimo de Albuquerque doou aos filhos (. . .), 5.000 braças em quadro: Cruzeiro, Estrela, Outeiro, Maranhão, Bom Passar, Mangueira, Torre, Boa Vista, Sargi, Várzea (. . .). Terras que a morte, pela mão dos escrivães, veio dividindo até hoje. . . O Cunhaú que evoco é este. O engenho com a capela. Seus proprietários: Matias e Antonio de Albuquerque(. . .), André de Albuquerque e não sei quantos descendentes. O Cunhaú que espantou Koster. Esse é o Cunhaú que recordo, altar da história rio-grandense, onde um sacerdote, “alter Christi”, derramou o sangue, mo'hando os sacramentos sagrados”. (2)

CUNHAÚ NA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE E DO NORDESTE

A Casa de Cunhaú foi fundada por Jerônimo de Albuquerque (+1618), Capitão-Mor do Rio Grande (e posteriormente do Maranhão), ao conceder a seus filhos Antonio (+ 1667) (que depois governou o Maranhão e foi Capitão-Mor da Paraíba) e Mathias de Albuquerque (+Ca. 1685) (depois Capitão-Mor da Paraíba), a 2 de maio de 1604, 5.000 braças quadradas na várzea do Cunhaú e duas léguas em Canguaretama; o engenho construído nessas terras tomou o nome daquela várzea. (5)

O Engenho de Cunhaú “tem uma história que se desenvolve paralela à história do Rio Grande do Norte e da Paraíba” (6), sendo “um dos mais importantes de todo o Norte”, e “célebre

pelos feitos gloriosos que nele se desdobraram” no decurso da ocupação holandesa (7). Foi o primeiro engenho de açúcar do Rio Grande do Norte (5) e, durante parte do período colonial, seu principal núcleo de população (7). “Cunhaú está em relatórios, diários, narrativas, escritas em holandês, italiano, francês, inglês, latim e alemão. Mereceu registro na cartografia dos séculos XVII e XVIII” (6).

A Casa de Cunhaú participou ativamente na conquista do Maranhão, de 1613 a 1615, com a expulsão dos invasores franceses (Jerônimo de Albuquerque, por esse feito, acrescentou a seu nome o agnome Maranhão), tendo o Engenho de Cunhaú sido hipotecado para o prosseguimento dessa conquista (8). Ela participou também na luta contra os invasores holandeses em meados do século XVII e, no final do mesmo século, no combate à sublevação dos índios no Rio Grande do Norte, que ameaçava a existência da própria Capitania, tendo o Senhor da Casa, Afonso de Albuquerque Maranhão, em 1690, derrotado os índios Canindés (mais tarde, ele presenteou os Canindés com uma légua de terra, para os mesmos lá se estabelecerem). Em 1711, Afonso, durante a chamada Guerra dos Mascates, enviou à Nobreza de Olinda ajuda militar (que não chegou a seu destino). militar (que não chegou a seu destino).

Do século XVIII para os primeiros anos do século XIX, a Casa de Cunhaú era a primeira fortuna da Capitania (9), entrando “pelo século XIX centro de decisões políticas” (6). Diz Helio Galvão: “Fiel à tradição patriarcal, lá estava o triângulo — casa grande — senzala — capela. — Capela de Nossa Senhora das Candeias, com seu capelão” (6). Durante o movimento de 1817, André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Cunhaú (filho de outro de igual nome), assume a Chefia do Governo Provisório do Rio Grande do Norte, vindo a ser traiçoeiramente morto um mês depois.

A INVASÃO HOLANDESA. O MASSACRE DE CUNHAÚ

No período holandês, a crônica de Cunhaú “enriquece na trama de episódios em que se mesclam a bravura e a ferocidade, o heroísmo cristão e crueldade (...), a rapacidade insaciável do invasor e a boa fé confiante dos moradores” (6). Toda a campanha holandesa escolhe Cunhaú para lutas furiosas. A região é revolvida a espada, ali lutando grandes cabos de guerra. De 1645 a 1652, Cunhaú foi teatro de lutas, vinganças e represálias ferozes, entre os Insurretos Pernambucanos e os Holandeses.

Um dos fatos mais impressionantes que aí sucederam foi o terrível massacre ocorrido na Capela em 16 de julho de 1645, per-

petrado por índios sob a supervisão do Delegado do Governo Holandês junto a eles, Jacó Rabi.

Na tarde de 15 de julho de 1645, chega Jacó Rabi ao Engenho de Cunhaú seguido por numerosa malta de índios Janduis (inimigos dos portugueses e aliados dos ho'andeses). Entra no local com simulada paz e manda avisar aos moradores que aproveitaria a Missa do dia seguinte, domingo, para anunciar a todos instruções do governo holandês recebidas do Recife. Para afastar suspeitas, o Delegado declarava que a ninguém se faria mal.

No dia seguinte, pela manhã, seja pelo preceito religioso, seja pela convocação do preposto dos holandeses, a concorrência à Capela foi numerosa. Durante a Missa, depois da Consagração da Hóstia, subitamente, a um sinal do Delegado, os Janduis invadiram o templo, matando cruelmente dezenas de pessoas, inclusive o celebrante, o idoso Padre paulista André do Soveral. Os índios passaram depois para o Engenho, que teriam incendiado. Pouquíssimos homens conseguiram escapar. As mulheres e as crianças, em parte poupadas, espalharam a notícia do morticínio.

Este trágico episódio marca o começo do fim do domínio holandês no Rio Grande (6), pe'o horror que causou e pela consequente reação que suscitou dos luso-brasileiros. Pouco tempo depois, a 3 de outubro de 1645, teve lugar a horrível tragédia em dois atos que foi o massacre de Uruaçu.

Esses episódios encheram de sangue. . . e de glória o Rio Grande do Norte, sobressaindo eles, entre os fatos relevantes do Brasil das origens, como uma das estre'as de maior grandeza. Suas vítimas, "que tombaram em defesa da integridade" de sua Pátria "e pureza de sua fé", são hoje reverenciados como heróis e mártires. (10)

A TRADIÇÃO DOS MÁRTIRES DE CUNHAÚ

"Expulsos os flamengos em 1654", chegaram "a ter esplendor as cerimônias religiosas" oficiadas na Capela, "a que acorriam fiéis num raio de 20 léguas" (11).

Do massacre lá ocorrido, que explodiu "como batismo de sangue na a'vorada da Capitania emergente" (12), ficou a tradição dos "mártires de Cunhaú", objeto de veneração pelo povo. As almas de Cunhaú atraíam a devoção persistente das gentes do agreste potiguar, que ali iam, em romaria, acendendo velas e rezando de joelhos nas ruínas da Capela (11). Por cerca de trezentos anos, as populações vizinhas mantiveram culto às "Almas Santas de Cunhaú" (1). Até meados do presente sécu'lo, a Igreja de Natal costumava cultuar os mártires de Cunhaú com peregrinações regulares ao lugar (3).

Em 1945, o tricentenário dos massacres de Cunhaú e Uruaçu foi solenemente comemorado por um Congresso Eucarístico da Paróquia de Canguaretama (12).

O PRÉDIO DA CAPELA

A Capela deve ter sido erguida em época bem próxima à da doação das terras, ocorrida em 1604. Em 1614, o Engenho estava construído e as terras cultivadas; a Capela já deveria existir. Em 1638, há referência a Cunhaú como freguesia, devendo a Capela ser então a Igreja Matriz.

O prédio se apresenta como tendo sido muito bem construído, talvez a mais sólida construção destinada a uma Casa de oração na então nascente Capitania do Rio Grande (13). Como Cunhaú foi teatro de lutas, saques, depredações e incêndios durante a ocupação holandesa, é possível que nessa época ela tenha sido parcial ou totalmente destruída, e que para sua recuperação tenha sido utilizado "o mesmo material da demolição. Esta hipótese se consubstancia na quantidade de elementos, como tijolos e cacos de telha, enxertados na confecção da alvenaria, que originalmente teria sido em pedra e cal" (14).

Embora sua fábrica original deva remontar "ao início do século XVII, sua última feição se nos apresenta como uma edificação com o frontispício característico do século XVIII" (14), trabalhado em cornijas e alto-relevos (13), "identificado precisamente por sua forma barroca, executado exclusivamente em tijolo, o que não ocorre nas demais alvenarias" (14). O prédio possui também elegante arco cruzeiro "executado em cantaria e do mais alto padrão artístico" (14), que deve, no século XVIII, ter vindo em blocos da Europa, provavelmente de Portugal, para ser montado aqui.

Não se sabe quando cessaram as atividades normais da Capela. Há registro de atos religiosos (casamento, batizado) celebrados cerca de 1860 e referência a uma ou outra inumação por volta da mesma época.

O declínio do prédio pode ter-se iniciado em meados da segunda metade do século XIX e se estendido até o início do século XX. As primeiras fotografias que temos da Capela são da década de 1920, quando ela já se apresenta com aspecto de ruína.

No prédio temos: a capela-mor, a nave e a sacristia (esta quase toda em terra antes da restauração); a sacristia é "cômodo construído posteriormente à fábrica da Capela, por encobrir ou destruir elementos de acabamento da mesma" (14).

Na capela-mor, há um nicho, na parede posterior do prédio, uma seteira na parede da direita, e a porta que dá para a sacristia

na parede da esquerda. A nave possui: dois nichos na parede que a separa da capela-mor; duas portas (além da entrada para a capela-mor), uma, a principal; na frente do templo, e outra na parede da direita. Possuía uma pequena pia de pedra em uma das paredes bem como coro e púlpito cujas respectivas entradas seriam pela parte exterior do prédio.

As medidas principais do prédio são, aproximadamente, as seguintes:

A. No exterior: comprimento 18,75m; largura — 7,36m na fachada da frente e 9,15m na fachada posterior; altura — 5,97m (a altura da capela-mor pelo exterior é de 5,40m).

B. No interior: a) capela-mor: comprimento — 3,90m; largura — 4,90m; b) nave: comprimento — 11,63m; largura — 5,77m.

PESSOAS INUMADAS NA CAPELA

Na Capela eram sepultadas as pessoas da Família de Cunhaú, havendo referência expressa à inumação de algumas de'as. Entre essas pessoas, citaremos os seguintes parentes próximos de André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Cunhaú, morto no movimento de 1817: a) sua genitora, D. Antonia Josepha do Espírito Santo Ribeiro (que faleceu pouco depois de saber da morte trágica de seu filho e dos acontecimentos subsequêntes); b) seus sobrinhos (filhos de sua irmã mais velha, D. Luzia Antonia de Albuquerque Maranhão): José Ignacio de Albuquerque Maranhão (+ meados do século XIX), que presidiu por vezes a Câmara de Vila Flor); e André de Albuquerque Maranhão Arco-Verde (+ 26-07-1857), último Senhor da Casa de Cunhaú, que teria sido sepultado na capela-mor; c) sua sobrinha-neta, D. Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão (que lá teria sido sepultada junto à porta que dá para a sacristia), em torno de quem se teceu a história da "Ressuscitada da Cunhaú".

O próprio André, vítima fatal dos acontecimentos de 1817, não foi sepultado na Capela, mas na então Matriz, hoje Catedral, de Natal. Mas na Capela devem estar inumados quase todos os Senhores de Cunhaú e vários de seus parentes próximos.

CONCLUSÃO

A Fundação José Augusto, preocupada "em preservar a memória do Estado" (15) empenhou-se, por decisão de seu Presidente, o Dr. Valério Alfredo Mesquita, em salvar da destruição

e restaurar as venerandas ruínas de Cunhaú, trazendo, à desolação de suas pedras seculares, a vida de um templo renascido. Restabelecida a Capela histórica, para ela voltará a imagem de Nossa Senhora das Candeias, sua excelsa Padroeira, de onde continuará a abençoar o Rio Grande do Norte.

NOTAS

- (1) LUIS DA CÂMARA CASCUDO, "Acta Diurna" — "Pela Capela de Cunhaú" ("Diário de Natal", 03-12-1949).
- (2) HELIO GALVÃO, "A Capela de Cunhaú" ("Anais do Museu Histórico Nacional", v. III, 1942, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, pp. 479-483).
- (3) D. NIVALDO MONTE, "Ruínas de Cunhaú" (I Seminário de Estudos sobre o Nordeste. Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico), Natal, 1974, p. 5.
- (4) LUIS DA CÂMARA CASCUDO, "Acta Diurna" — "Ruínas da Capela de Cunhaú" ("A República", de Natal, 13-10-1945). (Obs.: Na época dessa Acta Diurna, a tradição vigente era de que Jerônimo de Albuquerque era o fundador de Natal, entendimento reformulado mais tarde, inclusive pelo ilustre autor, L. C. Cascudo).
- (5) AUGUSTO TAVARES DE LIRA, História do Rio Grande do Norte, Fundação José Augusto, 2ª ed., 1982, p. 32.
- (6) HELIO GALVÃO, História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1979, pp. 84-87.
- (7) AUGUSTO TAVARES DE LIRA, op cit., p. 46.
- (8) PEDRO CALMON, História do Brasil, v. II, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, pp. 495-496.
- (9) LUIS DA CÂMARA CASCUDO, História do Rio Grande do Norte, M.E.C., Serviço de Documentação, pp. 122-123.
- (10) D. NIVALDO MONTE, op. cit., p. 1.
- (11) FERNANDO TÁVORA, "Cunhaú" — "Fortim, Engenho e Capela" ("Revista do IHGRGN", vs. XLVIII-XLIX, 1951-1952, Natal, 1952, pp. 109-112).
- (12) JOSÉ JÁCOME BARRETO, Canguaretama Centenária, Natal, Fundação José Augusto, 1985, pp. 70-72.
- (13) D. NIVALDO MONTE, op. cit., p. 3.
- (14) PAULO HEIDER FORTE FEIJÓ, "Memória da Restauração da Capela de Nossa Senhora das Candeias-Capela de Cunhaú", Natal, 1986. (Inédita).
- (15) VALÉRIO ALFREDO MESQUITA, Apresentação ao nº 16 da Série "Documentos Potiguares", Natal/Rio de Janeiro, Fund. José Augusto, 1984.

ADENDA

SINOPSE GENEALÓGICA DOS SENHORES HEREDITÁRIOS DA CASA DE CUNHAÚ, TRATANDO DA DESCENDÊNCIA DO ÚLTIMO SENHOR DA CASA

- 1 — MONDRY, descendente dos reis francos em Colonia;
pai de
- 2 —, ^ssenhora de raça merovíngia; ela e o Duque
MUMMOLIN de Soissons, embaixador em Itália em 540, foram
pais de
- 3 — Duque BAUGISE II, + 588; pai de
- 4 — S. ARNULFO, Prefeito do Paço, + 640/1; pai de
- 5 — ANSEGLIESEL, + antes de 679; pai de
- 6 — PEPINO de Heristal, Prefeito do Paço, + 714; pai de
- 7 — CARLOS Martelo, Prefeito do Paço, + 741; pai de
- 8 — PEPINO, o Breve, Rei dos Francos, + 768; pai de
- 9 — CARLOS Magno, Imperador do Ocidente, + 814;
- pai de
- 10 — PEPINO, Rei dos Lombardos, + 810; pai de
- 11 — BERNARDO, Rei dos Lombardos, + 818; pai de
- 12 — PEPINO, * 817 ou 818, + após 840; pai de
- 13 — HERBERTO, Conde, * Ca. 840, + 900/8; pai de
- 14 — BEATRIZ de Vermendois; ela e ROBERTO I, Rei
dos Francos, + 923 (filho de ROBERTO, o Forte) foram pais de
- 15 — HUGO, o Grande, Duque dos Francos, + 956; pai de
- 16 — HUGO Capeto, Rei de França, + 996; pai de
- 17 — ROBERTO II, Rei de França, + 1031; pai de
- 18 — ROBERTO, o Velho, Duque de Borgonha, + 1076;
- pai de
- 19 — HENRIQUE de Borgonha, + 1066 ou 1071; pai de
- 20 — D. HENRIQUE de Borgonha, Conde de Portugal;
- pai de
- 21 — D. AFONSO Henriques, 1º Rei de Portugal, + 1185;
- pai de
- 22 — D. SANCHO I, 2º Rei de Portugal, * 1154, + 1211;
- pai de
- 23 — D. AFONSO II, 3º Rei de Portugal, + 1223; pai de
- 24 — D. AFONSO III, Rei de Portugal e do Algarve, +
1279; pai de

- 25 — D. DINIS, Rei de Portugal e do Algarve, + 1325; pai de
- 26 — D. AFONSO Sanches, + 1329; ele e D. TERESA Martins, + Ca. 1350 (filha de D. JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE, primeiro que usou o apelido de Albuquerque, 4º Sr. de Albuquerque. 1º Conde de Barcelos), foram pais de
- 27 — D. JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE, 6º Sr. de Albuquerque, + 1354; pai de
- 28 — D. FERNANDO AFONSO DE ALBUQUERQUE, Alcaide-Mor da Guarda, Mestre da Ordem Militar de Santiago, Embaixador na Inglaterra em 1383; pai de
- 29 — D. TERESA DE ALBUQUERQUE; ela e VASCO MARTINS DA CUNHA (Sr. de Tábua, Pinheiro etc., Alcaide-Mor de Melgaço etc.) foram pais de
- 30 — D. ISABEL DE ALBUQUERQUE; ela e GONÇALO VASQUES DE MELO (Sr. de Castanheira, Povos e Cheleiros, Alcaide-Mor de Évora) foram pais de
- 31 — D. LEONOR DE ALBUQUERQUE; ela e JOÃO GONÇALVES DE GOMIDE (Sr. de Vila Verde dos Francos, Alcaide-Mor de Óbidos e da Guarda) foram pais de: 32 — GONÇALO DE ALBUQUERQUE (pai de 33 — AFONSO DE ALBUQUERQUE, Vice-Rei da Índia. Duque de Goa, Sr. do Mar Vermelho); 32 — JOÃO DE ALBUQUERQUE, que segue
- 32 — JOÃO DE ALBUQUERQUE, Sr. de Esgueira em 1454; pai de
- 33 — LOPO DE ALBUQUERQUE, Moço Fidalgo; pai de
- 34 — JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE, fidalgo português; chegou ao Brasil em 1535; governou Pernambuco; ele e D. MARIA DO ESPÍRITO SANTO ARCO-VERDE foram pais de
- 35 — JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Fundador da Casa de Cunhaú, Fidalgo da Casa Real, Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, Conquistador e Capitão-Mor do Maranhão; * Ca. 1548 em Olinda, + 1618; pai de
- 36 — MATHIAS DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Senhor de Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Comendador da Comenda de S. Vicente da Figueira, da Ordem de Cristo, Cavaleiro Professo de S. Bento de Aviz, Capitão-Mor da Paraíba; * Olinda, + Ca. 1685 em Cunhaú; pai de
- 37 — AFONSO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Senhor Hereditário de Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Capitão-Mor de Goianinha, * Ca. 1660; pai de
- 38 — GASPAR DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Senhor Hereditário de Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Capitão-Mor de Goianinha; pai de

- 39 — LUIZ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Sr. do Eng^o de Belém, em S. José de Mipibu, Coronel; pai de: 40 — JOSÉ IGNÁCIO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Ten.-Cel., * Ca. 1759, + 1821
- 39 — ANDRÉ (I) DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Sr. de Cunhaú, que segue
- 39 — ANDRÉ (I) DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Senhor Hereditário de Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Coronel do Regimento de Cavalaria Auxil'ar dos Distritos de Arez, Vila Flor e Tamatanduba; + 1806; pai de
- 40 — ANDRÉ (II) DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Senhor Hereditário de Cunhaú, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo Coronel Comandante do Regimento de Cavalaria Miliciana da Divisão Sul do Rio Grande do Norte; Chefe do Governo Provisório do Rio Grande do Norte em 1817; * Ca. 1776, + 25/26-4-1817; sem descendência
- 40 — D. LUZIA ANTONIA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, que segue
- 40 — D. ANTONIA JOSEPHA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO; ela e ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (Sr. do Eng^o das Estivas, em Arez, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão-Mor das Ordenanças de Vila Flor e Arez, * Ca. 1773) foram pais de:
- 41 — ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO Sr. do Eng^o de Itapecirica, ra Paraíba, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comandante Superior da Guarda Nacional; * Ca. 1799. + 1895; com desc.; 41 — ANTONIO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO CAVALCANTI, Sr. dos Eng^{os}. de Tamatanduba e de Ilha do Maranhão, em Canguaretama Comendador da Ordem de Cristo, Ten.-Cel. da Guarda Nacional; + 1865; com desc.
- 40 — D. JOSEPHA ANTONIA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO; ela e JOÃO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (Sr. do Eng^o Miriri, * Ca. 1775) foram pais de: 41 — IGNÁCIO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO. Cel.;

com descendência.

40 — D. LUZIA ANTONIA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO; ela e JOSÉ IGNÁCIO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, (do Eng^o de Belém, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Ten. Cel. de Cavalaria Miliciano no R. G. N., * Ca. 1759, + 1821), foram pais de

41 — ANDRÉ (III) DE ALBUQUERQUE MARANHÃO ARCO-VERDE, último Senhor da Casa de Cunhaú, Brigadeiro, Deputado Provincial no R. G. N., Juiz Municipal e de Órgãos em Vila Flor com alcada no Crime; * Ca. 1797, + 27-07-1857, em Cunhaú; pai de: 42 - D. AMÉLIA CAROLINA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO ARCO VERDE. + 1908, que segue; 42 — D. LUZIA ANTONIA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO ARCO-VERDE. + 1883. que segue

42 — D. AMÉLIA CAROLINA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO ARCO-VERDE, + 1908; ela e ANTONIO JERÔNIMO PINHEIRO (Capitão da 1a. Cia. do Batalhão da Guarda Nacional do Município de Canguaretama — R. G. N.) casados na Capela do Eng^o de Cunhaú a 24-4-1859 (as Bênçãos Nupciais foram dadas pelo Pe. José de Mattos Silva, Vigário de Canguaretama sendo testemunhas Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Antonio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti), foram pais de

43 — ANTONIO PINHEIRO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, * 1860 no Eng^o de Cunhaú, em cuja Capela foi batizado; foi 2^o Secretário Efetivo do então Clube Norte-rio-Grandense do R. J., tendo, em 4-11-1888, assinado, com outros integrantes da Diretoria do referido Clube, ofício em que o mesmo expressava seu apreço ao Dr. Antônio Coelho Rodrigues, deputado geral pelo Piauí, em face da posição que este assumira perante a questão de limites” entre o R. G. N. e o Ceará, “dando razão ao Rio Grande do Norte” (M. Rodrigues de Melo. “Subsídios para a História do Centro Norte-Rio-Grandense do Rio de Janeiro”, “Revista do IHGRGN, v. LXX, 1978, Natal, 1980, pp. 11 e segs.); + 1917; ele e D. AMÉLIA CONSTANÇA DE SEIXAS (+ 1909), casados no R. J. em 1891, foram pais de: 44 — EDUARDO * e + 1892; 44 — ANTONIO P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO * 1900, + 1919; 44 — D. EPONINA

- P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO * 1893 + 1981 no R.J.; com desc.; 44 — D. ESTHER * 1893 + 1912; 44 — D. AMÉLIA * 1895 + R.J.; com desc.; 44 — D. ELZA * 1898 + R.J.; com desc.; 44 — D. EUNICE; 44 — D. EVENICE
- 43 — ANDRÉ PINHEIRO DE ALBUQUERQUE ARCO-VERDE * 1861 no Eng^o de Cunhaú; ele e D. ANA UCHOA CAVALCANTI, casados em Pernambuco em fins do sécu'lo XIX, foram pais de: 44 — ANTONIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ARCO-VERDE Dr.; cirurgião dentista; ele e D. ROMA GUILHERMINA SANTINI, casados em Carmo do Rio Claro, Minas Gerais, Ca. 1920, têm desc. no R.J.
- 43 — FELIZARDO * 1863 no Eng^o de Cunhaú, onde foi batizado pelo Vigário Manoel Januario Bezerra Cavalcanti, sendo Padrinhos o Dr. Felizardo Toscano de Brito e sua mulher D. Eugenia Accio'es Toscano de Brito; + 1880
- 43 — JOÃO PINHEIRO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO * 1864 em Canguaretama, onde foi batizado pelo Vigário de Goianinha Pe. Manoel Ferreira Borges a 15-01-1865, sendo Padrinhos o Pe. Felipe Benício da Fonseca Galvão e D. Eugenia Toscano de Brito Leite (mulher do Dr. Joãoã Leite Ferreira Jr); Funcionário Federal no R.J.; foi o declarante (no Cartório da 10^a Pretoria Cível da então Capital Federal) do óbito de sua Mãe (D. Amélia Carolina), que com ele residia no R.J. quando faleceu em 1908; + 16-11-1912; ele e D. LUIZA BUXTON (* 12-08-1874 no R.J., onde + 13-05-1959) foram pais de
- 44 — ADELINO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO * 02-02-1905 no R.J.; Funcionário Federal aposentado; c. desc.
- 44 — PAULO ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE MARANHÃO * 17-03-1912 no R.J., onde + 04-12-1980; foram seus Padrinhos de Batismo seu Tio o Capitão Pedro Pinheiro de Albuquerque Maranhão e D. Joana Labandera; foi aluno do

Colégio S. Bento no R. J.; Funcionário dos antigos Distrito Federal e Estado da Guanabara; dele e de D. ROSA DE CASTRO (* 17-07-1917 no R. J.), casados no R. J. em 26-09-1936, são filhos: 45 — PAULO FERNANDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Prof. Dr; * 31-12-1942 no R. J.; Advogado de Empresa Pública Federal; realizou curso de Mestrado e Doutorado em Direito Público; nomeado após concurso, tomou posse como Procurador da República (não entrou em exercício em virtude de opção por outra atividade); Bacharel em Filosofia; Professor Universitário; Sócio da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, do Centro Norte-Rio-Grandense do R. J., do Instituto Genealógico Brasileiro, da Associação dos Ex-Alunos dos Colégios Militares; Sócio Correspondente Estrangeiro do Instituto Português de Heráldica; Sócio Honorário do "Istituto del'Sacro Romano Impero" (com sede na Itália); Congressista do II Congresso de História Fluminense (Niterói, 1967); Sócio Correspondente do IHGRGN, de cuja tribuna fez, em 29-03-1983, pronunciamento em favor da restauração da Capela de Cunhaú; esteve presente na Solenidade (em 1-6-1984, em Natal) em que foi assinado o Convênio de Restauração da mesma Capela; representando a Família dos antigos Senhores de Cunhaú na Solenidade (presidida pelo Presidente da Fundação J. Augusto, Dr. Valério Mesquita, e com a presença do Presidente do IHGRGN, Dr. Enélio Petrovich) da reinauguração da Capela de Cunhaú em 15-2-1986, descerrou a placa alusiva ao ato, juntamente com o Arcebispo de Natal, D. Nivaldo Monte, e com o Dr. Hélio Vasconcelos, Secretário de Educação do R. G. N. (representando o Governador do Estado,

- Dr. José Agripino Maia); 45 — D. NORMA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO * 8-7-1937 no R. J.
- 44 — D. ESMERALDA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Prof^a; * 11-6-1897 no R. J. onde + 1940; c. desc. no R. J.
- 44 — D. HILDA ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Prof^a; * 25-2-1900 no R. J. onde + 1974; c. desc.
- 44 — D. SYLVIA ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Prof^a; * 13-2-1902 no R. J., onde + 1967; Enfermeira dip^omada pela Escola Ana Neri da antiga Universidade do Brasil, com aperfeiçoamento nos EEUU, durante 3 anos, no "Philadelphia General Hospital"; foi Diretora da Escola de Enfermagem R. Haddock Lobo no R. J. e Professora do Curso Secundário da Prefeitura do antigo Distrito Federal; pertenceu à Legião Brasileira de Assistência.
- 44 — D. REGINA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO * 23-3-1910 no R. J., onde + 1961; c. desc. no R. J.
- 43 — PEDRO PINHEIRO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Capitão do Exército, * 22-6-1870 no Eng^o Cruzeiro (em Canguaretama), onde foi batizado a 18-9-1871 pelo Vigário da Freguesia Manoel Januário Bezerra Cavalcanti, sendo Padrinhos o Dr. João de Albuquerque Maranhão (Sr. do Engenho das Estivas, também chamado Dr. João das Estivas) e sua mulher D. Antonia Josefa de Albuquerque Maranhão; ele e D. JOANA LABANDERA (+ 17-8-1926), casados em fins do século XIX, foram pais de: 44 — HELVECIO P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO. Gen. de Brigada; + R. J., c. desc; — 44 — LUÍS P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Dr.; foi Diretor da Renda Imobiliária da Prefeitura do antigo Distrito Federal e Secretário de Finanças do antigo Estado da Guanabara; + R. J.; c. desc.; 44 — D. ALIDÉA P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Prof^a, + 1930; 44 — D.

AMÉLIA P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Profª, + 1982 no R. J.; 44 — D. MARIA P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO + 1982 no R. J.; 44 — D. ACIDALIA P. DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

43 — D. MARIA AMÉLIA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO * Engº Cruzeiro + 1938 no R. I.

42 — D. LUZIA ANTONIA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO ARCO-VERDE + 1883; ela e JOÃO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO CUNHAÚ (* 1835 + 1896), casados Ca. 1860 (provavelmente na Capela de Cunhaú), foram pais de

43 — D. MARIA ANTONIETA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO ARCO-VERDE * Engº Estrela, no R. G. N., + 1953 no R. J., aos 80 anos; ela e LUIZ EMYGDIO DE MELLO, * R. G. N., Major da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, + R. J... foram pais de

44 — JORGE ALBERTO DE MELLO, Prof. Dr.; * 30-3-1911 + 1986 no R. J.; Doutor em Ciências pela antiga Universidade do Estado da Guanabara; Geólogo, Químico Industrial, Livre Docente do Colégio Pedro II no R. J.; Professor do Museu Nacional e da Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica; recebeu a Medalha do Mérito Aeronáutico; erudito, autor de vários trabalhos científicos; c. desc. no Estado do Rio de Janeiro.

44 — LUIZ EMYGDIO DE MELLO FILHO, Prof. Dr.; * 31-10-1913 no Estado do R. J.; médico, botânico e paisagista, com destacada atuação em prol da preservação da natureza, tendo sido Presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza; Benemérito do Jardim Botânico do R. J.; ex-Diretor do Museu Nacional; ex-Professor Titular de Botânica da antiga Universidade do Estado da Guanabara e da Universidade Federal do R. J., de onde é Professor Emérito; Sócio Correspondente da "Sociedad Mexicana de História Natural"; Delegado Plenipotenciário no II Congresso Sul-Americano de Botânica (Argentina,

1948); Vice-Presidente de Honra do 1º Congresso Latino-Americano de Botânica (México, 1972); autor de cerca de 50 trabalhos científicos; recebeu a Medalha e o Diploma de Benemérito do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional; pertenceu ao Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Sócio Correspondente do IHGRGN; por sua iniciativa e através de texto por ele elaborado, vários integrantes da Família dos antigos Senhores de Cunhaú residentes no R. J., encaminharam, Ca. 1960, ao então Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dr. Rodrigo de Mello Franco, documento pleiteando "medidas de restauração e proteção" da Capela de Cunhaú; (o tombamento das ruínas da Capela, passo importante para a preservação das partes remanescentes do prédio, veio a ocorrer em 16-6-1964); c. desc. no R. J.

44 — D. CLOTILDE ANTONIETA DE MELLO, Profª; * 15-1-1909; c. desc. no Estado do R. J.

CONVENÇÕES E ABREVIATURAS

* — nasceu em/no

+ — morreu em/no

Ca. — cerca de

c. desc. — com descendência

Engº — Engenho

Ten.-Cel. — Tenente-Coronel

R. G. N. — Rio Grande do Norte

R. J. — Rio de Janeiro

IHGRGN — Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

NOTA: A presente ADENDA relaciona os Senhores Hereditários da veneranda Casa de Cunhaú, apresentando uma de suas linhas genealógicas ascendentes e tratando, resumidamente, da descendência do último Senhor da Casa, André (III) de Albuquerque Maranhão Arco-Verde (+ 1857), sobrinho, eis que filho da irmã mais velha — (D. Luzia

Antonia de Albuquerque Maranhão, casada com seu primo José Ignacio de Albuquerque Maranhão, Ten.-Cel., os quais foram pais também de José Ignacio de Albuquerque Maranhão, que presidiu a Câmara de Vila Flor) — de André (II) de Albuquerque Maranhão, Senhor de Cunhaú, tragicamente morto (sem descendência) nos acontecimentos de 1817.

Nas relações de filiação, os homens precedem as mulheres e, em princípio, os filhos mais velhos precedem os mais novos e as filhas mais velhas precedem as mais novas.

As senhoras constam sempre com seus nomes de solteiras.

FONTES

Foram consultadas, entre outras, as seguintes fontes:

- HERVE PINOTEAU — “Les origines de la Maison Capétienne”, in *Vingt ans d'études dynastiques*, Paris, Editions Christian, 1982, pgs. 141 a 196.
- D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Nova Edição, Tomo I. Coimbra, Atlântida Livraria Editora, MCMXLVI.
- AFONSO E. M. ZÚGUETE e Outros — *Nobrezza de Portugal e do Brasil*, Volume I, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.
- ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE — *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1973.
- ANTONIO JOSÉ VICTORIANO BORGES DA FONSECA — *Nobiliarchia Pernambucana*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935.
- Frei ANTONIO DE S. MARIA JABOATÃO, *Catálogo Genealógico*.
- Documentos diversos.

ÁBNER DE BRITO: episódio de uma vida atribulada.

TARCÍSIO MEDEIROS
(Sócio Efetivo)

Como sempre acontecia, papai, mais das vezes, levava à nossa mesa, sempre ao almoço e sem aviso prévio, um dos seus doentes dentre aqueles que, em face do carácter benigno da doença, não merecia especial vigilância, porém parecia necessitar de certa dose de encorajamento para vencer as crises depressivas, ou de uma prova de confiança que ele precisava para testar o equilíbrio mental do paciente.

No início de 1929, era menino de dez anos, mas, daquela feita, quando fui chamado para almoçar, já encontrei sentado ao lado direito da cabeceira, junto de papai, um outro amigo seu lá do Hospício. E no momento de escorregar para o meu lugar, encabulado por ter chegado atrasado, papai sem tirar os olhos daquele homem, foi dizendo: — “Meu filho, este é o Dr. Ábner de Brito, um nosso amigo, que vai ser seu professor”.

Este fato de papai querer fazer de um louco meu professor, foi o que mais contribuiu para que jamais esquecesse Ábner de Brito. Não que eu tivesse medo de conviver com ele, pois o continuo conhecimento, embora escondido, de outros em pior estado, dera-me confiança bastante e habilidade capaz de saber como tratá-los. Mas, porque seria interessante ver o que iria um louco ensinar.

Naquela ocasião, lembro-me bem, usava um terno de casimira marrom, velho, com a lapela abotoada no alto, como a esconder o peito nu, sem camisa. Assim o ví pela primeira vez, e não sei por que foi esta a imagem que dele conservei nos olhos, parecendo que nunca mudou de roupa. Muitos anos depois, quando em certa época se encontrava recuperado, de longe o divisei na rua, de pasta ao lado, alegre, conversando com outras pessoas, vestia a mesma roupa marrom, amarfanhada, apenas colocara camisa e gravata.

Assim como papai quis, foi. O Dr. Ábner passou a dirigir os meus estudos do currículo primário, sobretudo insistindo nas disciplinas em que tinha dificuldades e que eram mais precisas para o admissão ao curso secundário, como chamavam o ginasial da época. Português era a matéria que tinha prazer de ensinar. Depois das 15 horas, começavam as aulas, debaixo das mangueiras que enchiam de sombras fresca a frente do pavilhão dos pensionistas.

Só então, tive mais de perto a oportunidade de melhor conhecer o homem: — estatura mediana, pele clara, porém amarela-

da; cabelos bastos e rareando nas têmeoras; cabeça protegida por um pequeno boné, às vezes, um lenço com nós nas quatro pontas, e rosto oval bem pronunciado, tinha bochechas cheias. Entretanto, no seu físico, duas coisas me prenderam sempre a atenção, impressionando-me: — olhos vivos e sorriso fácil e acolhedor, tudo de que precisava para ter-me ao seu lado, um menino arisco e desconfiado que ia ter, pela primeira vez, como julgava, um doido como professor, e que levava no seu calcanhar Jack, seu cachorro de confiança, só para o caso de precisar. . .

Expressão fácil e entusiasmo no ensinar faziam de suas aulas momentos de embevecimento para mim. Tinha um jeito todo especial de, depois das explicações, fazer testes para sondar até que ponto aprendera em suas palavras, o que hoje, na moderna didática, chamam de verificação da aprendizagem. Na análise gramatical, sempre empregava versos que sabia de cór, mais das vezes declamando outros com entusiasmo. Era no cerne o mestre que se revelaria, depois. Por isso, soube que havia pedido ao meu pai para ensinar-me, aguardando a passagem do tempo de sua recuperação com algo útil e que o desviasse da psicose da bebida, causa única do seu internamento no Hospício, pois ali estava numa temporada necessária, imperiosa, alheia à sua vontade de viver mais intensamente a vida, na ânsia de uma só vez dela auferir tudo.

Nossas aulas continuaram por meses, mesmo vencendo a minha natural inclinação para a vadiagem. Mas, havia um fato, que se repetia todos os dias quando, pelas 15:30, o Grupo Escolar "Frei Miguelinho", nosso vizinho da d'reita, encerrava as classes com suas alunas cantando uma canção, cuja música, passados tantos anos, ainda sou capaz de solfejar. Naquele momento, impreterivelmente, ele parava a explicação e ficava escutando, cabeça erguida e meio inclinada à esquerda, para afirmar que, dentre todas as vozes, ouvia como a ma's bela, mais forte e mais clara, a voz de sua filha Maria José. Que possuía essa filha, era verdade, porque a conheci menina, já crescida, visitando-o no Hospício, e doutras feitas, espiando por cima do muro de um galho de goiabeira, a v'ia brincando no recreio, somente para dizer-lhe que tinha visto a fi'ha comparecer ao Grupo, pois nunca acreditei que, dentre dezenas de crianças, a voz de Maria José fosse distinguida pelo pai.

Em junho, ao fim da aula, presenteou-me com um livro: — ESTUDOS SOBRE OS VERBOS FRANCESES, da autoria de Celestin Marius Malzac, (Ed. Imp. Oficial da Paraíba), dizendo: — é o que tenho para você, pois espero alta logo mais. Creio que não posso mais lhe ensinar. O livro que lhe dou, talvez não

tenha utilidade agora, mas, adiante, vai lhe servir muito. Guarde-o sempre como lembrança minha. Não sei se disse algum agradecimento, pois a despedida me deixou meio encabulado. Pus os livros sob o braço e fui para casa. No caminho, abri o que me dera, e logo na primeira página, numa escrita graúda, estava a oferta: — “Ao bom amiguinho Tarcísio Medeiros. Lembrança de Abner de Britto. 19-06-29”.

Passaram-se os anos. Deve ter sido por volta de 1933 ou 34, quando já era ginásiano do terceiro ou quarto ano. Certa feita, tendo pu'ado para o terreno do Asilo que servia de recreio coletivo aos doentes, — onde as frutas, embora as mesmas existissem no nosso sítio, eram mais gostosas porque eram surrupiadas sob ameaça de surra de papai se nos pegasse por lá, — foi que notei, nas paredes dos altos muros, escritos em carvão, versos e mais versos. Noutras partes, muitos provérbios em Latim e Francês, sendo que um em particular decorei para sempre: “Rit mieux qui rira le dernier”.

Impressionado com aquilo tudo, contei a papai o que notara. Depois de receber o “carão”, por ter andado em lugar proibido, tive dele a indicação: — Só pode ser coisa do Dr. Ábner que voltou. Isto foi o bastante para que corresse ao Hospício em busca do meu ex-professor.

No seu lugar preferido, debaixo da sombra de duas gigantes acácias de flores vermelhas, plantadas ao pé do muro divisório do terreno lá de casa, avistei sua silhueta sentada na espreguiçadeira. — Sentido os meus passos, voltou-se. Então a surpresa, o impacto imprevisito, pregou-me ao solo, mudo, sem saber o que dizer. Foi preciso que partisse dele a iniciativa da palestra que mantivemos por minutos, pois daquela vez tinha urgência de saber o que lhe tinha acontecido, vez que de minha parte não tive coragem de perguntar a razão da cicatriz enorme, desfigurante, que lhe rasgara a face desde o alto da narina direita até bem próximo ao lábio superior esquerdo, grossa, profunda, tornando o rosto uma máscara de constante ricto sarcástico.

Logo mais, tudo soube. A boemia levava-o à embriaguez permanente, numa vida de peregrinação pelos lupanares mais reles. Caíra tanto, que perdera o respeito de si próprio. Repudiado no lar, quis impor sua autoridade, e do conflito surgido com a esposa e um filho, recebeu uma navalhada profunda no rosto, causando aquela cicatriz que o marcou para sempre.

Desta última vez, tive pouco contato com o Dr. Ábner de Brito. Mais das vezes, recebi ainda ajuda no preparo dos meus deveres escolares. Algum tempo após, foi embora para se fixar em Ceará-Mirim onde pretendia fundar um Colégio. Depois, nun-

ca mais o ví, e foi apenas quando rapaz, já acadêmico de direito, que teve conhecimento dos seus versos, de sua obra literária, de sua carreira pública na Magistratura e no Ministério Público, constituindo um período longo de uma existência que nada testemunhei, todavia entrecortado de fases amargas, sem rumo e sem sentido, afogadas no álcool das serestas para esquecer o desajustamento familiar.

Ábner de Brito, nascido na cidade do Caicó, Rio Grande do Norte, aos 29 de novembro de 1890, era filho de Pedro Paulino Pereira de Brito e de Maria Leopoldina Pereira de Brito. Estudou as primeiras letras no Colégio Americano; o ginásial, no antigo Ateneu, em Natal. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1912, na 2a. turma que colou gráu no prédio da atual Faculdade da Praça Adolfo Cirne. No ano seguinte, aos 12 de abril, casou-se com Elisa Nóbrega Dantas, filha do desembargador Bartolomeu da Nóbrega Dantas e sua esposa Maria Dantas. Exerceu em Natal os cargos de Secretário da Escola Normal e Procurador Fiscal do Estado. Foi ainda Juiz Distrital em Augusto Severo. Promotor Público nas Comarcas de Caicó, Currais Novos e Macau. Finalmente dedicou-se ao magistério fundando um externato em Ceará-Mirim e depois na Capital do Estado do Paraná onde foi residir e veio a falecer no dia 24 de janeiro de 1950.

Dedicado às letras, colaborou em jornais e revistas da Capital e do interior do Estado. Orador fluente e entusiasta, foi o preferido às efemérides cívicas. Contudo foi a poesia que o tornou mais conhecido pela rara inspiração lírica dos seus versos, às vezes aos moldes dos parnasianos ou dos panteístas como costumava dizer dos seus poemas DE NATURE RERUM, ou de Confissões, ou mesmo o místico como o foi em "Nossa Senhora".

Foi em tí que achei toda a poesia,
Nossa Senhora, nossa Mãe, nosso Horto
De deleites, de amor e de conforto,
causa de nossa dúcida alegria!

(*)

Ah! como é grande no infinito espaço
Quem deu a luz à Excelsa Providência,
Quem trouxe Deus, brincando, pelo braço!

Esmeraldo Siqueira que perqueriu posteriormente sua vida, em "Do meu reduto Provinciano" (Editora Pongetti - 1969), explicou que Ábner de Brito, apesar de ter exercido tantas e nobres

atividades profissionais e dos encargos de família, não conseguiu refrear a sua mórbida natureza, subjugar as taras do dipsómano, e, por isto, a maior parte de sua vida foi uma seriação de drama terrível, que o levou, varias vezes, ao Hospício de Alienados do Alecrim, em Natal. Sua obra, em consequência, tornou-se dispersa. Nenhum livro publicou, exceto o de título "OSSÁRIO" em o qual pretendia fixar os seus versos preferidos. Do que ficou público em jornais e revistas "O Sapo", "O Algodão", "Meu Louro", são versos críticos e denota ironia. "A Noiva", é um lindo soneto escrito em um album de uma menina-moça, bem assim um página lírica está em "Última Página".

Bendito seja o dia, a noite seja
Bendita e tudo quanto o Onipotente
Fêz. Bendita a ilusão, bendito o ardente
Amor, que pelo mundo se espanija.

Maldito seja o crime e tôda a inveja
Maldita seja, interminavelmente.
O ódio seja maldito, o ódio inclemente
Que, em forma de demônio, nos peleja.

Maldita seja a vida que me encerra
No lôdo verde que produz a terra,
Que me nivela com o batráquio imundo.

Então, bendita seja a hora querida
Em que eu, dormindo para a Grande Vida,
Fechar os olhos pra não ver o mundo.

Na produção de Ábner de Brito, não é a forma do poema, soneto ou qualquer outro tipo, porém é mentalidade do poeta, a sua força criadora, a sensibilidade, a imaginação e a graça, os componentes essenciais da verdadeira celebração dos seus versos, como ocorre em:

"Pombal de Ruínas"

Velho Pombal, castelo peregrino,
Como te encontro assim desmantelado!
Nem um pombo sequer. . . Desabitado
Vives, palácio branco e pequenino

Sempre em festa te vi quando menino,
Quantas vezes te olhei cá deste lado!
Tinhas um lindo lambrequim dourado,
Qualquer cousa de um templo ouridivino.

Hoje que volto, agora te visito
Neste mesmo lugar caro e bendito
Onde gozei a minha mocidade.

Vejo-te mudo, abandonado e triste,
Velho pombal, abrigo onde persiste
a solitária pomba da saudade.

Poesia também genuína, de significado idêntico,
existe em "Aurora", "As Estações", e, de sua vida atribulada,
boêmia, que desfez seu lar e o marginalisou em sua terra, da
lembrança dos lupanares em que passou para conseguir repouso
e paz, por certo nos braços de amantes que possui, deixou o
inesquecível

"Pobres".

Esta pobreza amiga que nos cobre
E de que falam bôcas infamantes,
Tem para mim prazeres penetrantes
Que só tu'alma cândida descobre

Que importa a mim e a ti que se desdobre
A censura dos maus e dos pedantes
Sôbre nós dois, ditosos e constantes,
Quando tudo nos falte e amor nos sobre!

Falam de nós. . . Que importa! O povo inteiro
É mesmo assim, formosa, avaro, imundo,
Curvado sempre à frente do dinheiro.

Somos, por certo, bem felizes, pois
Vivemos juntos, sem pedir ao mundo,
Nesta imensa pobreza de nós dois.

Por último, reflexo da vida desregrada de amores
fáceis e sentida tão intensa e apaixonadamente, escreveu o sonê-
to, — para muitos pornográfico, para outros expressão maior do
realismo poético potiguar, — que o consagrou em seu tempo:

"Entêrro do Pecado"

Baixa essa luz esplêndida e imprudente
Que no papel da alcova se retrata.
Não vês que o candelabro de ouro e prata
Vai nos fitando escandalosamente?

UM DEPOIMENTO PARA A HISTÓRIA

Natal, 30-12-1971.

Meu caro Enélio Lima Petrovich.

O meu setuagésimo terceiro aniversário é dedicado ao primeiro da minha neta Camila. Machado de Assis afirmava não haver alegria oficial que se comparasse com uma alegria particular.

O Instituto Histórico tem sido, na viva generosidade do seu Presidente e participantes das diretorias, presença comovedora e afetuosa de uma assistência emocionalmente amiga, um ambiente consagrador e carinhoso para as minhas tardes ainda tropicais e luminosas. Invisível e presente, formulo os votos mais profundos pela felicidade de todos e de cada um, alegria, tranquilidade, saúde, a benção de Deus e alguma tentação do Demônio, valorizando as alegrias de Viver.

Peço a você, Enélio, transmitir essa saudação ao auditório que moldura em graça, inteligência e cultura, o salão nobre da CASA DA MEMÓRIA.

Feliz Ano-Novo

deseja

Luis da Câmara Cascudo

DOUTOR ANTÃO

M. RODRIGUES DE MELO
(Sócio Efetivo)

A História da Medicina, no Rio Grande do Norte, está desafiando a quem, com tempo, vagar, e sem preocupação de remuneração imediata, queira dedicar alguns momentos de atenção ao exame e pesquisa das suas fontes dispersas. Luis da Câmara Cascudo por várias vezes insistido nesse apelo, sugerindo até com o seu grande faro de pesquisador e de Mestre, a necessidade inadiável desse trabalho. Sem nada entender de Medicina, quero, no entanto, deixar aqui alguns dados que poderão ser úteis ao futuro historiador das atividades médicas em nossa terra.

Falarei hoje de um dos maiores médicos do Estado, cujo nome era vez por outra citado nos jornais do seu tempo, nos relatórios governamentais, vivendo ainda hoje, nas conversas familiares, sobretudo, entre as populações de Ceará-Mirim, e de modo especial dos municípios do Açu e de Macau, onde viveu, trabalhou e morreu. É tronco de uma das mais distintas e numerosas famílias do Estado. Nasceu no Recife, a 17 de janeiro de 1820, sendo filho de Tomaz José de Sena e de Dona Maria Francisca dos Prazeres de Sena, pernambucanos de nascimento. Seu nome, Doutor Joaquim Antão de Sena, popularmente conhecido por DOUTOR ANTÃO, recebeu o sobrenome de ANTÃO, em homenagem ao Santo do dia. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, colou gráu aos 17 de dezembro de 1844. Em seguida, regressou ao Recife, de onde, logo depois, partiu para o Rio Grande do Norte, recomendado a Manoel de Melo Montenegro Pessoa, figura de projeção e prestígio nos meios políticos e sociais da Província. Aqui chegando constatou, naturalmente, aquilo que Henry Koster dissera, em 1810, com relação a Natal: "Um estrangeiro que por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população desse país, porque, se lugares como esse são chamados cidades como seriam as vilas e as aldeias? . . ." Apesar disso deve ter visto outros aspectos deliciosamente agradáveis, notados igualmente por Koster: "No Temp'lo todas as senhoras estavam elegantemente vestidas com sêdas de várias côres, com véus negros cobrindo-lhes a cabeça e o rosto". Seis anos passou em Natal. O contraste entre o desalinhamento da cidade, cheia de areia, sem calçamento, coberta de mato, e o aspecto do Templo, apresentando mulheres descentemente vestidas, não deveria ter passado despercebido ao Doutor Antão. Mas,

nada disso teria contribuído, sem dúvida, para a sua retirada de Natal, procurando o interior da Província. Só mesmo motivos superiores de doença, aliados a interesses de ordem afetiva, fariam-no aceitar convite de "repouso" na Vila Nova da Princeza, hoje Cidade do Açu. Manoel de Melo Montenegro Pessôa e Luiz Antônio Ferreira Souto seriam naturalmente os responsáveis diretos por esse passeio forçado, se além deles não houvesse um coração feminino, trabalhando nessa retirada estratégica. De fato, transferindo-se para a Vila Nova da Princeza, readquiriu logo a saúde perdida, entregando-se depois à vida profissional. Poucos anos depois casou-se a 16 de julho de 1825, (dia de Nossa Senhora do Carmo), na fazenda Itú, com Dona Maria Januária Montenegro Pessôa, filha do seu amigo Manoel de Melo Montenegro Pessôa e Dona Maria Beatriz Pais Barreto Montenegro.

Do casal Doutor Joaquim Antão de Sena e Dona Maria Januária Montenegro Sena, nasceram os seguintes filhos: Joaquim Antão de Sena (Quinca Antão), Tomaz Antão de Sena, (este, residente em Nata^l), Manoel Antão de Sena, Maria dos Prazeres de Sena Gonçalves e Maria Beatriz de Sena Amaral. Da junção desse tronco pernambucano-norte-rio-grandense desgalharam cinco rebentos da melhor estirpe, surgindo novas vergontees, espalhadas hoje por vários estados do Brasil, fiéis à tradição e à espécie multiplicadora.

Doutor Antão, a'ém da sua profissão de Médico, cuidava, também, de negócios particulares. Assim, em 1867-1868, era sócio da loja de tecidos "Nova Esperança" do Recife, a qual girava sob a razão comercial de Caldas e Sena. Não teve sorte no negócio, precisando vender grande parte do seu gado para ocorrer a compromissos comerciais da firma. Antes, nas eleições de 1º de novembro de 1856, na cidade do Açu, um indivíduo tentou aninhá-lo pelas costas, não tendo consumado o ato, graças à habilidade e destreza de Felix Francisco da Silva, que deteve em tempo o assassino. No mesmo dia o agressor adoeceu. A família aflita, envergonhada pela atitude covarde do seu chefe, vacila em chamar o Médico. Fe'ix Francisco da Silva soube, condeu-se do infeliz e resolveu chamar Doutor Antão para medicá-lo. Doutor Antão, sem apresentar a mínima objeção atendeu prontamente. Eleito deputado provincial para o biênio 1860-1861 não tomou posse por motivo que ignoro. A 13 de dezembro de 1862, respondendo a um officio que lhe endereçara o Dr. Pedro Leão Veloso, Presidente da Província, respondeu nos seguintes termos:

"De posse do officio de V. Excia. de 2 de setembro próximo passado, no qual communicando-me V. Excia. que tendo sido

submetido na cõrte à apreciação de pessoas profissionais as amostras de enxofre e salitre que acompanharam o meu officio de 17 de março deste ano, julgou ele que se indagasse, se o primeiro daqueles productos é ou não abundante nesta Província, e quais as localidades em que é encontrado; e que também se procurasse saber se o segundo aqui existe em grande ou pequena quantidade, e qual o lugar donde foi extraída a respectiva amostra; me recomenda V. Excia. que quanto antes lhe ministre ditas informações, a fim de serem transmitidas ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Assim, pois, fui ao Bonito, lugar deste Município ao poente do Rio Açu, distante desta Cidade de sete a oito léguas, e indagando pelo salitre e enxofre, que se dizia existir por ali, mostraram-me uma serra, a qual fica distante do Rio meia légua; para ela segui na direção de um Riacho que desce da mesma serra, e depois de uma penivel subida por ser o solo todo coberto de pedras soltas, cheguei ao lugar da escolha e dele tirei as amostras, que passo às mãos de V. Excia. em uma caixinha; posso asseverar a V. Excia. que a serra do Bonito é formada toda ela destas matérias, cujas amostras remeto". De 1870 a 1871 esteve no Rio, onde, ao lado do Padre João Manoel de Carvalho fundou um Colégio de Humanidades que não deu resultado. Logo depois montou a "Farmácia dos Pobres", à Rua da Assembléia, 66, Rio. De 1878 a 1882 esteve residindo em Ceará-Mirim, na qualidade de Médico Comissionado pelo Presidente da Província, para tratar dos emigrantes da seca. Terminada a Comissão, voltou à sua fazenda Cobé no Baixo Açu. Morou igualmente no Rosário, onde tinha casa de residência. Fazendeiro e latifundiário, possuia 3.717 braças de terra a começar da extrema do seu irmão Tomaz até o seu outro confiante, Capitão da Guarda Nacional, Francisco Xavier de Albuquerque Montenegro, incluindo as terras do Garcia e a serra do Areré, ambas no Baixo-Açu. Em 1890 foi pela ultima vez ao Recife, em companhia do seu filho Joaquim Antão de Sena, (Quinca Antão), onde se submeteu a uma intervenção cirúrgica, sem resultado. Foi seu operador o Dr. Barreto Sampaio. Depois disso, já velho, doente, desiludido, voltou a Macau, onde, meses depois, entregou sua alma a Deus, a 27 de agosto de 1891, ano da primeira Constituição Republicana e Liberal do Brasil. Está sepultado no Cemitério daquela cidade marítima. Sua esposa, Dona Maria Januária Montenegro Sena, nasceu na Vila Nova da Princeza, atual Município do Açu, a 19 de setembro de 1839, e faleceu na povoação do Rosário, do mesmo Município, onde enterrou-se a 9 de dezembro de 1914. A povoação do Rosário e consequentemente a Capela, o Cemitério e todas as casas foram totalmente destruidas na en-

chente de 1947. Ninguém mais do que Doutor Antão merece uma evocação. Em 1920 passou despercebido o seu primeiro centenário de nascimento no Recife. Nem uma palavra de recordação em sua memória. Em 1944, mais um centenário: a sua formatura, no Rio de Janeiro. Passou em silêncio. Em 1941, completou 50 anos do seu falecimento, na cidade de Macau. Esquecimento completo. Daqui a quatro meses teremos mais um aniversário da sua morte. Temos em Natal uma Sociedade de Cirurgia e Medicina reunindo as expressões mais altas e nobres da Cultura Médica, no Rio Grande do Norte. Não seria interessante que essa Sociedade, ao lado dos seus trabalhos especializados, incluísse uma parte, mínima que fôsse, de recordação e de estudo das antigas figuras da Medicina, no Estado, já desaparecidas? Que acham os meus possíveis leitores? Eu acharia bom. . . . Enquanto, porém, não chegam as homenagens públicas, eu, filho de Macau, Cidade que guarda no anonimato os despojos do grande bemfeitor do povo norte-riograndense, abro aqui uma frente de bata'ha em favor da sua memória, convidando os amigos da Justiça, da Tradição e do Culto aos Mortos, para repetirem comigo, em defesa de outras figuras igualmente esquecidas, esse coro de saudade e de estima que os vivos devem inegavelmente aos mortos.

Aqui fica o primeiro grito. . .

ARY PARREIRAS

ISRAEL DE OLIVEIRA
(Sócio Efetivo)

Os documentos disponíveis nos levam a afirmar que o Almirante Ary Parreiras esteve duas vezes em Natal. A primeira, como 2º Tenente, embarcado no Contra-Torpedeiro "Piauí", quando aqui estacionou por 2 meses. A segunda, já então, Contra-Almirante, voltou como Presidente da Comissão de Instalação da Base Naval de Natal, ficando aqui por quase quatro anos.

Por ironia do Destino, as duas oportunidades foram criadas pelos dois conflitos mundiais. Na primeira vez, aqui aportou como 2º Engenheiro-maquinista do CT "Piauí", o qual em companhia do CT "Santa Catarina", entrou à barra de Natal precisamente a 25 de maio de 1918. A esses dois navios juntaram-se, dias depois, os Contra-Torpedeiros de mesma classe, "Paraíba" e "Rio Grande do Norte", que daqui zarparam a 25 de julho, com destino a um ponto de reunião no mar, com os cruzadores "Bahia" e "Rio Grande do Sul" e os auxiliares "Belmonte" e "Laurindo Pita". Essas unidades que constituíam a Divisão Naval de Operações de Guerra, a chamada DNOG, sob o comando do Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, foi a principal contribuição militar do Brasil à causa aliada, na 1ª. Guerra Mundial. A DNOG fez escalas em Fernando de Noronha, Freetown e Dakar e teve como ponto de apoio de suas operações, a famosa Base Inglesa de Gibraltar, à entrada do Mediterrâneo.

Vinte e três anos depois, em maio de 1941, por força de um novo e muito mais abrangente conflito mundial, voltou a Natal para realizar uma missão, quase impossível — implantar uma Base, que já devia existir para atender às necessidades de apoio requeridas pela Marinha, nesta área reconhecidamente estratégica.

Para que se possa fazer um julgamento da luta do Almirante Ary Parreiras nesta comissão, é indispensável proceder-se a uma avaliação das condições de Natal naquela época.

A fim de lhes dar uma idéia do que era a pequenina e modesta Natal de 1941, valho-me de alguns trechos do Anexo do Ofício nº 62, de 4 de abril de 1941, do Chefe do Estado Maior da Armada ao Ministro da Marinha: "A cidade de Natal não possui, elemento próprio de vida. Estabelecida que seja uma Base Naval, e principalmente na eventualidade de uma guerra, frequente terá de ser o apelo aos recursos do grande centro comercial e industrial do Nordeste, que é a cidade do Recife. É indispensável, portanto, estabelecer-se todas as facilidades de comunicação entre

as duas cidades, desde as telefônicas, até as rodoviárias e principalmente as ferroviárias. A via férrea existente é de tão precárias condições que é como se não existisse". Em outro expediente, datado de 5 de maio, a mesma autoridade expõe ao Ministro da Marinha a situação quanto à energia elétrica nos seguintes termos: "A energia elétrica é insuficiente para a cidade, a qual só pode dispor de 200 KW. A usina da cidade possui duas caldeiras queimando lenha, sendo uma delas nova e três turbo-geradores com 600 KW."

A esta carência quase absoluta de recursos técnicos e de mão de obra, deve ser acrescentado um fator agravante para execução da construção da Base Naval. Os americanos começavam, também, as grandes obras de Parnamirim e assim, o escasso mercado de trabalho de mão de obra qualificada, era natural e fortemente atraído pela abundância de recursos em dólares, que eles dispunham com seus empreendimentos na área.

Se eram, assim, críticas e adversas as condições locais, para cumprimento da missão, que ao Almirante Ary Parreiras fora confiada, para felicidade da Marinha e, particularmente, para a Força Naval do Nordeste (o maior conjunto de navios sob comando único, até hoje, na Marinha), dois importantes e decisivos fatores se conjugaram para tornar exequível, o que a muitos parecia impossível. Primeiro, o homem escolhido para a missão, estava à altura dela. Segundo, a delegação de autoridade plena de que foi investido pelo Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhen, a quem ficou diretamente subordinado por toda a comissão, permitia-lhe ampla liberdade de ação e acesso direto e rápido ao centro do processo decisório da Marinha.

As primeiras providências, de ordem pessoal, do Almirante Ary Parreiras, deixaram perplexa a comunidade. Alugou uma casa bem modesta para sua moradia, próxima do seu local de trabalho, a Escola de Aprendizes Marinheiros, cujas instalações usou como núcleo à transformação dessa unidade em Base Naval. Adotou uma rotina de trabalho intenso, o que iria ser uma constante em todos os dias de sua permanência em Natal, e restringiu suas atividades sociais ao mínimo exigido pelas suas obrigações oficiais. Era o seu estilo de vida: modesto, simples, retraído, devotado totalmente aos seus deveres profissionais. Da Escola, em extinção, tirou todo o partido possível para o seu trabalho. A última turma de 100 aprendizes marinheiros, da qual teve a fortuna de ser o aluno número um, foi mobilizada tanto para os serviços de secretaria, quanto para as primeiras movimentações de terra necessárias à obra. Todos os dias, às 06:00 hs. da manhã, após a ginástica, parte dos alunos guarnecia enxadas, pás e car-

rinhos de mão e até às 07:00 horas dava sua ajuda ao início do empreendimento.

Começava, assim, o Almirante Ary Parreiras, a obra que o iria definitivamente consagrar na Marinha, embora com o sacrifício da própria vida.

Do relatório final, que apresentou ao Ministro da Marinha, sobre os trabalhos efetuados para instalação e funcionamento da Base, extraio os seguintes dados:

Terreno: Iniciou com uma área disponível de 246.108 m² e terminou com uma área de 629.935,00m² perfeitamente legalizada. Isto é, com mais do dobro da que encontrou.

Obras realizadas:

1. Drenagem da bacia de manobra, em frente à Base e do canal de acesso entre a Base e o porto comercial;
2. Cais de enrocamento com 150.00 m de extensão;
3. Ponte de atracação em L, de concreto armado, com um vão de acesso de 80.00 m e cais acostável de 264,00 m de extensão;
4. Aterro da área ganha ao mar com o enrocamento;
5. Aterro e pavimentação do antigo hangar da Air France;
6. Montagem dos três hangares, vindos do Rio de Janeiro, com área coberta de 3.000,00 m²;
7. Edifício do Depósito Naval, com 1.882,00 m² de área coberta;
8. Edifício para Casa de Força, com área coberta de 460,00 m²;
9. Adaptação do antigo galpão da Standard Oil, para depósito de material pesado, com a área útil de 383,00 m²;
10. Linhas adutoras para óleo de caldeira;
11. Linhas adutoras para óleo Diesel;
12. Linhas para drenagem de águas pluviais;
13. Reconstrução e ampliação do prédio da antiga Escola de Aprendizes para servir de Quartel para a 3a. Cia. Regional de Fuzileiros Navais;
14. Alojamento para Oficiais, (área coberta de 731,00 m²);
15. Edifício para o Comando (área coberta de 924,00 m²);
16. Alojamento para suboficiais (área coberta de 731,00 m²);
17. Quartel de Marinheiros (área coberta de 1.285 m²);
18. Paiol de Mantimentos, Câmara Frigorífica e Cantina (383,00 m²);
19. Pavilhão para armazenamento de material de armamento;
20. Edifício para a Escola de Tática Anti-Submarina (1.016,00 m²);
21. Estação Rádio (243,00);
22. Hospital Naval (área de 717,00 m²);

23. Poço tubular para abastecimento d'água e dois reservatórios subterrâneos com capacidade de 240.000 litros;
24. Quatro tanques para combustíveis, com capacidade de . . . 3.200.000 litros cada, sendo 2 na Base e 2 nos terrenos do Rádio Farol;
25. Centro de Treinamento, com quatro pavilhões, com área útil de 2.555 m² posto de sinais, campo de esportes, com arruamento, pavimentação e ajardinamento;
26. Oficinas de Ferro e Aço, Eletricidade, Mecânica, Carpintaria, Rádio e Sonar, devidamente equipadas;
27. 17 casas para Oficiais e suboficiais;
28. Rebocador de alto mar para socorro marítimo e 5 lanchas.

Na execução dessas obras e aquisição de equipamentos o Almirante Ary Parreiras dispendeu cerca de Cr\$ 22.252.000,00 e recebeu da Comissão Naval em Washington, alguns itens no valor de US\$ 319.000,00.

Trazendo esses valores para hoje e os transformando na nossa atual moeda, podemos, com certa aproximação, estimar que o custo inicial da Base Naval de Natal foi de Cz\$ 51.000.000,00. Se a quantidade de obras foi bem maior do que o programa inicial e se o custo se apresenta bem modesto, o que impressiona na obra do Almirante Ary Parreiras é a rapidez de execução. Custa acreditar que após, apenas 15 meses de trabalho, aqui já pudessem ser recebidos e apoiados os Caça-Submarinos "Guaporé" e "Gurupi", os dois primeiros navios das 24 unidades, que recebemos do Governo Americano, mediante os Termos de Acordo Brasil-Estados Unidos, e com os quais, adequadamente equipados, pode a Marinha melhor cumprir as missões de vigilância da costa e proteção ao nosso tráfego marítimo, contra a ação dos submarinos inimigos, que afundaram 32 navios mercantes nossos, com perda de 973 vidas.

Vale aqui e agora ressaltar que do total de 3.164 navios conduzidos em comboio pela nossa Marinha, perdemos apenas três. Se o volume de obras e equipamentos, seu baixo custo e a rapidez de execuções nos impressiona na análise da ação do Almirante Ary Parreiras, muito mais admiração nos causa certas atividades, as quais ele denominou de serviços de caráter geral, em seu Relatório, entre as quais julgo indispensável citar:

Em 1942 —

Organização e treinamento da 3a. Cia. Regional de FF. NNs.

- Preparo da turma de grumetes, procedentes da Escola do Ceará para guarnecer Caças-submarinos;

- Seleção e preparo das guarnições dos Caças e encaminhamento para Miami;
- Formação dos quadros de operários para as oficinas.
Em 1943 —
Início dos serviços de reparo e manutenção dos Caças-submarino;
- Incorporação e instrução de 470 aprendizes e conscritos;
Em 1944 —
Alistamento de 450 voluntários;
- Preparo de 848 grumetes procedentes das Escolas do Ceará, Pernambuco e Bahia;
- Docagem de 68 navios durante o ano. (A Base passou a dispor de um dique flutuante).
- Preparo inicial e encaminhamento à Miami dos oficiais e guarnições para os Contra-Torpedeiros classe "Bertioga";
- Início dos serviços de reparo e manutenção dos 8 CTs., classe "Bertioga".

Os eventos citados, creio, são suficientes para dar-nos uma idéia daquilo que o Alte. Leôncio Martins, que aqui serviu, chamou de "epopéia silenciosa às margens do Rio Potengi". Um fato narrado por este companheiro, bem demonstra o espírito de guerra, dedicação ao serviço e eficiência que o Alte. Ary Parreiras conseguiu obter dos seus homens, graças à sua incontestável liderança;

"Chegado um "Caça" para reparo ou revisão a Base comunicava ao Comandante da Força, a data da prontificação do navio, reservando sempre uma lazeira de cinco ou seis horas depois da experiência final, a fim de que houvesse tempo de se corrigir qualquer senão ou imprevisto. De uma feita, dois "caças" e um Contra-Torpedeiro deviam estar prontos em certa noite. Nas experiências processadas durante o dia, verificou-se que todas as juntas das cabeças dos cilindros, tinham defeitos de fabricação, produzindo vasamento. Era mister que se abrisse mais de sessenta cilindros para se mudar as juntas. Um reparo de tal extensão, depois das experiências, não era previsto.

Não houve contudo, em nenhum instante a idéia de se pedir licença para transferir a data da prontificação dos navios. O Almirante se instalou na ponte, todo o pessoal da Base — de oficinas, de reparos e de almoxarifado — foi chamado e avisado que só pararia de trabalhar quando os navios ficassem prontos. Um saiu às onze horas, outros às três da manhã e o último às cinco da madrugada, exatamente na noite para a qual a prontificação estava marcada".

Era assim o criador da Base Naval de Natal. Foi assim, muito além da missão que lhe foi confiada, que ele a 28 de abril de 1945, deixou o cargo de Diretor Geral da Base, regressando ao Rio de Janeiro, onde chegou a 3 de maio, sendo promovido a Vice-Almirante quatro dias depois. Infelizmente, muito pouco tempo sobreviveu, após sua árdua luta aqui. Faleceu a 9 de julho, portanto com pouco mais de dois meses de sua saída de Natal e contando menos de 55 anos de idade.

Para finalizar julgo oportuno, transcrever as duas citações, que ao meu ver são as mais relevantes, entre as muitas que recebeu: a primeira do Ministro da Marinha, datada de 9 de maio de 1945, nos seguintes termos — “Tendo sido exonerado do cargo de Diretor Geral da Base Naval de Natal, cargo que exerceu depois do de Presidente da Comissão de Instalação da mesma base, até a sua terminação, durante cerca de 4 anos, com dedicação e competência, é com a maior satisfação que faço ressaltar os relevantes serviços prestados por ele à Marinha. A orientação inteligente que soube imprimir aos trabalhos de construção e organização da Base Naval de Natal e à preparação dos conscritos nas várias especialidades, constituíram serviços apreciáveis, prestados pelo Vice-Almirante Ary Parreiras, tornando-se merecedor do elogio que ora lhe faço”. A segunda mais valiosa, por ser de origem externa, está assinada pelo Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt e pelo seu secretário da Marinha James Forrestal, é a Comenda da Legião do Mérito, daquele país, no grau de Comandante, assim redigida:

“Legião do Mérito, Grau de Comandante, conferido ao Contra-Almirante Ary Parreiras, da Marinha Brasileira, por conduta excepcionalmente meritória no desempenho de serviços, extraordinários, prestados ao Governo dos Estados Unidos, como Chefe da Comissão de Instalação da Base Naval de Natal de 8 de maio de 1941 a 16 de março de 1944, e, subsequentemente como Comandante dessa atividade.

Empregando um julgamento seguro, acentuada visão e conhecimento técnico superiores, o Contra-Almirante Ary Parreiras, planejou e dirigiu com eficiência a construção da Base Naval de Natal, para a manutenção de todos os navios combatentes do Brasil e dos Estados Unidos, em operações nesse porto. Com sua energia infatigável, sua direção inspiradora e cooperação total, ele contribuiu em grande escala para os feitos das Forças do Atlântico Sul e para a consecução bem sucedida da guerra em uma área altamente estratégica”.

EVOCÇÃO DE NÍSIA FLORESTA E DE VARELA SANTIAGO

NILO PEREIRA
(Sócio Correspondente)

Meu primeiro contacto com Varela Santiago foi na Escola Primária de Adele de Oliveira, à rua de São José, no Ceará-Mirim.

O médico, muito ligado à terra, chegava para vacinar os alunos. Um dia de horror para a classe, que se compunha de Edgar Barbosa, Olga Barbosa, Carmen Carrilho, Antônio Barroca e outros menos votados. Edgar detinha o cetro da inteligência. Ele sempre respondia as perguntas mais embaraçosas.

Adele, grande poetisa em cujos versos se sente a amargura romântica de um amor contrariado, dizia sempre:

— Edgar e Nilo serão bacharéis.

Não sei se havia nisso algo de premonitório. Ou éramos nós os que revelavam maior interesse pelo que, mais tarde, soubermos que se chamava Literatura. Recordei esses episódios no meu livreco A ROSA VERDE. A verdade é que, indecisos entre a Medicina e o Direito, Edgar e eu nos decidimos pelo Direito, para a felicidade e o bem dos doentes.

O Dr. Varela Santiago não nos pareceu simpático. Nem ninguém consegue ser simpático fazendo coisas obrigatórias: a vacina, por exemplo.

Quem mais antipático do que Oswaldo Cruz? Todos os pioneiros são antipáticos. Só depois serão entendidos. Aqueles que têm paciência para esperar pela justiça do tempo, esses serão heróis. Terão estátuas nas praças públicas e retratos nas paredes, embora sujeitos à mudança que se opera para outras e novas homenagens. O poeta Manuel Bandeira diz no seu poema "Evocção do Recife" que tinha medo de rever certa rua do seu tempo de menino, de nome mudado para Rua Dr. Fulano de Tal. Esse Fulano de Tal é constantemente homenageado. Depende dos tempos e do carácter dos homens, os quais, mais tarde, bem que poderão ser outros tantos Fulanos de Tal. . .

Meu primo Antônio Barroca, com receio do Dr. Varela Santiago, que não brincava em serviço, subiu num pé de mamoeiro e caiu com todo o corpo no recreio da Escola de Adele de Oliveira. Bradava a plenos pulmões: — Estou sem fala. — Por mais que dissessemos que ele estava falando, continuava a afirmar o contrário. Nem assim, o Dr. Varela Santiago riu. Era homem severo. De pouca conversa. Creio que foi um pouco assim a vida toda.

Já em Natal, para fazer os Preparatórios, e quando eu tinha quinze anos (ó que saudades que tenho!) emagreci bastante, o que era atribuído aos estudos. Pois foi uma coisa que fiz sempre e mais ainda hoje: estudar. Se não aprendo é por outros motivos.

Meu pai levou-me ao consultório do Dr. Varela Santiago. Vi-o mais de perto. Era o homem da vacina, que, sem querer, fez Antônio despencar-se de um mamoeiro. Não quero deixar de dizer que, ao ver a tela surrealista do grande pintor pernambucano Cícero Dias, com a legenda "Dançarino ou Mamoeiro", lembrei-me da queda de Antônio. E vi com os olhos de infância — os melhores olhos da vida, os mais inquietos e os mais ansiosos — que o mamoeiro é, de fato, um dançarino.

O Dr. Varela me examinou. O consultório, como se usava na época, era na própria residência do médico, à rua da Conceição. Ele sempre retraído. Homem mais de ouvir do que de falar. Disse que eu não tinha nada e receitou o então famoso Vinho Reconstituente Silva Araújo, que não fazia efeito nenhum, mas tinha a virtude de se parecer com vinho. De ter quase gosto de vinho. De modo que reanimava. Mas só por instantes.

Diante disso, meu pai me levou ao Dr. Januário Cicco. Esse pareceu-me mais falante. Mãos gordas, talvez pesadas. Semblante acolhedor de médico de família, uma raça em extinção. O diagnóstico foi o mesmo do Dr. Varela Santiago: — Esse menino não tem nada — E receitou o Vinho Reconstituente Silva Araújo. Vinho da moda. De um tempo que não foi perdido. O médico formado na Bahia ou no Rio de Janeiro tinha por si o prestígio de origem. O Dr. Varela foi médico iniciado na Bahia e formado no Rio. Tal como Pedro Velho, este mais republicano do que médico.

Lembro-me que o Dr. Varela Santiago foi formado pelo seu tio e padrinho Ângelo Varela, senhor-de-engenho no va'le do Ceará-Mirim. Não faltava quem pensasse que ele era ceará-mirinese da cidade. Nasceu em Touros, que então pertencia ao Ceará-Mirim. Não era Varela propriamente dito da outra família, descendente do Barão do Ceará-Mirim. O velho Ângelo Varela foi pioneiro, juntamente com os irmãos Júlio e Severino Ramalho, da chegada dos primeiros automóveis, no Ceará-Mirim. Ele adquiriu, no Recife, ao sr. Antônio Pessoa de Queiroz, um Overland tipo 4, modelo elegante de carro americano. Esse automóvel — ao qual faz referência Otacílio Alecrim no seu livro PROVÍNCIA SUBMERSA — incorporou-se à minha infância. Nele viajei por mais de uma vez do Ceará-Mirim a Natal, "a palmilhar estradas longas", como está no verso de Francisco Palma. Viagem um tanto difícil. Estrada carroçável. O bichinho dançava sobre os buracos como um saltimbanco amestrado.

Adele de Oliveira foi a primeira “chauffeuse” do Ceará-Mirim. Dirigia o automóvel da cidade até o engenho “Cumbe”, de propriedade do “coronel” Ângelo Varela. Meu pai reclamava: — Como é que Ângelo compra um automóvel tão caro pelo preço de seis contos de réis, quando o Ford custa apenas quatro contos e quinhentos?

Foi nesse cenário, entre o Ceará-Mirim e Natal, que conheci o Dr. Varela Santiago. Encontrei-o depois, várias vezes, em Natal. Ele acompanhou o sogro — o Presidente Juvenal Lamartine — à minha posse na Academia Norte-rio-grandense de Letras, que se deu no Palácio do Governo, por iniciativa do governador Sylvio Pizza Pedroza. Foi um dos momentos mais emocionantes de minha vida. O grande Presidente, privado da visão, mas sempre elegante, me cumprimentou afetuosamente. O Dr. Varela, ao seu jeito, secamente. Quase que lhe dizia que ali estava por força do Vinho Reconstituente Silva Araújo. . .

Não sendo médico, para felicidade dos doentes, como também aconteceu com Cascudo, não me sinto à vontade para falar do Dr. Varela Santiago. Mas, ninguém ignora o que ele foi. Ou melhor: o que ele é. Pois um homem dessa estirpe nunca é pretérito; é sempre presente do Indicativo; sempre substantivo, que é a carne do verbo; sempre atual como exemplo de homem humanitário, de cientista capaz de ver além da Ciência. Introspectivo como parecia, seria talvez por obra e graça dos seus estudos e pesquisas, que tanto honram a Medicina no nosso Estado e no nosso País.

Outra impressão que me ficou do emitente médico, cujo centenário transcorreu no dia 28 de abril deste ano, é o do diretor do Leprosário S. Francisco de Assis. Ele me convidou, certa vez, para visitar esse estabelecimento que nem sei como chame: se apenas Leprosário, se um santuário da Ciência no mais alto grau de humanidade e de doação aos doentes. Não há palavras para dizer o que vi ali. Leprosos — hoje chamados hansenianos — que corriam para ele como para abraçar um pai, o médico humanitário, devotado a uma causa que, só por si, bastava à sua imortalidade. Nada mais belo na Ciência do que a devoção. No LIVRO DE SAN MICHELE, Axel Munthe mostra a grandeza da bondade humana, estendendo a Ciência em caridade, o saber em solidariedade humana. Tal o médico pernambucano Francisco Montenegro, conhecido entre os doentes como São Francisco Montenegro, a quem Cascudo chamava o Dr. Bondade. Duma feita — permitam-me a digressão — Cascudo adoeceu no Grande Hotel, no Recife. Chamei Montenegro, que, nessas ocasiões, era tudo — médico, enfermeiro, camareiro. A neta de Cascudo — Daliana —

teve essa palavra inteligente e gentil, que foi a melhor definição de Montenegro: — Vovô: ele não é doutor, não; é só Bondade.

No Leprosário S. Francisco de Assis, o Dr. Varela Santiago era para aqueles segregados da sociedade e quase estou a dizer do gênero humano, além de médico e leprólogo, um outro Dr. Bondade. Vi a ternura humana com que ele tratava a todos: um espetáculo de grandeza d'alma, que não é possível esquecer.

Falando neste nosso tão querido Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, dinamicamente dirigido por Enélio Lima Petrovich, sobre Varela Santiago, que pertenceu aos quadros desta Casa da Memória, dispenso-me de recorrer ao currículo do insigne médico, uma vez que a Revista do nosso Instituto, correspondente aos anos de 1976-1977, lhe fez o necrológio, assinalando a perda de tão incansável servidor da Ciência e da Humanidade.

As manifestações de apreço à ilustre memória, feitas pela imprensa, a homenagem da Escola Doméstica de Natal, onde falou o Prof. José Geraldo Albuquerque, os artigos publicados pelo médico e escritor Clóvis Travassos Sarinho no Jornal TRIBUNA DO NORTE, 1º e 8 de julho de 1984, o discurso de Mariano Coelho na Faculdade de Medicina, quando foi concedido ao nosso homenageado de hoje o título de Professor Honorário, o artigo do Prof. Lauro Bezerra sobre o centenário de Varela Santiago, publicado na TRIBUNA DO NORTE, "Caderno de Domingo", de 09 de junho deste ano — tudo isso e mais outros elogios e panegíricos compõem o perfil de corpo inteiro do grande riograndense do Norte.

Gostaria de dizer que todas essas homenagens devem ser levadas à conta da história dos grandes homens do Ceará-Mirim, pois, como disse no começo, o Dr. Varela Santiago é nome muito ligado à cidade onde tive o privilégio de viver tendo nascido no engenho Verde-Nasce. O Ceará-Mirim tem dado ao Rio Grande do Norte grandes nomes, como os de Heráclio Vilar Ribeiro Dantas, Francisco Fernandes Sobral, Edgar Barbosa, Sanderson Negreiros, Meira Pires, Padre Jorge Ó Grady de Paiva, Júlio Senna. Isso sem falar em alguns nomes do passado, tais como Rodolfo Garcia, Jaime Adour da Câmara, Manuel de Gouveia Varela, Virgílio e Hercúano Bandeira, José Pacheco Dantas, Octávio Meira, Augusto e Miguel Meira, Riquette Pereira — além de nomes que se incorporaram definitivamente à história da cidade: Vicente Ignacio Pereira, o segundo norte-riograndense formado em Medicina, Victor José de Castro Barroca, José Ignacio Fernandes Barros, primeiro Juiz de Direito da Comarca do Ceará-Mirim.

Dentre esses filhos ilustres está Varela Santiago. Como está José Augusto Varela, que foi governador do Rio Grande do Norte.

Eis porque entendo que a herança moral e científica de Varela Santiago pertence ao Ceará-Mirim como tradição de uma cidade ilustre, que primou sempre pela contribuição social, econômica cultural, aristocrática que trouxe ao Rio Grande do Norte; onde a casa grande do Guaporé, hoje restaurada, ficou como um testemunho da civilização do açúcar, em todo o seu esplendor.

Não é possível estudar, aqui todos os aspectos da vida e da obra científica e pedagógica de Varela Santiago. Mas também não se pode esquecer que ele foi um continuador de Henrique Castriciano na Escola Doméstica de Natal, superiormente dirigida pela Professora Nilda Ramalho e ainda hoje única no Brasil.

Da Escola Doméstica disse Edgar Barbosa, nas suas **IMAGENS DO TEMPO** que foi o maior poema de Henrique Castriciano. Disse tudo. Quem compôs essa orquestração ou essa sinfonia de valores foi Varela Santiago, construindo o novo prédio, no Tirol. Todos sabemos da tenacidade com que o Dr. Varela defendeu palmo a palmo o terreno pertencente à Escola, numa fase difícil na qual foi ajudado pelo saber jurídico de Antônio Soares Filho, então Consultor Geral do Estado, contando também com a assistência devotada do ilustre advogado Manuel Varela de Albuquerque. Foi ele quem, em 1919 fundou o Instituto de Puericultura, assumindo depois a presidência da Liga do Ensino, onde sua atuação é uma página de abnegação e de apostolado comunitário.

Não é apenas o médico que devemos apreciar no transcurso do centenário de Varela Santiago. É preciso não esquecer o professor de gerações, o fundador de tantas Instituições beneméritas, dentre as quais o Hospital Infantil e o Educandário "Oswaldo Cruz". No governo do Dr. Juvenal Lamartine — que foi muito mais revolucionário do que a revolução de 1930 — ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Saúde Pública, "contribuindo para a melhoria das condições sanitárias da população", destaca o Prof. Lauro Bezerra.

Que tudo quanto ele fez continue. A melhor homenagem que se pode prestar a um grande homem é fazer com que a sua presença permaneça entre os vivos como um dos mais vivos.

Ele, que se vai da lei da morte libertando. E que ressurgiu aos nossos olhos como um padrão da dignidade humana. Homem simples, a imprensa da época não lhe fez grandes elogios. Era o seu reconhecimento, a sua modestia, que o deixavam um pouco de lado. Nas fotografias estampadas na Revista CIGARRA ele nunca ocupa o primeiro plano. Está sempre escondido. Os registros

da aludida Revista se referem muito a Adauto da Câmara, Cícero Aranha, Cristovão Dantas. E, no entanto, um pouco assim à sombra, ele construía, como feitos da Saúde Pública, uma obra imperecível, como Amaury de Medeiros em Pernambuco. Ambos genros dos Governadores de Estado, mas muito acima dessa condição: homens de ciência que não precisavam da situação oficial para ser como foram, grandes renovadores da Medicina.

Talvez devido ao seu temperamento não se fala nele como se fala em Januário Cicco, considerado o Otavio de Freitas de Natal. Mas, de nenhum modo, Varela Santiago é menor do que Januário Cicco. Será tão grande quanto e'e. Perdoai-me dizê-lo: talvez até maior na extensão admirável de sua obra de ciência e de educação. Sendo não apenas grande clínico, como Januário, mas também incansável realizador em vários outros domínios. Se Januário é a redra angular da Faculdade de Medicina e mesmo da Universidade, não o é menos Varela Santiago, que não pôde ser professor da Faculdade devido à idade; mas foi um dos seus maiores mes'res. O títu'o de professor honorário, que lhe foi conferido, exprime bem o reconhecimento da entidade por um médico insigne, professor de Puericultura na Escola Doméstica, idealizador e realizador de várias iniciativas que são tão grandes, no espaço e no tempo, como a Maternidade "Januário Cicco", um dos pilares da Faculdade de Medicina.

Não é meu propósito estabelecer aqui um confronto polémico entre as duas grandes figuras, que veneramos. E sim tirar um pouco da sua modéstia, o cientista que hoje homenageamos, para que ele possa ressaltar em toda a sua significação no panorama cultural e científico do nosso Estado.

NÍSIA FLORESTA

Não é fácil falar de Nísia Floresta sem repetir o que muitos já disseram dela — de bem ou de mal.

Escreveram sobre a ilustre escritora:

- 1 — Henrique Castriciano;
- 2 — Adauto da Câmara;
- 3 — João Medeiros Filho, que divulgou, comentando, a famosa carta de D. Isabel Gond'm, atacando o lado moral da vida da escritora, apontada como indecorosa: aspecto pelo menos discutível, a respeito do qual João Medeiros Filho destacou, como advogado da ré o plano elevado de sua vida e de sua obra literária;

- 4 — Zélia Maria Bezerra Mariz, uma tese de crítica e de exegese apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- 5 — Oliveira Lima, cuja conferência, proferida no antigo Teatro Carlos Gomes, é a mais completa síntese crítica e biográfica de Nísia Floresta;
- 6 — Gilberto Freyre;
- 7 — Luis da Câmara Cascudo;
- 8 — Américo de Oliveira Costa;
- 9 — Socorro Trindad;
- 10 — Meiroz Grillo;
- 11 — Constâncio Alves;
- 12 — Clementino Câmara;
- 13 — Hélio Galvão;
- 14 — M. Rodrigues de Melo;
- 15 — Veríssimo de Melo;
- 16 — Maria Eugênia Montenegro;
- 17 — Rachel de Queiroz;
- 18 — Carolina Rennó Ribeiro;
- 19 — Afonso Schmidt;
- 20 — Roberto Seidl;
- 21 — Isabel Gondim;
- 22 — F. Rodrigues Alves.

Tentarei estudar dois aspectos da vida e da obra da grande escritora: uma breve defesa de sua vida moral e a trasladação dos seus restos mortais da França para Papary, hoje Nísia Floresta. Em artigos de jornal já abordei esses assuntos. Pretendo deixar como documentação para a biografia da escritora norte-rio-grandense algo que possa merecer a atenção dos que estudarem a notável mulher de letras, que não esqueceu a sua terra, a sua paisagem de infância, o sítio Floresta, que viveu sempre na sua recordação de escritora e de poetisa. Europeizada por sua formação intelectual, nunca deixou de ser uma potiguar de sentimento, fixando aqui e ali quadros de sua juventude desde Papary a Goiana e ao Recife, do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, até atingir o ponto final de sua vida — a Europa.

O centenário da morte de Nísia Floresta Brasileira Augusta enseja certas indagações que não estão ainda bem esclarecidas. Sua figura literária inspira a maior admiração. Haja visto o que escreveram Adauto da Câmara e Henrique Castriciano; e mais recentemente a professora Zélia Mariz e a escritora Socorro Trindad: a primeira com um trabalho de interpretação para o Mestrado em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Nor-

te; e a segunda, em artigo publicado no "Caderno de Domingo" da TRIBUNA DO NORTE, de 28 de abril deste ano.

A carta que Socorro Trindad publica sobre Nísia Floresta mostra de que modo D. Izabel Gondim encara a ilustre escritora, cuja vida lhe parece "indecorosa". À distância do tempo é difícil dizer ou insinuar que D. Izabel Gondim podia ter certo despeito da conterrânea notável. Essa explicação não convence, mas pode vir à tona da exegese da "mais notável mulher de letras do Brasil", na expressão de Oliveira Lima.

O primeiro aspecto que surge no entendimento da controvertida mulher seria esse: a sua vida. Porque a respeito de sua obra literária ninguém lhe contesta o mérito.

Outro ponto acaso fraco na sua obra e mesmo na sua vida seria o esquecimento da sua Província, da sua paisagem de infância, da sua formação intelectual e social em Papary e mesmo no Recife.

Vamos por parte.

Não se conhece bem a vida social e mundana de Nísia; nem muito menos a sua vida doméstica. O que se diz contra ela — notadamente sobre o seu primeiro marido — não tem sólida comprovação histórica. No Recife, onde passou algum tempo e até onde chegaram as minhas pesquisas, e'a teve convivência literária (certamente muito proveitosa) com o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama — "O Carapuceiro". Tratava-se de um escritor costumbrista da mais alta categoria Sacerdote dotado da fina ironia, mas sério inatacável na sua vida religiosa. No meu livro sobre a Faculdade de Direito do Recife, sob forma biográfica, em dois volumes prefácio de Gilberto Freyre, tentei estudar Lopes Gama como diretor do Curso Jurídico de Olinda. Sua atuação junto aos professores faltosos era imp'acável. A censura que fez ao lente Paula Baptista foi rigorosa e malévola: alegou que o grande processualista não dava aulas desculpando-se por morar no Recife. O transporte era difícil. Lopes Gama não aceitou essa explicação, acrescentando que Paula Baptista ficava no Recife não porque advogasse, mas por causa dos seus namoros. Ora, se o Padre Carapuceiro não tivesse uma conduta exemplar, de certo não faria tal acusação a Paula Baptista, que tanto honrava a Congregação de Doutores e Lentes Proprietários, como eram chamados.

A aproximação entre Nísia e o Carapuceiro foi apenas literária. Nem houve jamais quem levantasse qualquer suspeita sobre essa relação de amizade e de mútua admiração. Qu'quer deslize e os inimigos de Lopes Gama estariam vigilantes na crítica ao crítico impiedoso da sociedade do seu tempo: sociedade

dividida entre gamenhos e gamenhas, o que corresponde, na linguagem de 1930, a almofadinhas e melindrosas.

Do Recife saiu Nísia para o Rio Grande do Sul. E do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro. Nessa sua jornada ela foi eminentemente uma educadora, animada já em suas conferências pe'a visão feminista do futuro e pela intensa luta contra a escravidão.

Não se compreende que uma educadora tivesse uma vida ostensivamente irregular e, ao mesmo tempo, os seus Colégios estivessem sempre cheios de alunos: uma contradicção que não se explicaria no tempo em que ela viveu, tão cheio de preconceitos; de preconceitos mais do que de conceitos.

Outro dado importante: o livro de Nísia Floresta — **CONSELHOS A MINHA FILHA** — foi adotado nas escolas do Vaticano. Dir-se-á que o Papa — o austero Pio IX — veria na sua pedagogia antes a educadora do que a mulher. Não parece aceitável essa distinção numa época em que a vida moral — mais do que hoje — era a suprema dimensão da sociedade.

E em Paris como foi a vida da nossa escritora? Tenho cá uma intuição, que iulso próxima da verdade. Sabe-se que Augusto Comte era um filósofo cuja moral jamais foi posta em dúvida. Clotilde de Vaux símbolo da própria humanidade, erigida em religião — não teria sido sua amante: era o seu culto amoroso, talvez, mas elevado ou sublimado por outra espécie de amor — o da humanidade.

Não é crível que entre Nísia e o filósofo francês houvesse mais do que uma ligação intelectual. Pelo menos, é o que se pode deduzir da própria essência do Positivismo, que não era permissivo.

Esse aspecto da vida de Nísia Floresta só ficará esclarecido amp'amente com a publicação completa da correspondência entre os dois. No Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, Gilberto Freyre salientou a necessidade de serem publicadas essas cartas, na sua totalidade. Eis uma tarefa para os pesquisadores. As cartas estão na Casa de Augusto Comte, em Paris. Por que Zélia Mariz ou Socorro Trindad ou o professor Francisco das Chagas Pereira — tradutor da escritora — não se encarregaram de ler e traduzir cartas tão importantes e que estão disponíveis à consulta dos interessados? A fonte não pode ser melhor.

Agora, o segundo aspecto da questão: o afastamento da escritora teria determinado o alheamento de sua obra literária em relação à sua Província e à sua gente?

No jornal **A REPÚBLICA**, Natal, 11 de maio de 1930, Luis da Câmara Cascudo, no seu artigo "O Busto de Nísia Flores-

ta", assinando-se com as iniciais L. da C.C. (inconfundível), escreve o seguinte:

"A impressão que me causou a leitura salteada de Nísia Floresta foi de um espírito didático, conselheiral, escrevendo como se estivesse por detrás de uma banca de professora, de "mestra" no velho bom tempo da palmatória e pedras-para-ir-lá-fora.

A paisagem e o espírito nortista escaparam inteiramente, continua o mestre. Nada recorda a brasileira Augusta. E eis por que acho justo o purgatório literário onde puseram a venerada escritora".

Aí está o ju'gamento autorizado de Cascudo, embora ele diga que fez dos livros de Nísia uma "leitura salteada". É difícil discordar do mestre de Natal. O que lí de Nísia Floresta — inclusive a tradução do Prof. Francisco das Chagas Pereira do livro **ITINERÁRIO DE UMA VIAGEM À ALEMANHA**, graças à iniciativa do Reitor Diógenes da Cunha Lima, Editora Universitária, UFRN, 1982 — não me leva a pensar que ela esqueceu "a paisagem e o espírito nortista".

Diante de tudo isso faço a pergunta: — qual a versão correta de Nísia Floresta? Tudo indica que ainda falta muito para conhecermos definitivamente a nossa ilustre escritora.

A TRASLADAÇÃO DO CORPO

Corria o ano de 1954. Café Filho havia assumido há um mês a presidência da República. O corpo de Nísia Floresta Brasileira Augusta chegava ao Recife. Era uma velha reivindicação do Rio Grande do Norte. Marciano Freire, como presidente do Centro Norte-riograndense, muito se bateu por essa aspiração.

Não foram poucas as vezes em que ouvi de Henrique Castriano, em Natal que a sua admirada Nísia precisava repousar em Papary, no Rio Grande do Norte, onde nasceu. Mas, onde estava ela sepultada? Em Paris? Debalde Marciano Freire procurou-a. Era um desafio. Coube ao jornalista Orlando Dantas, fundador e diretor do "Diário de Notícias", que foi um dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro, localizar o túmulo da escritora norte-rio-grandense. Ela repousava não em Paris, mas em Rouen, na França. Orlando Dantas se fez fotografar diante desse túmulo tão procurado. Restava agora trazê-la para a sua terra natal. Tudo providenciado o corpo, como disse, chegou ao Recife.

Paulo Pinheiro de Viveiros, como representante da Academia Norte-riograndense de Letras, e eu, pela Academia Pernambucana de Letras, procuramos as autoridades alfandegárias

para receber a escritora morta há tantos anos. Recebemos, então essa intempestiva e dura informação:

— A mercadoria só pode sair mediante “memorandum”.

— A mercadoria? Trata-se dos despojos de uma grande escritora.

— Para nós, retrucou a autoridade revestida de um poder estranho, é considerada mercadoria.

Que fazer, então? Te'egramos ao presidente Café Filho. Imediatamente ele respondeu, dando ordens para que o corpo nos fosse entregue. Apresentei-me à autoridade não com o “memorandum”, mas com o telegrama do presidente da República. Não houve outro jeito. A escritora estava liberada. Trouxe-a para a Academia Pernambucana de Letras, que funcionava, então, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Ficamos, Paulo de Viveiros e eu, intrigados com uma coisa: esperávamos que fosse uma urna funerária com os ossos; veio um ataúde; sinal de que ela ali estava toda inteira.

O corpo foi posto à visitaçãõ pública. Grande comparecimento. Era intensa a curiosidade em torno do caixão. Havia perguntas difíceis de responder. À meia noite — quase diria da “noite que apavora”, como está no “O Corvo” de Edgar Poe — resolvemos, Paulo de Viveiros e eu, abrir o ataúde. Queríamos matar a curiosidade.

Nesse trabalho silencioso fomos assistidos pelo funcionário do Instituto e da Academia, Nestor Lima, com o mesmo nome do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o historiador e advogado — Nestor Lima.

Abrindo um parênteses: — Nestor Lima, presidente do Instituto, foi visitar o Arqueólogo de Pernambuco. Apresentou-se:

— Nestor Lima.

O funcionário identificou-se:

— Nestor Lima.

Confraternizaram. Por onde se vê que nos Institutos Históricos — pelo menos aqui no Nordeste — há sempre Nestores Lima com o seu papel saliente na preservação do passado.

Voltemos ao ato de abertura do ataúde. Havia do's caixões: um de zinco, outro de ébano. Ao abrimos este último, subiu um cheiro que eu chamei de múmia: mofo concentrado. Cheiro de morte velha. E'a estava levemente reclinada. Os cabelos passavam dos seios. Dava para ver bem a fisionomia. Não devia ter sido bonita a nossa Nísia. Bonita por dentro, isso sim.

Fechamos os caixões. O funcionário Nestor Lima teve essa frase justa e oportuna, coisa que nem sempre acontece com as frases:

— Os senhores vão embora. Eu é que fico aqui sozinho com ela. . .

No dia seguinte, pela manhã, seguia Nísia Floresta para Natal numa corveta. Fui designado pelo Governo do Estado e pela Academia Pernambucana de Letras para acompanhar o corpo, devendo falar, como falei, em nome das duas entidades.

O almirante Haroldo Cox, comandante do Terceiro Distrito Naval, me fez essa advertência:

— Não viaje na corveta em que ela vai. Joga demais. Só não enioa a escritora, porque está morta.

Fui por terra. Cheguei muito a tempo de assistir, em Natal, à entrada da corveta. O governador Sylvio Pizza Pedrosa presente com todo o seu Secretariado. Senti que começava a lavar na multidão apinhada no cáis essa pergunta:

— Um caixão?

Dai o ataúde seguiu para o Ginásio dos Esportes. E dois dias depois para Papary, já denominada Nísia Floresta. Grande cortejo acompanhou a escritora. Não é preciso dizer com que unção e entusiasmo foi recebida. Mas persistia o problema:

— Um caixão!

Estava construído um túmulo destinado a uma urna. As autoridades locais sentiram o desafio. Que fazer? Foi quando ocorreu essa sugestão: colocar o corpo na Igreja (depois removido para a sacristia) até que se construísse o mausoléu adequado. A idéia foi aceita. E ela pouco chegada à Igreja, durante a vida, ali permaneceu em vigília longe dos olhos de Augusto Comte e dos positivistas que conheceu em Paris.

O presidente da Academia Norte-riograndense de Letras, Manuel Rodrigues de Melo, com a sua conhecida tenacidade, sempre a pé e sem relógio, ergueu, em nome da Academia, o mausoléu onde ela “descansa dessa longa vida”.

Talvez essa recordação sirva um pouco à biografia de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Sua volta ao Brasil não foi fácil. Ela começou a ser um problema desde a sua chegada ao porto do Recife. Do seu velho Recife que conheceu logo depois que saiu de Papary.

Certamente, no centenário da morte da grande escritora, sua cidade lhe prestou as devidas homenagens. O que resta agora é publicar, como sugeri, todas as cartas que e'a escreveu a Augusto Comte e que estão em Paris, na Casa que tem o nome do filósofo francês.

Não basta que ela tenha voltado. É preciso que seja estudada, lida traduzida, conhecida das novas gerações. O livro de Adauto da Câmara é a sua biografia. O livro que Henrique

Castriciano não escreveu. E foi uma pena que ele, o velho Henrique, não o tenha feito com a sua sensibilidade francesa de esteta renaniano.

TERIA SIDO NÍSIA FLORESTA UMA POSITIVISTA?

Para concluir, quero dizer que vejo em Nísia Floresta dois aspectos fundamentais: — ela foi uma liberal-romântica, no melhor estilo da segunda metade do século XIX; e quanto à religião, sua concepção da vida foi a do Cristianismo romântico de Lacordaire e de Lamennais.

Nunca seria, como não foi, uma cristã obediente ao Papa. Ela ficou contra a infalibilidade pontifícia — como na Faculdade de Direito do Recife ficara Aprígio Guimarães, lente de Direito Eclesiástico — contra o poder temporal dos Papas e contra o SYLLABUS — a famosa Encíclica de Pio IX condenando os erros do liberalismo.

Diante dessa concepção, que encontra apoio em Oliveira Lima, Henrique Castriciano e Adauto da Câmara, entre outros, ocorre-me uma pergunta: — teria sido Nísia uma positivista ortodoxa, uma vez que a sua religião era cristã e não, a rigor, a religião da humanidade?

Teria sido Augusto Comte, seu mestre, um liberal romântico? Ou simples amizade que a ligou ao filósofo francês — ligação afetuosa que, como salienta Américo de Oliveira Costa, no seu artigo “Nísia e Clotilde”, publicado na TRIBUNA DO NORTE, de 9 de dezembro de 1984, durou pouco e foi, segundo penso, antes um culto filosófico do que uma exaltação religiosa? É verdade que os positivistas brasileiros mais ilustres, tais como Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Pau'lo Estevão de Berredo Carneiro, muito se empenharam na publicação das cartas de Nísia e Augusto Comte. Não o fariam, é evidente, se não vissem nela uma admiradora fiel do mestre. Mas Américo de Oliveira Costa, no mesmo artigo, reproduz a dedicatória do OPÚSCULO HUMANITÁRIO ao “Grão-Sacerdote da Humanidade, o profundo filósofo, Sr. Augusto Comte, homenagem da autora — Brasileira Augusta”.

Grão-sacerdote e filósofo. Eis o resumo da forte personalidade de que enfeitou a escritora norte-rio-grandense. Sacerdote da Igreja da Humanidade — um temp'o religioso como outro qualquer; e filósofo, cuja concepção sociológica dos 3 estados é uma espécie de trindade a seu modo teológica e de explicação nada misteriosa.

Seria para uma mulher política ou politizada como Nísia Floresta, cujo avançado feminismo tanto se tem salientado, que

Augusto Comte, um místico à sua maneira, apelaria depois da morte de Clotilde de Vaux?

Eis uma colocação que trago à reflexão dos estudiosos. Seu feminismo não impediu — salienta Oliveira Lima — que o bispo de Mondovi elogiasse o seu livro didático CONSELHOS À MINHA FILHA. Um livro até certo ponto conservador. De intenções moralistas.

De resto, Henrique Castriciano, que tanto a admirava, fez da sua defesa da mulher quase que o oposto do que se podia esperar: — a mulher que ele imaginou, na sua Escola Doméstica, é a mulher do lar, de “prendas domésticas”. Não a mulher nisiana da participação na vida política. Esta se representa muito mais no pioneirismo do voto feminino no Rio Grande do Norte do que na Escola Doméstica de Natal.

Há ainda muito o que estudar na complexa personalidade dessa escritora romântica, uma das quatro mulheres que acompanharam o enterro de Augusto Comte.

Por enquanto, de minha parte, o que resta é esclarecer melhor seu papel junto ao filósofo a que se prendeu por uma admiração intelectual profunda, que eu não sei se a levou a ser, rigorosamente, uma adepta do Positivismo como religião.

Que influência teria tido, no Brasil, sua amizade com Augusto Comte? É outra pergunta que faço e que, segundo me parece, não foi ainda aprofundada pelos seus biógrafos. Não pretendo nenhuma originalidade nesse questionamento. Apenas desejo que, após um sécu'o de sua morte, parta daqui, deste ilustre Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, uma pesquisa mais ampla sobre a grande escritora, que tanto honrou o seu século.

::::-#-::::

(Palestra proferida no salão nobre do I.H.G./RN, em solenidade presidida pelo Dr. Enélio Lima Petrovich, em 31-10-1985)

UM CIVIL RECORDISTA DE PRISÕES MILITARES

MÁRIO BARATA
(Colaborador)

Em 11 de junho de 1838 falecia no RIO GRANDE DO NORTE um dos grandes jornalistas ligados à causa da independência do Brasil e das liberdades populares, o bacharel e cirurgião Cipriano José Barata de Almeida, nascido no Salvador, Bahia, aos 26 de setembro de 1762. Era filho do tenente Raimundo Nunes Barata. Outra família Barata, vinda de Portugal, estabeleceu-se em fins do séc. XVIII em Belém, havendo aí o Cel. Francisco José Rodrigues Barata chefiado a Revolução Constitucionalista no 1º de janeiro de 1821.

Cipriano Barata formara-se em Coimbra e, em 1821, foi eleito na Bahia deputado representante às Cortes, em Lisboa. Nessa cidade foi um dos deputados escolhidos para terem o seu retrato desenhado pelo grande pintor Domingos Antonio Siqueira, um dos maiores de seu país. O desenho acha-se no Museu Nacional de Arte Antiga, em Portugal e, nos últimos anos, foi exposto duas vezes em Paris. Ele ali está mais cheio de corpo do que no retrato quando ancião, que é mais divulgado, onde está bastante magro. Na atual mostra comemorativa organizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, alusiva ao sesquicentenário da morte de Cipriano e feita com a colaboração do jornalista e historiador Marco Morel, os dois retratos figuram em reproduções fotográficas.

Tendo estado preso por mais de dez anos, sobretudo pela sua defesa do nacionalismo e da liberdade, já em 1798 estivera envolvido na chamada Inconfidência Baiana, embora sem qualquer chefia na mesma. Nessa Conjuração foram sobretudo escravos e também alguns alfaiates que lideraram a tentativa revolucionária, havendo 22 escravos negros ou mulatos figurado entre os 32 heróis condenados na repressão dessa inconfidência.

A obra escrita que nos legou Cipriano atingiu o seu ponto maior no célebre jornal SENTINELA DA LIBERDADE, honra da história da imprensa no Brasil. Hélio Viana estudou-o em pormenor no conhecido livro CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA (Rio, 1945), onde destaca que Cipriano talvez tenha o recorde de prisões em cárceres militares no Brasil. Estudaram-no também Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Mello Moraes (em 1882), Fernando Segismundo, no livro IMPRENSA BRASILEIRA, A. Osmar Gomes, L. H. Dias Tavares, L. da Câmara Cascudo e outros. Em 1824, Manoel Paes

de Andrade, presidente da Confederação do Equador, já o tinha definido: "O Impertérito Campeão da Liberdade Brasileira, o Imortal Barata". A biografia mais recente é a de Marco Morel publicada em 1986 pela editora Brasiliense, na série Encanto Radical, bom trabalho de jornalista que em segunda edição será revisto em algumas informações factuais. A ABI, também lembrou esse grande jornalista do passado, que é "O Panfletário da Independência", no dizer de M. Morel.

A PREOCUPAÇÃO DE EISENHOWER

JOSÉ DE ANCHIETA FERREIRA
(Sócio Efetivo)

De passagem por Natal em 3 de agosto de 1946, o General Eisenhower, que foi comandante supremo das forças aliadas no teatro de operações da 2a. Guerra Mundial, ouvido pelos jornalistas, fez declarações que justificaram a preocupação de nossas forças armadas com uma possível invasão do Nordeste Brasileiro. Depois de declarar que observara em Natal encantadoras belezas naturais, principalmente um céu bellissimo e que era uma feliz coincidência chegar à nossa cidade no dia do aniversário do seu filho, tinha muita satisfação em pisar o solo do lugar que teve grande influência na guerra, possibilitando às Nações Unidas as maiores facilidades. Mas, o que mais impressionou os jornalistas foi a declaração de que Natal lhe dera muita dor-de-cabeça no início, da guerra. Não sabe explicar como Hitler não tenha tentado apossar-se desta cidade, pois, na época não havia meio de resistir a uma invasão de Natal por forças alemãs. O General referia-se aos meses imediatos à derrota da França em junho de 1940. Realmente esse perigo existiu. Em "A Guerra Secreta de Hitler no Brasil," Stanley Hilton comenta que a ansiedade de Wshington em relação ao Brasil cresceu dramaticamente após a queda da França. "Se uma Europa germanizada se lançasse numa guerra contra os Estados Unidos, argumentava Berle (Adolfo Berle Junior), o ataque teria a forma de duas vastas pinças, uma dirigindo-se da Noruega para a América do Norte e a outra atingindo o Brasil através de Dakar." No Tribunal de Nuremberg, William Shirer em "Fim do Diário de Berlim," revela que documentos alemães capturados provam que, em outubro de 1940, Hitler tratara da ocupação das ilhas do Atlântico visando o prosseguimento da guerra contra os Estados Unidos em ocasião oportuna. O General Oswaldo Cordeiro de Farias, que combatera com energia a infiltração nazista nas regiões de colonização alemã no Sul do Brasil, estava convencido de que o perfil do continente americano seria outro se a Alemanha tivesse vencido a guerra. "Hitler teria realizado o seu velho sonho de domínio do mundo, formando aqui a sua Alemanha Austral na região mais rica e povoada de alemães." A correspondência do consulado alemão em Recife, endereçada ao espião Ernest Luck, comerciante em Natal, era censurada pela Delegacia de Ordem Política e Social. Depois de traduzida, era devolvida ao correio. Entre as informações solicitadas, constavam os nomes de autoridades e de pessoas de maior pro-

jeção social de Natal com a posição de cada uma em relação ao conflito: se partidária da Alemanha, da Inglaterra, ou neutra. Entre outras, era uma das informações que os exércitos alemães levavam quando ocupavam um país adversário.

A declaração de Eisenhower aos jornalistas da nossa imprensa, ainda bem lembrada pelo Dr. Otto Guerra, testemunha presencial, então representante do diário católico "A Ordem," é confirmada pelo ex-Governador Sylvio Pedroza em carta a mim endereçada: ". . . Gostaria de felicitá-lo por recordar fatos tão importantes para o conhecimento das novas gerações. Assisti, como Prefeito, as declarações do General Eisenhower por ocasião de sua passagem em Natal, em 1946. A finalidade da presente é encaminhar, para seu arquivo, carta que recebi do General Robert Walsh em resposta a convite que, já como Governador do Estado, havia lhe feito para visitar Natal. Ne'a o ex-comandante das Forças Americanas no Nordeste retrata a importância da participação de Natal na guerra e sua cooperação para a vitória final".

* "A República," 4 de agosto de 1946

**Sylvio fora também o intérprete

PALMIRA WANDERLEY

PROTASIO MELO

(Sócio Efetivo)

No dia 15 de Maio de 1966, Palmira me oferecia seu livro "Roseira Brava e Outros Versos", com a seguinte dedicatória: "Para você Protásio, o singular tradutor da poesia japonesa, a admiração da poetisa pelos dons que Deus lhe deu. P.S. Algumas rosas que por acaso encontrar, algumas rosas sem espinho, nesta roseira agressiva, são destinadas à sua querida esposa, para que elas se embebam do perfume de sua bondade".

Lendo-se tal dedicatória, vê-se claramente, que tipo de sensibilidade se agasalhava no coração da autora de "Roseira Brava". Era uma figura romântica, criada num ambiente conservador e de preconceitos que era sua casa paterna.

Vizinha da casa senhorial do meu avô materno, Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, conheci quase todos os seus familiares e fui testemunha, embora ainda muito moço, do tipo de vida e relacionamento que moldaram o caráter e a personalidade de Palmira Wanderley.

Filha, irmã e parente de poetas, Palmira teria que, forçosamente, seguir os passos dos seus ascendentes, começando, desde cedo, a lançar no papel a maneira romântica e lírica com que encarava as coisas triviais e comuns da existência humana.

Nascida em Natal, numa segunda feira de Abril, era um dos muitos rebentos do casal Celestino Wanderley e Dona Ana de Freitas Guimarães — Donana, para os amigos — uma personalidade notável, respeitada e amada por todos os integrantes do clã dos Wanderley e de grande influência na formação moral da filha.

Logo de início, Palmira obtém sucesso com suas primeiras publicações e foi acontecimento inusitado na província, o aparecimento de seus dois livros de versos, "Esmeralda" e "Roseira Brava", este último, também lançado na Academia Pernambucana de Letras, apontando-a a crítica de todo o Brasil, como a grande poetisa do Nordeste, obtendo da Academia Brasileira de Letras, menção honrosa ao seu "Roseira Brava".

Além de poetisa, Palmira dedicava-se também ao teatro lançando, entre outras peças, a produção religiosa "A História da Imagem de Nossa Senhora da Apresentação", onde se nota, pela própria escolha do assunto, a forte influência da família Wanderley.

No terreno da crônica, segundo Rômulo Wanderley seu primo e biógrafo, "foi cronista primorosa" tendo escrito na "República", "Diário de Natal" e "Tribuna do Norte", além de

conferências em vários locais de Natal, na maior parte, sobre assuntos religiosos.

Para que se tenha idéia da força de sua poética e do impacto causado na época, vejamos algumas opiniões de personalidades brasileiras e estrangeiras, sobre a autora da "Vida de Auta de Souza": "Um Sabiá que tivesse as penas de ouro" Andrade Murici; "La mayor poetisa del Brasil", Luiz Cané; "Regina poetarum", Otoniel Meneses; A la esquesita poetisa Palmira Wanderley el cordial aprecio", Gaston Figuera; "É realmente uma poetisa", Agripino Grieco; "Roseira Brava é realmente um documento da consciência e inteligência da mulher no nosso meio", Mucio Leão.

Palmira cantou sua terra na totalidade e Cascudo viu isso muito bem, quando afirmava: "Natal encontrou em Palmira sua grande intérprete". Pertencia à Academia Norte-rio-grandense de Letras, ocupando a cadeira de Auta de Souza.

Embora de estilo muito próprio, original e autêntico, nota-se, entretanto alguma coisa de Tagore, no Gitanjali, especialmente no seu lirismo e panteísmo. É, sem favor, um nome que honra as nossas letras, cantando tudo relacionado a Natal, que muito amou, como diz seus versos sonoros: bairros, praias, lugares pitorescos, ruas e pontos típicos e tradicionais. Os temas dos poemas: O Natal da época de Palmira, cidade pequena, cercada do verde das dunas e do rio. A passara em profusão pelos quintais das casas senhoriais de Tirol e Petrópol's, tinha rigorosamente, que influenciar os pendores poéticos da jovem.

Lembro-me e guardo na memória, a grande festa organizada e coordenada por Palmira, denominada a "Festa das Flores", que foi um sucesso sem precedentes no seio da sociedade provinciana dos anos 20.

A natureza, as árvores, as flores, os pássaros, o céu, o rio, as praças da cidade, são motivos constantes de belos versos e equilibrados sonetos. Na primeira página de "Roseira Brava", abre o livro com um poema sobre a Palmeira, cantando suas folhas e o agasalho dado aos pássaros no seu seio. Em seguida é o Bem-ti-vi, o pássaro alegre e conhecido em nossa terra, pelo seu canto característico e singular; visita-a e canta sempre para ela nas tardes de estio. Seguem-se o Uirapuru, a quem chamava "monarca da melodia", depois são as rosas, a baunilha, a flor da urtiga, a pitangueira, os flamboyants, o pau d'arco, a figueira, os lírios, a mangueira, o mandacaru, os cravos, as rosas vermelhas e o manacá.

Até nas suas trovas, algumas de grande sentimento e beleza, sente-se a extraordinária atração que a natureza exerceu so-

bre a poetisa natalense: "Os frutos que recebi, de tuas mãos milagrosas, O amor mudou por milagre, num ramalhete de rosas"...

De cidade pequena e acolhedora, cuja tradição de bondade já há muito transpôs fronteiras, cantou os lugares mais belos e típicos. Começando pelo rio amigo, de quem todos os natalenses guardam memórias agradáveis, não só da infância como também da adolescência, cantou as regatas no Potengy e suas célebres competições náuticas: "Nas curvas verdes do teu perfil, no sopro ameno da brisa clara, água corrente cantando um hino, cachos de espuma tecendo rendas, Natal, presépio de Deus Menino, cheirando a incenso de oferenda".

E vieram depois os bairros de Petrópolis e Tirol, onde "sentiu a mata recender à incenso e murta". O Alecrim era "verde como o sonho que fazia verde a sua alma". E depois as praias do Meio e Areia Preta, as Rocas, o Refoles e sua história, o Bairro Vermelho, que já desapareceu na Natal moderna, o Passo da Pátria, que cantou com suas misérias e belezas nostálgicas. A Lagoa de Manoel Felipe, o Forte dos Reis Magos, onde viu "as flexas de Poti rasgando a noite escura", indo ainda às páginas da história, até Extremoz, com seus duendes e suas lendas.

Nos devaneios de moça escreveu "Castelinhos de Areia na Praia do Meio", coisas da meninice que a gente faz e não cansa; depois "Aquarela", sobre o rio Potengy e poemas sobre os meses, as lavadeiras de Natal, até as memórias do Recife, que conheceu e apaixonou-se como quase todos que ali iam, no passado, o velho Leão do Norte, comungando com sua arte e sua história, vivos e vibrantes, ao gosto estético dos que sabem ver as belezas do mundo.

Há também poemas de resignação, conselhos e composições religiosas que bem retratam os caminhos trilhados pela família, ao longo do tempo, na velha Natal, quase colonial, onde a ida à Igreja e seus "ofícios" era uma constante na vida das "famílias de bem" da província. Há também poemas de amor desabrochando no coração virgem, entretanto são devaneios discretos e calmos iguais à figura humana que foi Palmira Wanderley. Nada de chocante ou grotêsko. Uma mensagem equilibrada e discreta, um convite velado ao amor puro cheio de recato que a civilização atual tenta destruir em vão: A minha alma na tua mergulhada, meu coração batendo ao teu. . . E aí já não sei mais dizer quando és tu, meu amor, nem quando sou eu". . .

Embora usando algumas palavras, hoje obsoletas, lê-se Palmira ainda agora com grande facilidade. Usa vocabulário simples e ingênuo indo, até certo ponto, ao lírico quase magestoso. São títulos de alguns capítulos de "Roseira Brava": Rosas de Sol e

Espuma, Rosas Tropicais, Rosas de Sombra e Neblina, Rosas de Todo Ano, Madrigais e Rosas do teu Rosal. Não usou gíria nem linguagem vulgar, o que dá um caráter todo individual à sua mensagem poética. Mesmo em "Menino de Rua", dá-nos um garoto do mundo descrito com cuidado e polidês. Se usa o termo "tarado", logo adiante taxa-o de "feito apelido que hoje se usa". É um estilo próprio, com ligeiras influências, porém com a marca de uma quase sinhámoça que cresceu no Natal antigo e dele herdou-lhe as nuances e fraseologia. Anotamos algumas ao longo da leitura de "Roseira Brava": Da Palmeira, chama as suas palmas, "leques verdejantes", Petrópolis é o "Cavaleiro Real de azul, verde e amarelo, a espiar o mar do castelo feudal". A Praia do Meio é "uma gaivota tomando banho com seu maiô cor da manhã". Areia Preta são "olhos verdes tristonhos", que lembram o poema "Cossante" de Manoel Bandeira. O Tirol é "paisagem bíblica" e vê Jesus nas alamedas do Alecrim "com a palma no ombro no Domingo de Ramos". O Barro Vermelho é o "SÓ" de Antonio Nobre. No Passo da Pátria vislumbra "os apaches de Paris".

E por aí se vai a cantora da terra Potiguar, a espargir lirismo e beleza em páginas de encantamento e de arte, comparáveis às melhores dos grandes poetas mundiais. Lembra Emily Dickinson e Edna Saint Vincent Millay nos EUA e muitas brasileiras do passado e do presente. A beleza é de todos. O grande segredo é a chama divina que nos ajuda a encontrá-lo e que nossa Palmira possuía em abundância.

UMA SÍNTESE (TALVEZ POLÍTICA) DA REPÚBLICA NA PARAÍBA

JOSÉ OCTÁVIO DE ARRUDA MELO
(Sócio Correspondente)

O tipo de propaganda republicana formalizada pelo jornal **GAZETA DO SERTÃO**, de Campina Grande, nos últimos anos da Monarquia, sugere uma das teses mais originais da nova Historiografia Paraibana, no sentido de que não foi a República que trouxe a Federação, mas o federalismo que propiciou a República. É isso, pelo menos, o que se pode deduzir dos artigos de doutrinação esposados por Albino Meira, e, principalmente, Irineu Joffily.

A circunstância de o regime de 1889 não haver conferido espaço a qualquer um deles, visto como Albino Meira teve sua indicação para o Governo do Estado, embargada no Rio de Janeiro, enquanto o primeiro Irineu Joffily caíra na oposição, é bem indicativa da ordem oligárquica que se instalará com a nova forma de Governo — nisso a Paraíba não destoará dos demais Estados nordestinos, edificados sobre economia agrária de relações sociais atrasadas.

Temos então na Paraíba de 1889 a 1930 — 1928? — ao nível da chamada República Velha, o primado das Oligarquias, no caso a venancista, derivada do nome do primeiro Governador da Paraíba Republicana — Venâncio Neiva! — e de curtíssima duração, a alvarista, extraída de seu mentor Álvaro Machado, dominante entre 1892 e 1912, e a epitacista, vinculada a Epitácio Pessoa, o eminente jurista que dominara a cena, com passagem, inclusive, pela Presidência da República, de 1915 a 1930.

Institucionalmente, duas constituições estaduais marcarão o período, a venancista, de 1891, e a alvarista, que a substituirá, no ano seguinte. Socialmente, a República Velha assinalará o primado das chefias intangíveis, as eleições a bico de pena e, principalmente, a predominância dos chamados **CORONÉIS** que, não raro dotados de organização militar, se voltarão contra o poder constituído, como se verificou em 1892, na derrubada de Venâncio Neiva; de 1900 a 1904, com a República da Estrela durante o quadriênio José Peregrino, em 1911, na sucessão de João Machado, e, em 1930, quando de sangrenta Guerra Civil fomentada pelo chamado Território Livre de Princesa.

Ainda assim, é de notar que alguns Governos do período ensaiarão representativas tentativas de urbanização, caso de João Machado (1908/12), Castro Pinto (1912/15), Camilo de Holanda

(1916/20) e Solón de Lucena (1920/24). Desse ponto de vista, serão eles envezados precursores da desoligarquização empreendida de 1928 a 30 por João Pessoa, cuja tentativa de implantação de um Estado centralizado, mediante recapturação de funções públicas até então depositadas nas mãos dos coronéis, situa-lo-á nas origens da Revolução de 30, tal como esta deve ser estruturalmente considerada — economicamente modernizadora, politicamente autoritária e socialmente corporativa.

Com a Revolução de 30 que terá na Paraíba uma de suas vertentes, avança a modernização estatizante, alentada pelo radicalismo de Antenor Navarro (1930/32) e eficiência administrativa de Gratuliano Brito (1932/4), ambos vinculados à corrente tenentista.

Como, porém, na lição de José Honório Rodrigues, no Brasil as revoluções são sempre travadas e desencaminhadas pela Contra-Revolução, na Paraíba de 1935 a 40, o outubrismo já se tornara letra morta, encarregando-se Argemiro de Figueiredo de sepultá-lo em seu eficiente Governo, agrarizante, neo-coronelistas e ferozmente anti-comunista, além de que pontilhado dos decaídos de 30 — a base da futura União Democrática Nacional (UDN), no Estado.

De 1945 a 1966, o sistema coronelístico tempera-se, mediante o avanço mais da urbanização, classe média (identificada a lideranças como a de José Américo de Almeida), e serviços públicos, que de industrialização somente definida com os anos setenta. Antecipado ainda durante o Estado Novo pela experiência Ruy Carneiro (1940/5), esse populismo se estenderá até 1966 com outro possedista, embora eleito pela UDN, — Pedro Gondim! — que emplacou sete anos de Governo, dois dos quais como vice-governador em exercício (1958/60), e cinco (1961/66), como Governador efetivo.

Tal como em 30, o período anterior a 1964 catapultará a Paraíba ao plano nacional, graças ao dinamismo das Ligas Camponesas que, sob a liderança do jovem deputado Assis Lemos, arregimentará o campesinato nas áreas polarizadas pelos municípios de Sapé, Mamanguape, Itabaiana e Guarabira. Da crescente esquerdização das Ligas partilharão o movimento estudantil e bancário em João Pessoa e Campina Grande, os portuários de Cabelo e os têxteis de Santa Rita e Rio Tinto.

O aplastamento, pela força, dessa dinâmica social, significará a reaglutinação das oligarquias que, novamente sem competidores, predominarão, com a modernização repressiva de João Agripino (1966/71), dispersiva descontração de Ernani Satyro (1971/5), equilíbrio de Ivan Bichara (1975/8) e descortínio cul-

tural de Tarcísio Burity (1979/82), não por acaso direta ou indiretamente ligados à UDN, o partido da "Revolução", na Paraíba.

Ante a mais recente redemocratização do país, erguida sobre os escombros do generalismo autoritário datado de 1964 e, principalmente, 1968, a ausência de novas lideranças significará a retomada do populismo com Wilson Braga, governador da Paraíba de 1983 a 86 e prefeito da capital, atualmente, bem como Ronaldo Cunha Lima, prefeito de Campina Grande, de 1983 a 88, e virtual candidato ao Governo do Estado em 1990.

Em face desse populismo, fortalecido com o enfavelamento da capital do Estado e outros centros urbanos, trabalhados pelo assistencialismo de lideranças como a da deputada Lúcia Braga, a classe média oferecerá resposta com a eleição de Tarcísio Burity, atual Governador do Estado e um dos poucos a dirigi-la por duas vezes.

Social e economicamente é bastante comprometedora a atual situação da Paraíba. Sem uma vocação econômica mais definida, o Estado, imerso num mar de cartorialismo e burocracia, faz-se um dos mais atrasados da Federação daí porque de seus atuais três milhões de habitantes, pelo menos oitocentos mil vivem fora do Estado e, principalmente, no sul do país, de onde remetem dinheiro para os que aqui ficaram, muitos dos quais à espera de seguir também. . .

REDINHA, PRAIA DE VERANEIO

GIL SOARES
(Sócio correspondente)

Em janeiro de 1921, acompanhei meus pais em visita a seu prezado amigo e compadre Paulo de Abreu (1), que veraneava na praia da Montagem. Em casa bem no alto, nas imediações da capela dos Santos Reis.

Partimos em bote à vela, do cais Tavares de Lira, em tarde bem favorável à navegação.

Recordo-me perfeitamente quando, ao apontar para a Redinha (2), ele nos disse: "No fim do ano, passarei a veranear ali"!

A chamada Redinha de Frente possuía somente casas de palha, geralmente habitadas por pescadores e rendeiras. No fundo, grande armazém destinado a produtos agrícolas de Sandoval Castrano e Jeremias Pinheiro, em atividade na região.

Desembarcava-se no chamado porto-velho, nas vizinhanças do antigo e destruído Cemitério dos Ingleses (3).

Existia ali casa antiga, de taipa e telhas, para o pequeno comércio e rousada do velho Augusto Barroca. Antes de se fixar em Baixa Verde (João Câmara), residira no local com a família, no começo do século, o comerciante João Batista Furtado, homem boníssimo, pai do desembargador João Maria Furtado (4).

Perto dos mangues e na confrontação das Rocas, continuava abandonada, e veio a sossobrar, a barcaça francesa "Caloumet", que arribara ao nosso porto no fim da Primeira Grande Guerra (1914-1918.) Todos os tripulantes, vítimas da "gripe espanho'a", haviam sido sepultados naquele cemitério. Diz'a-se mesmo que a terrível epidemia invadiria nosso país pelo porto de Natal.

22 de novembro de 1921

Esta é a data de fundação, de fato, da Redinha como praia de veraneio. No dia anterior, terminara a festa da Padroeira da Capital.

Desembarcaram, de manhã, no porto-velho, as cinco primeiras famílias veranistas: dr. Paulo de Abreu, seu genro Boanerges Leitão, da firma Julius von Sohsten & Cia., posteriormente Contador Geral do Estado; Pedro Fonseca, tesoureiro do Correio Geral; José de Luna Freire, gerente da filial das Lojas Paulistas e Lauro Medeiros, gerente da filial da Fábrica de Cigarros Lafayette, do Recife, mais tarde proprietário do Cinema São Pedro, do Alecrim. Eu tinha quatorze anos e este último, meu primo, trazia-me como hóspede.

Todos ficaram residindo, mediante aluguel, em casas de palha, exceto doutor Paulo, que foi ocupar a que mandara construir durante o ano.

De manhã cedo, seguiam para o trabalho no pequeno bote à vela, de Barroca. Nele retornavam, no fim da tarde, partindo do cais da Associação de Praticagem, no começo da atual rua Chile.

O único transporte regular - e duas vezes por dia - entre Natal e a Redinha era subvencionado pelo Estado: a canoa do velho Piéca.

Amanhecia trazendo lavadeiras, que vinham executar seu trabalho no rio Doce, na Redinha de Dentro. Voltavam a Natal no fim da tarde.

Ainda cedinho, aquela canoa seguia para o Passo da Pátria conduzindo pessoas humildes que iam vender legumes e frutas no Mercado da Cidade Alta. Retornavam à Redinha depois do meio-dia.

Também veranistas lhes adquiriam aqueles produtos. Compravam, igualmente, peixes apanhados em tresmalhos.

A água, para as casas, vinha de cacimbas existentes nas imediações. Mas, a de beber, somente de cacimba aberta junto ao rio Doce.

Redinha de Dentro

Naquele ano, fomos a pé, na noite escura, assistir à Missa do Galo na Redinha de Dentro.

Outrora, dali até Extremoz, índios, portugueses e holandeses travaram lutas ferozes.

Há historiadores que sustentam a presença, na região, antes de Cristo, de navegadores fenícios (5).

No século passado, ficou a Redinha de Dentro muito apreciada como local privilegiado, no verão, para piqueniques e peixadas memoráveis. Com a participação de pessoas de destaque da sociedade natalense, inclusive Presidentes da Província. Seus famosos caju acompanhavam os aperitivos, antes do banho no rio ou no mar. Era a generosa e tradicional hospitalidade dos Brito. Como a dos Moura, de São Gonçalo de Amarante.

O dr. Francisco Xavier Pereira de Brito (1818-1880), excelente advogado e algumas vezes deputado provincial, dono do magnífico sítio (6), tornou-se conhecido, por aclamação dos amigos, como "Barão da Redinha" (7).

Ainda encontrei ali, como "patriarca", um de seus genros, o velho Alípio Barros, escriturário aposentado da Fazenda Nacional. Em companhia de Ararí Brito, veterano zagueiro do "América", de Natal.

O grande animador das comemorações natalinas era o comerciante Baroncio Guerra (8), com a ajuda de Tancredo Lima, delegado fiscal do Tesouro Nacional e do jovem Olavo Gluck, cunhado de ambos. Organizaram, com moradores da região, animado "côco" (9), de cujas danças o próprio Baroncio participava de vez em quando. Este nos foi mostrar os filhos pequenos, que gostava de chamar de "tribo": Iaponan, Iaperí, Iaponira, Iaperina.

Outra figura de destaque naquele ambiente festivo: Deolindo Lima, da firma Julius von Sohsten. Poeta e seresteiro. Muito estimado por todos.

O padre chegou a cava'o pelas duas da manhã. Desembarcara no porto-velho, de bote fretado, depois de haver celebrado a missa de meia-noite na Matriz da Ribeira.

1922

Coube ao professor e advogado Francisco Ivo Cavalcanti, o saudoso Mestre Ivo (10), coordenar a vinda, no fim do ano, de novo grupo de veranistas, do qual faziam parte dr. Odilon Garcia Filho, agente do Loide Brasileiro, o médico Mário Lira, professor do Atheneu, os comerciantes Enéas e Manoel Reis, a viúva Julieta dos Reis Couto e filhos e Francisco Nogueira da Costa (Nogueirinha), da firma Wharton Pedroza.

E as casas de palha da linha de frente foram sendo substituídas pelas de tijolo ou taipa, com alpendre.

Mais um ano e Baroncio Guerra transferia seu veraneio para a Redinha de Frente (11). De Natal, vieram mais o dentista Clidenor Lago, o funcionário da Alfândega Anísio Vieira, o comerciante português Cláudio Machado e Belarmino de Lemos, procurador fiscal da Fazenda Estadual.

A melhor praia de veraneio

Da costa sul do Estado ao cabo de São Roque, assim já poderia ser considerada a Redinha em 1924 - o ano de maior afluência de veranistas, inclusive de fora de Natal.

Napoleão Bezerra, de Currais Novos, dirigiu a construção da Capelinha, no ponto mais elevado, sendo Nossa Senhora dos Navegantes escolhida a Padroeira da Redinha. O Hino tem letra de Francisco Ivo e música de Baroncio Guerra.

Daí em diante, no primeiro ou segundo domingo de janeiro, realizava-se procissão marítima pelo Potengi conduzindo a Santa até a Pedra do Rosário, local em que fôra encontrada, há quase duzentos anos, a imagem de Nossa Senhora da Apresentação, a Padroeira de Natal.

Também foi edificado, todo de madeira, na proximidade do mar, o Redinha-Clube — sede única, por longos anos, de todas as diversões de veranistas. Única construção tolerada por estes entre as moradas da linha de frente e o mar. E nela funcionava a primeira escola pública, regida pela professora Elina Teixeira.

Talvez por se tratar de terreno de marinha, de vez em quando aparecia quem pretendesse construir casas próximas à beira da praia. Mas a reação dos veranistas era imediata e unânime. O próprio mercado teve de ficar do lado do rio, junto ao novo ponto de desembarque de passageiros de botes e lanchas.

A grande Festa do Natal

Pelo menos até 1934, não houve festa alguma que pudesse ser comparada à do Natal de 24. As embarcações trafegavam desde a tarde até de madrugada, trazendo e levando pessoas da Capital.

No grande descampado, espalhavam-se barracas de quermesses, bem sortidas. Tudo muito concorrido e animado.

A coordenação do programa esteve a cargo de d. Lídia, digna esposa do juiz de direito Francisco de Albuquerque, novo veranista.

Ela reuniu moças e rapazes, com a orquestra de Tibiro (Joaquim de Sousa Freire, inspetor de alunos do Atheneu), para números de canto e recitativo. Promoveu jornadas do “Pastoril”, nas quais quem mais se destacou foi a jovem Dinorah Cavalcanti, contramestra do Cordão Azul. Conseguiu a exibição de “Côco”, orientado por Arari Brito.

Mas o ponto alto da programação me pareceu uma espécie de “Desafio”, com grupo feminino representando a “Areia Preta” e outro a “Redinha”.

Eis os versos, com música linda, romântica:

AREIA PRETA - I - Nossa Areia Preta/Tem encantos mil/Como em parte alguma / De todo Brasil / Perto das areias / No azul do mar / À noite as sereias / Vão ali cantar / II - Lá nós temos tudo / Luz e sedução / Quem andar ali / Deixa o coração / Seja melindrosa / Seja almofadinha / Não troco meus banhos / Pelos da Redinha / III - Lá na Areia Preta / Ao calor do sol / Moças jogam tênis / Moços futebol / Vamos ter o bonde / Ainda este ano / Pois assim promete / Seu Coriolano (12).

REDINHA - I - Aqui eu nasci / Aqui me criei / Melhor do que isto / No mundo não sei / Melhor que a Redinha - Ninguém acredita / Quem isso afirmar / Vai fazendo “fita” / II - Aqui na Redinha / É coisa supimpa / Estamos bem perto / Da praia da

Limpa / O banho é delícia / É mesmo um colosso / Vamos ter
sereias / Mas de carne e osso / III Estribilho - Não va'e cidade
/ Nem a Capital / A praia é o encanto / O nosso ideal / Na Festa
dos Reis / Na Festa do Ano / É bom camarada / O velho oceano".

Depois da missa de meia-noite o grande baile do Redinha
-Clube se prolongou até quase o amanhecer.

Os veranistas

Em março de 1935, nomeado promotor público, fui morar
na Serra do Martins, onde nasci e casei.

Por isso, tentarei neste depoimento relacionar, além dos
veranistas mencionados, aqueles que, até 1934, chegaram à Redinha
pela primeira vez:

Adauto de Azevedo, viúva Amélia Leite e filhos, Ange'o
Pessoa, Antônio Soares (13), Benício Filho, Clemente de Carva-
lho, Clementino Câmara, Davi Cunha, Elias Elihimas Emídio
Cardoso, Epaminondas de Aquino, Euclides Pegado, Francisco
Barba'ho Júnior, Francisco Sales da Silveira Martins, Gilberto
Freire, Henrique de Oliveira, Higino de Oliveira, Humberto Monte,
Jeromito Moura, João Virgílio de Miranda, José Carlos Leite,
José Inácio de Paiva, José Lisboa, José Mesquita, Luís Romão
de Almeida, Luís Soares, Luís Tassino de Menezes, Manoel Gur-
gel, Nôel Miranda, Oscar Whitehurst, Pedro Amorim, Pedro Gome-
s Teixeira, Pedro Nolasco, Pedro Silva, Raimundo Pinheiro,
Richard Burgers, Salviano Gurgel, Sandoval Capistrano, Sinval
Moreira Dias, Solon Aranha, Vicente de Lemos Filho, Vicente
Mesquita.

De Currais Novos vieram o ex-prefeito Antônio Rafael,
Aproniano Pereira, Antônio Othon e Antônio Bezerra, De Caicó,
Eulámpio Monteiro e Joel Dantas.

Nos fins de 1926, a família do decutado Juvenal Lamartine
não encontrou mais casa de tiolo ou taipa para verancar. Aceitou
alugar uma de palha, na linha de frente. E aquelas mocas, tão
bem educadas, filhas do já indicado Presidente do Estado, eram
louvadas por veranistas pela simplicidade e modéstia no ambiente
praiano. O pequeno Oswaldo (14) divertia-se quase todas as tar-
des apanhando siris na maré.

Ainda na década de 20, um jornal manuscrito - "O Farol"
- dirigido pela senhorita Alba Garcia, divulgava os acontecimentos
sociais da praia e fazia merecidos elogios às moças e rapazes de
muita distinção, ali veraneando.

Os moradores da Redinha acompanharam, de forma sin-
gular, o estabelecimento da linha postal aérea Paris-Buenos Aires.

Em meados de 27, técnicos da Latecoère vieram estudar as condições de Natal para primeira escala no Atlântico Sul. O aeroplano que os trazia só conseguiu descer na Redinha.

Construído o campo de Parnamirim, toda semana avistava-se da praia, numa tarde, intensa fumaça negra no horizonte. Era antigo "aviso de guerra" francês que se aproximava trazendo as malas postais, cem horas depois da partida de Dakar. Passava veloz e ia fundear nas imediações do Passo da Pátria. O "Luneville", o "Reims", o "Epernay", o "Belfort" ou o "Peronne". Imediatamente, a correspondência era enviada para reembarque em avião, rumo ao sul.

Mais adiante, decolando semanalmente do Potengi, pelas oito da noite, em vôo direto de vinte horas até Dakar, sobrevoava nossa Redinha o "Arc en Ciel," com as malas postais.

Na vigésima terceira travessia, o grande pioneiro Jean Mermoz e seus heróicos companheiros desapareceram para sempre no oceano.

O sistema de transporte

Todos os anos os veranistas esperavam, inutilmente, que uma lancha, com horário certo e umas três vezes por dia, fosse destinada à ligação da Capital com a Redinha.

O percurso em bote, normalmente numa meia hora, tornava-se até agradável, principalmente no fim da tarde.

Entretanto, ficava enfadonho e intolerável em dia de calma-ria. Principalmente para aqueles que tinham hora certa de iniciar o trabalho em Natal. Durante cerca de hora e meia, o bote era conduzido por varas ao longo da beira do rio e dos mangues (15), até à confrontação do cais Tavares de Lira. E, aberta a vela, rumava vagarosamente para o cais da Praticagem.

Outro momento desagradável era o desembarque em dia de muito vento. Antes do bote tocar na areia já se escutava o grito: "Olhem a tranca!" Realmente, na descida pela prancha, aquela pancada atirava n'água um ou outro passageiro. . .

Todas as deficiências em matéria de transporte estavam muito bem compensadas pelo excelente veraneio que a melhor praia a todos proporcionava.

O boteiro mais antigo e mais atencioso era mestre Brasili-ano, do "São José, ajudado por seu sobrinho Ubirajara. Conheci-o aí por 1922, quando ele vendia cajus e outras frutas na porta dos veranistas. Estivera alguns anos na Amazônia trabalhando na Missão Rondon. Ao falecer, em 1959, mereceu crônica de Luís da Câmara Cascudo (16).

Lendas e superstições

Veríssimo de Melo, hoje um dos maiores folcloristas brasileiros, recolheu na Redinha algumas lendas e superstições (17).

Pescadores e boteiros têm sempre o que narrar a esse respeito. Como acontecia com os antepassados.

A propósito, há uns sessenta anos vi pessoas bem modestas desembarcando, vez por outra e prosseguindo para visitar Belarmino da Pajussara, um "pagé" que, com ritual exótico, se encarregava de tirar ou botar feitiços. . .

Seu Beija, Cutruco, Eduardo e outros biscateiros a serviço de veranistas falavam também nessas coisas.

A única diversão deles todos era o "côco", puxado a cachaça, que dançavam pela madrugada a dentro, em noite de sábado, numa casa de palha nos fundos da praia.

Em noites enluaradas, moças formavam rodas cantando músicas populares da época.

Rapazes se divertiam, de preferência, com a prática do futebol, de que participei.

O passado

Dizia Henry Bataille:

"O passado é um segundo coração que bate em nós."

Nunca esquecemos alguns lugares ou paisagens de nosso agrado, nem certos momentos felizes ou alegres em nossa passagem por este mundo.

Sou sócio, há mais de trinta anos, do Centro Excursionista Brasileiro, Clube modesto, fundado em 1919, com sede própria no Largo da Carioca.

Excursões em grupos, principalmente pelo Estado do Rio de Janeiro. A serras, entre Nova Friburgo e Marquês de Valença. A praias, entre Macaé e Parati.

Todos os anos vamos à festa junina, de preferência em hotel-fazenda na Serra do Mar. Fogueiras, comidas e bebidas típicas, trajes caipiras, quadrilha e outras danças puxadas por sanfoneiros pela noite afora. Tudo enfim, como no Norte, tradicionalmente.

Em Montes Brancos, onde fica nossa sede praiana, entre Cabo Frio e Arraial do Cabo, estão dunas que se assemelham muito às de nossa Areia Preta.

E a Redinha?

Nada encontrei parecido com ela no litoral fluminense. Nem mesmo nas grandes e encantadoras baías de Sepetiba e Angra dos Reis.

Entretanto, numa de nossas excursões pela baía de Guanabara, para os lados de Niterói, chegamos ao recanto de uma ilha conhecido por “cemitério de navios”.

Momento de muita saudade para mim.

Ali estavam, fundeados para sempre e utilizados como sucata, o “Comandante Ripper”, o “Pará”, o “Rodrigues Alves”, o “Almirante Jaceguai” e outros navios do Loide, que fizeram a linha do Norte até meados do século e nos quais fui a Fortaleza e a Recife em meu tempo de estudante de Direito.

Mas, a recordação maior e muito mais agradável foi a de quando cada um deles, vindo da barra, passava diante de nossa Redinha. Saudando a Capelinha e sendo saudado por veranistas que iam, às vezes, até à beira da praia. Quando fazia a grande curva do canal na confrontação do porto-velho e rumava serenamente para o ancoradouro interno.

Notas

1) Paulo Pinto de Abreu (1861-1947), baiano de Alagoinhas, major-médico reformado do Exército. Chegou em 1907 a Natal, onde mais tarde se fixou definitivamente. Prestou também serviços ao antigo Batalhão de Segurança (Polícia Militar) e aos Hospitais São João de Deus (tuberculosos) e São Roque (variolosos). Durante dozeito anos, atendia toda manhã, gratuitamente, às crianças levadas ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, dirigido por seu colega Varela Santiago, grande benemérito da cidade. Os anúncios na imprensa, de sua clínica particular, traziam sempre, no final: “Consultas gratis aos pobres”.

2) “REDINHA” - Vila e freguesia de N.S. da Conceição, concelho e comarca de Pombal, distrito administrativo de Leiria, bispado e relação de Coimbra, província Beira do Litoral. A vila de Redinha está situada na margem do Anços, afluente do Arunca, com seus pitorescos moinhos e em fertilíssima região nos contrafortes do Sicó. No alto da Serra do Poio, a cinco quilômetros da vila, construída numa gruta natural, está a capela N.S. da Estrela (reedificada em 1670) donde se desfruta panorama admirável, numa extensão de mais ou menos trinta quilômetros, vendo-se para os lados de Oeste e Norte sobre o mar Figueira da Foz e grande número de povoações (AMÉRICO COSTA, Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, Livraria Civilização, Porto, 1948, vol. X) — Outrora, no norte do Brasil, povoações que surgiam passavam às vezes a receber nomes de localidades portuguesas. Por isso, tivemos no Rio Grande do Norte, naqueles tempos, Arez, Extremoz, Portalegre, Redinha,

Vila Flor. Segundo Câmara Cascudo, o nome "Redinha" já figura, em 1731, na compra de sítio que se estendia até o rio Guajirú, que também conhecemos pelo nome de rio Doce.

3) Ninguém melhor do que LAURO PINTO descreveu o Cemitério dos Ingleses, construído há mais de cem anos e que visitou algumas vezes. Destinava-se, segundo ele, a sepultamento de protestantes e de vítimas de febres, como impaludismo e tifo ("Natal que eu vi", Imprensa Universitária, Natal, 1971, págs. 15 e 16). No mesmo sentido se manifesta Luís da Câmara Cascudo: "Aí sepultavam os estrangeiros protestantes" ("O Livro das Velhas Figuras", 1976, vol. 2, pág. 132). Em meu tempo de escola primária, escutava que aquele cemitério fôra construído "apenas" para sepultamento de vítimas de febre amarela, quase sempre tripulantes de navios estrangeiros. Daí certamente a escolha de local tão afastado e do outro lado do rio.

4) JOÃO MARIA FURTADO, "Vertentes", Gráfica Olímpica Editora, Rio, 1976, pág. 28).

5) JULIO GOMES DE SENA, "Ceará-Mirim - Exemplo Nacional", Editora Pongetti, Rio 1974, vol. I, pág. 338). O autor me incluiu, generosamente, entre aqueles a quem dedicou essa obra de muita pesquisa e erudição.

6) Bisavô do notável cirurgião conterrâneo Raimundo de Moura Brito, que foi membro da Academia Nacional de Medicina, presidente do IPASE e ministro da Saúde.

7) Em Portugal, houve em 1771 um Conde de Redinha. Chamava-se José Francisco Xavier Maria de Carvalho e Melo Daun, depois terceiro Marquês de Pombal e Conde de Oeiras (AMÉRICO COSTA, obra citada).

8) Barônio Guerra (1882-1944). Nasceu em Augusto Severo. Manteve em Natal, por longos anos e com excelente conceito, escritório de representações comerciais. Prosseguindo nos estudos, formou-se em Direito aos 48 anos (Turma de 1930, de Recife). Ocupou, já ainda estudante, o cargo de De'egado Auxiliar da Capital, no qual se conduziu com serenidade, eficiência e correção.

9) "CÓCO" - Dança popular nordestina, cantado em côro e refrão que responde aos versos do "tirador de côco" ou "coqueiro", quadras, embo!adas, sextilhas e décimas. É canto-dança das praias e do sertão. A influência africana é visível, mas sabemos que a disposição coreográfica coincide com as preferências dos bailados indígenas, especialmente dos tupis da costa. As modificações e variedades são incontáveis. Outrora o côco era dançado nos salões de boa sociedade em Alagoas e Paraíba. Chamam-no samba, pagode, zambê, bambelô. Na Paraíba e Rio Grande do Norte o comum é a roda de homens e mulheres com

o solista no centro, cantando e fazendo passos figurados até que se despede convidando o substituto com uma umbigada ou vênica ou mesmo simples batida do pé. Os instrumentos são de maioria absoluta, de percussão, íngonos, cuícas, pandeiros e ganzás e nos bailes mais pobres simples caixotes que servem de bateria animada" (LUÍS DA CÂMARA CASCU DO, Dicionário do Folclore Brasileiro).

10) Ensinou-me - e com o próprio exemplo - a conservar o espírito da mocidade, como maneira eficaz de preservar a saúde e prolongar a vida. "Que a neve caia! O teu ardor não mude! / Mantêm-te jovem, pouco importa a idade! / Tem cada idade a sua juventude" (BASTOS TIGRE).

11) Li, realmente, uma ou outra referência à "Redinha de Fora". Entretanto, há mais de meio século, andando na Redinha de Dentro, Pajussara e arredores, só escutava "Redinha de Frente". Por certo, de frente para a Fortaleza dos Reis Magos. Para a Limpa. Para Natal, enfim. Quanto a esta última, pela importância alcançada, claro que basta "Redinha".

12) Engenheiro civil Paulo de Araújo Coriolano, superintendente da Repartição dos Serviços Urbanos de Natal. Deu prioridade, e acertadamente, ao prolongamento da linha de bondes do Alecrim, até Lagoa Sêca.

13) Meu irmão Antônio Soares Filho é hoje o mais antigo veranista da Redinha. Não falha um ano, desde 1926.

14) OSWALDO LAMARTINE DE FARIA. Escritor de grande mérito. Suas pesquisas e estudos sobre usos e costumes do interior nordestino são indispensáveis, em qualquer tempo, a consultas de historiadores e sociólogos.

15) Sobre a precariedade do meio de transporte, vale a pena recordar este fato: num fim de tarde, destacado funcionário federal encontrou em casa chamado urgente a Natal. Largou-se para o porto-velho e alcançou a última condução do dia: o "bote das lavadeiras", que substituiu a antiga canoa. A tarde era de calmaria. A embarcação precisou seguir junto aos mangues. Nisso foi ele acometido de terríveis cólicas intestinais. Não poderia descer ali, pois se atolaria até os joelhos, pelo menos. Dirigiu rápida preleção àquelas mulheres sobre necessidades fisiológicas incontrolláveis. Pediu-lhes desculpas e que se virassem para a prôa. Então, de cócoras, na pôpa, agarrado à cana do leme, aliviou-se daquela situação incômoda.

16) "O Livro das Velhas Figuras", vol. 5, pág. 103.

17) Rev. do Inst. Histórico e Geográfico do Rio G. do Norte vol. L III, pág. 80.

SIR MANDEVILLE, UM ESCRITOR DAS ARÁBIAS

JOSÉ MELQUIADES
(Sócio Efetivo)

Sir John Mandeville (1356) foi um prodigioso e imaginoso escritor contemporâneo de Chaucer e de Lingland. Este inglês foi portentoso na criação de absurdos como forma literária. Dono de uma ficção engenhosa numa criatividade impetuosa e ilimitada, desse modo tornou-se o dono absoluto da mentira. Sua exuberante prosa é conhecida em língua inglesa como **MANDEVILLE'S TRAVELS** — As Viagens de Mandeville. Essas viagens superaram as maravilhas dos Contos de Mil e uma Noites. O livro foi o encanto da Idade Média e até serviu de guia aos romeiros que viajavam à Terra Santa, tal foi o seu fascínio numa época de superstições e falsas revelações. O estapafúrdio atingiu o máximo, no paroxismo do sobrenatural por parte dos escritores do seu tempo. Os sete pecados capitais e o plano da salvação eram temas favoritos da insólita poesia de John Gower, um amigo íntimo de Chaucer, logo obscurecido pela sombra do colega, que elaborou os Cantos da Cantuária.

AS NOITES ARÁBICAS

As Noites Arábicas ou as Mil e uma Noites, em matéria de imaginação e maravilhas, perdem muito para Sir John Mandeville, também conhecido como Knight (cava^lheiro), isto é, assim ele mesmo se denominava. Nele o exagero não conhece fronteira. A primeira parte das VIAGENS inclui visitas a Constantinopla, Palestina, Egito e, logo depois, o leitor é levado, em êxtase ou num tapete mágico, para a Turquia, Pérsia, Arábia, Líbia, Armênia e Caldéia. Ele descreve esses lugares como paraísos fabulosos com uma convicção de familiaridade íntima com o seu presente. São incríveis mananciais de beleza. Daí desce pe'a Etiópia até a Índia e, mais maravilhoso ainda, vem parar na Amazônia. Foi nessa aventureira travessia que descobriu a FONTE DA JUVENTUDE. Não diz precisamente onde ficava, no Amazonas, o desejado manancial que tanto preocupou os navegadores medievais. Entretanto, confessa peremptoriamente que ao baixar-se em suas floridas margens "bebeu de sua água três ou quatro vezes pelo que sentiu-se muito bem". O tônico de juventude não lhe remediou as articulações, pois logo numa dessas saudáveis viagens contraiu gota e artrite. Parece que nem Ponce de Leão nem Colombo se familiarizaram com essa leitura cartográfica,

pois em vão procuraram a Fonte na Ilha Bimini e nem assim mataram a sua sede, pois a Castália ou Juventa ficava no Brasil, ao norte do Rio Amazonas, segundo Mandeville. Colombo chegou mesmo a pedir a Ramúgio, um geógrafo italiano seu contemporâneo, para localizá-la em lugar acessível. Ramúgio, também muito criativo, colocou-a na costa do Maine e Colombo lá não foi. Ora, todas essas narrativas asseguradas como “diário de viagens”, aconteceram numa época em que as viagens eram quase impossíveis pela precariedade e escacês dos transportes marítimos. Basta lembrar que, nesse mesmo tempo, na Inglaterra de Mandeville, o rei Henrique V oferecia boa recompensa a quem capturasse os lobos salteadores que andavam pelas ruas de Londres. E o beneditino Felix Faber, em exaustiva obra, provava, cheio de fé, valendo-se da “verdade infalível das Sagradas Escrituras” que “Jerusalém se localizava no centro do mundo”.

A RAPIDEZ DOS TRANSPORTES

A viagem mais rápida que se fazia de Milão a Veneza levava sete dias e dezesseis horas “numa velocidade em média de 90 quilômetros por dia”. Enquanto isso, o mercador Jacques Coeur, um dos homens mais ricos e mais ousados daquela época, criou seu próprio serviço postal nas asas dos pombos correios, que levavam sua correspondência através da costa do Mediterrâneo aos seus agentes distantes e espalhados naquela região, um serviço de comunicação inspirado na pomba de Noé. Vivia-se um mundo de contrastes, aventuras, imaginação e arrojados paradoxos. Foi aí que Mandeville deu asas à sua imaginação. Chegando às Índias, conta ele, manteve contato íntimo e estreito relacionamento com Prestes João, outro mito da história, só comparável à Fonte da Juventude ou à Atlântida de Platão.

PRESTES OU PRESTER JOÃO

Prestes João ou Prester, o velho, foi um lendário rei cristão da Idade Média. A fábula o coloca na Ásia numa aura de mistérios orientais, ora na Índia, ora na África, às vezes até na Etiópia ou na Pérsia. As contradições se atropelam. Mandeville não fez cerimônias sobre o assunto: conta que esse reino encantado ficava nas “três Índias” e isso nos basta.

Uma carta escrita, em Latim, e endereçada a Manuel II Comnenus, imperador bizantino, fez Prestes João um rei enigmático, “senhor dos senhores” — **DOMINUS DOMINANTIUM ET PRESBITERATUS NOMINE**. Esta carta foi logo recopiada e distribuída ao bel. talante. Pinta o império de Padre João como

um paraíso onde corriam leite e mel e predominavam a paz e justiça. Este documento impressionou a corte papal. Muitas autoridades eclesiásticas a ela deram crédito e defenderam sua autenticidade. No mesmo ano em que a epístola latina foi divulgada (1165), Hugo de Gebal, bispo da Síria, visitou a Cúria Romana, em Viterbo, onde expôs um longo relato prestando informações que tivera do “rei-sacerdote”, o que muito impressionou considerável parcela do consistório. Mais tarde, em 1177, precisamente 12 anos depois da carta dirigida a Comnenus, o papa Alexandre III, levado pelas sugestões de seu médico particular, endereçava uma carta a Prestes João, na qual o tratava de “ilustríssimo e inteligentíssimo rei da Índia e amante filho de Cristo”. Não se sabe onde esta epístola alexandrina foi parar, pois a lenda do Melquisedeque indiano já o confundia com Genghis Khan, o herói de Marco Pollo. Mas a carta de 1165 chegou mesmo a impressionar Dom Manuel II, rei de Portugal, que logo despachou para as Índias uma expedição chefiada por Afonso de Paiva cuja missão era “estabelecer contatos com o cristianíssimo rei João”, o novo Melquisedeque da Ásia, no século XVI. Prestes ou Prester é uma corrupção da palavra latina PRESBYTER (presbítero ou padre); no caso de João, um clérigo de identidade muito duvidosa. Entretanto, essas informações legendárias impressionaram reis e papas. Pois foi este homem mitologicamente prodigioso e tão privilegiado pelos documentos apócrifos que Sir John Mandeville, afirma, nas suas Viagens, tê-lo visitado “nas três Índias” e se abismado com a sua grandeza, seus tesouros e seu paraíso. Desse mesmo modo Ulisses familiarizou-se com a feiticeira Circe e ouviu o canto das sereias. Uma única diferença: a ILÍADE de Homero, mesmo com o seu exagerado toque mitológico, permanece na lembrança dos eruditos, insubstituível na literatura mundial; a ODISSÉIA de Mandeville, de tão falaciosa e ilusória, no esquecimento.

AS VIAGENS DE MANDEVILLE

Mandeville, segundo análise dos seus críticos, imaginava suas viagens supostas com muitas aventuras arrojadas baseado na CRÔNICA de Guilherme de Boldensele, um renegado religioso alemão, que escreveu muitos relatos sobre viagens empreendidas em 1136; e também tirou grande proveito do ITINERARIUM ou DE REBUS INCONGNITIS escrito por Odorico Fordentone (Forli Julii) em 1330. Imaginoso e criativo, Mandeville enxertou-as a seu modo e se fez Judeu Errante de terras lendárias do mesmo modo que em livro recente o alemão Holger Kersten.

contrariando o evangelho e os ensinamentos bíblicos, tirou Jesus do túmulo, fê-lo curar-se pelos essênios, levou-o para a Índia e lhe prolongou a vida até os 80 anos, idade que morreu empanturrado de doutrina budista. Acabou-se, aí, o cristianismo e de nada valem os ensinamentos do Messias, segundo a leitura do livro de Kersten.

Voltemos às viagens. Além de tudo isso, Sir John Mandeville afirma peremptoriamente que iniciou suas viagens em 1322, deixando seu país no dia 29 de setembro, às vésperas das comemorações das Michaelmas, uma festa religiosa celebrada pela Igreja da Inglaterra em memória do arcanjo São Miguel. Só voltou à pátria, segundo confessou, 34 anos depois, lá pelos idos de 1356, e isso mesmo porque achou-se atacado da gota e artrite. De nada valeu o elixir de rejuvenescimento bebido na Fonte da Juventude. Não fora isso e ainda continuaria viajando e escrevendo. Eis aí um verdadeiro Judeu Errante da imaginação saxônica. Que homem prodigioso! Seus manuscritos foram recopiados em várias linguas e muitos copistas calejaram os dedos corrompendo textos, nomes e lugares, o que torna a obra mais admirável ainda. Mesmo assim, impressionou os leitores de muitos países e mereceu ser traduzido em 10 idiomas. Além de três versões em Latim. Muitos ficaram crendo que Mandeville era poliglota e escrevera suas Memórias simultaneamente em Inglês, Francês e Latim. Não se sabe a data certa da morte desse gênio. Seus escritos, um misto de lendas e romances, só encontraram rivais nas Noites Áticas ou nas Noites Arábicas. . .

A CRÔNICA DE ODORICO

Odorico Fordentone (1286-1351) foi um franciscano que viveu 3 anos na China em catequese religiosa entre 1322 e 1325, talvez levado pela pitoresca narrativa de Marco Polo. Viajou bastante, pela Ásia e familiarizou-se com hábitos, povos e costumes e algumas extravagâncias exóticas. Visitou a Pérsia e manteve contato com "os assassinos das montanhas de Elbuta (Iran-Iraque)" e teve outras experiências bem mais agradáveis ou menos arriscadas. Regressou à pátria pela Europa Central e desembarcou em Veneza em 1329, porto no qual também Marco Polo desembarcara 34 anos antes. Seguiu para Pádua e ali recolheu-se a um convento, onde, finalmente, ditou suas memórias para um seu irmão de hábito chamado Fr. Joaquim de Sologna, que as copiou em Latim e logo traduziu-as para o Francês, o que era uma prática constante da época. As informações de Odorico foram recebidas com muita curiosidade e lidas com inusitado interesse. Eram re-

velações de Guilherme de Boldensele. Valendo-se desses diários íntimos, Mandeville imaginou-se dentro delas, deu asas à imaginação e recriou um mundo à sua maneira, pintando-o com maravilhas e encantos. Superou, em exagero, Marco Polo e, em mentira, o barão de Munchausen, que se tornou famoso em Hanover com umas anedotas absurdas contadas como vividas e experimentadas no seu convívio com a caserna. E aqui se chega a uma expectante indagação: quem mentiu mais, até hoje, Marco Polo ou Rusticiano, que romanceou as memórias de Katai; Munchausen, que chegou a inspirar um romance a Karl Immarmann, um romance marcado por uma sátira grotesca cheia de maliciosas alusões, apesar desse autor ter sido um seguidor das idéias de Ghoet; ou finalmente Mandeville cujas invenções serviram de guia aos peregrinos da Terra Santa, e diz ter bebido da fonte da juventude? O fato mesmo é que esses mananciais exuberantes de ficção e mito ficaram célebres e ninguém já lhes superou a fama.

O curioso de tudo isso é que a Fonte de Juventude aparece, em Mandeville, localizado no Brasil, dois séculos antes do descobrimento, e um século depois (1603) no mapa do Brasil de Pedro Coelho de Souza constava o Eldorado localizado na Amazônia às margens do rio Orenoco. Não é admirável! Bem que d'zia Olavo Bilac: CRIANÇA, NÃO VERAS PAÍS NENHUM COMO ESTE! E é pena que essas maravilhas não tenham chegado ao conhecimento de Rocha Pitta.

CONCLUSÃO

Hoje. Sir John Mandeville, mesmo em seu país, é um autor desacreditado, embora seus escritos, nos exageros da forma, tenham sido até o século passado, o encanto dos leitores, impressionando meio mundo. E o pior ainda é que, em sua época, houve vários homônimos seus, o que leva muito esforço para identificar o verdadeiro Mandeville. Num livro intitulado MYSTEUR DES HISTORES, Jean d'Outremeuse afirma que Mandeville quando morava em Liege se assinava com Jean de Bourgogne e que "Bourgogne era o mesmo famoso Mandeville". Numa passagem desse livro escreve d'Outremeuse outras tantas maravilhas sobre Mandeville. Sua morte teria acontecido em 1372. E sustenta o autor do MYSTEUR que Mandeville era "cavalheiro (Knight) conde de Montfort, na Inglaterra, Lord da ilha de Campdi e conde do Castelo de Perouse; que viajara três partes do mundo e que, por último, tivera o infortúnio de assassinar um conde". Entre a quimera e a contradição, o mito e o romance, Mandeville tornou-se o homem mais lido do seu tempo. Mas há muitos anos

caiu no esquecimento e hoje não valem mais as suas artimanhas. Foi renegado pela crítica e acreditado como o maior mentiroso das letras inglesas. Não se encontra o nome de Mandeville ou Bourgoigne entre os condes de Montfort nem nenhum geógrafo já localizou a ilha de Campdi, o que significa que seu biógrafo também era imaginoso e chegou a outras tantas mentiras.

Com o avanço das explorações marítimas e o progresso da navegação, Mandeville perdeu sua originalidade e ganhou fama de ter sido o maior mentiroso da história de seu país. Escreveu textualmente um dos seus críticos: **IN THE AGE OF EXPLORATION MANDEVILLE LOST HIS REPUTATION AS A TRUTHFUL TRAVELLER AND GAINED ONE AS THE GRAETEST LIAR.** Entretanto, não se pode negar que Mandeville teve um toque de gênio: impressionou leitores do mundo conhecido em seu tempo com uma prosa sedutora e agradável. Resistiu o máximo e esteve em evidência durante quase 5 séculos. Nem todos os escritores do mundo, falaciosos ou sérios, resistem a tanto. Seu mérito é indiscutível.

UMA PALAVRA FINAL

Cícero, em sua obra **ACADEMICORUM RELIQUIAE CUM LUCULLO** refere-se a um mentiroso com este paradoxo: **DIZES QUE MENTES OU DIZES A VERDADE E ENTÃO MENTES; OU DIZES A VERDADE E MENTES.** Esse conflito de idéias é o que os filósofos chamam de antinomias e levou ao nominalismo de Ockham com o **SENTENTIUM VOCUM** ou a doutrina das palavras, a grande preocupação dos escolásticos. Vieira, valendo-se do paradoxo de Cícero, foi bem mais claro: **QUEM MENTE POR PROFISSÃO, FALA A VERDADE E NÃO ENGANA,** advertia ele em sua retórica parenética. É o caso de Sir Jonh Mandeville: mesmo quando muitos caíram no seu conto ou caíram na realidade, mesmo assim passaram a lê-lo por diletantismo. Se ele hoje não engana mais a ninguém, houve um tempo que sua mentira era verdade e é uma pena que Cícero não o tenha lido como não alcançou a **VERA HISTÓRIA** de Luciano que de história verdadeira tinha muito pouco. Luciano pelo menos era um satírico desabusado e não enganava ninguém. Teve a coragem de fazer o **ELOGIO DA MOSCA.** Escreveu o **DIALOGO DOS MORTOS** e fez também o **DIALOGO DO BURRO.** Sabia até onde chegava a cretinice. Tudo passa na vida. **SIC TRANSIT GLORIA MUNDI.**

Passa Mandeville e Muncheusen mas o julgamento da história não passará. . .

MARTINS — SÍNTESE HISTÓRICA

MANOEL ONOFRE JR.
(Sócio Efetivo)

Pode-se ter 1742 como o ano do estaelecimento official de Martins. Daí pra trás, só índio e mato na antiga serra do Campo Grande.

Naquele ano, o Capitão Francisco Martins Roriz, vindo das bandas do Jaguaribe (CE), obteve do Capitão-Mór Francisco Xavier de Miranda Henrique, a 1º de março, “a concessão da sesmaria que descobriu na ribeira do Apodí, na serra que faz ponta no sítio TELHA e vai buscando o Saco do Passarinho, por uma parte ficando o rio Umari e pela outra o rio Apodí, compreendendo a lagoa dos Ingás e o Olho d’Água das Tabocas, e limitada ao nascente e norte da serra do Regente (Portalegre) pela lagca de S. João”. (João Vicente da Costa — Artigo em “A República”, Natal, 1º-07-1937).

Fixando-se Martins Roriz na serra, logo designada pelo seu nome, tratou da exploração da terra, boa para lavoura e criação de gado.

A atividade agro-pastoril gerou, dentro em breve, uma povoação, que se desenvolveu, como tantas outras, em torno de duas fontes de vida: templo e lagoa. A primitiva capela (adaptação), a princípio na localidade Serrinha e depois no povoado, à margem da lagoa, era integrante da paróquia de Pau dos Ferros, criada em 1756. Mas a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Martins surgiu com a lei provincial nº 52, de 2 de novembro de 1840.

Informa Aires de Casal (“Coreografia Brasília”, 1817):

“... a (serra) dos Martins, que tem três léguas de comprimento, e uma ermida na sumidade junto a uma lagoa, que transborda com as grandes trovoadas. No fim do século passado havia já nesta serra (segundo dizem) quatro mil pessoas de comunhão” (Ed. de 1976, pag. 278).

Em 1841 — portanto, quase um século depois da concessão da sesmaria — a lei provincial nº 71, de 10 de novembro, elevava o povoado à categoria de Vila, Município e Comarca da Maioridade. O nome era homenagem à lei que antecipara a ascensão de D. Pedro II ao trono.

A instalação da Vila e do Município foi no ano seguinte, a 27 de fevereiro, em sessão solene, sob a presidência de Vicente Borges Gurjão, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre (Vila a 18 kms.). Tomaram posse os vereadores eleitos: Agosti-

nho Fernandes de Queiroz (Presidente), Vicente Praxedes Benvides Pimenta (Vice-Presidente), Manoel Luiz Barreto, Manoel Peixoto Dantas, Manoel Ferreira da Silva Cumaru, Zacarias Ferreira da Silva, Clemente Gomes de Amorim, presentes o Vigário Pedro José de Queiroz e Sá (deputado provincial em sucessivas legislaturas), Pe. Antonio Alves Pimentel, Manoel Roiz Campos e João Felipe Pereira, além de numerosos representantes de todas as classes do município e de localidades vizinhas.

O Presidente Agostinho Fernandes não era outro senão aquele Agostinho PINTO, de saliente participação no movimento pré-Independência, que tanto agitou a Zona Oeste (Portalegre, Martins, Pau dos Ferros, etc.). O antigo líder foi um dos prisioneiros das Capitánias do Nordeste, nos cárceres da Bahia, até 1821, enquanto Padre Miguelinho e outros companheiros de organização do Governo Republicano de Pernambuco, foram condenados à morte. Em 1832, Agostinho Fernandes era o defensor, com suas hostes, da fronteira contra as tentativas de invasão do caudilho cearense Pinto Madeira, comunicando por isso ao Presidente da Província a mudança do nome.

Instalada a Comarca a 9 de outubro de 1842, aliás a terceira, em ordem cronológica, da Província (a primeira — do Rio Grande do Norte, em 1818, quando desmembrada da Comarca da Paraíba; a segunda, Açú), exerceu o cargo de primeiro Juiz de Direito o Dr. João Valentino Dantas Pinagé.

O Município limitava-se ao norte com o Apodi (RN), a leste com Catolé do Rocha (PB), ao sul com Souza (PB) e a oeste com Portalegre (RN). E tanto era o seu progresso que, seis anos depois, a sede municipal se tornava, pela resolução provincial nº 168, de 30/10/1847, Cidade da Imperatriz. Com este nome homenageava-se a figura imperial de D. Tereza Cristina, que viera da Europa para casar-se (ratificando-se o ato, aliás) com D. Pedro II.

Em 1888, chegada a Lei Aurea, restavam no Município apenas 84 escravos.

Os martinenses eram entusiastas do movimento libertador. Organizou-se ali, em 1884, uma sociedade abolicionista, sendo membros: Dr. Manoel André da Rocha (Presidente), Prof João Onofre (Vice-Presidente), Prof. Teófilo Orozimbo (1º Sec.), Antonio Augusto de Souza (2º Sec.), Francisco da Costa Oliveira (Tesoureiro) e Zenon de Souza Martins (Orador).

“No ato da instalação foram entregues onze cartas de liberdade gratuitas”. (Informação constante do Diário do Prof. João Onofre).

A proclamação da República, como a Abolição, foi recebida festivamente. Em sessão solene, a Câmara Municipal aderiu ao novo governo que se instalava no país.

Sob o regime novo, foi eleita a primeira Intendência Municipal, dela participando Genuíno Fernandes de Queiroz (Presidente), Antonio Manuel de Oliveira Martins, Vicente Lopes da Costa Junior, Joaquim Francelino de Queiroz, Cândido de Albuquerque Barreto, Manoel dos Santos Rosa e Pedro Alves de Lima.

O Cel. Genuíno seria, como o avô Agostinho Fernandes, influente chefe político, três vezes eleito para a chefia do Executivo.

Em 1890 restaura-se o nome de Martins; Serra do Martins foi sempre a linguagem do povo servindo os outros nomes para os documentos públicos.

—:~::~~::~—

O Dr. Nestor Lima em "Municípios do Rio Grande do Norte" diz ter sido Martins o quartel general de lutas políticas, desde a Monarquia. Em 1817, 1824 (Confederação do Equador), 1832, como ao tempo da Guerra com o Paraguai, da campanha abolicionista, do movimento republicano não faltaram elementos martinenses em ação cívica destacada.

No tocante à ordem pública e social, fatos houve que a perturbaram, em diversas épocas; e, por longo período, de 1927 a 1928, sofreram as famílias intranquilidade geral resultante das invasões de grupos de cangaceiros.

—:~::~~::~—

Em 30 de agosto de 1876, Jesuíno Brilhante, à frente do seu bando, entrou na cidade para vindita pessoal contra o preso, seu inimigo, Amaro Limão, a quem queria matar.

Sobre o episódio, afirma o Des. João Vicente da Costa:

"Jesuíno, embora não tolerasse desrespeito às famílias ou a prática de roubos, constituía inimigos quantos tivessem ligações com seus adversários em questões de terra — os Limões — já extremadas por atentados e agressões. De cinco para seis horas da tarde do dia 30/08/1876 o cangaceiro e mais 7 sequazes percorreram, a cavalo, algumas ruas, "como que para mostrar ainda mais solene desprezo à lei e à autoridade, e dirigiram-se à casa do cidadão Porfírio Leite, apeando-se e recolhendo-se, todos completamente armados". O comandante do destacamento, alferes

João Ferreira da Silva, que permanecia na cidade encarregado de capturar os criminosos, formando os soldados (dez), e auxiliado pelo cidadão João Francisco de Oliveira, ao aproximar-se da aludida casa para intimar os réus à prisão, recebeu forte descarga de tiros da parte dos delinquentes. Posta a dita casa debaixo de cerco e estabelecido o tiroteio, incorporando-se à força diversas pessoas do povo, só às 5 horas da manhã “fazendo abertura na parede lateral de uma das casas vizinhas, puderam sair e evadir-se os criminosos, justamente por um ponto sem guarda”. (Informes da denúncia apresentada em 21/10/1876, pelo Promotor Público, Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, ao Juiz Municipal Dr. Francisco Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, que pronunciando os réus, no art. 116 do Código Criminal, recorreu EX-OFFICIO para o Juiz de Direito da Comarca, então o Dr. José Alexandre de Amorim Garcia). Este orientou e determinou as providências, inclusive solicitando cooperação de particulares e requisitando a força de Pau dos Ferros, dispensada afinal pela fuga dos criminosos. A autoridade judiciária oficiou ao Presidente da Província e não demorou a chegada de um contingente de 50 praças de Linha, sob o comando de um oficial que estacionou, por muito tempo, realizando diligências. Poucos anos depois, Jesuíno, encontrado no sertão, teria sido morto”. (Depoimento ao autor).

— :::: —

No livro “Lampião em Mossoró”, de Raimundo Nonato, vêm relatadas as invasões de cangaceiros na Zona Oeste, em 1927 e 1928. Há publicações de jornais, transcrição de processos, artigos, fotografias, entrevistas, etc.

A falta de tranquilidade para as famílias e de segurança mesmo para o trabalho no interior do Oeste, tornou a vida cheia de sobressaltos.

Não foram poucas as pessoas que transferiram seus domicílios. Tendo cooperado com o Presidente do Governo Municipal, na época o farmacêutico Emídio Fernandes de Carvalho, e acompanhado até a fronteira cearense o contingente policial, declarou em entrevista o Sr. Jocelyn Vilar:

“O Município de Martins foi o que sofreu mais com a invasão do grupo de Lampião, em danos pessoais e materiais. E dizer que, avisada a marcha tétrica em comunicados oficiais de Paraíba e particulares das fronteiras, pôde o grupo malsinado, de modo ostensivo, em região desconhecida para o mesmo Lampião e a maioria dos celerados, percorrer cerca de quatrocentos quilômetros dentro do Estado para, em 13/06/1927 chegar à importante cidade de Mossoró. . .”

O promotor público interino, da Comarca de Martins, Prof. João Onofre ofereceu circunstanciada denúncia (pags. 140-142 do livro citado).

No Município de Martins, o grupo, chefiado por Lampião, Sabino e Massilon, à frente de cerca de 60 cangaceiros, começou a 11/06/1927, às 14 horas, assaltando a fazenda Ponta da Serra, no limite com Pau dos Ferros. Daí, praticando as mesmas depredações, agressões a tiros, roubos, foram seguindo os bandidos por Morcego, Corredor, Carnaubinha, Boa Esperança (povoado, hoje cidade de Antonio Martins, onde saquearam e destruíram no estabelecimento comercial do sr. Justino Souza), Cachoeirinha, Cacimba da Vaca, Castelo (onde fizeram mais um prisioneiro para resgate por determinada importância) e mais adiante, em Várzea Grande, alta noite, acamparam. Foi então quando parentes e moradores de Egídio Dias, mais ou menos uns vinte, se armaram com o intuito de libertá-lo. Iam talvez sem um plano de ação, e, de súbito, são surpreendidos por um piquete de cangaceiros. Tiros de lado a lado, caindo mortos Bartolomeu Costa Dias, Sebastião Trajano e Francisco Camelo, todos do grupo do fazendeiro, mutilados os olhos do primeiro a ponta de punhal.

Um mês antes desse fato, a 10/05/1927, o grupo de Massilon, de 20 bandidos, após o assalto pela madrugada à cidade do Apodí, avançou a sua correria para a "colheita" na Vila de Umarizal e logo retornou pela de Itaú, rumo à fronteira cearense. "À meia noite, porém, desse dia, um piquete de civis, na entrada norte da cidade do Martins, deteve extraviado do aludido grupo, "Bronzeado", bem montado e armado, que atravessava a Serra, sendo recolhido à cadeia". (Entrevista cit., livro "Lampião em Mossoró", pag. 134). Em 1925, ainda, grupo de sete cangaceiros atacou o fazendeiro Almachio Dias, reunindo este pessoal em armas num caminhão para ver se os alcançava. Sabe-se, contudo, terem eles feito refúgio em propriedade da vizinhança fronteiriça.

Mas, durante o ano de 1927 não cessou a intranquilidade, porque Massilon ficou atuando em certos trechos da fronteira cearense e notícias de nova investida sobre Mossoró se espalhavam ameaçadoras.

O Des. João Vicente da Costa, então Juiz de Direito da Comarca de Pau dos Ferros, informa:

"Em princípio de 1928, outro foco de banditismo se formara ao mando de elementos de outros municípios do Estado, um deles "parente do Presidente do Estado", conforme o depoimento do Tte. Joaquim de Moura, post-revolução de 1930, publicado em "A República", de 22/10/1930. Estando a cargo desse oficial as diligências de volante, recebeu ordem de suspender a execução

contra os organizadores mandantes. O Deputado Dioclécio Duarte, atendendo a telegrama de órgãos do comércio de Mossoró, apresentou projeto à Câmara Federal, em 30/08/1927, justificando o combate ao banditismo pelo Governo da União, constituída força do Exército para esse fim, de filhos do Nordeste (livro "Lampião em Mossoró", 3a. ed. — 1965 — pags. 172-173). — (Depoimento ao autor).

UM PROFESSOR A QUEM SE TIRA O CHAPÉU

LUIZ RABELO
(Colaborador)

Padre LUIZ GONZAGA DO MONTE. Conheci-o pessoalmente. Foi meu professor no velho Atheneu da Rua Junqueira Aires, nos idos de 1934/38.

Era um sacerdote à antiga, sempre de batina, magro, andar miúdo e leve, estatura normal, cabe'os curtos e pretos, bem penteados, repartidos de um lado, óculos de grau, voz mansa, com variações de timbre, olhar vivo e penetrante.

Se me perguntarem de que era ele professor, qual a sua disciplina, digo honestamente que não sei, por uma razão muito simples: ele era professor de tudo, de todas as matérias. Por exemplo, se acontecia faltar o professor de Química, o velho Joaquim Inácio Torres, dono da Farmácia Torres, que confrontava com a Prefeitura de Natal, frente para o Palácio do Governo, o Padre Monte, designado pe'lo Diretor, o professor Celestino Pimentel, prontamente dava aula de Química, perguntando apenas qual era o ponto a ensinar. Se faltava o professor de Francês, Abel Barreto, aficionado ao jogo do bicho, de que alguns alunos tiravam proveito, o Padre Monte era o substituto natural e dava a aula com absoluta mestria. Se faltava o de Física, o professor Alvaro Navarro, que possuía uma farmácia no Alecrim, justamente a Farmácia Navarro, lá era chamado o Padre Monte para dar a aula do dia. E assim sucessivamente, nas matérias de Inglês de que era professor o próprio Celestino Pimentel, de Matemática de que era catedrático o Dr. Gentil Ferreira de Souza, de História Natural, cujo titular era o Dr. Luiz Antônio dos Santos Lima, de Português, etc.

Lembro uma aula dele, de Matemática, em que se pode ver a sua maneira simples e objetiva de lecionar, sem empregar palavras difíceis, fazendo o aluno aprender com relativa facilidade uma matéria tão árdua. Tratava-se da explicação de um problema algébrico, em que se fazia necessário o emprego da letra grega LAMBDA, uma espécie de Y ao contrário, de cabeça para baixo. Aí o Padre Monte, com a maior simplicidade, disse isto aos alunos: "Meus rapazes, vocês não vão esquecer nunca mais este sinal tão fácil. Façam de conta que vocês estão vendo um acento circunflexo, ou melhor, um chapéuzinho, não é fácil? Gravem bem este sinal, que é uma letra grega, e não passa de um chapéuzinho quase em cima da cabeça deste número."

A verdade é que eu nunca pude esquecer estas palavras do Padre Monte. E aqui, neste depoimento ligeiro, recordando a sua figura modesta e inteligente, não posso ter outro gesto, senão o de tirar o meu chapéu, numa larga reverência, e cumprimentá-lo respeitosamente. . .

LEBRANDO LUIZ TAVARES

LUIZ TAVARES DE SOUZA. Conheci-o desde os tempos em que ele, solteiro, frequentava a casa da noiva, à Rua Visconde do Rio Branco, nos anos 40.

Era robusto (bastante) de corpo e de espírito dessa robustez vertical que só engrandece as criaturas e as torna merecedoras do respeito e da admiração dos amigos.

Contam-se dele coisas fora do comum, tudo relacionado com a sua força física, que era, realmente, excepcional.

Era moreno, avantajado de corpo, alto, voz tonitruante.

Vi-o, depois, muitas vezes, no Bar Nemésio, bebendo com os amigos, entre eles, eu, Veríssimo, Luiz de Barros, Roberto Freire e outros.

Nessa época de boemia, costumava cantar músicas de Sílvio Caldas, de quem era ardoroso admirador.

Curioso era o contraste de sua voz quando falava e quando solfejava as músicas românticas de Sílvio. Falando era um trovão, Cantando era um passarinho.

E morreu como um passarinho, suavemente, deixando nos seus amigos um imenso vazio, uma tristeza até hoje inextinguível.

Sua filha, Ana Lígia, pede-me este depoimento, que o faço, de um jeito, improvisadamente, em sua presença, na Fundação José Augusto, com o coração cheio de saudade e revendo-o junto a mim, trazido pelo milagre da lembrança.

Meu xará Luiz, ó alma criança, onde quer que estejas sê feliz, descansa. . .

DEOLINDO LIMA — SEU CENTENÁRIO DE NASCIMENTO

CLAUDIO A. PINTO GALVÃO
(Sócio efetivo)

A medida do valor ou da grandeza de ser humano é tarefa por demais subjetiva. Os possíveis parâmetros empregados se revestem de cores pessoais, e um mundo de elementos culturais e mesmo emocionais aí interferem.

Para uns os grandes homens são os grandes generais que comandaram grandes exércitos em grandes vitórias. Para outros, os humildes santos, que nada fizeram que os elevassem aos olhos do mundo, mas que construíram e solidificaram obras no invisível mundo espiritual. Quem é maior, o cientista em seu laboratório ou o poeta no seu mundo de emoção? E o grande músico, não seria maior que o grande orador?

São perguntas difíceis ou quase impossível de responder com segurança.

Entre as ações consideradas grandes entre os homens — fatos artísticos, militares, intelectuais — vamos encontrar sempre vidas vividas com maior ou menor intensidade. A biografia dos ditos grandes homens nem sempre revela a presença do elemento felicidade em suas vidas. Mesmo realizando tarefas consideradas de difícil execução, aqueles homens fracassaram na aparentemente simples tarefa de viver. Viver p'enamente e feliz aí está um desafio para cada dia, para cada hora. Seria lugar comum e enfadonho enumerar, destacar a vida de tantos personagens históricos que foram extremamente infelizes em sua vida íntima.

Muitos são, entretanto, unânimes em afirmar que o que vale na vida é a vida bem vivida, curtida em sua plenitude sem a preocupação dos grandes vãos e sem a posse das chamadas glórias vãs do mundo.

Talvez o homem mais feliz do mundo tenha sido Francisco, chamado o pobrezinho de Assis. Sua felicidade, posto ao lado o elemento místico, residia na ausência da posse de bens materiais. Não tinha, pois, com que se preocupar e desviar-se de sua missão espiritual. Não fazia outra coisa senão seguir de perto o seu mestre e modelo crucificado há tantos anos atrás. Por isso, pôde, um dia falar aos pássaros.

A mensagem que se lhes apresenta aqui é uma lição de vida e de alegria.

A alegria é uma emoção de rápida comunicação. Só quem está doente não fica alegre junto a uma pessoa feliz. Deolindo comunicou a sua felicidade e exteriorizou a sua alegria interior para um sem número de pessoas, em todo o decorrer de sua longa vida e nas mais variadas situações.

Ser feliz e tornar alegres aos outros: eis aí uma simples atitude de efeito profundo e penetrante, que age renovando e vivificando o mais íntimo das pessoas.

Estão convidados todos a acompanhar este relato de fatos vivos e aprendamos com Deolindo o segredo de viver bem, que para ele consistia em ser feliz e tornar felizes os outros. A sua morte ocorrida a 10 de abril de 1944, não nos impede de continuar a receber a sua lição de vida. Consideremo-lo vivo e hoje é o seu aniversário. Sobre a sua morte não mais se falará aqui. Comemoraremos com a alegria com que comunicava no passado, o seu aniversário, em meio aos familiares, aos amigos e especialmente, aos trovadores como ele que, aos acordes de seus violões lutavam contra o tempo, na tentativa de fazer daquelas noites momentos sem fim.

Essas palavras introdutórias podem deixar a impressão de que tudo foi um mar de rosas em sua vida. Não é verdade. Teve de lutar muito e passou por duros momentos em seus começos de vida.

Deolindo Ferreira Souto dos Santos Lima nasceu a 9 de março de 1885, na cidade do Assu. Filho do Alferes Galdino e Ana Souto dos Santos Lima. Enviuvando a mãe, que era professora, transfere-se a família para Natal, em 1899. Começa a trabalhar no comércio, na casa do conhecido negociante Miguel Bara, a "Rosa dos Alpes", na Ulisses Caldas, esquina com Vaz Gondim. Assim, assumia aos 14 anos, o comando da família enquanto Galdino, o mais velho dos 9 irmãos ia estudar Direito no Recife. Graças a seu trabalho educaram-se os irmãos, formando-se ainda, Nestor em Direito e Luís Antônio em Farmácia e Medicina. As economias deram para adquirir a casa da Praça 7 de Setembro, que mais tarde pertenceria a seu irmão Nestor, hoje demolida.

Que era Natal naqueles tempos? Uma pequena vila com dois bairros apenas: a Ribeira, ponto de comércio e antigas residências e a distante Cidade Alta. Além do trabalho reduzido a empregos nas repartições públicas e casas comerciais, pouco havia a se fazer. Daí o gosto despontado pelas atividades literárias, poéticas principalmente, e o grande número de pequenos jornais que circulava quase sempre por pouco tempo, financiado pelos próprios redatores.

Grande número de sociedades literárias congregava jovens inteligentes e sonhadores, organizados com muita disciplina onde, não faltava o seu jornal ou revista onde muitos iniciaram sua vida intelectual.

E para as longas noites nada melhor que as serenatas, que transportavam para a rua mais liberal o ambiente austero dos sa-raus familiares.

A busca da diversão levava ao teatro improvisado, a feitura de versos para serem transformados em langorosas modinhas, à comemoração entusiasmada das datas cívicas e à participação em todas as festas religiosas, onde o folclore estava sempre presente.

O ano de 1907 agitou bastante a pacata cidade pelos acontecimentos que trouxe.

Em setembro visitou-nos uma divisão naval composta de 5 grandes navios. Durante muitos dias ficaram ancorados no Potengi as belonaves "Floriano", "Deodoro", "Benjamin Constant", "Tiradentes" e "Primeiro de Março".

Pode-se imaginar o alvoroço que causaram em Natal, com seu pessoal circulando por nossas ruas portando garbosos uniformes brancos. A cidade, por suas autoridades e população, prestou-lhe entusiasmadas homenagens.

No mês de setembro do mesmo 1907 chega a Natal o Comandante Sílvio Pélico Belchior para reinstalar a antiga Escola de Aprendizes Marinheiros, tornada, a partir de então, Escola Modelo, recebendo alunos oriundos das Escolas de Manaus, Belém, São Luís, Paraíba e Fortaleza. Em setembro de 1908 nova visita de outra unidade naval. Desta vez uma Divisão de Cruzadores: "Barroso", "Tamoio" e "Tupi" recebem mais homenagens da cidade. Eram navios que o Brasil mandava aos Estados Unidos e, de volta, tocaram em Natal. O pessoal daqueles navios era extremamente selecionado, não se permitindo ninguém de cor, daí ser aquela unidade cognominada "Divisão Branca".

Nesse ambiente dominado por sugestões da nossa Marinha de Guerra, um grupo de jovens decide criar uma sociedade com características bastante originais: chamar-se-ia também "Divisão Branca" e seus componentes adotavam nomes de navios da esquadra brasileira. Assim, entre os seus fundadores estavam o jovem Barôncio Guerra, que adotaria o nome de Encouraçado "São Paulo", Jorge Fernandes seria o "Mato Grosso", Deolindo Lima, "Riachuelo", Ferreira Itajubá, "Espírito Santo" e tantos outros nomes.

O elemento feminino da Divisão Branca adotaria nome de flores: eram as "Flores Divisionistas" que compunham o "Gra-

cioso Ramalhete".

E, como não podia deixar de ser, a sociedade deveria ter o seu porta-voz oficial. O jornal para isso criado teve o sugestivo nome de "O Torpedo" e era redigido, inicialmente, por "Riachuelo", "Mato Grosso" e "Benjamin Constant", ou seja, Deolindo, Jorge Fernandes e Francisco Pereira. "O Torpedo" foi lançado pelos nossos "vasos de guerra" por vinte vezes no período de 25 de dezembro de 1908 a 24 de julho de 1910, quando encerrou suas atividades sem aviso prévio.

As atividades literárias e recreativas da Divisão Branca, caberiam em extenso relato, impossível no presente momento.

No nº 17 de "O Torpedo", publicado a 25 de março de 1910 lê-se a seguinte notícia: "A 9 de março completou anos a senhorita Clélia Barros que, entre as "Flores Divisionistas" é a odorante "Magnólia". Levou nossa homenagem aquele precioso ornamento de "Gracioso Ramalhete" o couraçado "Riachuelo", que teve a ventura de nascer nesse dia.

A designação para aquela missão — certamente partido do navio chefe, o encouraçado "São Paulo", que não era outro senão o grande amigo Barôncio Guerra — parece ter tido objetivos casamenteiros...

Deolindo já conhecia a jovem Clélia das reuniões da Divisão Branca. Em um 9 de março do ano anterior encontraram-se os dois. Ela ia para a missa, já atrasada porque a missa naquele dia, Clélia revelou que era o seu aniversário. A coincidência de ser também aniversário de Deolindo aproximou os dois jovens que assistiram juntos à missa e juntos viveram, após o casamento religioso a 4 de novembro de 1911, uma vida de feliz entendimento.

Clélia Fernandes Barros, a "odorante Magnólia" da ala feminina da Divisão Branca, seria a companheira dedicada por 33 anos, ao acrescentar Santos Lima a seu nome de solteira. Foi uma esposa sobretudo participante, acompanhando o marido em todas as festas, bailes e saraus da velha Natal, até que com a chegada de filhos, as obrigações da família a prenderam mais ao lar... Deolindo continuou a sua vida de boêmio, com a compreensão carinhosa da esposa. Era ela que costurava a sua fantasia, quando, entre outras agremiações, Deolindo desfilava no célebre bloco dos Maxixeiras, com vestido de babados e cesta de verduras na mão, agitando a cidade nas segundas-feiras daqueles saudosos carnavais.

E quantos fatos pitorescos são conhecidos, reforçando a certeza daquela sintonia conjugal...

Uma vez, chegou Deolindo em casa e a madrugada já se aproximava. Entrou em casa pé-ante-pé, para não acordar a espo-

sa. Então, o relógio bateu quatro sonoras badaladas. Clélia, que estava acordada, pigarreou forte no quarto. E Deolindo, decepcionado com a denúncia do ve'ho relógio vociferou para ele: "já sei que é uma hora. Não precisa repetir quatro vezes".

Outra feita abriu a porta de mansinho se deparou com Clélia que, acordada esperava-o na sala. — "Não estou chegando" disse ele, "vim buscar o violão". Disse ela — "Só entrego o violão se cantar para mim uma modinha". Satisfeito o ped' do, Clélia ia dormir enlevada e Deolindo partia com os amigos para as ruas desertas, seguindo a orientação do Poeta Lourival Açucena que, desde o século passado dava o seu exemplo:

"Não dispenso a serenata
Pois temos be'lo luar".

Quando comentamos a vida de um homem fel'z vale a pena procurar as causas de sua boa sorte. Seu casamento foi, sem dúvida, a base para a sua alegria. Daí serem perfeitamente cabíveis essas referências e a homenagem também, a Clélia Barros dos Santos Lima, a responsável maior pe'a sua estabilidade de humor. Ele próprio nunca escondera de ninguém esta dependência afetiva. Todos os d'as 4 de novembro, aniversário do seu casamento, trazia para casa um queijo do reino para cortar com a esposa. Dizia que haveriam de fazer o mesmo quando estivessem os dois, no céu. Clélia esperaria ainda 29 anos para a 9 de fevereiro de 1973, partir para, com o marido, cortar belos queijos no céu.

Do primeiro ao último emprego Deolindo sempre trabalhou no comércio. Além de contador, nunca a'mejou nenhum título de doutor. Da antiga loja de Miguel Barra ao último emprego na firma inglesa Huascar Purcell na rua Frei Miguelinho sempre foi extremamente correto e dedicado ao cumprimento de seus deveres. O Deolindo trabalhador e patriota era bastante diferente do Deolindo boêmio, embora a tudo se dedicasse com entusiasmo. Foi gerente por longos anos, da firma Julius von Shosten. Um outro de seus patrões, o Sr. Giovanni Toselli lhe deu um automóvel de presente. Deolindo não aceitou alegando que não tinha garagem para guardar o presente. Ao invés do carro foi-lhe oferecida uma casa. Também não aceitou, pois não — dizia —, "não era maribondo para ter casa". E assim se liberava de futuros compromissos.

Deixou para os herdeiros um grande terreno na Praia da Redinha, loteado há pouco tempo com o nome de "Parque Deolindo Lima" e o terreno e casa onde residia na esquina da av.

Alexandrino de Alencar com a rua dos Caicós, onde hoje se encontra o Centro Social do Comércio.

Sua ligação com o comércio levou-o à presidência da Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense e por três vezes consecutivas assumiu aquele posto, o que indica o prestígio e a liderança que exercia sobre a classe trabalhadora.

Um dos motivos que explicam a realização desta solenidade neste local é a vinculação de Deolindo com a Maçonaria. Iniciado na loja "Filhos da Fé", filiou-se à "Evolução II", em 23 de maio de 1940. Foi 2º vigilante entre 1940 e 1941 e de 1941 a 1942 foi o venerável da loja, encerrando suas atividades como tesoureiro da mesma "Evolução II", entre 1943 e 1944.

O teatro foi, sem nenhuma dúvida, o responsável pela grande popularidade desfrutada por Deolindo Lima em toda a cidade.

Pioneiros foram os grupos teatrais amadores que proliferaram na velha Natal dos fins do século passado e começos do atual. Apresentavam-se em velhos armazéns da Ribeira ou casarões que oferecessem espaço conveniente. Improvisava-se tudo: a as famílias levavam cadeiras com seus nomes, disputando uma melhor colocação no salão e mais perto do palco onde se desenvolveriam os dramáticos episódios, em espetáculos que sempre terminavam com uma "chistosa comédia".

No começo do século dominava o teatro natalense a figura brilhante de Segundo Wanderley, escrevendo peças que alcançaram grande popularidade e estimulando pessoalmente a apresentação de espetáculos pelos amadores locais e profissionais de fora que eventualmente por aqui passavam. A Companhia Dramática "Segundo Wanderley" foi responsável por muitas atuações, especialmente entre amadores.

Em 1903 já se reunia o Grupo "Bohemia Potyguar". A 17 de setembro aquele Grupo encenava em seu teatro próprio na praça do mercado o drama em 4 atos "Bohemia", de Coe'ho da Silva. Os jornais da época registram a participação do sócio "Santos Lima" recitando o monólogo "O Fantasma Branco". É o primeiro registro histórico de suas atuações teatrais que foi possível levantar nos jornais da época.

Naquele mesmo ano, Deolindo era reeleito procurador do Grêmio Literário "Le Monde Marche", que editava a Revista "Oásis".

Em 1904, a vida teatral da cidade tomava novo impulso graças à abertura, a 24 de março, do Teatro "Carlos Gomes". E na inesquecível festa de inauguração, entre discursos ca'orosos, aplausos entusiasmados, o apelo sonoro da banda de música do Batalhão de Segurança à porta do prédio, na platéia o público.

pôde ver e ouvir a estréia da grande orquestra dirigida pelo maestro Luigi Maria Smido. O programa se dividia em três partes, sendo a primeira e a terceira a cargo da orquestra. Na segunda parte, o momento teatral: um grupo de crianças ensaiadas por Segundo Wanderley apresentou a cena dramática de Henrique Castriciano "A Promessa". Em seguida, o jovem Deolindo Lima, então com 19 anos, apresentou o monólogo de Artur Azevedo, intitulado "Rogério Brito". Vale a pena destacar-se que a apresentação de Deolindo foi a única participação individual de toda a festa, de onde se pode deduzir o seu prestígio como ator.

O novo teatro iria dar a preferência de sua pauta para os numerosos grupos profissionais que por aqui aportavam. Assim, ficaram ainda sem espaço as pequenas agremiações amadoras, tententes a sucumbir ante a experiência e o renome dos artistas vindos do Sul.

Mesmo assim, a "Bohemia Potyguar" ainda teve força para a 13 de maio, levar um espetáculo com "O Corsário Negro", de Alexandre Dumas e um monólogo recitado por "Santos Lima", sobrinho de Deolindo.

Em 1905 a "Bohemia Potyguar" dá mais um espetáculo, não no novo teatro mas em um "teatro improvisado". A 21 de julho encenou um drama e a comédia "O Diabo a Solta", estrelando, como diríamos em linguagem atual, Deolindo e outros. Daí em diante a Bohemia desapareceu dos noticiários. De certo não resistiu ao poderio dos grupos profissionais vindos de fora. Teve, entretanto, o seu momento na história do nosso teatro.

O velho teatro Carlos Gomes continuou a sua missão até meados de 1910, quando foi fechado para a restauração que lhe daria o aspecto atual. Até aquela data pouco se fez de teatro amador, resumindo-se a apresentar companhias de fora. A 19 de julho de 1911, o Governador Alberto Maranhão, como o fizera em 1904, entregava a Natal a sua definitiva casa de espetáculos e, um mês antes, a 3 de maio exatamente, um grupo de jovens cria uma agremiação amadora, talvez a que me'hores e mais duradouros frutos tenha dado à cidade: o Ginásio Dramático Natalense. São responsáveis pelo nascimento do Ginásio Dramático Ivo Filho, Virgílio Trindade, Jorge Fernandes, Ezequiel Wanderley, Joaquim Scipião de Albuquerque Maranhão e, outro — uma raridade uma época de discriminação feminina — uma mulher, Stella Wanderley, filha do poeta Segundo Wanderley, que em 1922 seria a primeira mulher a escrever e encenar uma peça de teatro em Natal. Entre os fundadores do Ginásio Dramático estava também, o nosso homenageado Deolindo Lima, que tanto de vida e alegria haveria de dar à nova agremiação teatral, espe-

cialmente nas inúmeras comédias encenadas.

Como curiosidade, recordemos sua primeira diretoria: Presidente, Sebastião Fernandes; Vice-Presidente, Luís Ávila; 1º Secretário, João Meira Lima; Orador, Ivo Filho; Vice-Orador, Jorge Fernandes; Tesoureiro, João Leiros.

A 18 de novembro de 1913, o Ginásio Dramático Natalense encenava sua primeira peça: a alta comédia "Sônia", em 3 atos, original de Ivo Filho. O trabalho de Ivo Filho como teatrólogo está a merecer uma séria pesquisa, para que se possa avaliar a grande importância que efetivamente teve na cultura local. Na comédia "Sônia" brilhou, mais uma vez, o talento de Deolindo. Nova comédia a 4 de dezembro: "Ressonar sem Dormir", com participação de Deolindo. 1914 é o ano de encenação da revista "O Anti-Cristo" com Aristóteles Costa, Sandoval Wanderley, Margarida Pimentel, Joaquim Pelinca, Aristides Botelho, João Leiros, Amaro Pedroza, João Leite e Deolindo Lima, que foi muito elogiado pelo seu papel de "José Trova".

Muda a diretoria do Ginásio em 1915: o Presidente é Aristóteles Costa e o Vice-Presidente Deolindo Lima, dois grandes amigos, unidos por tantos momentos de arte e comunicação fraterna.

Inúmeros foram as encenações do Ginásio Dramático Natalense. Dados os limites destes trabalhos serão mencionados apenas os que tiveram a participação de Deolindo Lima.

Abril de 1915: encenada a revista de costumes locais "O Papa-Gerimum", de Ezequiel Wanderley. Dela participou Honória Reis que, com Maria Epifânia, formava a mais renomada presença em papéis femininos de Natal. Deolindo teve, igualmente, seu papel destacado.

A 15 de julho é a vez de outra revista de costumes locais: "Céu Aberto", do mesmo Ezequiel Wanderley, Jorge Fernandes e Virgílio Trindade, com Agenor Melo, João Estevão, Maria das Neves, em sua estréia e Deolindo Lima.

A 1º de outubro: "Tio Padre", de Ivo Filho, antecedida por um ato de variedades com participação de Deolindo.

"Sopa no Mel" e "O Nativo", de Ivo Filho, são as primeiras peças encenadas pelo Ginásio em janeiro de 1916, em benefício das obras da Sé. Participaram Sandoval Wanderley, Amaro Costa, Olímpio Baptista Filho e Deolindo.

Novidades em março: o Ginásio encena, no dia 30, três peças: "A Mentira", "Avacalhado" e "No Reino das Fitas", Deolindo aqui aparece como autor, dividindo com Jorge Fernandes e Virgílio Trindade a responsabilidade por elas. O redator do jornal "A República" assim se expressou "A Mentira é um ato dra-

mático que se passa com a filha que foge com um amante, contra a vontade dos pais: "Avaca'hado" é uma comédia que trata de um velho que vem pedir a mão da filha de um velho amigo para um jovem político. "Reino das Fitas" é uma revista sem originalidade, mas que faz rir e é o que basta para a satisfação de quem escreve revistas".

Maió é o mês do 4º aniversário do Ginásio Dramático Natalense apresentando "Degenerados", drama em 3 atos de Ivo Filho. Entre tantos nomes locais continua a brilhar Deolindo Lima.

Em 1917 foi possível registrar pequena participação de Deolindo nas inúmeras encenações do Ginásio Dramático: em março recitou "O Fantasma Branco" de Artur Azevedo num dos intervalos da comédia "O Jovem", de Ivo Filho.

Em outubro o nosso navio "Macau" era torpedeado nas costas da Espanha e o Brasil entrava na guerra que assolava a Europa. Em Natal os amadores do teatro não pareciam ser afetados pelo que acontecia lá fora, pois o 1918 ofereceu inúmeras oportunidades para o divertimento teatral.

Mais uma atividade amadora para Deolindo: secretariava o Centro Musical, presidido por Alípio Barros.

A primeira atuação de Deolindo naquele ano foi em "A Flor do Baile", de Ezequiel Wanderley, encenada a 23 de julho. Além de artistas de fora especialmente convidados, participaram da peça Abelardo Bezerra, Amaro Andrade, Pretextato Bezerra, Calafange Neto, Jaime dos Guimarães Wanderley, Cornélio Fagundes, Sandoval Wanderley, Carlos Siqueira, Fábio Zambrotti, João Leite, Ivinho, Honória Reis. E Deolindo, que se destaca no papel do Coronel Ambrósio Barros.

A 19 de agosto falecia Maria Epifânia e Natal perdia a sua mais antiga intérprete feminina, restando de sua geração a veterana Honória Reis, já bastante idosa. A 24 do mesmo mês o Ginásio Dramático apresenta a peça "Mata o Bicho". O 3º ato se passava em Natal, mostrando quadros da vida da Cidade. Mais uma vez a Deolindo é confiado papel importante.

A esta altura um fato a lamentar: desaparece o nome do Ginásio Dramático Natalense dos noticiários dos nossos jornais. Tudo indica que em 1918 encerrava suas atividades. E as iniciativas amadorísticas da Cidade praticamente desapareceram por toda a década de 20. Nos anos 30 raras apresentações do Departamento de Teatro do Centro Estudantil Potiguar: até que a 15 de abril de 1939 funda-se o Grêmio Dramático de Natal. Deolindo estreou, então, com 54 anos e suas atividades já se encontravam divididas. Os jovens da época eram outros. Era a vez deles so-

nharem os sonhos e vivenciarem a experiência que Deolindo vive-
ra em sua juventude.

A vida de ator, boêmio e trovador de Deolindo Lima pode dar, inicialmente a errônea idéia de que ele era tão somente, o que antigamente se denominava de "pândego", ou seja, um boêmio irresponsável.

Já se falou da seriedade com que encarava a sua vida familiar e profissional. Outro destaque dará a justa medida de sua seriedade, quando era preciso ser sério.

Quando estourou a 1a. Guerra Mundial e o Brasil fora nela envolvido os primeiros natalenses a se alistarem para defender a Pátria foram Barôncio Guerra, Aristóteles Costa, Jaime Aranha, Arari Brito e Deolindo Lima. Não chegaram a seguir para a Europa mas o espírito militar e patriótico o acompanharia por toda a vida. Escreveu, em 1938, os versos "Pátria" para o Hino — canção musicado por Cirineu dos Vasconcelos onde clama:

"É a grande terra que nós amamos
É a grande pátria dos Brasileiros"

Nos tempos do velho "Tiro de Guerra" 18, Deolindo Lima e seus amigos tiveram participação decisiva na vida da instituição e aquela atividade caberia em outro estudo, impossível hoje por absoluta falta de tempo.

É o momento, agora, de ser focalizada a atividade pela qual a memória de Deolindo Lima é, no dia de hoje, homenageada pela Academia Norte-Riograndense de Trovas. Comentemos, pois, a vida de Deolindo, como trovador.

"Seresteiro, poeta e cantor", como dizia Chico Buarque de Holanda, e mais ainda, compositor. Assim se resumiria para Deolindo o conceito da palavra trovador, em sua acepção mais ampla.

Antes de tudo, destacar o fato de que Deolindo vivendo sua mocidade numa época plena de preconceitos, conseguiu curtir sua boemia sem perder o respeito e a consideração de seus conterrâneos. Era o tempo em que tocar violão era indício de ser um "perdido". O nosso poeta Lourival Açucena, não foi deputado provincial em 1862 porque tocava violão e cantava em serenatas. Deolindo fez suas serenatas, cantou em palcos, e em noites enluaradas e sempre foi recebido com carinho em todas as residências onde a sua presença era a garantia não só de alegria, mas, também de elevada sensibilidade artística.

A forma de expressão musical popular mais importante de seu tempo de jovem era a modinha. As comunicações da Cidade com os centros maiores eram bastante precárias e resumiam-se

aos lentos trens que vinham do Recife e aos navios que atracavam no porto. O rádio só surgiria muito tempo depois e os gramofones e victrolas, com os precários discos da "Casa Edison", não tiveram força suficiente para sufocar, no início, a tradição local. Assim os poetas e compositores locais gozaram da maior popularidade entre nós até por volta da década de 30, quando a avassaladora força da arte musical importada do sul do país terminou por vencer a batalha e jogar para o passado os nomes e as obras dos nossos trovadores.

Deolindo Lima foi extremamente privilegiado pela sorte, pois alcançou e conviveu com as legendárias figuras de Lourival Acucena, Segundo Wanderley, Auta de Souza, Gotardo Neto, Ferreira Itajubá, Ponciano Barbosa, Henrique Castriciano, Eloy de Souza, Jorge Fernandes, Otoniel Menezes, Francisco Palma, referindo-se apenas aos mais antigos, contemporâneos de sua mocidade.

Os nossos nomes mais famosos como compositores de modinhas eram, Lourival Acucena, o mais antigo entre eles: Heronides de França, a grande figura dos salões familiares e das noites enluaradas, que musicou tantas poesias de Auta de Souza e Segundo Wanderley; Eduardo Medeiros, certamente o mais completo dos nossos músicos populares e Olímpio Baptista Filho, que uma vez se auto-intitulou numa canção "um louco trovador que canta ao luar" e foi talvez o mais prolífico dos nossos modinheiros mais antigos.

A pequena cidade das décadas de 10 e 20 viveu um movimento intelectual e artístico muito maior, guardadas as proporções, que a Natal de hoje. Nesse ambiente viveu Deolindo, conviveu com os maiores nomes da nossa poesia e música populares, recebeu deles ensinamento e influências e deu a sua colaboração para o enriquecimento do acervo cultural da região.

Desde muito cedo se iniciou na arte de fazer versos. Já o citado jornal "O Torpedo", do qual era um dos redatores publica diversas poesias de sua autoria, entre 1908 e 1910. Tinha 24 anos nessa época, quando aprofundou sua amizade na redação do jornal, com Ferreira Itajubá, com 32 anos e Jorge Fernandes, com 22 anos apenas.

Que tipo de poesia escreveu Deolindo? Pelo seu temperamento e pelas tendências da época em que viveu não poderia deixar de enquadrar-se no romantismo tardio que predominava no momento. Pode-se verificar esta tendência pelos versos esparsos, publicados em diversos jornais e pelos dois livros que deixou inéditos: "Minha Serenata" versos musicados, que dedica "às mulheres bonitas e aos homens alegres", e "21 Sonetos Diferentes de

um Sujeito Só”.

Sua posição entre os poetas norte-riograndenses foi assegurada por quem entendia do assunto: Ezequiel Wanderley, na primeira antologia dos poetas da terra — “Poetas do Rio Grande do Norte” — publicada em 1922 inclui o soneto de Deolindo “A um Jasmineiro”, com fotografia e dados biográficos.

Em 1965, Rômulo Wanderley, no “Panorama da Poesia Norte-Riograndense”, apresenta o soneto “Na Praia” e pequena biografia de Deolindo, destacando-o como “espírito jovial e esclarecido, era poeta e seresteiro dos mais inspirados”.

Relata Câmara Cascudo em “Acta Diurna” inserido em seu livro “Ontem”, que o Governador Antônio de Souza inquirira Deolindo, certa vez, sobre sua identificação com a poesia, provocando-lhe uma das suas típicas respostas. “O Senhor faz Versos?” “Sou do Açú, onde todos os bichos fazem Excelência”. “Mesmo os Burros?”, provocou o sisudo Governador. “Estes não são do Açú, Excelência”, rebateu Deolindo. Em outra “Acta Diurna”, o mestre Cascudo recomenda que se escreva um livro com as anedotas de figuras da cidade entre estas, Deolindo... Esta figura tão dada a lances de bom humor era, na intimidade poética, um lírico. É o que se pode concluir do conteúdo da grande maioria de seus versos. Cantou o amor em suas íntimas queixas, amor este que, como convinha para a época, permanecia distante e inatingível.

Abre os seus “21 Sonetos” com uma apresentação revestida de modéstia, no teatral título “Pano de Boca”. Ali se auto-critica e retrata como poeta “falho de luz e falho de talento”, nas circunstâncias de “Se quem à noite diz cousas à Lua”...

Elementos religiosos intensificam o ambiente nostálgico de alguns sonetos como “Cristos”, “Judas”, “Primeira Comunhão”, “Velha Cruz”, onde revela, também, a base de sua formação religiosa.

Em “Cristos” lamenta:

“Pois desgraçados corações padecem
Sofrem, sofrem, depois desaparecem
Sem Alelúia e sem Ressurreição”.

O “Judas” retratado é um boneco de Sábado de Alelúia, reflete a tradição popular e aproveita para uma bem humorada crítica:

"De maldizer-te a sorte não acabo
E te lastimo e é justo que se note.
Injuriam-te uns tais que para o rabo
Não olham nem por cima do capote" . . .

Da ingênua composição de "Primeira Comunhão" o amargor de "Duas Cruzes", que dedica a um apaixonado:

"E vivemos assim por esta vida,
Buscando uma ilusão inatingida
Duas pesadas cruzes carregando".

O "Amor" que o poeta busca nem sempre tem o doce sabor de vitória.

"Mentira, embuste, maldição, desgraça,
Sonho de treva e luz qual jornais passa,
Tudo se diz, numa palavra, Amor".

É ainda o amor dorido que transparece em "Lição de Português" quando o professor pergunta a um aluno que estudava a conjugação do verbo amar: "Amei, que tempo é, meu aprendiz". E o aluno — é Deolindo que responde — sem dúvida:

Passado professor. E eu prossigo,
Amei sem ser amado alguma hora!
Esse foi, professor tempo perdido!!!

Mais nem só de tristes desalentos viveu a lira de Deolindo. Há um espaço para o "Carnaval", festa de que tantas vezes participou:

"Ruge o tambor e ruge o Zé Pereira
Num clangor estrondante de alegria
Velhos e novos vão na pagodeira
Não há tédios, nem dor, nem nostalgia" . . .

Lá estão também as festas do São João, com alegrias ingênuas mas tão profundas:

"Hoje toda a cidade rejubila,
O fogo do busca-pé, tudo fuzila,
Há risos, há prazer, danças, gracejos".

É no seu segundo livro inédito, "Minha Serenata" que a lírica de Deolindo Lima vibra com maior ressonância. Aqui é o trovador que fala, melhor diria, que canta, pois todas as poesias foram musicadas, pelo próprio poeta e por outros autores. A lírica entre os gregos antigos — vale a pena lembrar — era a poesia feita para ser cantada ao som da lira. Mesmo que, outros versos não tenham sido musicados, permanece o caráter confessional, intimista, onde o poeta sofre e se queixa.

Foram feitos para serem cantados nos salões familiares e, principalmente, sob o luar, em serenatas e nesse campo Deolindo impôs sua personalidade. Não foi sem conhecimento de causa que outro grande boêmio da cidade, Otoniel Menezes, o intitulara "O Bayard das Serenatas", comparando-o ao grande general das tropas de Francisco I de França. Eis Deolindo Lima, o grande general, o trovador-comandante das saudosas serenatas.

Não seria inoportuno lembrar a deliciosa quadra de Carvalho Silveira, tantas vezes citada pelo saudoso mestre Câmara Cascudo:

"Quem ama, para fazer provas
Deve três coisas cumprir
Tocar violão, fazer trovas
E havendo luar, não dormir".

É ainda o poeta Otoniel Menezes que, entre os versos de um livro inédito "Ara de Fogo" homenageia Deolindo em fevereiro de 1923 com o soneto "Serenata". No terceto final dirige-se, sem dúvida, diretamente ao companheiro de boemia:

"Branqueia o plenilúneo a noite bela,
e, saudosa, uma voz canta na rua,
ao longe: — "Acorda... abre a janela... Stella..."

Já que se falou em Otoniel, o inesquecível poeta da "Praieira", e "Serenata do Pescador", considerada por lei municipal como o hino da cidade do Natal, vale a pena recordar um episódio bem importante.

A "Praieira" foi incluída no livro "Jardim Tropical", o segundo de Otoniel, lançado no 2º semestre de 1922. Os belos versos foram musicadas por Eduardo Medeiros, outra grande figura dos meios boêmio-musicais da cidade.

O lançamento, poder-se-ia dizer, oficial do "Serenata do Pescador", se deu a 16 dezembro de 1922, em um "Festival do Poeta Otoniel Menezes", realizado no palco do então Teatro

"Carlos Gomes". Dele participou a fina flor da arte e boemia natalense: orquestra, Waldemar de Almeida ao piano, recitativos e, na 3a. parte uma "Serenata ao Violão", com diversos cantores. Foi nessa oportunidade que a "Praieira", foi cantada, pe'a primeira vez, para um grande público. E o intérprete da canção foi Deolindo Lima que teve, sem dúvida, o seu nome associado ao sucesso e popularidade da "Praieira".

Já que se falou no ano de 1922, vale recordar que foi aquele o ano do centenário da Independência do Brasil. Em Natal muitas festas e comemorações e um concurso instituído pelo Governo do Estado, premiando a quem musicasse os versos "Caminho do Sertão" de Auta de Souza, "De Natal ao Pará" de Ferreira Itajubá e "Olhos" de Segundo Wanderley. "Caminho do Sertão" premiou em 1º lugar, o maestro Abdon Trigueiro e em 2º, com outra melodia, Eduardo Medeiros. A família de Deolindo Lima possui uma música para os mesmos versos composta por ele. Não foi possível saber-se em que circunstância foi apresentada e se concorreu com os vencedores do concurso. O que vale é a certeza da composição, a única que possui música escrita, da lavra de Deolindo.

Dos 10 poemas do livro "Minha Serenata" sete de'es foram musicados pelo próprio Deolindo. Lamentavelmente não foi possível, até o momento, encontrar alguém que lembrasse as suas melodias, já que tudo indica, não foram grafadas. Seria gratificante, se possível, recuperar suas melodias e que este encontro de trovadores proporcionasse as pistas para a sua localização.

Enquanto isso, os "21 Sonetos de "Um Sujeito Só" e "Minha Serenata" aguardam a sensibilidade dos homens públicos para que um dia, sejam levados ao deleite do grande público.

Deolindo acompanhava-se ao violão mas não sabia música, o que não era essencial para a sua criatividade. Muitas de suas poesias foram musicadas por outros autores. Uma de suas mais famosas criações é o "Fado Potengi" que recebeu música de Virgílio Carneiro. Sua inspiração se direciona para as belezas da terra e até personagens de nossa história são nela louvados.

Uma outra figura que está merecendo um estudo para avaliar-se sua participação na vida intelectual de Natal do passado é Barôncio Guerra, amigo íntimo e compadre de Deolindo, entre outras atividades Barôncio foi músico, o único a tocar oboé na cidade em seu tempo, tocando em festas religiosas, serenatas, estudando e pesquisando a história do Estado, participando de numerosos orquestras. Os versos de Deolindo intitulados "Teus Cabelos" receberam música de Barôncio. Um velho manuscrito de propriedade da família do Poeta contém "Teus Cabelos" datado

de 1908. A recuperação da melodia foi possível graças à memória de Consuelo Wanderley, de 85 anos.

A pesquisa efetivada para localizar as músicas de Deolindo em seus versos musicados por outros autores revelou apenas dez canções: "Fado Potengi" e "Teus Cabe'los" já ouvidas; "Camafeus" com música de Chiquita Costa; "Amar e Sofrer", musicada por Alexandre Brandão, "Amemo-nos", música de autor desconhecido. Música de sua autoria conhecemos para "O Rosário" letra de Florence Barkley; "Papoula" versos de Gotardo Neto e "Ao Luar" para uma poesia de Ponciano Barbosa.

Os versos de Deolindo intitulados "Amar e Sofrer" foram publicados no jornalzinho humorístico "O Prego", a 14 de novembro de 1915 e a melodia foi recuperada graças às lembranças do Sr. Otacílio Lopes Cardoso e ao velho caderno de modinhas que pertenceu a Sra. sua mãe.

É de lamentar-se não ter sido possível, até o momento, encontrar quem conhecesse as melodias criadas por Deolindo para seus próprios versos. Um fato, entretanto, pode evidenciar a qualidade da música que compôs.

Sabe-se que o célebre pesquisador paulista Mário de Andrade esteve em Natal entre 14 de dezembro de 1928 e 27 de janeiro de 1929 e, em companhia de Antonio Bento de Araújo Lima e Luís da Câmara Cascudo, muito observou da vida e costumes locais, em inúmeras viagens que fez ao interior. O autor de "Macunaíma", que lançaria "Modinhas Imperiais", em 1930, deu a público em 1929 o "Ensaio de Música Brasileira".

Nesse livro vamos encontrar parte de música e parte dos versos da modinha "A Palmilhar Longas Estradas", com a simples indicação: Rio Grande do Norte. É a única lembrança de sua recente viagem ao nosso Estado que se encontra no conhecido livro de Mário de Andrade. A modinha transcrita em parte de sua letra e música não é outra senão "Ao Luar" versos de Ponciano Barbosa dedicados a Deolindo e publicados pela primeira vez em "A República" de 5 de setembro de 1911. Pena que Mário de Andrade não tenha mencionado em seu livro, abrindo espaço a nível nacional, o nome dos autores Deolindo Lima e Ponciano Barbosa.

Apesar de tudo, uma conclusão há de se considerar. Mário de Andrade, que entendia muito de música não se impressionaria por uma melodia qualquer. E a melodia de Deolindo foi a única que ele guardou como lembrança do Estado.

Eis o que foi possível conseguir sobre a vida de Deolindo Ferreira Souto dos Santos Lima, que recebe as justas homenagens da Academia de Trovas e do Clube da Poesia, com o apoio

do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Não é difícil acreditar-se que os que não o conheciam despertaram por ele uma crescente simpatia.

Todos os que aqui estão já formaram, certamente, a sua opinião sobre Deolindo Lima. E ele, o que pensava dele próprio.

Em duas oportunidades bem distantes Deolindo se auto-definiu.

Em 1908, no tempo em que era o "Riachuelo" da "Divisão Branca" era assim que pensava dele próprio, no entusiasmo de seus 23 anos de idade:

CANÇÃO DO RIACHUELO

Riachuelo de guerra
Me chamam na Divisão,
As filhas da minha terra,
Dirijo a minha canção.

Em quaisquer mares navego,
Haja vento ou calmaria,
Mas desconjuro, arrenego
De quem, não ama a folia.

Sou Santos Lima — o vadio,
Nunca durmo noite inteira,
Quer faça calor ou frio,
Ando sempre em pagodeira.

Canto modinhas saudosas
Da lua ao tibrio clarão
Salvo as patrícias garbosas
Ao som do pinho chorão.

Meu coração n'um bom dia,
Calado, sem mais aque'a,
Foi juntar-se que ousadia
Ao coração puro dela.

Vive lá sem atropêlo,
Do seio dela ao candor,
Enquanto o Riachuelo
Vai salvando o seu amor.

RIACHUELO DE GUERRA

Muitos anos depois, os altos e baixos da vida não modificaram a sua maneira própria de ver-se no espelho da autocrítica. Aqui está a sua "Autofotografia".

Gordo e baixo, de cara larga e lisa
Já puxando a careca, olhos serenos
Não tem bigodes, com firmeza pisa
Ganhava muito se falasse menos.

Nas noites de luar, noites de brisa,
Quando os ventos do amor sopram amenos,
O nosso trovador, que poetisa,
Solta, modula uns amorosos trenos

Trabalha muito, não fazendo nada
Da sua vida percorrendo a estrada
Ora fica por baixo, ora por cima . . .

Ama a virtude eternamente pura.
E eis aí, mais ou menos a figura
Do eterno sonhador

Deolindo Lima

Foi para mim extremamente gratificante haver pesquisado, há alguns anos, a vida e a produção poético-musical de Deolindo Lima. Não pensava, naquele momento, que o fruto daquele trabalho poderia ser utilizado numa oportunidade, quando a Academia de Trovas o Clube da Poesia e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; de que também faço parte e Deolindo Lima no seu 100º aniversário, ocorrido em 1985.

O CACIONEIRO DE DEOLINDO LIMA

Poesias de Deolindo Lima constantes do seu "Minha Serenata", (inédito) com indicação de possuírem melodias:

- | | |
|-------------------|-------------------------------|
| 1 — Fado Potengi | (música de Virgílio Carneiro) |
| 2 — Teus Cabelos | (música de Barôncio Guerra) |
| 3 — Queixumes | (música de Deolindo Lima) |
| 4 — Luz de Sempre | " " |
| 5 — Cançoneta | " " |
| 6 — Armia | " " |

7 — Rosa	”	”
8 — Maria	”	”
9 — Meu Fado	”	”
10 — Saudades	”	”

Até o momento da publicação deste trabalho não havia sido possível conhecer-se as melodias que Deolindo Lima fez para os versos acima relacionados.

Outras canções com melodias conhecidas:

Título	Música	Versos
1 — Ao Luar	Deolindo Lima	Ponciano Barbosa
2 — Amar e Sofrer	Alexandre Brandão	Deolindo Lima
3 — Caminho do Sertão	Deolindo Lima	Auta de Souza
4 — O Rosário	Deolindo Lima	Florence Barkley
5 — Camafeus	Chiquita Costa	Deolindo Lima
6 — Papoula	Deolindo Lima	Gothardo Neto
7 — Aves de arribação	Deolindo Lima	José Leão F. Souto
8 — Pátria (Hino patriótico)	Deolindo Lima	Cirineu de Vasconcelos

REVOLUÇÃO DE 1930 NO RIO GRANDE DO NORTE

OTTO GUERRA
(Sócio efetivo)

Depois que o presidente Juvenal Lamartine, ante a aproximação das forças revolucionárias, deixou precipitadamente a cidade e o governo do Rio Grande do Norte, a 5 de outubro de 1930, e após a chegada a Natal, no dia seguinte, do 29º Batalhão de Caçadores, que aderira à revolução, ainda em Santa Luzia do Sabugi (Paraíba), foi constituída uma Junta Governativa Militar. Compunha-se do major Luiz Tavares Guerreiro, do capitão Abelardo Torres da Silva Castro e do tenente Júlio Perouse Pontes. Pertenciam todos ao 29º Batalhão de Caçadores, cuja sede era Natal.

Sem demora iniciou a mencionada Junta gestões necessárias à nomeação de um governante civil para o Rio Grande do Norte. Era desejo do general Juarez Távora, espécie de Vice-Rei do Norte do Brasil, que assumisse o governo do Estado o desembargador Silvino Bezerra Neto. Escolha à que não fôra estranho José Américo de Almeida, sabidamente um dos chefes civis do movimento revolucionário.

Anos depois, numa entrevista concedida ao jornalista A'uisio Furtado de Mendonça, publicada no "Jornal do Comércio" do Recife, em 1º de setembro de 1968, José Américo de Almeida confirmaria esta sua indicação pessoal. Os dois tinham sido contemporâneos na Faculdade de Direito do Recife, formando-se Silvino Bezerra em 1909 e o prócer paraibano em 1908, mantendo os então acadêmicos muito boa amizade.

Conquanto parente de Juvenal Lamartine e irmão do deputado federal José Augusto Bezerra de Medeiros, político da situação derrubada, Silvino Bezerra era portador de uma tradição de honradez e se manifestara abertamente contrário a certas atitudes do último governante da República Velha, quando ele ainda era presidente do Estado do Rio Grande do Norte.

Meses antes da revolução, houvera mesmo em Natal um movimento significativo da classe estudantil, cerca de duzentos preparatorianos, desejosos de sua indicação para governador do Estado, nas futuras eleições. Também amigos seus da região do Seridó tinham querido lançar-lhe a candidatura, no que não consentira.

Mas agora eram próceres da revolução vitoriosa, sem dúvida conhecedores da sua atitude de independência e de crítica

frente ao governo Juvenal Lamartine, que o procuravam para ocupar a direção suprema do Rio Grande do Norte. Ele, entretanto, relutava. E depois de ouvir seus pares do Tribunal de Justiça, compareceu ao Palácio do Governo, à praça 7 de Setembro, reafirmando sua negativa e expondo as razões da recusa.

Entretantes, João Café Filho, que se pode considerar um dos pioneiros do populismo no Brasil, e que fôra duramente perseguido pelo governo Juvenal Lamartine, julgou-se o mais credenciado para ocupar tão elevado cargo, na delicada quadra. Daí porque chegou ao Palácio do Governo à frente de numerosos correligionários e populares, fazendo-se aclamar ou, segundo outros, declarando em voz a'ta assumir o Governo do Estado "em nome do povo". Com isto não concordaram, entretanto, os chefes militares da revolução no Estado e ali mesmo fizeram morrer-lhe a pretensão.

Estes fatos foram testemunhados por diversas pessoas, entre as quais o então estudante Manoel Rodrigues de Mé'o, hoje conhecido escritor e ex-presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, em depoimento à "Memória Viva", programa da TV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, episódio que, por sinal, por ele me foi narrado, de viva voz.

No seu livro de memórias, intitulado "Do Sindicato ao Catete" (Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1966, vol. I, páginas 62/63) diz Café Filho haver rompido, nesse dia, com as forças da revolução, pois queriam formar um governo à sua revelia e que estas mesmas forças ameaçaram até de fuzilá-lo. Mas que a manifestação dos soldados e sargentos, em todos os quartéis, dissuadiu os oficiais.

Francamente, jamais encontrei em qua'quer outra fonte notícia de tão séria ameaça, parecendo-me ser tudo força de expressão do memorialista.

Afirma Café Filho ter sido ele quem articulou e estimulou junto às massas populares que o seguiam a candidatura de Irineu Jofili para o governo do Rio Grande do Norte e que a manifestação cresceu no dia da chegada a Natal do referido candidato, na companhia de Juarez Távora, José Américo de Almeida, Antenor Navarro e de outros líderes revolucionários. Mais ainda, que Juarez Távora lhe apresentara diversos nomes para o Governo do Estado, todos recusados por ele, Café Filho. "po's todos eram comprometidos com a situação anterior a 1930". Sabe-se que a referida comitiva chegou a Natal no dia 12 de outubro (1930).

Numa "Explicação Necessária", divulgada pelo desembargador Silvino Bezerra em data de 28 de dezembro de 1930, são referidas tanto a sua recusa de ser governador na fase revolucio-

nária do país, quanto a tentativa anterior, de estudantes e amigos, para sua candidatura eleitoral ao mencionado posto, isto antes da revolução. Nesse mesmo documento, ainda informa o desembargador que sugerira ao Ministro José Américo de Almeida, quando por este procurado, na companhia dos drs. Veloso Borges, Ávila Lins e do próprio Irineu Jófili, integrantes da comitiva, os nomes de algumas pessoas capazes de governar o Estado, lembrando-se de haver apontado, entre outros, Felipe Guerra, Augusto Leopoldo, Dionísio Filgueira, Nestor Lima, Silvério Soares de Souza.

Não sei quantos destes cidadãos indicados foram sondados pelos próceres revolucionários. Sei porém que o meu pai, desembargador Felipe Guerra, o foi, tendo eu prova irrecusável. Ele se correspondia semanalmente com alguns filhos e muitas dessas cartas estão hoje no meu arquivo.

Numa carta de 14 de outubro de 1930, dirigida à sua filha Lutgardes Gurgel de Araújo, residente no sítio "Tapuia", então no município de Caicó e hoje em Timbaúba dos Batistas, escreveu o seguinte:

"Vou narrar um episódio que só aos filhos narrei e por isso peço reserva a V. e a Hermógenes: no dia 12, eu estava no meu gabinete e Maria lá para o interior. Mais ou menos nove horas, "risca" um carro no portão e entrou dr. Luiz Antônio para conferenciar comigo. Diz que vem da parte e em nome do Governo Militar pedir para eu aceitar ser aclamado Governador Provisório do Estado. Causou-me admiração. Tal não esperava. Calmamente, porém, respondi que não podia, nem devia aceitar, cumprindo-me apenas agradecer a elevada honra e consideração, acima de minha modesta vida. Não era por prevenção contra a revolução, mas sabia que no momento revolucionário um governador civil seria apenas governador de nome; nada poderia fazer; cumpriria, apenas, ordens. Não teria liberdade nem mesmo para escolher seus auxiliares de governo, alguns dos quais não teriam confiança no governador, Chefe do Governo, nem este, talvez, em alguns, etc. etc. Depois de uns dez a quinze minutos nos quais dr. Luiz Antonio procurava me convencer para aceitar e eu continuava firme na minha recusa, retirou-se e, horas depois, foi indicado um dr. Irineu Jófili, da Paraíba, para Governador".

Logo a seguir, na mesma carta, traça o meu pai algumas sensatas considerações, escrevendo: "Eu, com a educação de magistrado, acostumado a cumprir e fazer cumprir a lei, não podia governar em momento revolucionário. Cada um deve marchar na vida em seu lugar. Como governador, no momento, talvez fosse levado a praticar atos em desacôrdo com

a minha consciência. Isso não seria para mim apenas um sacrifício, nem sacrifício me atemoriza, seria uma indignidade agir contra a minha consciência e no fim da vida não devia me arriscar a praticar indignidades, de que graças a Deus me tenho afastado na vida, tanto quanto tenho podido. A revolução para os revolucionários, a paz para os pacíficos, o Direito aos amantes e cultuadores da Justiça. Não desloquemos, digo isso e assim penso, sem desconhecer embora os benéficos resultados que muitas vezes trazem, produzem as revoluções. São abalos e impulsos violentos a acelerar a evolução social. Em regra, saneam, purificam, mesmo com destruição, mesmo com momentâneas monstruosidades. Os homens, os povos pensam que fazem revoluções. É uma ilusão. Obedecem, apenas, a leis que regem a humanidade, são produtos da época, são instrumentos da evolução social”.

A ATLÂNTIDA E OS TERREMOTOS — II

HUMBERTO F. LEITE

(Colaborador)

Sobre o desaparecimento da Atlântida são muitas as hipóteses, como dissemos anteriormente.

A m'ito'ogia grega já as explicava pela fábula de Fáeton, o filho de Apolo, que querendo guiar o carro do pai, desgovernou-se e rolando das alturas provocou um abalo sísmico e um incêndio na terra.

Na América, no século XVI, diversas tribos guardavam reminiscências de um cataclismo e os índios do Brasil falavam de um dilúvio que cobrira d'água toda a terra, tendo apenas uma família sobrevivido: o índio Tamandaré, a mulher e os filhos que se refugiaram na copa de uma palmeira.

Mais alto do que as lendas e comprovando estas, porque de certa forma as lendas são informações despreziosas e ou abrangentes dos acontecimentos. — Informações científicas da Atlântida nos foram dadas pelos estudos de oceanografia e sondagens feitas no Atlântico pe'a fragata americana "Challenger", no século XIX. Em sua monografia sobre a ilha de Fernando de Noronha, o cientista americano J. Branner fala também nessa expedição, que estendeu os seus trabalhos e investigações até as costas do Brasil em 1873. Diz: "A gente da fragata Challenger procederá as investigações minuciosas se o permitissem os oficiais brasileiros que tinham a seu cargo aquela ilha (Fernando de Noronha), mas era tal o cuidado que empregavam eles na vigilância dos sentenciados e tão falso foi o ponto de vista sobre o qual encararam o objetivo dessas investigações, que, infelizmente foi retirada a licença para isso concedida". Contudo as sondagens feitas no Atlântico pela fragata Challenger foram válidas. Fizeram pesquisas e estudos de geologia, botânica, zoologia, arqueo'ogia, etc. Uma das conclusões nos estudos feitos pela equipe da Challenger foi o seguinte: "A configuração acidentada do fundo do oceano Atlântico e os espécimes de diversas rochas aí encontradas, revelam que grandes convulsões se produziam em épocas passadas, determinando afundamentos e levantamentos de terras".

Baseados em tais afirmações científicas perguntamos: o que seria a ilha de Fernando de Noronha no velho Continente Atlântico? — Seria uma ilha, um arquipélago como o é atualmente, uma grande elevação, parte de uma cordilheira como a dos Andes? — Respostas que só poderiam ser dadas por uma competente equipe científica, como a do cientista francês Jacques Custeaux.

Outro detalhe: A extensa jazida petrolífera do mar brasileiro está aí comprovando o sepultamento em épocas remotas de grandes florestas. Sem dúvida de grande parte da primitiva Floresta Atlântica.

Petróleo. Hoje, universalmente, admite-se a origem das fontes orgânicas como consequência da transformação de grandes quantidades de restos, animais e vegetais. "A putrefação desta matéria orgânica, enterrada nos sedimentos do fundo do mar, forma o que se denomina SAPROPEL". Atlas de Geologia — M. Font-Altaba e A. San Miguel. "Para que a jazida possa se conservar é indispensável, que esteja protegida por camadas argilosas impermeáveis que impeçam sua oxidação e destruição"... "o aperfeiçoamento técnico permite sondagens até de 7.000 metros de profundidade, permitindo inclusive a prospecção petrolífera submarina". Atlas de Geologia, M. Font-Altaba e A. San Miguel.

As ocorrências de convulsões terrestres (terremotos), explosões vulcânicas, deslocamentos de terras, separação dos continentes, movimentação dos oceanos vêm causando a invasão ou a regressão em grandes faixas continentais. Os processos de sedimentação marinha jamais estacionaram, podem cessar periodicamente neste ou naquele lugar, contudo há um processo contínuo de movimentação cósmica.

Há épocas de maior agitação da natureza, como a que estamos vivenciando no momento, em diversos lugares os terremotos se sucedem, erupções vulcânicas eclodem, chuvas torrenciais acontecem, frentes frias, secas e outros fenômenos. Como escrevemos anteriormente: "vivemos o período cíclico da PRECESSÃO DO EQUINÓCIO e a OBLIQUIDADE DA ECLÍPTICA", o que nos parece marcar também o final de uma glaciação.

No final do século XX estamos presenciando uma formidável movimentação cósmica e assim deve ter acontecido em épocas distantes. Daí os grandes acidentes geográficos que vemos na terra.

RELATÓRIO

De 29-03-83 a 28-03-85

Caros confrades:

Em obediência às normas estatutárias e regimentais, estamos reunidos, nesta data, para a apresentação do relatório das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, durante o biênio — 29 de março de 1983 até 28 de março de 1985.

Assim, de forma resumida, e para conhecimento dos ilustres consócios, referiremos a algumas realizações da “Casa da Memória Norte-rio-grandense”, no exercício de sua presidência.

SESSÕES PROMOVIDAS

Durante o biênio findo, realizamos muitas sessões, quer de caráter ordinário, quer, sobretudo, solene, como bem podemos constatar através do livro de registros.

1 — Em 29 de março de 1983, teve lugar a sessão solene, pelo transcurso do 81º aniversário do Instituto, oportunidade em que prestamos uma singela homenagem à memória do Des. João Vicente da Costa, Sócio Benemérito, através da palavra do consócio Carlos Borges de Medeiros. Houve posse de vários escritores, cuja saudação coube ao confrade Marcos Maranhão. Foi inaugurada a Biblioteca “Israel Nazareno” e lançamento de alguns livros.

2 — A 22 de agosto de 1983, em sessão magna, prestamos a nossa reverência ao Duque de Caxias, tendo sido orador o Dr. Marcos Maranhão.

3 — Em 29 de novembro de 1983, tomou posse, na categoria de Sócio Correspondente, o Escritor Mons. Primo Vieira, proferindo palestra sob o título: “Auta de Souza — A Dor Santificada”. Saudou o novo confrade o Jornalista e escritor conterrâneo Jaime Câmara.

4 — No dia 8 de dezembro de 1983, homenageamos a memória do Almt. Tamandaré, falando, em nome desta Casa, o Sócio Efetivo Marcos Maranhão.

5 — A 17 de janeiro de 1984, houve a solenidade de posse do escritor e jornalista Genival Rabelo (Sócio Correspondente), também com saudação de Marcos Maranhão.

6 — Em 27 de março de 1984, realizamos uma sessão de assembléia geral para a admissão de novos sócios.

7 — Por sua vez, a 29 de março de 1984, promovemos a

sessão solene comemorativa do 82º aniversário de fundação do IHG/RN, quando fez um registro sobre a tradicional entidade, o eminente sócio Nilo Pereira, ao mesmo tempo em que saudou os novos integrantes. Em agradecimento, usou da palavra o Historiador José Octávio de Arruda Melo.

8 — No dia 22 de agosto de 1984, em solenidade, tomou posse, na categoria de Sócio Efetivo, o escritor José Gurgel Guarã, quando proferiu uma palestra subordinada ao tema: “Caxias, o cidadão e o soldado, a serviço do Brasil”. Saudou-o, o confrade Fernando Hippolyto da Costa.

9 — A 15 de outubro de 1984, teve lugar a sessão magna de posse do escritor e jornalista Joaquim Inojosa (Sócio Correspondente), que falou sobre os “Aspectos do Modernismo”. Foi saudado pelo confrade, jornalista Paulo Macedo.

10 — A 22 de outubro de 1984, houve uma sessão para homenagearmos Santos Dumont, tendo sido orador oficial o Escritor Fernando Hippolyto da Costa.

11 — Em 19 de novembro de 1984, realizamos outra sessão, desta vez para uma significativa homenagem, à memória de Djalma Maranhão, com o lançamento da plaquete: “Casculo — Mestre do Folclore Natalense”, de autoria do homenageado. Na oportunidade, proferiu palestra o Escritor Marcos Maranhão.

12 — Afinal, no dia 22 de novembro de 1984, em virtude do centenário de nascimento do Sócio Benemérito José Augusto Bezerra de Medeiros, realizamos uma magna solenidade, quando discorreu, acerca do insigne conterrâneo, o Sócio Benemérito Aluizio Alves.

TOMBAMENTO DO PRÉDIO DO IHG/RN

Para a nossa alegria, queremos registrar, neste relatório, que, mantendo contato permanente com a Fundação José Augusto, cujo presidente é o nosso confrade Valério Mesquita, foi o edifício-sede do IHG/RN tombado, conforme Portaria nº 0840/84 — SEC, de 30 de novembro de 1984, publicada no Diário Oficial de 06 de dezembro de 1984.

Sem dúvida, com essa medida, temos maiores e melhores condições de pleitear dos poderes públicos o auxílio necessário, visando a preservação do valioso patrimônio — talvez o maior do Estado — que aqui guardamos. E, de igual modo, conseguir os meios para a conservação da própria sede, no seu aspecto físico e arquitetônico.

PERSPECTIVA DE AJUDA FINANCEIRA PARA O IHG/RN

Também, neste ensejo, participamos aos eminentes consócios que, tendo em vista as nossas constantes e até veementes solicitações junto ao Ministério da Educação e Cultura, sobretudo perante a Secretaria da Cultura, foi consignada uma dotação de ordem de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), para os serviços de restauração e conservação do prédio, cujo valor, estamos convictos, deverá ser liberado neste primeiro semestre.

SÓCIOS FALECIDOS — UM REGISTRO DE SAUDADE

Durante o biênio que passou, tivemos a tristeza de perder inúmeros consócios, chamados que foram pela convocação divina.

Por esta razão, no instante em que se apresenta o relatório de nossas atividades, no final de mais um mandato à frente do venerando Instituto Histórico e Geográfico, cabe-nos o registro de saudade, daqueles que tanto nos ajudaram, em vida, pelo engrandecimento desta Casa da Memória.

E's, portanto, a nossa homenagem póstuma:

1 — Dióscoro Goncalves Vale — Dia 18-06-83; 2 — Aldo Fernandes Raposo de Melo — Dia 20-08-83; 3 — João Carlos de Vasconcelos — Dia 15-01-84; 4 — Onofre Lopes da Silva — Dia 13-07-84; 5 — Félix Bezerra de Araújo Galvão — Dia 22-10-84.

Todos, na categoria de Sócios Efetivos. Também, com profunda saudade, registramos o falecimento do Sócio Honorário, Escritor Mauro Mota, em 22-11-84.

Pela viagem eterna desses valorosos e dignos consócios, a Presidência deste Instituto, representando a unanimidade de seus membros, fez chegar às famílias enlutadas a manifestação de pesar, inclusive, durante 3 dias, hasteando a Bandeira do Brasil, a meio pau.

O AGRADECIMENTO A TODOS

Nesta oportunidade, quando concluímos mais um mandato na Presidência deste Instituto, queremos deixar expresso o nosso maior agradecimento, não apenas aos dignos integrantes da Diretoria, como também a todos os que valorizam esta casa, compondo o seu quadro social. Sempre conseguimos o apoio necessário, a fim de realizar a'go em prol da cultura.

PALAVRAS FINAIS

Sem maiores comentários, sendo hoje a data de nova eleição para a Diretoria que assumirá os destinos da Casa da Memória Norte-rio-grandense, no próximo biênio 1985-1987, de coração, manifestamos o júbilo, não só de termos podido, ao lado de todos com o apoio de todos, presidir esta instituição tradicional, mas transmitir aos que irão ocupar os novos postos, a nossa palavra de confiança, de estímulo e de total colaboração.

Dirigir uma entidade da categoria e da projeção do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, quando — sejamos francos — há uma certa indiferença para as iniciativas da Cultura, não é fácil. Os planos são elaborados, as reivindicações são formuladas, na tentativa de realizar algo mais pela preservação da História, e um pouco de decepção nos domina, face ao não atendimento aos nossos apelos. Há sempre falta de verba. Mesmo assim, enfrentamos os obstáculos, e a luta prossegue, sejam quais forem as circunstâncias.

Repita-se sempre: Tudo que aqui se faz é fruto de amor, da obstinação, com a indispensável ajuda e compreensão dos eminentes consócios. Falha há. Deficiências, idem. Mas, acima disso, cumprimos com o nosso dever, modesta e persistentemente.

Fica, pois, de igual modo, ao encerrarmos novo mandato, o agradecimento a todos quantos colaboraram para o êxito de nossa administração. Aos Conselhos Estadual de Cultura e Federal de Cultura, à Fundação “José Augusto”, à Secretaria do MEC, aos Institutos congêneres, à imprensa escrita e falada.

E amanhã, em sessão solene, estaremos, mais uma vez, reunidos, para as comemorações do 83º aniversário de fundação, cujo programa já foi distribuído.

Diversos intelectuais tomarão posse, saudados pelo confrade, Prof. Alvamar Furtado de Mendonça. Haverá uma homenagem à memória de Dom José Pereira Alves, 3º Bispo de Natal, através da palavra do comendador Ulisses de Góis. O escritor e confrade Itamar de Souza fará um registro sobre a grande data. E a Fundação “José Augusto”, em colaboração conosco, através de seu presidente e nosso confrade, Valério Mesquita, lançará a 3a. edição do livro “Viajando o Sertão”, do mestre e Sócio Benemérito Luís da Câmara Cascudo.

Este, caros amigos e confrades ilustres, o relatório da Presidência — Biênio 83-85.

Deixamos, enfim, a gratidão a todos, na certeza de que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, com a nova Diretoria que nesta assembléia será eleita, prosseguirá

cumprindo a sua alta e nobre missão no quadro do desenvolvimento cultural do Estado.

Que Deus continue abençoando o nosso trabalho.

Natal, 28 de março de 1985

Enélio Lima Petrovich

— Presidente —

(Aprovado, por unanimidade, em sessão de Assembléia Geral de 28 de março de 1985)

IN MEMORIAM
DE LUÍS DA CÂMARA
CASCUDO

* 30 - 12 - 1898

† 30 - 07 - 1986

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Folclorista, historiador, crítico literário, biógrafo, jornalista, antropólogo, poeta, musicólogo, orador, etnógrafo, professor, humanista, poliglota, sábio.

Nasceu a 30 de dezembro de 1898, no bairro da Ribeira, em Natal-RN. Foi batizado pelo padre e santo João Maria (09-05-1899). Coursou Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, até o 4º ano, preferindo ser bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife-Pe. (1928). Professor Emérito (1966) e Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1978), lecionou Direito Internacional Público, pois dele fui aluno, integrando a 1a. Turma da Faculdade de Direito da UFRN (1959).

É nome de rua, biblioteca, escola, museu, centro de ensino, medalha, memorial, viaduto.

Pertenceu a todos os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil. Sócio Benemérito do nosso. Era o mais antigo Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (30-07-1934). Fundador da Academia Norte-rio-grandense de Letras (1936). Hoje é seu patrono. Do Lions Clube Natal-Centro, desde a sua fundação, em 1954. Primeiro Sócio Honorário do Lions Clube Internacional, da América do Sul (1956).

Uma semana sobre sua vida e sua obra promoveu o IHG/RN, em dezembro de 1964 (Edições Pongetti-1969). "Enveredou pelos estudos históricos, de que se fez consumado especialista. No Folclore, tornou-se mestre abalizado", conforme Nestor Lima. "Ele era sempre um sol que nascia (mesmo à noite), para todos nós", no dizer de Nilo Pereira. E enfatiza M. Rodrigues de Melo: "Luís da Câmara Cascudo não cabe em cronologias encomendadas e fabricadas de seriação intelectual".

Condecorações, títulos honoríficos, honrarias, o consagram cidadão do mundo.

Autor de mais de 150 publicações, entre as quais: Alma Patrícia — 1921 (1º livro); Contos Tradicionais do Brasil — 1946; Meleagro — 1951; Dicionário do Folclore Brasileiro — 1954; História do Rio Grande do Norte — 1955; Superstições e Costumes — 1958; Canto de Muro — 1959; Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil — 1963; História da Alimentação no Brasil — 1967 (2 vols.); Civilização e Cultura — 1973 (2 vols.); História dos nossos gestos — 1976; O Livro das Velhas Figuras (5 vols.) — Iniciativa do IHG/RN. Traduziu e anotou diversas obras de pesquisadores nacionais e estrangeiros.

“Sem dúvida, é a Universidade mais antiga do Rio Grande do Norte” (Onofre Lopes), porque, “de fato, Câmara Cascudo foi um fenômeno cósmico na constelação da vida literária do Rio Grande do Norte” (Raimundo Nonato da Silva). E conclui o poeta Drummond: “Doador de nascença, espalha aos quatro ventos o que foi recolhendo a vida inteira”.

Luís da Câmara Cascudo encantou-se no dia 30 de julho de 1986, deixando viúva Dahlia Freire Cascudo, os filhos Fernando Luís e Ana Maria, além de quatro netos (Daliana, Newton, Camila e Eduardo) e um bisneto (Diogo).

Enfim, o testemunho e a imagem do mestre são exemplo e lição, maiores e perenes, de sua imortalidade.

Enélio Lima Petrovich

O ADEUS AO MESTRE CÂMARA CASCUDO

Vivemos o instante da emoção e da saudade eternas. De lágrimas incontidas. É o momento do pesadelo do Adeus, num misto de angústia e sofrimento coletivo.

Mestre Câmara Cascudo, para todos nós, seus discípulos e admiradores, deixa um vazio imprenchível. Estamos órfãos de sua inteligência, de sua erudição, de seu humanismo, de sua cultura multiforme.

Junto ao Criador, na morada celestial, continua, porém, presença imorredoura, embora invisível, irradiando o seu espírito do bem-querer, no exemplo de Gamaliel.

Mestre Cascudo nos transmite, no tempo e no espaço, a mensagem perene de quem soube amar e viver, pela valorização e dignidade da própria espécie humana.

E nesta hora crepuscular, fim de tarde tropical, cujo silêncio, como uma oração contrita, talvez pudesse traduzir melhor os nossos sentimentos, teluricamente, emocionalmente, esta é a homenagem mais singela, mais comovedora, dos seus confrades que integram o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — a mais antiga instituição cultural do Estado.

Primus inter pares da cultura contemporânea brasileira, com amplitude mundial, nos legou a lição maior de sua genialidade.

No lar, ninguém mais do que o mestre amou a família — esposa, filhos, genro, nora, netos e bisnetos. Elegu os amigos e conterrâneos parentes pelo coração. Todos nós, enfim.

Jamais uma palavra amarga fez brotar de seus lábios.

De formação e vivência cristãs, Comendador da Ordem de

São Gregório Magno (Santa Sé) e da Ordem Militar de Cristo, de Portugal, dignitário de todas as honrarias nacionais e de além fronteiras do país, levou, para o céu, entre suas mãos dadivosas, o terço que pertenceu ao Padre João Maria, o Santo Potiguar que o batizou.

Na verdade, os grandes homens — sábios e santos — não morrem. Encantam-se, para evocar Guimarães Rosa.

Por isso, Mestre Cascudo é imortal, pela grandeza de sua alma, pela magnitude de seu coração e pelo esplendor de sua sabedoria universal!

O mais antigo sócio benemérito e orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sempre a ele dedicou o prestígio e a projeção de seu nome. Era, ainda, o mais antigo sócio correspondente do conspícuo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Agora, diante do seu corpo, inerte, o Onipotente já o acolheu. E do alto prosseguirá nos iluminando, pobres e efêmeras criaturas humanas.

Já dizia Tomas Campbell:

“Não é morrer viver nos corações que ficam”.

Daí a sentença ontológica do velho Ruy:

“A Morte não extingue, transforma; não aniquila, renova; não divorcia, aproxima.”

Vai, Mestre Câmara Cascudo, mas permaneça conosco, abençoando-nos.

Descansa em paz, genial e eterno mestre de todos nós.

(Discurso proferido à beira do túmulo de Luís da Câmara Cascudo, por Enélio Lima Petrovich — Dia 31-07-86 — Cemitério do Alecrim — Natal-RN)

CASCUDO & GILBERTO

NILO PEREIRA
(Sócio Correspondente)

Meu adeus para esses dois grandes amigos, que se foram no mesmo dia 30 — de julho — e quase na mesma hora.

Não os esquecerei mais, nunca mais. Cascudo foi para mim, a vida toda, uma revelação de homem sábio. Suas conferências e suas aulas valeram por mensagens de Humanismo. Orador

admirável, o auditório ficava preso à sua palavra, flamejante como um sol.

Gilberto Osório é o companheiro de muitos anos, desde a Faculdade de Direito até o fim. Foi sempre para mim um constrangimento vê-los sem ouvir e enxergando mal. Não escondo que, vez por outra, chorei diante desses dois amigos, que iam se despedindo da vida, lentamente.

— x x —

Fico olhando a larga estrada percorrida. Cascudo era um relâmpago nos abismos. Na sua casa, em Natal, estávamos todos à-vontade. Ele era acolhedor, amável, fabuloso como grande "causeur". Um espetáculo verbal.

Cascudo sabia tudo. Levou a vida toda construindo uma obra (mais de cem livros publicados) imensa, que mais parece trabalho de equipe do que de um homem só. Ele, era uma Universidade. Quando a Universidade veio pelas mãos de Onofre Lopes, ela já existia no gabinete de trabalho de Cascudo.

Não sei se terei ainda coragem de entrar nesse gabinete, onde tantas vezes o vi escrevendo na sua máquina, folheando livros, respondendo a consultas. Agora, ele se vai.

Sabendo-o tão doente, pedi ao Padre João Maria — o santo de Natal — que o assistisse, que lhe estendesse as mãos e o ajudasse, puro e confiante, a vencer o grande desafio. Sua doença era irreversível. O momento final se aproximava.

— x x —

Gilberto Osório de Andrade estava ultimamente afastado de suas atividades. A "indesejada das gentes" se avizinhava. O grande orador, que tanto brilhou na Assembléia Legislativa, andava silencioso.

Sinto-me quase sozinho nos caminhos da vida. Muitos já se foram. E outros estão indo. Para reviver Cascudo, vou reler os seus livros. O mesmo farei com Gilberto Osório, relendo o admirável trabalho que ele escreveu sobre o rio Ceará-Mirim, que é uma obra-prima.

Lá se vão os dois. São almas que se cruzam nos espaços. Vão no itinerário do grande Mistério. Talvez se encontrem no Infinito e lembrem as coisas que fizeram e os amigos que deixaram, chorando. Meu adeus para vocês dois.

1-8-1986 (Jornal do Comércio - Recife 1º-08-86)

CASCUDO

Ainda não quero acreditar que Cascudo morreu. Que vamos fazer, agora? Onde encontrá-lo? Chamo pelos meus amigos, pelos que conheceram e amaram o mestre, e o viram tantas vezes na sua casa, ou fazendo conferências, lendo, escrevendo, tocando piano, contando anedotas, fumando charuto.

Venham cá vocês todos. Américo de Oliveira Costa, que vamos dizer agora. Dorian Jorge Freire, você que está em Mossoró, que vai escrever sobre o mestre? E você, Mário Moacyr Porto, como vai encarar essa situação? E você, Jaime Hipólito Dantas, o que vai lembrar? E você, Veríssimo de Melo o discípulo amado, como vai conseguir vencer esse vazio? E você, Aluizio Furtado de Mendonça, sempre tão atento à vida e à cultura do nosso Estado, que é que vai fazer diante do mais vivo dos mortos? E você, Diógenes da Cunha Lima, onde vai encontrar o seu brasileiro feliz?

— x x —

É o que pergunto do mais íntimo de minha alma. Estamos num deserto. Cascudo falava por todos nós. Estava surdo? Mas ouvia as harmonias siderais, que vêm de Deus. Estava sem visão? Mas via tudo. Via onde nós todos não víamos. E quando falava e dissertava sobre qualquer assunto — quem mais brilhante, mais seguro de si mesmo, mais profundo? Um re'âmpago nos abismos.

Ó amigos, vamos reler o mestre. Tenho aqui os seus livros enfileirados. São muitos. Ele levou a vida toda “vendo” tratando e “pelejando”. Parecia não trabalhar, quando estava na sua cadeira, na sua sala de visitas, recebendo amigos. Engano, puro engano. Ele trabalhava. Respondia perguntas. Acudia às ansiedades dos jovens que o procuravam. A cabeça, lúcida e clara, era um dínamo. Falava muito. Dava aulas. A cadeira virava Cátedra. Era o trono do rei, meu senhor. E nós outros os vassalos, como diz Enélio Lima Petrovich, o mais devotado de todos.

— x x —

E tudo isso, amigos, passou. Vai passando. Ele está muito distante. Fugiu. Foi ver e ouvir tudo na dimensão infinita, que é Deus. Deve ter levado nas mãos (imaginá-las paradas, inermes, que horror!) o terço que pertenceu ao Padre João Maria, no qual tantas vezes rezou.

Amigos: fiquemos em silêncio. Ele nos fala de longe, de muito longe. Ouviu aquele passarinho ali na árvore? Fiquei sa-

bendo; é ele. Viu aquele nascer do sol sobre o mar? É ele. Assistiu ao crepúsculo em Petrópolis, olhando a sombra hierática da fortaleza dos Reis Magos? Ele estava ao seu lado. Nunca se afastará de nós o nosso mestre. O grande homem. O escritor e o cientista. O folclorista. O humanista. O h'istoriador de Cidade do Natal. Nem se apagará a lâmpada que velou a sua vida, na noite natalense. Amígos, coragem. E'e está vivo. Vamos com Sílvio Pedrosa convidá-lo a ver o por-do-sol — ele que foi o poeta dessa hora mágica.

(Jornal do Comércio - Recife-Pe. 02-08-86)

LOUVOR AO MESTRE

Homenagear Lu's da Câmara Cascudo, quando já partiu, em 30 de ju'ho findo, traduz e representa um marco decisivo pela valorização do Brasil cultural contemporâneo.

A sucessão de crises nacionais que a nossa sofrida geração viveu e a que assistiu, abordadas muitas vezes por soluções unitárias de superfície, faz esquecer talvez a origem fundamentalmente regional dos nossos problemas e, portanto, a necessidade do equacionamento adequado das suas soluções.

Por isso mesmo é que — repito — se deve exaltar a vida de grandes escritores, como Câmara Cascudo, que se tornaram gloriosamente nacionais à medida precisamente em que afundam as raízes na sua província.

Há decênios que, homem do sul e da cidade grande, homem que a vida tem levado a uma constante deambulação pe'o mundo, acompanho e admiro a importância crescente, para o Brasil, da obra já hoje definitivamente incorporada ao nosso patrimônio cultural de Luís da Câmara Cascudo.

Leio e releio seus estudos, principalmente os de História Regional e este extraordinário trabalho — gigantesco esforço individual — que é o seu Dicionário de Folclore.

Neste momento, pois, em que o Rio Grande do Norte reverencia, para o Brasil, o nome do seu grande filho como um pendão de glória, quero dar o meu depoimento, comovido, de humilde admirador.

Rio - agosto - 1986

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO
(Sócio Honorário)

LEMBRANDO CÂMARA CASCUDO

UMBERTO PEREGRINO
(Sócio Correspondente)

Luís da Câmara Cascudo — Professor Universitário, bacharel em Direito, autor de cerca de 152 obras distribuídas entre História, Antropologia Cultural, Memórias, Crônicas, membro de ilustres instituições culturais do estrangeiro e nacionais, entre estas o IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era o meu antigo sócio correspondente. Faleceu em Natal no último dia 30.

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Dr. Enélio Lima Petrovich fazendo-lhe o necrológio à beira do túmulo, no cemitério do Alecrim, em Natal, registrou que Mestre Câmara Cascudo “levou, para o céu, palavras do Pres. Enélio — entre suas mãos dadivosas, o terço que pertenceu ao Padre João Maria, o Santo Potiguar que o batizou”.

Para os que não sabem muito sobre o Rio Grande do Norte — elucidarei que o Padre João Maria é de fato um Santo de devoção do povo em Natal. Seu busto, na Praça Pública, permanece dia e noite iluminado de velas que lhe levam por amor e gratidão, a gratidão das graças alcançadas.

Padre João Maria foi vigário da paróquia, virtuoso e caridoso como só os Santos o são. Ia aos pobres com o consolo de sua palavra cristã e as ajudas que podia dar — tirando do mínimo que possuía. Um Santo, que estava na vida também de Câmara Cascudo desde que o batizou.

Se fosse o caso de um necrológio formal já estava dito o mais importante sobre Câmara Cascudo. Mas eu não saberia me colocar a respeito do mestre nesses termos formais. Se o recorde aqui é para recordá-lo sob a imagem que dele adquiri e cultivei.

Começo por recordar a casa do seu pai, o Cel. Cascudo. Era homem de amplas posses por conta de uma grande loja de ferragens na esquina principal da rua Dr. Barata, na R'beira, o bairro comercial em recuada idade de Natal. Também poderoso na qualidade de amigo do governador.

A casa de residência era numa chácara na rua Jund'aí, caminho principal para o bairro do Tirol. Da chácara apenas se adivinhava a riqueza, porquanto um muro alto barrava a visão interior. Mas ali vivia o filho único do casal D. Ana e Cel. Cascudo. Sabiam-se que possuía carneiro de montaria, supremo pri-

vlégio infantil naquele tempo de vida em comunhão com a natureza.

Antes, porém, de o filho do casal ser conhecido e conviver fora dos muros da chácara misteriosa, conhecíamos a sua mãe.

D. Ana era figura de pról. Tipo físico de nordestina baixota e gorda, seios fartos. As roupas faustosas, incluindo peles, submergiam o corpo de pequena estatura. Era na apresentação física o retrato de sua importância social.

Para mim as suas aparições regulares eram do mesmo tempo impressionantes e odiosas. O impressionante estava nela mesma: — aquele fausto no vestir e jóias muitas, ao que tanto comentavam invejosamente.

O lado odioso vinha de que a sessão do cinema de seu Leal, o Royal Cinema, só começava depois de D. Ana dar entrada e instalar-se no camarote de seu uso obrigatório. Todas as vistas se voltavam, então, para o alto. Não seria um olhar para admirar-lhe o fausto do dia, mas para ter a certeza de que a sessão iria começar.

Câmara Cascudo veio daí: pai o Cel. Cascudo, a mãe D. Ana. O menino tido e tratado como menino rico. Na praça era chamado Cascudinho.

Como estudante, logo se distinguiu indo cursar Medicina na Bahia. A regra era estudar Direito, no Recife.

Mas Cascudinho não se ajeitou. E por volta do 4º ano teve a honestidade de abandonar o curso e recolher-se a Natal.

Sua vocação era escrever. Tendências literárias nítidas e exercitadas na imprensa. Cel. Cascudo não hesitou: instalou um jornal para o filho. Chamava-se "A Imprensa". Está na história cultural do Estado e merece ser situado no seu tempo, até porque as inclinações literárias de Cascudinho eram antecipadamente modernas.

No futuro, nome feito, já Câmara Cascudo chamado, haveria de fazer crônicas diárias no jornal "A República", de Natal. Era a "Acta Diurna", acoimada de nem sempre exata quanto à verdade histórica, o que se explicava pelo improvisado da criação jornalística. Mas a verdade é essa crônica, regularmente publicada durante anos e anos, que focalizou, para ficar, um mundo de coisas e pessoas de Natal.

Chega também a hora em que Cascudo se torna Professor. Começa pelo Atheneu Norte-riograndense. Professor de História do Brasil. Aí fui seu aluno da 1ª. turma. O aluno ficou sendo amigo. Tratava-me afetuosamente de "Meu gola azul", por causa da gola no nosso uniforme de Tiro de Guerra. Foi esse apenas o primeiro título que me conferiu. Muitos anos diante, quando

implantei a "Casa de Cultura São Saruê" e lhe enviei os dados a respeito da obra, ele me escreveu muito calorosamente aprovativo e me conferiu então um novo título: Aiatolá de São Saruê..

De Professor do Atheneu subiu à Universidade, no elenco da Faculdade de Direito.

Mas a culminância da sua atividade cultural se exerceu na área da Antropologia Cultural, na qual se fez mestre. Em Natal, desenvolvendo pesquisas folclóricas, fez escola. E deixa na área da Antropologia Cultural, além dos seus livros, uma herança de peso: o discípulo da Categoria de Veríssimo de Melo.

Outro valor que vive em Natal e reflete o exemplo e o saber de Cascudo é Osvaldo de Sousa, também mestre do folclore, sobretudo na área da música. Remeto os interessados, se me permitem, ao seu denso estudo de pesquisa, "Música Folclórica do Médio São Francisco", do qual já foram publicados dois volumes.

Em suma, Cascudo fez escola em Natal e deixou discípulos que já são mestres consumados.

No desenvolvimento das suas pesquisas de folclore acompanhou Mário de Andrade, quando este realizou demorada viagem pelo interior do Rio Grande do Norte, recolhendo dados sobre as manifestações da cultura popular. A obra máxima de Câmara Cascudo na área da cultura popular foi certamente o "Dicionário do Folclore Brasileiro", do qual, por iniciativa nossa, como Diretor de Instituto Nacional do Livro, se fez a 2a. edição; revista, melhorada e ampliada pe'lo autor.

Cascudo, 152 títulos em 6 décadas de atividade intelectual, tem sido vertido para o inglês, o francês, o alemão, o espanhol, o italiano, o russo.

E tudo isso construído na sua Província de onde jamais admitiu apartar-se. Recusou por isso a nomeação feita, à sua revelia (escolha pessoal do Presidente Castelo Branco), para o Conselho Federal de Cultura e não se candidatou à Academia Brasileira de Letras (ABL) que, entretanto, lhe prestou, a certa altura, homenagem consagratória.

No período final de vida sofreu duras restrições físicas quanto à vista e a audição. Mesmo assim, porém, não deixava de receber as visitas que obrigatoriamente buscavam a casa da rua Junqueira Aires e nem lhes faltava com as ruidosas gargalhadas.

Se lhe comunicavam algo lisonjeiro costumava agradecer com uma frase:

— "É mentira, mas é gostoso".

Ao falecer, foi velado na sede da Academia Norte-riogran-

dense de Letras, que ajudou a fundar em 1936 e onde ocupava a cadeira n° 13.

Por fim, não de permitir que aqui reproduza a "Louvação" que lhe fiz em comemoração dos 80 anos.

Dizia assim:

LOUVAÇÃO DE LUÍS DA CÂMARA CASCU DO

Louvo em Cascudo os lustres da minha gente,
Louvo a raça rija, louvo os oitenta,
Louvo os braços, louvo o peito, louvo a mente,
Louvo o riso ruidoso,
Louvo o coração bondoso,
Louvo o saber, louvo seus livros
Louvo o autor, esse danado,
Nas estranhas respeitado,
Louvo o pai, louvo o avô,
Louvo o meu antigo professor,
Louvo o homem,
Louvo o amigo, louvo as vivências que tem, como ninguém,
desta terra,
e louvo o afeto que seu peito encerra,
amém.

CÂMARA CASCU DO - ESPETÁCULO HUMANO

FRANCISCO DE VASCONCELOS
(Sócio Correspondente)

No contexto humano de Mestre Câmara Cascudo, três referências fundamentais me ficaram:

1º — tenho quase certeza de que e'le teria compreendido o mistério da vida. No seu auto encontro dos últimos anos, quando a perda da audição e a visão claudicante praticamente o privaram do contato com o mundo exterior, o permanente exercício da paciência, à espera do tudo/nada, fê-lo sábio e santo.

2º — grande parte dessa tranquilidade de espírito e bonomia, advinha com certeza da consciência do dever cumprido, quem como intelectual, que inscrevera seu nome definitivamente no livro de ouro dos sábios, quer como figura humana, que passara a vida fazendo a "intriga do bem", espargindo simpatia e bem querer, incentivando os novos, esquivando-se com sobrançaria e elegância da maldade dos

mediocres e invejosos, sorvendo a felicidade que lhe proporcionava o sucesso e a alegria de seus amigos e admiradores.

3º — Mestre Cascudo porque era sábio jamais deixou de ser simples. Genialidade com simplicidade caberiam perfeitamente no seu braço de vivente sábio, íntegro, puro bafejado pelos dotes da inteligência fulgurante, do raciocínio pronto, da graça palpitante, do bom humor permanente, da cultura assombrosa. No todo cascudeano amalgamaram-se os melhores ingredientes, que o tornaram bem aventurado e bem amado.

Cascudo — um monstro
Multiforme, grande, em tantos campos.
Honra do Brasil, honra da cultura internacional.

MARCELLO DE IPANEMA
(Sócio Correspondente)

TRÍPTICO DE

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

HOMERO HOMEM
(Sócio Correspondente)

1

Solar Meu bom rei Luís não só de França e Oropa,
Mas, ôba, ôba, de todas as Bahias
Arriba e abaixo de São Salvador,
Eu te chaleiro e louvo. Irmão maior da opa
E Príncipe da Chegança,
Por onde andei e fui carreguei teu andor.

Umbigada e repique de agogô,
Tua sabença antiga, ultra-moderna
Luz, se espalha, buquê de boa vinha,
Cabeça de luzerna,
Por águas do refrão
E terras da advinha.

Salve, força da terra, caçua de
Trinado e de euforia bu'içosa
Na pupila cor de asas de sofrê.
Tua juba de fios de jasmim
São filtros de um Sansão juvenescido
Pelo labor e invento singular.

Em meu longo ano/sombra de exi'ado
Sem a ninguém ped.r licença, nem favor
Fiz o que devia:

Por onde andei
E fui
Carreguei teu andor.

2

Lunar Vi o luar pousar sua pele de ovo
na catarata de Câmara Cascudo,
pinçá-la para fora, com a mão.
Metê-lo na flanela do pijama
com alamares de Grão-Capitão.
Raptá-lo numa náu catarineta
levá-lo a passear no Vento Leste.
Tarde da noite, devo'vê-lo à casa
com um charuto de luar na boca.
Pousá-lo na cade'ra de balanço.
E, junto a seu lei
to, adormecê-lo com uma canção.
A Grande Ordem do Luar no peito.
E uma cinzinha de luar no chão.

3

Epitáfio No Rio Grande são três
as coisas ma's do que tudo:
o Potengi, o Reis Magos,
Luís da Câmara Cascudo.

CÂMARA CASCUDO — IMORTAL

Morrer. A chama não se apaga.
Continua depois desta vida
outra vida,
Como a vaga no mar continua
outra vaga...

LUIZ MURAT

ENÉLIO LIMA PETROVICH
(Sócio Efetivo)

Pela força da amizade, espontânea e fraterna, que é fruto do coração puro e desambicionado, na quarta-feira pretérita, neste mesmo ambiente de cultura e de história, os insígnies consócios Umberto Peregrino e Marcello de Ipanema, com a concordância generosa do Presidente Américo Jacobina Lacombe, nos solicitaram um depoimento acerca de Luís da Câmara Cascudo, que se encantou, conforme Guimarães Rosa, aos 87 anos, pois nascera no dia 30 de dezembro de 1898.

Por isso, aqui estamos com o propósito, tão oportuno e tão significativo, de dizer algo, em breves enfoques, sobre o mestre, genial e humilde.

É também o reencontro salutar e proveitoso que sempre sentimos ao rever eminentes confrades, amigos e queridos conterrâneos.

Integramos, também com alegria e honra, esta Casa da Memória Brasileira, quase sesquicentenária, na qualidade de "Sócio Correspondente".

Mas, evoquemos, nesta hora vespertina, a memória de Luís da Câmara Cascudo.

Decerto, continua o Brasil inteiro vivendo o instante da saudade.

Dia 30 de ju'ho findo, às 17 horas, fomos, de novo, visitar e rever, no Hospital São Lucas, em Natal, o mestre Câmara Cascudo.

Recebeu-nos o seu filho, Fernando Luís, com o abraço forte e triste. Desolador. Acabava de falecer o mestre Cascudo. As lágrimas desceram e ficamos abraçados, por alguns minutos. Por solicitação dele, fomos nós que lhe vestimos a beca de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que pedira, meses passados, ao então Reitor, Diógenes da Cunha Lima, para a sua viagem derradeira. Sem dúvida, um homem só, era a primeira Universidade do meu Estado.

Bem podem imaginar a emoção que nos dominou naquele instante.

Vendo-o, quase que diariamente, conversando e aprendendo com ele, no seu casarão, à Av. Junqueira Aires, 377, e naquela hora, tão difícil, mirando-o, corpo frio e inerte.

Jamais Natal presenciou tanto carinho; jamais sentiu o seu povo tanta tristeza, tanto sentimento de pesar. Partira o maior dos vivos.

Este templo da cultura histórica incorporou-se às homenagens póstumas, pois o representamos, por solicitação de seu presidente ilustre.

Sim, Luís da Câmara Cascudo era o seu mais antigo Sócio Correspondente. Admitido a 30 de Julho de 1934, Deus o chamou no mesmo dia e mês, quando comp'etava justamente 52 anos, de membro desta conspícua entidade.

Em tempos idos e vividos, para repetir Machado de Assis, com que júbilo o recordamos, ao comunicar-lhe mais uma viagem ao Rio.

Eis a recomendação do mestre:

“Meu filho dê meu abraço nos velhos e queridos companheiros do Instituto”.

Na lembrança, emerg'am os nomes de Arthur César Ferreira Reis, Jonas Correia, Afonso Arinos, Umberto Peregrino, Américo Lacombe, Diégues Júnior, Luís Castro e Souza e tantos outros.

Quando de nossa posse neste venerando Instituto, dia 14 de outubro de 1970, trouxemos dele, gravada, uma saudação.

De viva voz, assim proc'amou, ainda no velho sílogeu:

“Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos seus lépidos 132 anos, envio minha saudação, vênia de correspondente, de 1934. De quantos assinaram o inesquecível parecer, iniciado pelo Conde de Afonso Celso, meu prefaciador espontâneo e generoso do “Marquês de Olinda e seu tempo”, vive Pedro Calmon, amigo de sempre.

Os demais estão sob os auspícios de Dom Pedro II, na Assembléia da História Eterna.

Professor de História na província, tudo quanto ambicionei foi pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Deve ao Conde de Afonso Celso meu título de “correspondente”, hoje veterano. O Instituto não envelhece nas dimensões do Tempo, acompanhando-o, valorizando as raízes da contemporaneidade nacional. É o ouro que

doura as moedas, irradiando-se do disco de ebonite, sem esgotar-se. Sua "Revista" é o basalto fundamental dos nossos alicerces.

Desejaria rever o salão severo, os rapazes do meu tempo e os Novos do presente, que serão os velhos mestres do Brasil próximo.

Possa, nas compensações mecânicas do Progresso, essa voz potiguar e cariri, saudar o Instituto Histórico do Imperador D. Pedro II e do Conde de Afonso Celso, de quantos o têm defendido e sustentado na servidão ardente e jubiíosa.

A pequenina família dos Historiadores dispersa-se, mas a seiva viva do afeto dá-lhes a unidade emocional, notadamente hoje, 132 anos de existência, de vida nobre, simples, generosa, fecunda, na ocupação da Ciência Pacífica, a que eterniza os homens na tenacidade brasileira do Futuro".

Não se pode, também, olvidar, neste instante emocional e telúrico, a presença desta vetusta instituição, reconhecendo a cultura poliforma de seu mais antigo Sócio Correspondente.

Quando, em dezembro de 1964, promovemos a Semana "Câmara Cascudo", em Natal, o inesquecível historiador Virgílio Correia Filho, então 1º Secretário deste Instituto, congratulou-se com as homenagens, e nos escreveu:

"Com justificado prazer, envio ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte calorosa mensagem de aplausos à "Semana Câmara Cascudo", que deverá estudar a contribuição do glorioso escritor, cuja fama se dilatou da sua cidade natal para o Brasil inteiro e universidades estrangeiras.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ufana-se de contá-lo entre os seus sócios correspondentes, desde 30 de julho de 1934. Assim não poderá calar o seu entusiasmo ao vê-lo exaltado pelos conhecedores de sua obra erudita, que se dilata por vários domínios da história à sociologia, ao folclore, à etnologia, à geografia, à toponímia, à biografia.

E sempre com a mesma segurança de conhecimentos, expressos em linguagem encantadora, de estilista incomparável".

Evidentemente, num espaço de uma palestra, através de um depoimento sentido sobre o mestre Cascudo, primus inter paris na cultura brasileira, é impossível fazer emergir a projeção de sua vida e de sua obra.

A verdade é que Luís Câmara Cascudo nos legou o exemplo maior de humildade, de inteligência e de erudição. Um homem só que escreveu quase 130 livros, ele próprio batendo à máquina seu trabalho, sem secretária, sem datilógrafo, levando a idéia e os conhecimentos multiformes diretamente no papel, sem rascunho nem cópias. E assim surgiram "O Dicionário do Folclore Brasileiro", obra ciclópica, "Civilização e Cultura", em 2 volumes cujos originais se perderam durante 10 anos, "Geografia dos Mitos Brasileiros", "História dos nossos gestos", "História da Alimentação no Brasil", em dois volumes, "Conde D'Eu", "Vida de Pedro Velho", e dezenas de outros. Na imprensa local, publicou mais de 2.000 artigos, denominando-os "Acta Diurna" e "Histórias e Estórias". Os primeiros já publicamos em cinco volumes com o título "O Livro das Velhas Figuras", que ele mesmo escolheu. E prosseguiremos sem solução de continuidade.

"Provinciano incurável", no dizer de Afranio Peixoto, jamais saiu de sua terra em busca da glória. Esta alcançou apenas de seu canto sagrado.

Getúlio Vargas lembrou-se de seu nome para Senador. Agradeceu o convite: "Deste Reino, só para o do céu".

Em verdade — ressalta o escritor Antonio Justa, seu velho amigo:

"Patriarca da cultura, gigante da etnografia geral, que, sem ser filho de Netuno, pisava os taboieiros do Nordeste, para e'le verdadeira terra de Anteu, onde labora obstinadamente os livros. Nunca levantou bandeiras; não represou Paranoás". . .

"Assim é o autor de "Vaqueiros e Canadores", o grande jagunço, pau-brasil de pedra e sol, otimista, sem tédio, e confiante no ano 2.000. Capaz de criar uma obra de oitocentas páginas de um só ímpeto, sem depender de estímulos imortais, nem de amparo grupal e também maravilhoso na arte de conceituar os caracteres de uma figura literária, em longa biografia, ou mesmo, em duas ou três linhas".

Mas o mestre Câmara Cascudo, sempre presença eterna entre nós, embora invisível fisicamente, além de sábio, era, sobretudo no plano do espírito, um homem religioso, de fé, crença nos desígnios de Deus, admirando os santos e, por isso, na imagem da Irene Preta, do poema de Manoel Bandeira, deve ter entrado no céu sem pedir licença.

Um detalhe: Batizou-o o Padre João Maria e, entre as suas mãos, cruzadas e inertes, levou consigo o terço que pertenceu ao santo potiguar.

Em março de 1980, em companhia do Mons. Primo Vieira, fomos visitá-lo, o que fazíamos semanalmente. Temos dele

várias gravações. Anotávamos muitas lições que ele ministrava, nas conversas descontraídas.

Disse-nos naquela tarde tropical e nata'ense:

“Considerarei Dom Marcolino, o 1º Arcebispo de Natal, amigo sempre presente. A morte existe, os mortos não. Já levei ao altar, como padrinho, mais de uma centena de crianças.

Tenho um voto na minha vida: o de nunca levar aos outros as más notícias.

Bastam os meios de comunicação social para transmitir a tristeza.

Sou Començador da Ordem de São Gregório Magno (Santa Sé) e da Ordem Militar de Cristo, de Portugal”.

Em sufrágio de sua alma, aqui no Rio, também foram celebradas missas de 7ª e 30ª dia. Nesta última, o celebrante, conterrâneo Cônego Jorge O'Grady de Paiva, presente a esta solenidade bem se expressou, em comovido sermão.

Eis alguns trechos:

“A grandeza maior de Luís da Câmara Cascudo não era a de sua primorosa inteligência, ágil, sutil, penetrante; nem a de seus vastos e complexos conhecimentos, máxime no campo da História, Etnologia e Etnografia; nem a das numerosas obras que publicou, entre livros e ensaios; nem a de sua capacidade de trabalho e pac'entes pesquisas, às quais se devem tantas inovações, identificações e retificações; nem a de sua prodigiosa retentiva; nem, ainda, a de sua eloquência, que dela fazia excelente conferencista e consumado orador. A maior grandeza de Luís da Câmara Cascudo foi a de seu calor humano, seu coração, seu sentimento, suas amizades (que sabia fazer, cu'tivar e conservar) e seu excepcional dom de comunicação.

Não se confinava na torre de marfim dos que se isolam, envaidecidos e narcisistas, olhando de soslaio para os outros imortais e destes vendo, de preferência, os defeitos, as falhas, as deficiências e os erros.”

Realmente, tem razão o insigne sacerdote: “Ninguém mais compreensivo, cordato e to'erante, numa antecipação do ecumenismo hodierno. Levava seu espírito humano aos livros que adquiria e lia como se lidasse e parlamentasse com os autores. E tanto aprendia com os livros como com as pessoas, mesmo as de condição humilde. Flagrou costumes, ouviu estórias, anotou ditos e expressões do povo. Quando da descida do homem na Lua por ele vista na TV, comentou: “O homem que foi à Lua conti-

nua o mesmo, pois nasce, sofre, ama, alimenta-se e morre como seus antepassados das cavernas; não modificou seu sistema digestivo nem deixou de ser supersticioso, já que um dos astronautas conduzia uma figa."

Sobre a felicidade, tema humanístico, eis seu depoimento: "E'a se compõe, primeiro, dos ma'es evitados; faz-se, depois, como a fortuna, de pequenas parcelas valorizadas pela emoção. E aconselhava: "Juntem suas breves alegrias cotidianas e teçam, com elas um ramallete."

Concordamos, assim, ainda mais, com o Padre O'grady, nosso confrade, quando arremata:

"Quem não vê, na fé cristã de Câmara Cascudo a influência de seu lado humano, universalizado por todos os povos e raça que jamais existiam sem crença?

Vivia, na intimidade de seu gabinete e recesso de sua biblioteca, em contato com os corifeus da Filosofia, do Folclore, da Literatura, da Música e da História. E prolongava as vigílias, lendo pela noite a dentro e em diversos idiomas, tendo sido um dos maiores autodidatas e eruditos deste país. Dar-nos-a, depois, em "Prelúdio e Fuga do Rea", conta dessas leituras em que tantas exponenciais figuras do mundo com ele confabulavam.

Preparou-se Cascudo, longamente, para a morte. Dir-se-ia que a vista e a audição, que lhe faltaram nos últimos anos, sem que uma queixa lhe escapasse dos lábios, estavam em purificação, à espera de só se abrirem para ver a face de Deus e ouvir-lhe a voz do Pai, chamando-o pelo nome cristão de Luís — aquele que vence — para o eterno galardão da sua alma cristã e religiosa, que jamais renegou a fé e que dizia que se a ciência, um dia, lhe quisesse derrubar, ele afastaria a ciência, que é soberba, e permaneceria com a fé, que é humilde."

Este, minhas senhoras e meus senhores, eminentes confrades e conterrâneos, o mestre Luís da Câmara Cascudo, genial em todos os sentidos e ângulos.

Todavia, acrescentemos mais algumas considerações em torno do homenageado, nesta Casa da Memória que era dele também.

São palavras do seu filho Fernando Luís:

"Papai morreu como viveu. Na cidade arrada, ao lado dos que o amavam em sua simplicidade. Foi sepultado com honras de Chefe de Estado, porém, tenho certeza,

que a sua maior alegria, onde deve estar agora, foi ver o seu povão, motoqueiros, bicicletas, lenços acenando, gente pobre chorando, de pés descalços". ("Manchete" — 30-08-1986 - Pág. 103)

Reverenciando, pois, a sua memória, nesta singela e significativa homenagem, sempre repetimos com emoção:

"Numa época em que o filósofo Jean Paul Sartre definiu como de aproximação essencial do homem, independente das latitudes e condicionamentos géo-políticos, não resta dúvida que esta evocação do mestre e Sócio Benemérito do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, reveste-se de especial significação.

É a homenagem ao amor telúrico do homem; ao labor intelectual, honesto e desinteressado; aos esforços do cientista que, fundamenta'mente, procura descobrir, através de seus estudos e pesquisas, a solução de problemas que as peculiaridades do meio particularizam, mas que, realmente, pertencem ao núcleo das angústias e alegrias, perplexidades e certezas, aspirações e expectativas do Homem, de todas as raças, de todos os regimes políticos de todos os tempos." (In "Luís da Câmara Cascudo — Sua vida e sua obra". Editora Pongetti — 1969 — Págs. 17 e 18).

Entre incontáveis instituições de cultura do mundo, integra os quadros da Academia de Ciências de Lisboa, Academia Nacional de História e Geografia do México, Folk-Lore Society of London e da American Folk-Lore Society, nesta na condição de honorário.

Mário de Andrade bem conceituou o mestre:

"Inteirinho da cabeça aos pés, corpo e alma de Natal, Rio Grande do Norte. Eu, Brasil, Nós Brasil, Brasil, Brasil".

"Se Cascudo não souber, só o Espírito Santo", afirmara, certa vez, Gilberto Amado.

Viajando pelo mundo, Europa, África, América do Sul, sem abandonar a sua terra-berço, com a fidelidade vocacional de professor de província, atingiu uma notoriedade que nenhum conterrâneo, antes dele, merecera. Acolhedor e simples, discípulo de Gamaliel, é responsável pelo maior número de prefácios, apresentando os novos. Foi, repita-se, a primeira Universidade do Rio Grande do Norte.

Inúmeras foram as condecorações recebidas. Medalhas, honrarias, distinções, nacionais e estrangeiras. Pertenceu a todos

os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil.

Partindo para o Alto, onde a vida eterna lhe dará as compensações, justas e sacrossantas, cada vez mais o nome e a obra de Luís da Câmara Cascudo, emergem, diuturnamente, para comprovar o seu inexcedível valor, ético, moral, cultural e humanístico.

Com essa diretriz, não nos cansamos de admirar o homenageado, sem os comprometimentos do mero ap'auso louvaminheiro ou do elogio bajulatório. Não e não.

Evidenciar o seu *modus vivendi* e *faciendi*, maravilhoso e fecundo, é dever incontestado e impostergável de todos nós. Ad perpetuam rei memoriam.

Por isso, valem lembrar os conceitos emitidos pelo amigo e confrade, também discípulo do mestre, Alvamar Furtado de Mendonça, a quem coube saudá-lo certa vez. É que sobravam nele a cultura e o humanismo incomuns.

Sem quaisquer dúvidas, o mestre Cascudo "nos ensinou a amar nossa terra, sua gente, seus valores tradicionais. Um arguto professor na arte de ensinar sempre e de estimular vocações que se entremostravam em estudantes que hoje se espalham por todo o país, revelando tendências profissionais e despertando, pela sua bondade, devoções definitivas.

Obstinado na procura do documento, reativador de memórias mortas e valorizando as que ainda sobreviviam no anonimato de suas existências até então perdidas."

E acrescenta Alvamar:

"Era uma Cultura poliforma, atual, vibrante, encantadora, regional e universal ao mesmo tempo... Descobriu os valores humanos em meio do povo, nos seus folguedos tradicionais e simples, no seu adagiário, no seu comportamento refletindo tempo e lugar, suas sínteses atávicas, procurando o clássico no popular e o popular no clássico.

Jornalista, historiador, também poeta, etnógrafo, sociólogo, folclorista, "causeur" admirável, deu-nos, acima de tudo, uma extraordinária lição de existência. Captador de simpatias e admiração desde o homem do povo ao renomado intelectual, nacional ou internacional. Sem protocolo, a gargalhada fácil, o abraço caloroso e amigo, sem discriminações sociais.

Isto nos faz lembrar Sylvio Pedroza, então Governador do Estado (julho/51 a janeiro/1956) à noite, entrando furtivamente, de forma simpaticamente moleque, pela janela, para surpreender Cascudo, em meio aos seus estudos, que reagiu na mesma mocidade de gesto e efusão de alegria à altura da estranha e jovial forma de uma visita, às vezes, fora de hora.

E era ainda em companhia de Sylvio Pedroza que ele tantas vezes saía, em fins de tarde, para descobrir, na cidade, qual o lugar melhor para assistir ao por-do-sol. Ou, então, sentado ao lado do ex-governador do Estado, num "jeep", subindo e descendo dunas para localizar o primeiro marco português em terras brasileiras, cantado na primeira expedição de reconhecimento da terra recém-descoberta, lá para os lados de Touros, no Rio Grande do Norte. Estudo histórico ainda hoje válido quanto ao primeiro marco português em chão do Brasil".

Revejo, em 1959, nas suas aulas de Direito Internacional Público, último ano do meu Curso de Direito (primeira turma) de nossa Faculdade, na terra potiguar. Eloquentemente. Genial. Todas as aulas de improviso, às vezes mesclando a cátedra com os lampejos de salutar humorismo. Ninguém dormia durante os 50 minutos de sua presença na classe.

"Casculo encerrou com a sua morte todo um ciclo da cultura potiguar e deixou, sobretudo, um legado de humanismo e de humildade. A cada homenagem que recebia, perguntava a sua esposa, Dahlia:

— Será que eu mereço tanto?"

Esta também a observação do jornalista Murilo Mello Filho, nosso conterrâneo, com quem estive ontem. ("Manchete", de 16 de agosto findo).

Em Natal, nos informa, pelo telefone, o jornalista e consócio Paulo Macedo, presidente da Fundação "José Augusto", órgão do governo do Estado, que a Casa da Cultura será, agora, o Memorial Câmara Casculo, encravado na chapada onde nasceu a cidade-presépio, ao lado do nosso IHG/RN e da Catedral Metropolitana. Mais adiante, do Palácio Potengi. É um monumento, corpo inteiro do mestre de todos nós, que fazemos parte das instituições culturais do Estado Norte-rio-grandense.

Eis o sábio-humanista que o Onipotente levou para a sua morada eterna. Ministrou-nos a lição maior de sua projeção cultural. Jamais proferiu uma palavra amarga, pessimista, arrogante, desestimuladora. Assim viveu e assim partiu, segurado pelas mãos de Deus, que o abraçou nos céus.

Por tudo isso, mestre Câmara Casculo não será jamais esquecido. Pela grandeza de sua alma, pela magnitude de seu coração e pelo esplendor de sua sabedoria universal.

No tempo e no espaço, continuará nos transmitindo a mensagem perene de quem soube amar e viver, pela valorização da própria espécie humana.

Esta homenagem, simples e emocional, que prestamos, no burburinho da cidade grande, significa e traduz o reconhecimento

e a gratidão dos que ainda ficam, atravessando as vicissitudes da existência tão fugaz e os atropelos do cotidiano.

À beira do seu túmulo, no cair da tarde de 31 de julho deste ano, manifestamos o nosso pesar, com palavras que aqui também inserimos.

Enfim, nesta romaria lírica e mesmo telúrica, vim ainda prestar este depoimento, simples, espontâneo e sem profundidade, porque fala, acima de tudo, a voz do coração, agradecido e emocionado, de um discípulo e admirador permanente do mestre, com a marca da genialidade.

Em louvor à sua memória, irradiando e espargindo o testemunho e o exemplo de uma vida alta, nobre e profícua — e os grandes homens, sábios e santos, não desaparecem de nossa retina e de nossa mente — que se repita Tomas Campbell:

“Não é morrer viver nos corações que ficam”

Daí a sentença ontológica do velho Ruy:

“A morte não extingue, transforma; não aniquila, renova; não divorcia, aproxima.”

Luís da Câmara Cascudo, o mais antigo Sócio Correspondente desta Casa, glória da cultura nacional, é símbolo, imagem, lição de vida, presença eterna. É imortal.

(Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio, em 24 de setembro de 1966, pelo dr. Enélio Lima Petrovic, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

CÂMARA CASCUDO RECICLADO

HENRIQUE L. ALVES
(Sócio Correspondente)

Era intenção estar presente na “Casa da Memória” para a louvação ao Mestre Cascudo, buscando as raízes do nosso Brasil, na releitura de temas a conservarem nossa identidade. Considerando a “universidade do povo brasileiro” es'á presente com sua obra, básica e indispensável. Ao percurso de um caminho de emoções, lembro sua estada em São Paulo: figura humana a caracterizar ternura aos jovens, dispensando atenções marcantes e marcadas no tempo. Foi em 1954, ocasião do lançamento do “Dicionário do Folclore Brasileiro”, a representar a glória de uma temática tratada com carinho, pelo historiador e ensaísta de cepa.

Era o cultor das tradições do povo brasileiro. Guardo como reliquia a 1ª edição desse dicionário, contendo dedicatória explosiva em ternuras.

Das minhas modestas incursões aos temas afros, dispensando parte do meu tempo, fico empolgado com a riqueza e unidade de pesquisa, análise e interpretação ao nortear o espírito do folclorista Câmara Cascudo na elaboração do seu livro "Made in África", fruto de pesquisas e notas de sua viagem ao continente negro.

Um trabalho de integração da cultura africana e brasileira a desvendar esse universo misto e uno a determinar a identidade da nossa nacionalidade. Um roteiro que deve ser reciclado para as novas gerações, visando o conhecimento da afrobrasilidade.

Ao longo de quarenta anos de leituras sobre assuntos afro-brasileiros, Luís da Câmara Cascudo foi buscar na África Oriental e Ocidental tema apaixonante para o seu livro, procurando averiguar e comparar duas culturas gêmeas. Mestre em folclore, arguto pesquisador, cercado de seu vasto mundo de livros que formam o instrumento de trabalho, incluindo documentos. Cascudo procura entrar em contato com as manifestações folclóricas e tradicionais na elaboração de trabalhos, trazendo tanto quanto possível a autenticidade.

Encarregado de realizar uma história da alimentação brasileira, deixou a sua casa da Rua Junqueira Aires, em Natal e voou através do Atlântico, à procura das fontes e matizes que são responsáveis pela nossa culinária. Não deixou de trazer para as páginas de "Made in África" observações paralelas, pequenas anotações, assuntos palpitantes em torno de uma aculturação. Lundu, Cafunê, Umbigada, Do Negro e do Preto. Saudação Africana, A Ausência do Diabo Africano, Cabinda Ve'ha, Sereias de Angola e tantos outros itens formam o conteúdo do Brasil n'África e África no Brasil, interpretadas ao sabor de crônicas que só o mestre Cascudo sabe e pode oferecer para o enriquecimento da cultura brasileira.

Edison Carneiro, autor da apresentação da orelha de "Made in África", enfoca a importância do livro e conceitua: "Cascudo, ao contrário do que diz, modestamente, no prefácio, não apenas verifica, mas discute em profundidade, mobilizando uma soma de reuniões e uma documentação considerável."

Guardo emoções da posse no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, como sócio correspondente, por deferência dessa figura eminente em âmbito nacional que é o dr. Enélio Lima Petrovich, marcando-a com a presença do mestre

Câmara Cascudo. Noite memorável, noite inesquecível a vê-lo sentado com a expressão de sorriso, jogando olhar no infinito da bondade. Visitei-o em sua casa no papo de reciclagem do ontem.

Posteriormente, incorporado à comitiva da UBE — União Brasileira de Escritores/São Paulo, sob a presidência de Raimundo de Menezes, a levar-lhe o título de “intelectual do ano” e o troféu “Juca Pato”, outorgado em concurso de dimensão nacional pela entidade e “Folha de S. Paulo” em outra noite consagrada, na qual toda a coletividade potiguar em suas expressões maiores condicionou a homenagem justa, justíssima à Câmara Cascudo. De Natal para o Brasil sagrou-se essa importante homenagem que gravitou em constâncias.

Essas reminiscências marcam a presença de Câmara Cascudo a nos brindar com sua palavra solta, gostosa, humana, respingada de um ou outro sarcasmo, a vivenciar instantes que permanecem. Vejo-o sentado numa dessas cadeiras da “Casa da Memória”, determinando com sua humildade o ato de grandeza de ser o monumento do folclore e o mestre a dar lições sobre a cultura do povo brasileiro contida em suas tradições. E o faz em qualquer época com a sabedoria que o destino lhe proporcionou como uma luz a iluminar com seus ensinamentos.

O MARIMBONDO E O CASCUDO

JOSÉ HERMÓGENES DE ANDRADE
(Sócio Correspondente)

Sou um “go'a-azul”, daqueles que tiveram a felicidade de aprender História e ouvir estórias do inesquecível Mestre (Mesmo)! Lu's da Câmara Cascudo.

Veríssimo de Mello, isto é, o “Vivi-de Seu-Mello” era um dos maiores “gozadores” de nossa turma, que não perdia chance de amenizar nossas aulas com uma d'abrura qualquer que sua criatividade admirável sempre lhe inspirava. Era gozado demais. Magro, ágil e sempre engraçado.

Estávamos todos atentos à aula de História — e não podia deixar de estar. Era Professor Cascudo a explicar, a esmiuçar, a ornar a narrativa com detalhes pitorescos e a enriquecê-la com lúcidos comentários. No momento exato em que se voltou para o quadro, ficando de costas, Vivi se levantou rápido e fez uma gesticulação cômica qualquer, provocando a hilaridade geral — coisa de adolescente irreverente numa aventura sem compromisso. A gargalhada por tentosa veio mesmo quando o Professor Cascudo flagrou o “artista” ainda em pleno ato. Vivi, que já

era um pouco pálido, assumiu uma face assustada, numa cor verde-cadáver, naturalmente já arrependido da brincadeira, e supondo um castigo daqueles, pelo menos uma repreensão do professor querido e admirado.

Presença-de-espírito, senso-de-humor, compreensão, bondade, complacência, serenidade, nobreza, e inofensibilidade, que tão marcantes foram em Mestre Cascudo, se manifestaram num sorriso, que só os sábios sabem dar.

— Seu Vivi, Que é isto? Que está fazendo?!

— Professor. Era um marimbondo voando, e eu não quis que mordesse o Senhor. . . , respeitou o esperto colega, num golpe fabuloso de inteligência. Disse-o já mostrando que o susto passara, pois percebera que o Mestre não estava raivoso, ofendido e disposto a castigar.

O Mestre muito mais rápido e preciso, demonstrou que era mesmo um Mestre, reagiu “em cima da bucha”. Com carranca aparentando raiva de “gozador-de-cima” gozando “gozador-de-baixo”; indagou em alto e espetacularmente:

— E quem foi que lhe disse, Seu Vivi, que marimbondo morde Cascudo?!

Nunca rimos tanto.

Nunca aprendi tanto. . .

Em episódio tão singelo me senti tomado de admoração por ele. Aprendi ali, naquela hora, uma lição que, ao correr do tempo, em todos meus encontros nosso foi se concretizando.

A mim ele chamava “Olho-de-Xexéu” e à Maria, “Miosotis”.

Ele me ensinou História. Mas ao casal, lições de vida. Era um exemplo penetrante de humildade, simpatia, humor, dedicação ao estudo, gentileza, serenidade, alegria, renúncia, amizade, despretensão, amenidade, inteligência. . .

Impossível é dizer tudo. Impossível é esquecer.

LUÍS DA CÂMARA CASCU DO, ANIMADOR CULTURAL

Luís da Câmara Cascudo não foi apenas um homem de letras, mas, igualmente, um homem de ação, o que não deixa de ser profundamente paradoxal numa pessoa que havendo escrito cento e cinquenta livros, ainda encontrou tempo para outros mistérios, no campo da cultura, conhecido que é a aversão, ou pelo menos, a indiferença dos intelectuais pelos temas da vida, basta para parodiarmos a classificação poética de Manoel Bandeira.

Pois, Luís da Câmara Cascudo, a quem se devia conferir, acrescentar, outorgar entre tantos títulos já outorgados o de "Protetor e Animador Perpétuo da Cultura Popular do Rio Grande do Norte", iniciou-se cedo ainda nessa dura missão.

Já em 1929, no dia 17 de março, escrevia pelas páginas de "A República" trabalho intitulado "Proteção da Alegria Popular, Bumba-meu-boi, Congos e Cheganças".

Ainda no jornal "A República", no ano de 1938, Cascudo escrevia mais uma vez, defendendo nossas tradições populares. "Os nossos autos populares devem viver", artigo do qual transcrevemos o seguinte trecho:

"Quando os países europeus mantêm suas danças e autos populares com despesas e diária propaganda jornalística; quando na Europa fazem "congressos" para estudos dos divertimentos e tradições coreográficas e musicais, quando uma intensa e rica literatura ressuscita os velhos enredos de entremeses e "miracles", nós atacamos pela indiferença e ferimos pelo ridículo os autos que ainda de todo não morreram.

"Contra esse "estado" de alma irônica e desdenhosa pela ignorância cultural e loucura imitativa dos Estados Unidos. (Não os Estados Unidos das Universidades, mas o mentiroso americanismo de Hollywood), devemos reagir, pelo ensino e pela ação, mostrando como vivem os grandes povos construtores, reavivando as forças emocionais eternas que explicam a espantosa vitalidade de sua expansão material.

"Povo que renega o Passado não tem futuro.

"Povo sem memória não é povo, é a horda, o bando, a multidão negra, de olhos apagados para os supremos clarões do idealismo e da alegria superior."

Decidimo-nos a transcrever esse trecho de Cascudo, porque o consideramos e julgamos verdadeira profissão de fé nacionalista

Mas, não parou aí a ação evangélica do mestre em favor do nosso folclore.

Num terceiro artigo para "A República", publicado a 21 de março de 1940 o Mestre falava do folclore potiguar e advertia que se não se cuidar, em vinte anos desaparecerão noventa por cento de nossas tradições".

Finalmente, no ano de 1943, Cascudo retornava à mesma tecla "Valorizemos nossos folguedos tradicionais", gritava ele, diante da indiferença oficial, e geral.

Até que, na década de cinquenta, sendo Governador do Estado o doutor Silvío Pedrosa e Prefeito da Capital o jornalista Djalma Maranhão, seus apelos foram ouvidos.

Nos anos de 1956, 1957 e 1958, realizaram-se em Natal talvez os mais importantes Festivais de Folclore já promovidos e realizados no Brasil. Para a nossa Capital acorreram estudiosos de todos os recantos de nosso País, do Amazonas até o Rio Grande do Sul, não somente para ver a nossa riqueza folclórica, se exibindo nas praças e no então Teatro Carlos Gomes, mas, igualmente para discutir os problemas e as soluções para o universo da cultura popular brasileira.

E, no meio de tudo a figura inconfundível de Cascudo, àquela época autor já de algumas das mais importantes obras do Folclore brasileiro, com a sua Sociedade do Folclore Brasileiro, criada em 1941 e a Federação dos Folguedos Tradicionais, sob a Presidência de Joaquim Caldas Moreira, escrevendo, falando, sugerindo, orientando, estimulando.

Porque, na verdade, a ação de Cascudo em favor de nosso folclore, não se limitou apenas aos seus apelos e advertências dramáticas, através da imprensa.

No ano de 1929, Mário de Andrade, que por aqui passara no ano anterior em direção à Amazônia, na sua primeira viagem etnográfica, como ele as denominara, empreende sua viagem de estudo ao Nordeste, para pesquisa, estudo e documentação da cultura popular da região.

Em carta datada de 19 de maio de 1926, Mário contava pra Manuel Bandeira:

“Pois é, estou de viagem marcada pro norte. Vou na Bahia, Recife, Rio Grande do Norte onde vive um amigo do coração que no entanto nunca vi pessoalmente: o Luís da Câmara Cascudo. É um temperamento estupendo de sujeito, inteligência vivíssima e ainda por cima um coração de ouro brasileiro. Gosto dele. Ele me arranja duas conferências no norte, uma em Recife e outra em Natal”.

Até aqui a carta de Mário a Bandeira. A viagem não se realizou em 1926. Somente em 1928. As conferências não se realizaram. Mas a “inteligência vivíssima” de Cascudo, como escreveu o próprio Mário, não vacilou um instante em trazê-lo para o Rio Grande do Norte. Cascudo pressentia o grande trabalho que o autor de “Macunaíma” iria realizar aqui, em nosso Estado. Por isto, hospedou-o em sua casa, a Vila Amélia, em frente à Igreja de Santa Terezinha no Tirol e ofereceu-lhe todas as condições para a realização de um trabalho que o Rio Grande do Norte ficará devendo para sempre ao Papa do Modernismo Brasileiro: a documentação em letra e música, com extrema fidelidade, dos quatro maiores autos populares do Brasil: Boi, Fandango, Chegança e Congos, além da descoberta e divulgação da arte

de cantar de Chico Antonio.

Mário de Andrade poderia ter ficado em Pernambuco, ou na Paraíba. Estados melhor dotados e aparelhados do que o nosso no campo da cultura, e da economia, mas, no Rio Grande do Norte havia um homem de inteligência vivíssima chamado Cascudo, que o trouxe para cá.

Mário de Andrade, entretanto, não foi a única vítima desse homem cordial, nos seus sortilégios de desencaminhar pessoas pelos caminhos do Folclore.

No ano de 1941, conseguiu convencer um grupo de amigos natalenses, ligados às letras da província e fundou a Sociedade Brasileira de Folclore. Infelizmente, porém, a Sociedade não produziu os frutos que o seu fundador esperava. O Rio Grande do Norte, não obstante um celeiro inesgotável de manifestações, no campo da cultura popular, não produziu ainda outros Luís da Câmara Cascudo, no seu amor desesperado à pesquisa, ao estudo, a arrumação e a divulgação dessa cultura.

DEFILO GURGEL
(Colaborador)

INESQUECÍVEL MESTRE LUÍS DA CÂMARA CASCU DO

UM DOS PIONEIROS DO IDEAL DA IMPLANTAÇÃO
DA CIVILIZAÇÃO DO AMOR

DONATILLA DANTAS
(Sócia Correspondente)

Nos quatro cantos do Mundo, do Brasil e da Gleba Potiguar, o nome do Mestre LUÍS DA CÂMARA CASCU DO (o maior ídolo do folclore do seu tempo, em nossa terra), Escritor Consagrado Professor Emérito e Folclorista Maior (1898-1986) esteve sempre presente no Mundo Intelectual. Sua obra é atualidade. E, nos escritos dos beletistas, o seu pensamento, a sua vida interior, a sua capacidade de comparar, combinar e estudar idéias e os seus relatos, serão sempre roteiro do RIO GRANDE DO NORTE e modelos de virtudes de amor ao próximo.

E A SUA BIOGRAFIA? — As Enciclopédias do Mundo e do Brasil já esgotaram o assunto. E, ZILA MAMEDE, no seu tempo, tirou a última gota do ACERVO FOLCLÓRICO ETNOGRÁFICO, HISTÓRICO, JURÍDICO E DO EXERCÍCIO DO PROFESSORADO do Escritor LUÍS DA CÂMARA CASCU DO, amigo de todos nós potiguares.

E A SUA OBRA? — Obra importante em essência e extensão. Um verdadeiro oceano de literatura. A sua criatividade, nas belas-letas, está registrada na Imprensa Mundial e criticada pelos que cultivam a arte de bem escrever.

E OS SEUS AMORES? — É público e notório: Dona DAHLIA (sua virtuosa esposa), ANA MARIA e FERNANDO LUÍS (seus ilustrados filhos), DALIANA, NEWTON, CAMILA e EDUARDO (seus amadíssimos netos) e o pequeno DIOGO (seu ternamente amado bisneto).

OS SEUS OUTROS AMORES? — Livros. Concordava com MONTEIRO LOBATO: “Um País se faz com homens e livros.” AS AMIZADES. Por certo, viveu em harmonia com a voz do Ministro ALCIDES CARNEIRO: “AMIZADE É A FLOR QUE VICEJA EM TODOS OS CLIMAS, RESISTE À FURIA DOS TEMPORAIS E AO SOPRO DA BRISA.” Assim sendo, o Mestre CASCUDO cultivou legiões de amigos que tiveram, como eu, a felicidade e a honra da sua atenção e da sua amizade. Portanto, falar sobre as pedras preciosas que ornamentaram a exuberante personalidade do Professor Emérito LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, homem cheio de vida, de eterno vigor jovem, dono de riqueza de imaginação, inovador no ensino e na história seria chover no molhado, superfluidade de palavras e de pensamento e repetição de idéias.

QUE PODERIA ESTA CANDANGA-POTIGUAR DIZER? — LUÍS DA CÂMARA CASCUDO — PAPA DA CULTURA POTIGUAR — foi dono de um coração bondoso vestido de amor ao próximo. Ao longo da sua vida praticou a “INTRIGA DO BEM”, como diziam os intelectuais da sua época e o seu fiel amigo de mais de 60 anos, jornalista THADEU VILLAR DE LEMOS, biógrafo de DALIANA e das suas qualidades artísticas, aos sete anos de idade, quando se revelou uma talentosa desenhista. O nosso benfeitor intelectual gostava de construir e não de destruir. Construiu a sua FORÇA DO BEM. Esteve em concordância com o pensamento de GETÚLIO VARGAS:

**“SÓ HÁ UMA FORÇA CAPAZ DE CONSTRUIR:
É O AMOR.”**

O Acadêmico, Escritor, Memorialista, Poeta, “EXPERT” em EUCLIDES DA CUNHA, General UMBERTO PEREGRINO, por ocasião dos 80 anos do Mestre CASCUDO, nos mimoseou com as flores lindas do seu expressivo poema:

**“LOUVAÇÃO DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO”, de
onde tirei o seguinte verso:**

“LOUVO O CORAÇÃO BONDOSO”. Isso mesmo, o coração bondoso do Professor Emérito LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, seria fascinante tema para milhares de livros, onde AMOR AO PRÓXIMO seria inspiração estimulante do movimento em prol da implantação da NOVA CIVILIZAÇÃO. A CIVILIZAÇÃO DO AMOR, preconizada pelo Santo Papa JOÃO PAULO II.

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Dr. ENÉLIO LIMA PETROVICH, jurista consulto dos melhores, conferencista apreciado, escritor consagrado e baluarte das homenagens ao Mestre Cascudo em discurso proferido à beira do túmulo de LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, em 31-7-86, deu realce ao seu talento e ao seu espírito do “BEM-QUERER”, dizendo que “ele soube amar e viver, pela valorização e dignidade da própria espécie humana”.

Dom JOSÉ ADELINO DANTAS, Poeta Latinista, seu companheiro na ACADEMIA DE LETRAS e no IHG/RN, sempre comentava comigo a bondade do Mestre CASCUDO e vivia orgulhoso porque o folclorista proietou CARNAÚBA DOS DANTAS inserindo o meu nome do DICIONÁRIO DO FOLCLORE BRASILEIRO.

No arquivo do meu cérebro guardo, carinhosamente, momentos inolvidáveis, dos anos 60, 70 e início da década de 80, quando aqui na Capital de todos os brasileiros, eram realizados, todos os anos, os ENCONTROS NACIONAIS DE ESCRITORES — SIMPÓSIOS DE LITERATURA, promovidos pela FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL. O Professor CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUSA, Diretor da Fundação, puxava o cordão dos que elogavam as qualidades intelectuais e humanas do Professor Emérito LUÍS DA CÂMARA CASCUDO. Juntava-se a ele, dentre outros, o gaúcho moreno, de cabelos de Maestro e de olhos sorridentes, Acadêmico Clodomir VIANNA MOOG (famoso Diplomata da O. E. A. e da ONU), meu saudoso amigo e co-autor do livro (CARNAÚBA DOS DANTAS — TERRA DA MÚSICA) Elogios ao PAPA DA CULTURA POTIGUAR não faztavam raquelas memoráveis reuniões intelectuais. Vinham, ainda, do meu saudoso amigo, Escritor, Prof. e Ministro JOSÉ PEREIRA LIRA, fundador da Academia Brasileira de Letras e seu Primeiro Presidente.

Os meus amigos Embaixador DÁRIO CASTRO ALVES e sua esposa (saudosa amiga que divulgava as minhas trovas em

Portugal, quando ali foi Embaixatriz) Acadêmica DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ, quando se encontravam comigo, saudavam-me, assim:

“SALVE, A CANDANGA-POTIGUAR, REPRESENTA DA TERRA DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, O HOMEM DA INTRIGA DO BEM.”

Quanto a mim, levarei para a sepultura a minha gratidão pelo bem que recebi das mãos generosas do Mestre CASCUDO. Deu-me bastante prestígio a circunstância do nome desta candanga ter figurado no seu livro internacional “DICCIONARIO DO FOLCLORE BRASILEIRO”, a partir da 2a. Edição — 1959 —, com as minhas pesquisas sobre a mudança do sentido da palavra CANDANGO, que era pejorativa e, com o advento da construção da BRASÍLIA (anos 50), passou a ser heróica porque BERNARDO SAYÃO (herói da BELÉM-BRASÍLIA) nos canteiros de obras da Nova Capital se dizia CANDANGO e o fundador da Nova Capital da República, Dr. Juscelino KUBITSCHEK DE OLIVEIRA se disse CANDANGO nº 1, de BRASÍLIA, A MINHA FLOR DO SÉCULO.

NECROLÓGIOS

1985 - 1986

- 1 — Pedro Calmon (17-06-1985)
- 2 — Mariano Coelho (09-10-1985)
- 3 — Adroaldo Mesquita da Costa (12-12-1985)
- 4 — Otávio Pinto (16-12-1985)
- 5 — Jaime dos G. Wanderley (24-02-1986)
- 6 — Manoel Cavalcanti de Albuquerque Filho (29-04-1986)

PEDRO CALMON

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt nasceu na cidade de Amargosa, a 23 de dezembro de 1902. Fa'cece, pois, aos 82 anos de idade, e em 17 de junho de 1985. Era filho do Sr. Pedro Calmon Freire de Bittencourt e de D. Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt. Fez os estudos primários em Salvador, notadamente no Colégio de D. Maria Luiza de Souza Alves, grande educadora, e os estudos secundários também nesta cidade, no Colégio Antônio Vieira e no Ginásio da Bahia.

Ainda ginasiano, seus conhecimentos de História fizeram-no ser convidado pelo professor da cadeira a examinar colegas seus nos exames de fim de curso.

Tendo ingressado na Faculdade de Direito da Bahia, transferiu-se no terceiro ano do curso jurídico, em 1921, para o Rio de Janeiro, para ser secretário particular do seu padrinho, o ministro Miguel Calmon. No Rio, fez, ainda estudante, concurso para 3.º Oficial do Museu Histórico Nacional, onde teve a primeira função pública.

Começara em "O Imparcial", da Bahia, a carreira jornalística, que continuou na "Gazeta de Notícias", do Rio, e como correspondente de A TARDE naquela cidade. Passou a escrever para este jornal os "comunicados especiais" que, durante vários anos foram publicados na primeira página, em colunas abertas, e em que comentava os assuntos do momento.

Voltou à Bahia para exercer o mandato de deputado estadual, de 1927 a 1930, durante os governos Góes Calmon e Vital Soares. Um dos seus numerosos projetos, no curso desses mandatos, foi o que objetivava a proteção do acervo histórico e cultural da Bahia. A Revolução de 30 tendo interrompido sua atividade política, a esta tornou em 1935, como deputado federal pela União Democrática Nacional, para funcionar no Congresso até 1937, quando sobreveio o golpe do Estado Novo.

Instado por forças políticas da Bahia, veio candidatar-se, em 1954, ao governo deste Estado, pela legenda do Partido Social Democrático, não logrando, porém, ser eleito.

Já com diversos livros publicados (sendo o principal deles, na época, "O Rei Cavaleiro", biografia de Pedro I) foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1936. Completaria, desse modo, cinqüenta anos de vida acadêmica, no próximo ano.

Dividia o seu tempo, naquele período, entre a literatura, o jornalismo, a advocacia e o magistério. Docente livre e, em seguida, catedrático de Direito Público da Faculdade Nacional de Direito, cargos obtidos mediante concurso, dirigiu aquele esta-

belecimento durante dez anos, de 1938 a 1948. Ainda como diretor da Faculdade, foi eleito vice-reitor e depois Reitor da Universidade do Brasil. Desempenhou essas funções por dezoito anos, de 1948 a 1966. No governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, ocupou o Ministério da Educação e Saúde. Ainda reitor da Universidade, influíra decisivamente, junto ao ministro Ernesto Souza Campos, para a criação da Universidade da Bahia.

Como presidente da Academia Brasileira de Letras, presidiu a comissão que elaborou o projeto da unidade ortográfica em Lisboa.

Era, desde 1968, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a que pertencia desde 1931. O grande e moderno edifício do Instituto, na Avenida Augusto Severo, no Rio, é produto de seu trabalho à frente da entidade. Garantindo a sobrevivência do Instituto e o custeio de sua atuação cultural, esse edifício, parcialmente alocado a particulares, teve recentemente sua construção totalmente paga.

Dentre as numerosas missões no estrangeiro que desempenhou, figura a que se desincumbiu, em 1945, como delegado brasileiro à Conferência Interamericana de Chapultepec, no México, ocasião em que proferiu, em nome do Brasil, notável discurso, em resposta à oração do chance'er Ezequiel Poolilla, do México.

Foi também embaixador especial à posse do presidente da Costa Rica, às comemorações, na Nicarágua, do centenário do poeta Rubén Darío e à posse do presidente eleito da Venezuela.

Era doutor honoris-causa da Universidade de Coimbra, México, Buenos Aires, Santiago do Chile, Quito (Equador) e Nova Iorque.

Desde a fundação, era membro do Conselho Federal de Cultura.

Entre dezenas de condecorações, tinha a Grã Cruz das Ordens da Santa Sé, de Santiago, de Cristo, Educação Pública e Infante D. Henrique, de Portugal; de San Martín, da Argentina; de Boyacá da Colômbia; de Rubén Darío, da Nicarágua; da Espanha, da China Nacionalista, do México e do Paraguai; Grande Oficial do Chile, do Peru, da Alemanha, da Suécia, da Grécia, da Itália e do Irã; Ordem do Mérito e ordens do Exército, Marinha e Aeronáutica do Brasil; e comendador da Legião de Honra, da França.

Pertencia à Academia das Ciências de Lisboa, Academia Portuguesa da História, Real Academia Espanhola e diversas academias da América, bem como era sócio correspondente da Academia de Letras da Bahia e todos os institutos históricos do país.

Desde "Pedra d'Armas", publicado por Monteiro Lobato, em 1923, quando ainda estudante, escreveu mais de uma centena de livros, de História, Literatura Histórica e Direito. Estão entre eles, "A Bala de Ouro", "Brasil e América", "Brasília, Catedral do Brasil", "Castro Alves, o Homem e a Obra", "Compêndio de História da Literatura Brasileira", "A Conquista", "O Crime de Antônio Vieira", "Espírito da Sociedade Colonial", "O Estado e o Direito nos Lusíadas", "Estados Unidos de Leste a Oeste", "Figuras de Azulejo", "Franklin Dória, Barão de Loreto", "Gomes Carneiro, o General da República", "História da Casa da Torre", "História da Civilização", "História da Civilização Brasileira", "História da Faculdade Nacional de Direito", "História da Fundação da Bahia", "História da Independência do Brasil", "História da Literatura Baiana", "História das Idéias Políticas", "História de Castro Alves", "História de Pedro II" (5 volumes), "História Diplomática do Brasil", "História do Brasil" (7 volumes), "História do Brasil na Poesia do Povo", "História do Ministério da Justiça", "História Social do Brasil" (3 volumes), "José de Anchieta, o Santo do Brasil", "Mães, a Insurreição das Senzalas", "O Marquês de Abrantes", "Espírito da Sociedade Imperial", "A Época Republicana", "O Palácio da Praia Vermelha", "Para Conhecer Melhor Castro Alves", "Pequena História da Civilização Brasileira", "A Princesa Isabel, a Redentora", "O Rei Cavaieiro", "O Rei do Brasil", "O Rei Filósofo", "O Segredo das Minas de Prata", "Vida de Castro Alves", "Vida e Amores de Castro Alves", "Curso de Direito Constitucional Brasileiro", "Curso de Direito Público", "Curso de Teoria Geral do Estado", "O Desquite", "Direito de Propriedade", "Direito Público e Constitucional", "A Federação e o Brasil", "Intervenção Federal", "Reforma Constitucional da Bahia", etc.

O Professor Pedro Calmon era casado com a Sra. Hermínia Caillet Calmon e tinha dois filhos: Dr. Mauricio Caillet Calmon, advogado do Banco do Brasil e Dr. Pedro Calmon Filho, professor e advogado no Rio de Janeiro.

Era irmão do desembargador Nicolau Calmon, do jornalista Jorge Calmon e das Sras. Maria Dulce Calmon de Bittencourt Pinto de Almeida, Maria Romana Calmon Moriondo e Maria Theresza Calmon Corrêa Ribeiro.

Deixa três netos: José Renato, Hermínia e Pedro.

(Do Livro "Pedro Calmon — Vida e Obra", do escritor Edivaldo M. Boaventura — organizador).

Nota da Redação da Revista:

O Historiador PEDRO CALMON era Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, conforme aprovação em assembléia geral de 12 de março de 1922, por unanimidade.

Destaque-se, ainda, que, na presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão solene realizada a 14 de outubro de 1970, deu posse ao Dr. Enélio Lima Petrovich, na qualidade de Sócio Correspondente da referida instituição — a Cara da Memória Nacional.

MARIANO COELHO

Teve o seu nascimento na cidade de Açú (RN), a 9 de maio de 1899. Foram seus pais: Manoel Coelho Ferreira e dona Maria Bezerra Varela Coelho. Fez o primário com sua progenitora, nesse tempo, dirigente de uma Escola Isolada. O secundário nos Colégios: "Santo Antonio", em Natal (1911) e Diocesano "Santa Luzia, de Mossoró" (1912 a 1915). Exames parciais (Reforma Maximiliano). De 1919 a 1924, no Atheneu Norte-Rio-grandense. Feitos os preparatórios, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia de 1919 a 1924, recebendo o seu diploma de médico a 27 de Dezembro de 1924, tendo apresentado a tese — Das Intervenções Obstétricas na Angústia Pélvica — (Síntese Crítica), merecendo distinta aprovação. Regressando ao seu Estado, clinicou de 1924 a 1960, em Currais Novos, exercendo, também, as funções de Inspector Sanitário do Município, bem como foi nomeado Prefeito no Movimento revolucionário de 1930. Antes de se doutorar esteve no Telégrafo Nacional e, como Telegrafista, serviu nas estações de Natal, Póvoa e Salvador, de 1918 a 1925, quando, por abandono, foi demitido.

No IV Congresso de Higiene, em 1928 realizado na Bahia, em Salvador, representou o Rio Grande do Norte. Eleito Deputado à Assembléia Legislativa Estadual, nas legislaturas 1936 e 1951, foi líder da sua bancada e, em uma delas, 2º Vice-Presidente. Professor Catedrático da 1ª Cadeira de Clínica Médica e fundador da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lecionou até 1985, quando compulsoriamente foi aposentado. Inteligência lúcida, agradável conversador, com uma memória invejável Mariano Coelho soube ser um primoroso poeta e um glosador de primeira grandeza. Brindou as letras norte-rio-grandense com a publicação de "Fumaça" que mereceu rasgados elogios. Pertence à Academia dos Trovadores do Rio Grande do Norte. Consorciando-se, a 12 de Novembro de 1925, em Salvador, com dona Rosita de Souza Coelho e tendo esta falecido

em Currais Novos a 20 de junho de 1935, casou-se, em segunda núpcias, a 24 de novembro de 1938, com dona Maria de Lourdes Varela Coelho.

Publicou um livro de versos a que deu o nome de "Fumaça".

Mariano Coelho faleceu no dia 09 de outubro de 1985.

Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, admitido em 09 de julho de 1966, fazendo parte, também, da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

(FRANCISCO AMORIM)
(Sócio Correspondente)

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

RUY RODRIGO BRASILEIRO
DE AZAMBUJA
(Sócio Correspondente)

Jurista e advogado de renome nacional, com larga passagem pelo Parlamento e Administração Pública, Adroaldo Mesquita da Costa nasceu em Taquari-RS a 9 de julho de 1894 e faleceu na mesma cidade a 12 de dezembro de 1985. Em 1926, foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, ocupando a segunda secretaria de sua primeira diretoria, integrando depois o Conselho Superior, com ativa participação nos trabalhos e realizações da entidade.

Depois dos primeiros estudos na terra natal, cumpriu a formação humanística, sob a orientação dos Padres Jesuítas, bacharelando-se em Ciências e Letras, em dezembro de 1911, no renomado Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo-RS.

Como aluno laureado, concluiu o curso da Escola Livre de Direito de Porto Alegre, diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1917. Desde então, fez-se advogado militante. Foi Promotor Público em sua terra natal e em Porto Alegre. Lecionou Português e História Universal, nos Ginásios Anchieta e Júlio de Castilhos, e Direito Comercial na Escola de Comércio, na Escola Superior de Comércio e na Escola Livre de Direito de Porto Alegre. Acatado mestre em Direito Comercial, sobre a matéria publicou "A Cambial", em 1923, em colaboração com Ney da Silva Wiedmann, "A Falência", em 1940.

Em 1927 foi Procurador da República no Rio Grande do Sul. Foi membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul e representou a seccional gaúcha junto ao Con-

selho Federal. Pertenceu ao Conselho Consultivo do Estado do Rio Grande do Sul (1931) e ao Conselho Administrativo deste mesmo Estado (1944).

Apolítico a princípio, ingressou nas lides partidárias, atendendo apelos de seus conterrâneos rio-grandenses e levado pelo desejo de servir. Deputado federal constituinte em 1933, com fecunda e brilhante atuação, não concordou com a prorrogação dos mandatos e, por isso, renunciou a 18 de julho de 1934, após cumprida a tríplice finalidade da convocação da Constituinte, a saber: votar uma constituição, eleger o Presidente da República e tomar as contas do Governo Provisório. Deputado estadual à constituinte de 1935, no Rio Grande do Sul, compôs também a legislatura ordinária, até 10 de novembro de 1937. Voltou à Câmara Federal de 5 de fevereiro de 1946 a 31 de janeiro de 1955, quando não aceitou sua reeleição. Foi 2º Vice-Presidente da Câmara Federal, de 1951 a 1954. Em todas essas atividades parlamentares se houve com proficiência e brilhantismo.

Ministro da Justiça no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, desenvolveu, naquela Pasta, atuação fecunda, patriótica e humana, assinalada por dedicação e firmeza. Na área do Executivo, foi ainda Secretário da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, em 1958 e 1959.

Integrou a representação brasileira à Conferência Interparlamentar de Berna, onde foi eleito um de seus vice-presidentes, e ali dissertou sobre "Limites da Soberania das Nações". Integrou também a delegação do Brasil à XV Sessão da Assembléia das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1960.

Nas altas funções de Consultor Geral da República, em dois governos, de 25 de abril de 1964 a 30 de outubro de 1969, emitiu centenas de Pareceres, publicados em vários tomos, e, versando matérias não raro altamente controvertidas, e muitas vezes de maneira tal que modificou jurisprudência anteriormente dominante.

Na exuberante personalidade de Adroaldo Mesquita da Costa, outros aspectos ainda mereceriam destaque.

Em 1919 casou com Ceci Leite Costa, e foi chefe de família exemplar, educador e líder de numerosa prole. Três filhas religiosas. Cerca de três dezenas de netos. Viveu sempre com tranquilidade cristã as alegrias e as cruzes que a Providência manda e que permite a cada um de nós.

Indefectível apóstolo cristão, sempre atento aos apelos da Igreja, foi dos maiores defensores dos postulados católicos na Constituinte de 1933. Sua palavra, sempre oportuna e vibrante,

se fez ouvir nos Congressos Eucarísticos Nacionais, ressoando nos quadrantes da Pátria.

Cultor do Direito e advogado sempre, desde 1917, pôs seu talento a serviço dos homens e da nação, no aprimoramento das leis, na defesa dos oprimidos, dos despojados do que é seu, na afirmação da verdade e na promoção da Justiça.

Sócio fundador e Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e ligado a muitas outras instituições de igual natureza, era grande conhecedor de nossa história, incentivador de pesquisas e da divulgação correta dos fatos do passado. Sua segura memória está documentada em numerosas publicações sob o título "Recordando" e em muitos outros trabalhos sobre homens e fatos. A reunião e divulgação dessas produções reconstituíram boa parte de nossa história social e política.

Pio XII, recebendo Adroaldo certa vez no Vaticano, manifestou-lhe o reconhecimento e a gratidão da Santa Sé pelo que fizera pela Igreja no Brasil.

A vida e o exemplo de Adroaldo Mesquita da Costa constituem uma magnífica história, que não nos há de falar apenas do passado, mas que deverá inspirar para as novas gerações o futuro do Rio Grande e do Brasil.

Era sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, desde 09 de dezembro de 1977, tendo em vista o seu estado de saúde, a entrega do seu diploma foi realizado em Porto Alegre, pe'lo próprio Presidente do I.H.G./RN, historiador e advogado Enélio Lima Petrovich, em solenidade de 27-09-79.

DR. OTÁVIO PINTO

Um juiz da Escola de Papiniano

RAIMUNDO NONATO
(Sócio Correspondente)

O escritor e jurista potiguar, um dos mais destacados valores da justiça brasileira e uma figura de real projeção da cultura nacional, doutor Otávio Pinto teve registrada sua baixa da vida cível, no dia 16 de dezembro de 1986, convocado pela inexorabilidade da lei de morte.

Homem de elevado padrão moral e juiz que se poderia realçar uma galeria ao lado de Papiniano, emergiu das lutas e das inquietações de uma geração assoberbada pelos choques das dou-

trinas e pelos males do século, assim que abandonavam os bancos da faculdade de Direito encontrava o Recife mergulhado na eclusão dos acontecimentos de 1930, que vinham de modo violento abalar a estrutura dos órgãos fundamentais da vida pública do país.

OTÁVIO PINTO — nasceu em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 26 de julho de 1907, na Rua Nova, atual Avenida Rio Branco. Fez seu curso primário no Externato Magalhães, de dona Áurea Magalhães. Depois matriculou-se no Grupo Escolar “Augusto Severo”. Os seus preparatórios foram feitos no Ateneu Norte-rio-grandense. Em 1926 ingressou na tradicional Faculdade de Direito do Recife, recebendo o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em dezembro de 1930.

Tendo feito parte da turma “Revolucionária” de estudantes, foi em janeiro de 1931, nomeado Delegado Regional de Polícia com sede em Caruaru e depois em Palmares até a extinção desse serviço. Exerceu seguidamente os cargos relacionados:

Promotor público do Bom Jardim, em novembro de 1931, e em 1933 removido para a Comarca de Goiânia; em fevereiro de 1938, nomeado prefeito municipal de Goiânia; em abril de 1941 foi designado pelo Governo para representar os municípios de Pernambuco na Conferência Nacional de Legislação Tributária, realizada na capital da República; em outubro de 1942, presidente da Comissão Estadual de Abastecimento de Pernambuco; em maio de 1945 nomeado Procurador Regional da Justiça do Trabalho na 6ª Região (Recife)-Pe; em fevereiro de 1946 nomeado presidente do Serviço Social Contra o Mocambo (autarquia) em Recife; em abril de 1947, delegado da Ordem Política, Social e Econômica; em agosto de 1947, secretário de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de Pernambuco; nomeado em 1948, Sub-Procurador Geral do Estado de Pernambuco; Procurador Regional da Justiça Eleitoral (Interino); Procurador Geral do Estado de Pernambuco (Interino); Membro do Conselho Deliberativo do Serviço Social Contra o Mocambo (1949); membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores, do Estado de Pernambuco (1950); promotor público em São Lourenço da Mata Grande e Olinda (1951-1953); nomeado Juiz de Direito do Distrito Federal, aprovado em concurso realizado (1957); Juiz do Tribunal da Alçada do Rio de Janeiro — Aposentado.

OUTRAS ATIVIDADES

Orador oficial “Dia dos Municípios”, na Exposição Nacional de Pernambuco (1940); Orador oficial das festividades do Tri-Centenário da Batalha de Tejucupapo (Goiana-abril/1946);

Tese apresentada ao Congresso das Municipalidades realizado em Recife em maio de 1949; orador oficial do Estado de Pernambuco na posse do governador Barbosa Lima Sobrinho (1948); orador oficial do Estado de Pernambuco nas comemorações de 27 de novembro (Golpe Comunista), no Cemitério de Santo Amaro em 1947; discurso de posse como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico e Arqueológico de Pernambuco (1949); Sócio fundador e presidente do Instituto Histórico de Goiânia (1947); Sócio fundador e vice-presidente do Instituto Histórico de Olinda (1951); membro da Banca Examinadora do Concurso de Promotores Públicos de Pernambuco (1950); orador oficial do município de Goiânia nas festividades históricas de 10 de novembro de 1710 (1951); palestra no Rotary Clube de Olinda, sobre a personalidade de Bernardo Vieira de Melo (1951); sócio da Associação dos Escritores de Pernambuco; conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, sobre o aniversário da Revolução de 1917 (1950); sócio da Associação de Imprensa de Pernambuco; sócio da Associação Brasileira de Imprensa Rio; sócio da Associação de Magistrados do Brasil; livro — Velhas Histórias de Goiânia. Integrava o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na categoria de sócio correspondente.

JAIME WANDERLEY

JAIME dos G. (Guimarães) WANDERLEY. Nasceu em Natal no dia 6 de julho de 1897, na casa que é hoje o Museu Café Filho à Rua da Conceição, nº 601. A sua bibliografia é bastante extensa, podendo-se enumerar os seguintes livros: Fogo Sagrado, Espinhos de Jurema, Boneca de Chocolate, Perfis a Carvão, Bodas de Ouro, Perfis Parlamentares, Ipasiadas, Natal - Cidade Presépio, Ode ao Sol, O Homem que Perdeu a Alma (teatro), Alguém Chorou a Perdida (teatro), Macambira (poemas), Caluniada (comédia), Uma Noite em Tambaú (episódio), Uma Noite em Havaí (episódio), Escrava do Coração (comédia), Devassa (alta-comédia), Sinopse do Boi Calemba (auto popular), 13 à Mesa (13 décimas em homenagem aos 13 de A "Diocésia"), Catulo Nasceu Brilhando (glosas), Trovas, Epopéia da Redenção (Poema Épico), Flor de Estufa Entre Cactus (poemas), Meu Canto Verde Amarelo (poesias, homenagem à Transamazônica), Reencontro de Deuses (sonetos), etc.

Jaime Wanderley deixou ainda um sem número de livros inéditos, tanto em prosa como em verso, tendo publicado, antes de morrer, um livro de memórias abrangendo os anos 20 a 30.

Talvez tenha sido Jaime Wanderley, até hoje, o primeiro e único intelectual/RN a ver suas peças de teatro radiofonizadas com extraordinário sucesso através da Rádio Poti e Rádio Nordeste de Natal.

Seu biógrafo, Luiz Rabelo, que lhe traçou admirável perfil, sob o título "Elegia para um pássaro", considera Espinhos de Jurema o seu melhor livro, publicado em 1934.

Jaime era farmacêutico, tendo se matriculado na Escola de Farmácia do Recife aos 15 de março de 1919, diplomando-se a 8 de dezembro de 1921.

Jaime Wanderley era membro de todas as instituições culturais do Estado, ou seja, pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do RN, Academia Norte-rio-grandense de Letras, Academia de Trovas do Rio Grande do Norte, União Brasileira de Trovadores (Seção de Natal) e Clube da Poesia, do qual foi Presidente até a morte.

É presença em todas as antologias do Estado, a partir de "Poetas do Rio Grande do Norte", de Ezequiel Wanderley, publicação de 1922, pela Imprensa Industrial do Recife.

Jaime era filho do Dr. Celestino Carlos Wanderley e D. Ana Guimarães Wanderley.

Faleceu em Natal, no dia 24 de fevereiro de 1986.

LUIZ RABELO
(Sócio Efetivo)

MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO

Nasceu na cidade do Natal, RN no dia 25 de outubro de 1912 e faleceu no dia 29 de abril de 1986.

Filho de Manoel Cavalcanti de Albuquerque e Eva Fagundes Cavalcanti, sendo seus avós paternos Manoel Cavalcanti de Albuquerque e Joaquina Bezerra Cavalcanti e maternos João de Vasconcelos Fagundes e Idalina Teixeira Fagundes.

Escreveu alguns trabalhos de cunho histórico e era considerado bom orador.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na categoria de efetivo, cuja admissão ocorreu em 12-3-82.

Católico praticante, fazia parte da diretoria da Previdente Natalense.

(A Redação da Revista)

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

PHYSICS 354

LECTURE 10

STATISTICAL MECHANICS

LECTURER: JOHN H. COLEMAN

DATE: 1954

TOPIC: ENSEMBLES

1. INTRODUCTION

2. THE CANONICAL ENSEMBLE

3. THE GRAND CANONICAL ENSEMBLE

4. APPLICATIONS

5. SUMMARY

6. REFERENCES

7. APPENDIX

8. INDEX

9. GLOSSARY

10. BIBLIOGRAPHY

ÍNDICE

— AS CASAS DA CÂMARA E CADEIA DA CIDADE DO NATAL Olavo de Medeiros Filho	09
— UM ESTUDO INÉDITO DE CÂMARA CASCUDO (II) Eduardo Bezerra Neto	19
— A CAPELA DE CUNHAÚ E SEU VALOR HISTÓRICO Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão	45
— ÁBNER DE BRITO: EPISÓDIO DE UMA VIDA ATRIBULADA Tarcísio Medeiros	62
— UM DEPOIMENTO PARA A HISTÓRIA Câmara Cascudo	69
— DOUTOR ANTÃO - M. Rodrigues de Melo	79
— ARY PARREIRAS - Israel de Oliveira	74
— EVOCAÇÃO DE NÍSIA FLORESTA E VARELA SANTIAGO Nilo Pereira	80
— UM CIVIL RECORDISTA DE PRISÕES MILITARES Mário Barata	94
— A PREOCUPAÇÃO DE EISENHOWER - José de Anchieta Ferreira	96
— PALMIRA WANDERLEY - Protásio Melo	93
— UMA SÍNTESE (TALVEZ POLITICA) DA REPÚBLICA NA PARAIBA - José Octávio de Arruda Melo	102
— REDINHA, PRAIA DE VERANEIO - Gil Soares	105
— SIR MANDEVILLE, UM ESCRITOR DAS ARÁBIAS José Melquisedes	115
— MARTINS - SÍNTESE HISTÓRICA - Manoel Onofre Júnior	121
— UM PROFESSOR A QUEM SE TIRA O CHAPÉU - Luiz Rabelo	127
— DEOLINDO LIMA - SEU CENTENÁRIO DE NASCIMENTO Cláudio A. Pinto Galvão	129
— REVOLUÇÃO DE 1930 NO RIO GRANDE DO NORTE Otto Guerra	148
— ATLÂNTIDA E OS TERREMOTOS - II - Humberto F. Leite	152
— RELATÓRIO (DE 29/03/83 a 23/03/85) - Enélio Lima Petrovich	154
— I N M E M O R I A M de Luis da Câmara Cascudo	159
— LUIS DA CÂMARA CASCUDO - Enélio Lima Petrovich	163
— O ADEUS AO MESTRE CÂMARA CASCUDO Enélio Lima Petrovich	161
— CASCUDO & GILBERTO - Nilo Pereira	162
— CASCUDO - Nilo Pereira	164
— LOUVOR AO MESTRE - Afonso Arinos de Melo Franco	165
— LEMBRANDO CÂMARA CASCUDO - Umberto Peregrino	166
— CÂMARA CASCUDO - ESPETÁCULO HUMANO Francisco de Vasconcelos	169
— TRIPTICO DE LUIS DA CÂMARA CASCUDO - Homero Homem	170
— CÂMARA CASCUDO - IMORTAL - Enélio Lima Petrovich	172
— CÂMARA CASCUDO RECICLADO - Henrique L. Alves	181

— UM MARIMBONDO E O CASCUDO	
José Hermógens de Andrade	183
— LUIS DA CÂMARA CASCUDO, ANIMADOR CULTURAL	
Deifilo Gurgel	184
— INESQUECÍVEL MESTRE - Donatilla Dantas	187
— NECROLÓGIOS	191
PEDRO CALMON	192
MARIANO COELHO	195
ADROALDO MESQUITA DA COSTA	
Ruy Rodrigo Bra ileiro de Azambuja	196
— DR. OTAVIO PINTO - UM JUIZ DA ESCOLA DE PAPINIANO	
Raimundo Nonato	198
JAIME WANDERLEY - Luiz Rabelo	200
MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO	201

**Composto e Impresso na Cooperativa dos Jornalistas de Natal
Ltda. - COOJORNAT - Rua Napoleão Laureano, 3465
Quintas Natal/RN - Fone: 223-6729**

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

- 1 – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- 2 – Presença Norte-Rio-Grandense na Alçada Pernambucana – Raimundo Nonato
- 3 – Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte – Manoel Ferreira Nobre (**Anotações de M. Rodrigues de Melo**)
- 4 – Luís da Câmara Cascudo – Sua Vida e Sua Obra
- 5 – Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte – Enélio Lima Petrovich
- 6 – Roteiro do Visitante do Instituto Histórico e Geográfico
- 7 – O Livro das Velhas Figuras – (I, II, III, IV, V e VI) – Luís da Câmara Cascudo
- 8 – Visões e Abusões Nordestinas (I e II) – Raimundo Nonato
- 9 – Os Franceses no Rio Grande do Norte – Bernard Alléguède
- 10 – A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte – Augusto Tavares de Lyra
- 11 – Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte – Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros – II Volume
- 12 – Titulados do Açú – Francisco Amorim
- 13 – Naufrágios no Litoral Potiguar – Olavo de Medeiros Filho

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Anos 1987-1988)
- 2 – O Livro das Velhas Figuras (VII) – Luís da Câmara Cascudo
- 3 – Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio Grande do Norte – Luiz Carlos Lins Wanderley (**Introdução de Nilo Pereira**)

Apoio:



PETROBRAS